

O estado do Espírito Santo e a
ditadura (1964-1985)



Pedro Ernesto Fagundes
Ueber José de Oliveira
Vitor Amorim de Ângelo
(Organizadores)

O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)

Vitória
2014

Ficha catalográfica e dados gerais do livro, etc.

SUMÁRIO

Apresentação
7

A Marcha de Vitória: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade
na capital do Espírito Santo (1964)

Pedro Ernesto Fagundes
10

A crise, o Golpe de 64 e seus rebatimentos no estado do Espírito
Santo

Ueber José de Oliveira
28

O 1º de abril de 1964 no Espírito Santo, o ambiente de tensão e o
posicionamento dos principais atores políticos

Dinoráh Lopes Rubim Almeida
60

O Golpe de 64 e a montagem do sistema bipartidário: Arena e MDB
no Espírito Santo

Ueber José de Oliveira
79

O movimento estudantil na Ufes e a luta contra a ditadura: 1964-1968

Alexandre Caetano
107

Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a
modernização conservadora e a repressão política

Pedro Ernesto fagundes

Vitor Amorim de Ângelo

140

Considerações sobre a atuação dos bispos católicos do estado do
Espírito Santo sob a visão dos agentes da DOPS/ES (1970-1985)

Erilaine Ribeiro da Silva

165

Das APM's à abertura política: Max Mauro e a ditadura militar no
Espírito Santo (1970-1984)

Amarildo Mendes Lemos

189

A campanha pelas Diretas já! no estado do Espírito Santo

José Carlos Rocha Junior

210

Apresentação

O golpe de 64 e a ditadura estão entre os assuntos mais estudados da história política brasileira recente, a ponto de qualquer tentativa de se fazer uma menção às obras consideradas mais relevantes incorrer em graves injustiças. Ao completar, nesse ano de 2014, cinquenta anos, a intervenção militar contra o governo de João Goulart e o regime autoritário que a ela se seguiu vêm sendo amplamente revisitados por novos ou conhecidos historiadores, sociólogos, cientistas políticos e outros profissionais das ciências humanas que, seja por meio de livros, artigos ou eventos acadêmicos, têm buscado sinalizar para diferentes possibilidades de estudos surgidas a partir das reflexões que o distanciamento histórico permite realizar, considerando as novas técnicas e metodologias de pesquisa, as novas fontes documentais outrora inacessíveis, além, é claro, de novos apontamentos de natureza teórica.

A presente coletânea, intitulada *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*, que ora apresentamos, enquadra-se exatamente nesse contexto e propósito. Este livro reúne pesquisas acadêmicas realizadas no âmbito de programas de pós-graduação – especialmente do PPGhis-Ufes – cujos autores, cada um a seu modo e com base em diferentes recortes e pressupostos, procuram analisar o golpe e a ditadura em seus rebatimentos no Espírito Santo, cotejando os fatos e processos regionais aos que ocorreram no plano nacional.

Tendo como referência essas considerações, esta coletânea é aberta com o texto de Pedro Ernesto Fagundes acerca de um evento que precedeu ao golpe: a organização da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* no Espírito Santo. No capítulo, além da Marcha, o autor trabalha a forte repressão que se abateu sobre setores identificados tanto com o governo Goulart quanto sobre outros segmentos políticos e sociais diversos, especialmente o movimento estudantil, os sindicatos e as organizações de esquerda. O autor destaca também as várias cassações ocorridas no estado, a exemplo do Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo e do então deputado federal Ramon de Oliveira Netto.

Em seguida, no segundo capítulo, Ueber José de Oliveira trata dos reflexos do golpe de 1964 no Espírito Santo. O principal objetivo do texto é compreender a crise político-institucional verificada no Brasil a partir do início da década de 1960 – crise que serviu de contexto para a deposição de João Goulart – e os rebatimentos desse processo de radicalização no Espírito Santo. O foco do autor recai sobre o posicionamento dos principais atores no nível estadual, individuais ou coletivos, diante das articulações que culminaram no golpe.

No terceiro capítulo, Dinoráh Lopes Rubim Almeida analisa o pouco conhecido, porém, importante, episódio da luta armada ocorrido na região do Caparaó, entre 1966 e 1967. Trata-se da primeira insurgência armada contra a ditadura brasileira, desencadeada na Serra do Caparaó, localizada entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A autora trata da formação, do idealismo e do desfecho tomada por aquela ação armada, que se inspirou na tática guerrilheira cubana e foi rapidamente desarticulada pelas forças de repressão.

No quarto capítulo do livro, Ueber José de Oliveira retorna com um texto que versa sobre a política formal verificada durante o regime autoritário, analisando o rearranjo político-partidário das principais forças políticas – antes inseridas numa estrutura multipartidária – no novo cenário institucional, composto por apenas dois partidos: Arena e MDB. O autor também apresenta os poucos espaços de atuação política formal que passaram a ser disputados pelos atores políticos locais, procurando estabelecer proximidades com o poder, inclusive com o intuito de manter suas vinculações políticas, bem como suas carreiras.

Na sequência, o historiador e jornalista Alexandre Caetano faz uma reflexão acerca de alguns dos aspectos que marcaram a atuação do Movimento Estudantil (ME) no Espírito Santo entre os anos de 1964 a 1968, procurando entender a rebelião estudantil naquele período – em especial no ano de 1968, quando ocorreram grandes manifestações e confrontos de rua nas principais regiões do país.

No sexto capítulo, Pedro Ernesto Fagundes e Vitor Amorim de Angelo discutem as contradições entre a consolidação de uma memória positiva da ditadura no Espírito Santo, fundamentada nas realizações econômicas e no desenvolvimento regional no período em questão, e a forte repressão política que ocorria nos porões do DOPS e demais órgão do

regime autoritário. Os autores apontam criticamente que a leitura positiva da história do Espírito Santo durante a ditadura, com foco nas realizações do regime autoritário no período, representa a memória de segmentos da sociedade capixaba que estiveram alinhados com os militares.

Na sequência, no sétimo tópico, Erilaine Ribeiro trata da atuação dos Bispos Católicos no Estado do Espírito Santo a partir dos documentos do Dops, analisando o processo de vigilância desse órgão em relação aos sacerdotes, especialmente bispos, que tiveram destacada atuação no Estado.

Por fim, os dois últimos capítulos do trabalho trazem análises acerca do processo de abertura política e seus rebatimentos no estado. O texto de Amarildo Lemos trata da trajetória de um segmento do MDB/PMDB genericamente identificado como *autênticos* cuja maior liderança foi Max de Freitas Mauro e José Carlos Rocha Junior trata da campanha das Diretas Já no Espírito Santo, apresentando os principais acontecimentos no plano nacional para analisar um dos mais importantes fatos do processo de abertura política no nível estadual. Nesse sentido, o autor apresenta a ação dos partidos políticos envolvidos nas Diretas, o apoio dos sindicatos, a formação de comitês pré-eleições diretas para presidente da República e a realização de um grande comício em abril de 1984, em Vitória

Desse modo, o conjunto de textos que compõem a presente coletânea procurou abordar, sob diferentes enfoques, o golpe a ditadura numa perspectiva de análise regional, mas sem perder de vista o conjunto mais amplo das questões que permeavam e permeiam ainda hoje a realidade nacional.

Assim, além de contribuir com debate que neste momento se encontra no centro das atenções da sociedade brasileira, este livro, ao direcionar o olhar para a história, pensada não como pusilânime da historiografia oficial, mas como instrumento orgânico e voltado também para a análise transformação política e social, procura contribuir para a própria democracia brasileira e seu aperfeiçoamento – o que deve ocorrer permanentemente.

Pedro Ernesto Fagundes
Ueber José de Oliveira
Vitor Amorim de Ângelo

I

PEDRO ERNESTO FAGUNDES*

A Marcha de Vitória: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital do Espírito Santo (1964)

Vitória, 31 de março de 1964. As primeiras informações sobre as manobras militares visando destituir o presidente João Goulart provocam imediata reação dos setores alinhados com o governo do líder trabalhista. Tanto que a Frente de Mobilização Popular (FMP/ES) e a União Estadual de Estudantes (UEE/ES) elaboraram notas que foram publicadas no jornal *A Gazeta*, na edição de 1º de Abril.

Assinada por Augusto Carlos Calmon Nogueira Gomes, presidente da FMP/ES, a nota fazia menção à UEE/ES, ao Conselho Sindical dos Trabalhadores, à União Espírito-Santense de Estudantes Secundaristas (UESES), à Federação Camponesa e ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como entidades representadas pela FMP/ES. Num tom profético o texto afirmava:

FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

Alerta ao Povo

[...] no dever patriótico de alertar ao povo capixaba para as maquinações golpistas que ora se articulam em nosso País visando a derrubada nas próximas

* Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS - UFES). Doutor em História Social (UFRJ).

horas do Presidente da República. Os gorilas que ontem levaram Vargas ao suicídio, os mesmos grupos reacionários que levaram Jânio Quadros à renúncia, prepararam-se agora para tentar derrubar o Presidente João Goulart e instalar uma ditadura fascista em nossa Pátria.¹

Intitulada “Aos Estudantes e ao Povo” a nota da UEE/ES era assinada por Carlos Salla Pissinali, estudante do curso de medicina da UFES e presidente em exercício da entidade, seguiu a mesma linha da nota da FMP/ES, ou seja, denunciar a “articulação de um golpe contra as Liberdades populares” e a “derrubada do Regime Democrático”. O texto termina informando que a UEE ficaria em “reunião permanente articulada com a União Nacional dos Estudantes”.

Durante essa “reunião permanente”, segundo depoimento² de Perly Cipriano,³ os estudantes concentrados na antiga sede da UEE/ES, na Rua Washington Luiz, resolveram realizar uma passeata até o Palácio Anchieta. No dia 1º de abril de 1964 dezenas de estudantes cruzaram a Rua Sete de Setembro, caminharam pela Praça Costa Pereira e subiram em direção a Cidade Alta, local da sede do governo. Como veremos em outros textos desse livro, apesar de receber uma comissão de estudantes, o governador Francisco Lacerda de Aguiar estava afinado com as lideranças civis do Golpe de 1964. A Rádio Capixaba, controlada na época pela Arquidiocese de Vitória, foi obrigada a entrar “em rede” com outros veículos de comunicação que apoiavam o golpe.

Apesar das tentativas de reação, os primeiros momentos pós-golpe de 1964 foram marcados por uma onda repressiva que gerou centenas de detenções e prisões de sindicalistas, estudantes e funcionários públicos ligados ao presidente João Goulart (1961-1964). Entre os detidos estavam membros da Frente de Mobilização Popular, do Conselho Sindical, integrantes da UEE, dirigentes do Partido

¹ ALERTA ao povo. **A Gazeta**, 1º de abril de 1964, p. 4.

² Entrevista concedida a Pedro Ernesto Fagundes em 2012.

³ Anos depois Perly Cipriano militou no movimento estudantil capixaba. Preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional ficou preso entre 1970 e 1979.

Trabalhista Brasileiro (PTB) e pessoas identificadas como militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Muitos ficaram detidos durante algumas horas para averiguações, no quartel do Corpo de Bombeiros Militar, na Praça Misael Pena, região central de Vitória, ou na Chefatura da Polícia Civil. Contudo, existem relatos de pessoas que ficaram presas sob custódia do Exército durante algumas semanas, nas dependências do então 3º Batalhão de Caçadores (3ª BC), atual 38º Batalhão de Infantaria (38º BI).

Um dos casos mais dramáticos ocorreu com o militante estudantil Jaime Lana Marinho, estudante de odontologia da UFES e dirigente da UEE. Em seu depoimento na Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, relatou que, depois de sua detenção, foi levado com outros prisioneiros para as dependências do 3º BC, na cidade de Vila Velha. Nesse local ficou detido por algumas semanas, durante as quais foi submetido a uma série de pressões e torturas, tais como ser acordado no meio da noite e ser submetido a uma encenação de fuzilamento, ser deixado em uma pequena embarcação durante todo o dia, sem alimento e/ou água, além de interrogatórios e ameaças de morte.

A repressão atingiu representantes de outros setores da sociedade capixaba, entre eles um parlamentar e o reitor da UFES. Entre os parlamentares cassados logo depois do Golpe de 1964, constava Ramon de Oliveira Netto, deputado federal eleito pelo PTB, que figurou na lista dos 99 primeiros cidadãos brasileiros que perderam seus direitos políticos. Contra Dr. Ramon, como era conhecido, pesavam suas estreitas ligações com o presidente João Goulart, com os movimentos sociais e sua atuação em defesa das chamadas Reformas de Base.

As ações repressivas também atingiram a UFES. O fato mais conhecido foi o afastamento do professor Manoel Xavier Paes Barreto, do cargo de reitor da instituição. Como primeira e única instituição pública de ensino superior no estado, a UFES e seu cargo de reitor eram extremamente visados. Contra o reitor, a única acusação era o fato de ter sido nomeado pelo presidente João Goulart. Contudo, mesmo depois do afastamento do reitor, a onda de perseguições prosseguiu dentro da UFES. O próprio Conselho Universitário – instância máxima da instituição – sofreu interferência direta do general Newton Reis, comandante do 3º BC.

Para aprofundar o “saneamento ideológico” no interior da UFES, foram instaurados inquéritos administrativos em todos os centros da universidade. Dessa forma, foram criadas comissões compostas por professores militares, representando o 3ª BC. Durante os trabalhos dos inquéritos, dezenas de estudantes, funcionários e professores da UFES tiveram que prestar esclarecimentos, principalmente sobre as atividades dos centros acadêmicos, participação em greves, publicação de impressos, correspondências com países do bloco soviético e participação em partidos políticos e organizações consideradas subversivas (Ligas camponesas e PCB).

As comissões de inquérito contaram com a presença de militares ligados ao Exército. A comissão de inquérito do Centro de Estudos Gerais (GEG) – não existia CEG, que só foi criado em 1968. Não seria da Faculdade de Filosofia (Fafi)? -, por exemplo, além dos professores do GEG – Não existia de CEG na época, também foi acompanhada pelo coronel Humberto Pinheiro Vasconcelos, comandante militar do ES (como assim ?????). Importante destacar que, ainda durante os trabalhos de inquérito, o presidente da comissão solicitou informações à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ES) sobre os antecedentes de alguns dos investigados.

No Ofício nº 65/64, de 16 de junho de 1964, é possível perceber o ritmo dos trabalhos das comissões de inquérito, abertas contra opositores da “Revolução”. No documento, Luiz Fernando Rodrigues, delegado do DOPS/ES, responde a Nilo Martins da Cunha, presidente da comissão de inquérito do GEG/UFES (????), informando que devido ao volume de solicitações de todas as repartições federais naquele momento, seria impossível encaminhar as informações solicitadas sobre professores arrolados no inquérito da UFES.

Como vimos, apesar dos relatos de prisões, demissões, censura e tortura que marcaram o período pós-golpe de 1964 no Brasil e, especialmente, no Espírito Santo, diversos setores da sociedade organizaram manifestações para celebrar a vitória da “Revolução Gloriosa”. A seguir iremos destacar três desses episódios no Espírito Santo: as comemorações da posse do Marechal Humberto Castelo Branco; a publicação de um Caderno Especial no Jornal *A Gazeta* e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Vitória, 15 de abril de 1964. Não era dia de jogo ou ano de Copa do Mundo de futebol. Entretanto, o som de fogos de artifício, de *buginaços* de carros e navios, somados a repartições públicas e ao comércio fechados, em plena quarta-feira, conferiu à cidade um clima semelhante ao de comemoração de um título mundial de futebol. Naquele dia, Vitória, capital do Espírito Santo, parou para celebrar a posse do Marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) no cargo de Presidente da República.

Nos dias anteriores e posteriores à posse, segundo o cenário descrito pela imprensa capixaba, todo um roteiro de comemorações e saudações foi executado dentro do planejado. No clima dos festejos, os sinos da Catedral Metropolitana soaram exatamente às 16h30, horário marcado para a posse do novo mandatário do país. Colaborando no teor solene do momento, autoridades estaduais e municipais publicaram notas oficiais saudando, apoiando e desejando sucesso ao novo governante do Brasil.⁴

Um exemplo foi o texto da Câmara Municipal de Vereadores de Vitória (CMV) que, entre outras coisas, apresentava suas congratulações às Forças Armadas que, segundo a nota oficial, contaria com o “irrestrito apoio às medidas adotadas pelo comando revolucionário para a consolidação da vitória democrática”. Ironicamente, quem assina o comunicado da CMV é o vereador Wallace Vieira Borges, que anos depois, seria eleito deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda de oposição ao regime militar.

Com o mesmo objetivo também foram publicadas notas oficiais do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e do presidente da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo (Fecom-ES), respectivamente, Américo Buaiz e Darcy Brasileiro da Silva. Os dirigentes empresariais solicitavam que seus associados fechassem as portas a partir do meio dia, para que todos pudessem “festejar o reencontro de nossa pátria com os verdadeiros destinos democráticos”.⁵

A preocupação com os “destinos democráticos” do país acabou contagiando parte do empresariado capixaba. Tanto que, pouco depois,

⁴ A *Gazeta*, 15 de abril de 1964, p. 1.

⁵ A *Gazeta*, 15 de abril de 1964, p. 1.

o setor bancou um caderno especial no jornal *A Gazeta* para externar o contentamento de parte desse segmento da sociedade com os novos rumos nacionais. Dezenas de páginas da edição do dia 19 de abril do matutino foram reservadas para mensagens de felicitações de inúmeros grupos empresariais e representantes de órgãos públicos.

Entre os que publicaram homenagens no Caderno Espacial do jornal *A Gazeta*⁶, estava o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A, Companhia Telefônica do Espírito Santo, Chocolates Garoto S/A, Veículos do Espírito Santo S/A (Vessa), Coser Café S/A, Orlando Guimarães S/A, Bachour Exportação, a Tyresoles do Brasil S/A, a Casa Zardini, Lojas Unidas (Helal), Elias Miguel S/A, Serviços Áreas Cruzeiro do Sul e a Vitoriawagem.⁷ Em geral, as mensagens eram de felicitações à posse do Marechal Humberto Castelo Branco, nas quais os termos como “liberdade” e “democracia” foram os mais empregados.

Ainda no mesmo matutino, gostaríamos de destacar as mensagens da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales), do grupo Buaiz S/A Comércio e Indústria, da Itabira Agro-Industrial Limitada (Ltda)., Magazin e da Jabour Exportadora e Importadora.

A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, defensora incontestada da DEMOCRACIA envia as suas saudações as Forças Armadas ao Presidente Humberto Castelo Branco nessa hora em que reencontramos com LIBERDADE. Adalberto Simão Nader.⁸

Participa com satisfação da justa homenagem prestada as Forças Armadas e reafirma, nesta oportunidade, sua convicção de que, no usufruto de um regime compatível com nossas tradições, alcançarmos o equilíbrio social e econômico imprescindível à nossa grandeza e ao progresso. Buaiz S/A Comércio e Indústria.⁹

⁶ *A Gazeta* (Caderno Especial), 19 de abril de 1964, p. 4.

⁷ *A Gazeta* (Caderno Especial), 19 de abril de 1964.

⁸ *A Gazeta* (Caderno Especial), 19 de abril de 1964, p. 3.

⁹ *A Gazeta* (Caderno Especial), 19 de abril de 1964, p. 5.

Participando da justa homenagem que se presta as Forças Armadas, as Classes Produtoras do Espírito Santo reiteram, neste ensejo, sua confiança nos gloriosos destinos da Pátria Brasileira, sob a égide dos verdadeiros princípios de Democracia e Cristandade.... Federação do Comércio do Espírito Santo (Darcy Brasileiro da Silva- Presidente) e Federação das Industrias do Estado do Espírito Santo (FINDES). (Américo Buaiz - Presidente.).¹⁰

Quando as Forças Armadas e o povo brasileiro, fizeram retornar ao BRASIL o regime de Liberdade, saudamos de maneira especial, o presidente Humberto Castelo Branco baluarte da Democracia. Itabira Agro-Industrial Ltda. Cachoeiro de Itapemirim.¹¹

Nessa hora de tanta alegria pela vitória da Liberdade não poderia deixar de enviar suas saudações democráticas as Forças Armadas especialmente ao seu chefe supremo, o Presidente Humberto Castelo Branco. Jabour Exportadora e Importadora.¹²

Outras mensagens reuniam diversos signatários como a assinada pela A. Semblano e Cia. Ltda., Confeitaria Cipó e Supermercado das Carnes que, em sua mensagem conjunta, destacaram o papel das Forças Armadas no retorno de “nossa Pátria aos seus dias de tranquilidade”. O mesmo tom marcou a mensagem da Instaladora Vitória Ltda. que também destacou a atuação das Forças Armadas na recondução do “Brasil para o caminho da paz social e da compreensão política.”

Por sua vez o Frigorífico Industrial Capixaba S/A (Fricasa) dedicou sua nota aos “[...] vencedores da revolução que nos deu um governo digno”. No calor dos acontecimentos, outra manifestação

¹⁰ **A Gazeta** (Caderno Especial), 19 de abril de 1964, p. 7.

¹¹ **A Gazeta** (Caderno Especial), 19 de abril de 1964, p. 2.

¹² **A Gazeta** (Caderno Especial), 19 de abril de 1964, p. 2.

de apoio ao golpe partiu da Sorveteria Pinguim, que destacou o fato de “Poucos, muito brasileiros talvez não estejam satisfeitos com o espetáculo maravilhoso a que assistimos no dia 15 do corrente com a posse do novo presidente da República...”.

A nota do Centro de Comércio de Madeiras de Vitória tinha como título “Glória às Forças Armadas do Brasil”. A nota da Sociedade Comercial Irmãos Ferreira Ltda. afirmava que estava com as “Forças Armadas para um destino melhor”. A Administração do Porto de Vitória também se juntou as outras mensagens, declarando que “Quando a Pátria, sobressaltada, via fugir as últimas esperanças democráticas levantaram-se as Forças Armadas, [...] e fizeram-na retornar ao caminho do dever cívico, do respeito humano as liberdades”. A nota da Administração do Porto de Vitória prosseguia, fazendo uma referência entre a navegação e o desejo de bom governo para o Marechal Castelo Branco “[...] com votos mais cordiais e mais sinceros, que conduza o grande barco da esperança – o Brasil – pelos caminhos da liberdade e da democracia [...]”.

As demonstrações de apoio ao Golpe de 1964 continuariam concentrando esforços de significativos setores da sociedade. Entre as manifestações de apoio à “Revolução democrática”, a que mobilizou numericamente mais setores da sociedade foi a “Marcha com Deus pela Liberdade”.

Antes de falar sobre a Marcha de Vitória, é importante destacar que essa manifestação na capital capixaba não foi um ato isolado. A primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade aconteceu em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, e reuniu 600 mil pessoas num protesto contra o governo do presidente João Goulart.

A concentração na capital paulista foi organizada como um desagravo ao chamado Comício da Central do Brasil, evento organizado pelos partidários de Goulart em 13 de março. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta, os organizadores da Marcha de São Paulo formaram uma frente anticomunista composta “por um arco de alianças que unia praticamente todos os segmentos da elite brasileira, e que ainda encontrava significativo apoio nas classes médias”.¹³

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 267.

Pode-se dizer que o anticomunismo foi um movimento que surgiu em nível internacional, sobretudo depois da Revolução Russa. O temor do conjunto dos setores dirigentes, de modo geral, teve como ponto de partida os acontecimentos de 1917. A partir daquela ano, a preocupação passou a centrar-se na tarefa de impedir que as teses dos comunistas fossem espalhadas por outras regiões. Afastar as propostas dos “vermelhos” do imaginário dos trabalhadores e da população em geral passou a ser a missão principal de inúmeros setores da sociedade.

Ao longo do século XX¹⁴, teriam ocorrido duas grandes ondas anticomunistas de maior intensidade no Brasil. Uma primeira onda se manifestou entre os anos de 1935-1937, ou seja, logo após os Levantes Armados de 1935. Posteriormente, entre os anos de 1961-1964. Esses dois momentos de maior efervescência anticomunista tiveram desfechos semelhantes: a instalação de regimes ditatoriais, no caso, em 1937, o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964.

A visão dos comunistas como inimigos dos valores cristãos, foi um dos pontos mais utilizados no rico universo que alimentava o imaginário anticomunista. A Igreja Católica foi a principal instituição a trabalhar no sentido de estabelecer um vínculo entre o Comunismo com figuras demoníacas, satânicas e diabólicas. A própria Rússia era retratada como um inferno na terra, lugar de pura devassidão e perturbação dos pilares fundamentais da família e da religião cristã.

Entre os militares brasileiros, a imagem do Comunismo como um perigo à soberania nacional ganhou força, principalmente depois dos Levantes Armados de novembro de 1935, que ficaram conhecidos pelo termo pejorativo de “Intentona Comunista”. O combate aos comunistas passou a ser uma das tarefas prioritárias das Forças Armadas, pois, ao perseguir os comunistas, os militares estariam defendendo a integridade nacional, a ordem institucional, a hierarquia, a soberania nacional, enfim, a própria pátria.

As teses anticomunistas tiveram na Igreja Católica e nas Forças Armadas, uma das mais importantes divulgadoras. Entre a elite católica e os militares o anticomunismo foi um elemento catalisador e unificador,

¹⁴ Para saber mais sobre manifestações anticomunistas no Brasil, ver: Motta (2002).

principalmente durante as Marchas. Ambas as instituições estiveram em sintonia nos eventos que marcaram as comemorações pela vitória da “Revolução de 1964”.

Outro ponto em comum com as passeatas em outros estados foi a participação de “grupos de mulheres”, segundo a imprensa local, na convocação da Marcha de Vitória. Nos outros estados do país, é importante destacar a participação de grupos de mulheres ligadas a Igreja Católica. Entre essas entidades, podemos citar a União Cívica Feminina (UCF), de São Paulo, a Liga da Mulher Democrata (Limde), de Belo Horizonte e a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde).

A Camde foi uma das organizadoras da “Marcha” na cidade do Rio de Janeiro. Na capital fluminense, o ato ocorreu em 2 de abril e teve um caráter de “Marcha da Vitória”, com 2 milhões de participantes (CORDEIRO, 2009, p. 61-64).

Especialmente em decorrência do sucesso da passeata do Rio de Janeiro as Marchas adquiriram, em pouco tempo, abrangência nacional e estatuto de um autêntico movimento em apoio ao golpe civil-militar, posto que boa parte delas ocorreu posteriormente ao 31 de março (PRESOT, 2010, p. 82).

Em seu estudo, a historiadora Aline Presot contabilizou um total de 69 Marchas em diversos estados do país, exceto o Espírito Santo (PRESOT, 2010). Se incluirmos na lista as passeatas de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória chegamos a um total de mais de sete dezenas de Marchas, concentradas entre os meses de março e abril de 1964, que “pretendiam demonstrar o caráter popular do golpe, uma vez que nesse momento uma grande parcela dos cidadãos ia às ruas comemorar a Vitória, das ‘ação de graças’ pelo afastamento do comunismo das terras brasileiras” (REIS, 2005, p. 31).

Como afirma Daniel Aarão Reis, “outras marchas se seguiram em várias cidades, em processo até hoje mal estudado” (PRESOT, 2010). Assim, numa legítima união entre o “sagrado” (Igreja) e o “profano” (empresários), como ocorreu em dezenas de outros municípios brasileiros, em Vitória essa manifestação reuniu milhares

de pessoas com uma finalidade mais específica: comemorar o golpe de 31 de março.

Em sua edição de 23 de abril, o jornal *A Gazeta* relatou o sucesso e a tranquilidade de mobilização semelhante que ocorreu na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, região sul do estado. Essa foi, provavelmente, a primeira Marcha realizada no Estado e, segundo Jacy Romanelli, também foi a maior concentração pública da história do município, percorrendo as principais ruas da mais importante cidade do interior capixaba¹⁵.

Na mesma edição do matutino (jornais diários não são periódicos) são destacados os preparativos para a realização da Marcha na capital. Estava programada para aquele dia, às 08h30min, uma reunião da comissão organizadora da Marcha, no edifício Ouro Verde, que trataria dos últimos acertos para a concentração marcada para acontecer no dia 25 de abril. A programação previamente divulgada informava que, a concentração para a saída da Marcha, seria em frente ao Colégio Salesiano, a partir das 15h. Em seguida, a multidão partiria em direção à Concha Acústica, no Parque Moscoso, região central da cidade.

O jornal *A Gazeta* informou a adesão de representantes da Findes, Fecom, do presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), do presidente da CMV, do Arcebispo Metropolitano, do Governador do Estado e do Comandante do 3º BC. O teor das matérias sobre o evento destacavam sempre o caráter espontâneo da iniciativa e seus objetivos “democráticos”.

Alcançou extraordinária repercussão a notícia da realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e imediatamente todas as correntes religiosas se uniram em forma de compondo várias comitivas que se espalharam por vários pontos da Capital e municípios vizinhos procurando fazer convite ao povo, indistintamente de credo político ou religioso, uma vez que a Marcha não tem dono,

¹⁵ Para maiores informações sobre as Marchas com Deus pela Liberdade que ocorrem em outras cidades brasileiras, ver em: Cordeiro (2009).

é de todo o povo unido e livre que deseja ver a Nação crescer em paz e democraticamente.¹⁶

A matéria da imprensa destacava que o rádio foi outro veículo de comunicação utilizado para convocar à participação na Marcha. Apesar de não citar nomes das componentes da Comissão Organizadora da Marcha, a matéria do jornal *A Gazeta* reproduziu o apelo feito pelas “senhoras da comissão organizadora” para que todos comparecessem à Marcha com “lenços brancos ou bandeiras do Brasil ou do Espírito Santo, para maior brilhantismo do movimento”¹⁷.

Como dissemos, fazendo o papel de porta-voz da Marcha, o jornal solicitava que empresas de ônibus e automóveis particulares transportassem gratuitamente as pessoas interessadas em participar do evento, pois essa concentração “ficará na história do Espírito Santo como a maior demonstração de esperança de um povo [...] nos destinos democráticos”. Assim como em outras capitais do país, também em Vitória a face pública da organização da Marcha ficou a cargo das “senhoras da comissão organizadora”. Contudo, em nenhum momento antes do evento, as matérias do jornal *A Gazeta* citam o nome de qualquer dessas “senhoras”.

Outra solicitação das “senhoras”, reproduzida nas páginas daquele jornal, foi em relação ao vestuário dos participantes. Foi solicitado que os homens comparecessem “vestidos esportivamente”, pois assim a manifestação seria mais democrática e cumpriria sua finalidade de “redenção democrática”. A escolha dos oradores da manifestação, segundo a matéria do jornal, também ficou a cargo das “senhoras”, pois era preciso garantir o caráter apartidário e plural para “esta demonstração de fé em Deus por ter nos conservado livres”.

Para garantir a participação de um grande público, uma “comissão de senhoras” percorreu as repartições públicas (municipais, estaduais e federais) reforçando o convite para a Marcha. A intenção era contar com a participação do “Governador do Estado ao mais humilde funcionário”. Servidores do Poder Legislativo, o Comandante

¹⁶ *A Gazeta*, 21 de abril de 1964, p. 3.

¹⁷ *A Gazeta*, 21 de abril de 1964, p. 3.

do 3º BC, o da Escola de Aprendizes Marinheiros (Eames) e o da Polícia Militar do Espírito Santo (PM-ES) também estavam entre os convidados para a Marcha.

A “comissão de senhoras” também procurou os representantes dos empresários, do comércio e da indústria, para buscar apoio ao movimento. Em resposta, o Clube dos Diretores Lojistas de Vitória aderiu à Marcha e convocou todos os seus associados para comparecerem ao ato, “numa demonstração de confiança nos destinos de nossa Pátria”.

Com a manchete “Marcha da Família com Deus será hoje e terá como ponto culminante a Praça Roosevelt”, a mobilização convocada para aquele dia ocupava espaço privilegiado na primeira página da edição de sábado, 25 de abril de 1964, do jornal *A Gazeta*.¹⁸ A matéria repassava informações sobre o horário do início da Marcha, a confirmação das autoridades que usariam a palavra, informava ainda que duas ambulâncias ficariam no apoio e que o comércio iria fechar as portas e liberar seus empregados para o evento.

A mesma matéria informava que a Marcha iria ser “filmada e televisionada” e que diversas rádios do interior do Estado entrariam “[...] em cadeia para a transmissão da Marcha”. A informação mais importante era sobre a mudança do itinerário da Marcha: antes a manifestação sairia das imediações do Colégio Salesiano e faria uma concentração no Parque Moscoso.

Segundo a “comissão organizadora da Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a mudança foi feita em virtude da expectativa de um grande público para o ato. Assim, o temor era que o “pequeno espaço existente dentro do Parque Moscoso, em frente à Concha Acústica”, não comportasse todos os participantes do evento. Prevendo uma “multidão”, segundo o texto do jornal, o novo local escolhido seria a ampla Praça Roosevelt – atual Avenida Jerônimo Monteiro – em frente às escadarias de acesso ao Palácio Anchieta e ao lado do Porto de Vitória. Próximo a dois símbolos da sociedade capixaba: o Palácio Anchieta (poder político) e o Porto de Vitória (poder econômico).

¹⁸ *A Gazeta*, 25 de abril de 1964, p. 03.

Em 25 de abril de 1964, atendendo a ampla convocação, milhares de pessoas participaram da versão capixaba da Marcha com Deus pela Liberdade. Novamente segundo matéria do jornal *A Gazeta*, o evento foi – até aquele momento – a maior concentração popular da história do Espírito Santo, como podemos perceber na manchete: “Milhares de Pessoas na Marcha da Família”.

As edição dos dias 26 e 27 de abril – na época o jornal não circulava no segunda-feira, por isso a edição de domingo era dupla– estampou em sua primeira página, uma fotografia da multidão concentrada nas proximidades da escadaria do Palácio Anchieta, sede do Governo Estadual.¹⁹ Como dissemos, o nome desse local era Praça Roosevelt, atualmente parte da Avenida Jerônimo Monteiro. Na imagem é possível perceber que inúmeras pessoas carregavam faixas e cartazes. À frente da manifestação, estavam as bandas do 3º BC, da PM e da Eames.

Também é possível visualizar alguns automóveis que serviam de carros de som e pessoas empunhando bandeiras do Brasil e do Espírito Santo. Na lateral, próximo à grade do Porto de Vitória, estavam estacionados caminhões e ônibus que, provavelmente, transportaram os participantes da Marcha. Outro detalhe é que a maioria dos participantes estava vestindo roupas brancas. As escadarias do Palácio Anchieta serviram como arquibancada para várias pessoas que acompanhavam a manifestação.

Durante a “[... maior concentração que se tem notícia no Espírito Santo]”, segundo matéria de *A Gazeta*, marcharam empresários, estudantes, militares da Marinha e Exército, representantes dos trabalhadores e dos estudantes, parlamentares, membros do Poder Judiciário, do clero e do governo estadual.

Essa amplitude ficou explícita na relação de oradores que participaram do ato público em frente ao Palácio Anchieta. De acordo com os registros do periódico, fizeram discursos: Jaci Romanelli (trabalhadores liberais), Hegner Araújo (junta de intervenção da União Estadual de Estudantes – UEE/ES),²⁰ Leonor Miguel Feu

¹⁹ *A Gazeta*, 26 e 27 de abril de 1964, p. 1.

²⁰ Logo depois do golpe de 1964 a União Estadual de Estudantes (UEE) sofreu uma intervenção.

Rosa (em nome da mulher capixaba), Beresford Martins Moreira (Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória - JCJ), Darcy Brasileiro da Silva (Presidente da Fecom e Associação Comercial de Vitória), o professor Jair Dessaune (em nome do “povo”) e João Batista da Silva (em nome dos trabalhadores), Dom João Batista da Motta e Albuquerque (arcebispo de Vitória) e o coronel Newton Reis (comandante do 3ª BC).

O amplo elenco de oradores é um exemplo de como destacados setores da sociedade capixaba aceitaram a intervenção militar para a crise política da época. Os três primeiros oradores procuraram exaltar o papel das mulheres na organização da mobilização que culminou na Marcha com Deus pela Liberdade em Vitória. O primeiro a discursar foi Jaci Romanelli que “exaltou o papel da mulher brasileira na Revolução”.

Outro orador que destacou a participação das mulheres foi Beresford Martins Moreira (Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória). Representando as mulheres capixabas, segundo *A Gazeta*, falou uma das “maiores incentivadoras” da Marcha capixaba: a senhora Leonor Miguel Feu Rosa. Segundo o jornal, esse discurso “mereceu extraordinária soma de aplauso”.

Muito feliz a oradora em ressaltar o papel da mulher na luta pela reintegração do País no regime democrático, corroído em suas bases por maus brasileiros que queriam mudar o rumo de nossa história, levando-nos aos braços do comunismo.²¹

O discurso seguinte foi de Beresford Martins Moreira – presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória – que também destacou os “relevantes serviços” das mulheres capixabas e das Forças Armadas na defesa da “democracia”. A luta contra os “maus brasileiros” foi a tônica do discurso de Darcy Brasileiro da Silva (Presidente da Fecom e da Associação Comercial de Vitória).

A junta de intervenção da União Estadual de Estudantes (UEE/ES) foi representada no ato pelo estudante Hegner Araújo, que

²¹ *A Gazeta*, 26 e 27 de abril de 1964, p. 03.

homenageou o “Movimento Revolucionário”. O orador seguinte foi o professor Jair Etienne Dessaune que, segundo o matutino, falou “em nome do povo”. Em sua fala o professor relatou que desde a década de 1930 sempre esteve mobilizado contra “os vermelhos que tentam comunizar a nossa terra.”

O teor anticomunista do discurso professor Jair Etienne Dessaune remonta sua origem política na década de 1930. Na época, o professor foi um dos mais importantes dirigentes do núcleo capixaba da Ação Integralista Brasileira (AIB), inclusive, sendo eleito vereador pela AIB, nas eleições municipais de 1935, em Vitória (FAGUNDES, 2011, p. 9). Coincidentemente também foi registrado o apoio de outro antigo integralista na Marcha com Deus pela Liberdade na cidade de São Paulo. No caso da capital paulista, foi Plínio Salgado – ex-chefe nacional da AIB – quem discursou.

Ainda segundo *A Gazeta*, mesmo tendo feito apenas uma saudação aos participantes da Marcha, uma das figuras mais aplaudidas foi D. João Batista da Mota e Albuquerque, arcebispo de Vitória. A matéria do jornal esclarece que mesmo estando no interior do Estado, assim que o arcebispo foi informado dos preparativos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade “rumou para a nossa capital, irmanando-se ao povo no grande acontecimento”.

O ponto culminante da manifestação, como afirma a matéria no jornal, foi o discurso do Coronel Newton Reis, representante do “Comando Revolucionário” do Espírito Santo. Antes de iniciar sua intervenção, o militar afirmou que “acabara de ser solicitado pelo Governador do Estado, que também falasse em seu nome”. Logo em seguida, o coronel também destacou a importância da mulher brasileira.

[...] dias antes tinha sido procurado por uma comissão de mulheres que pediram fosse ele o Porta Bandeira da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. – Falei que ninguém mais nobre, ninguém mais merecedor daquela honraria do que elas, mulheres brasileiras que, eram as responsáveis que estamos tendo atualmente.²²

²² *A Gazeta*, 26 e 27 de abril de 1964, p. 3.

Apesar de não terem discursado, estiveram presentes na Marcha: Francisco Lacerda de Aguiar (Governador do Estado); Deputado Estadual Antônio Miguel Feu Rosa; Américo Buaiz (Presidente da Federação de Indústrias do Espírito Santo); Dr. Carlos Abboud (Presidente do Tribunal de Justiça) e Wallace Vieira Borges (Presidente da Câmara Municipal de Vitória).

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Vitória foi encerrada aos acordes do hino nacional tocado pelas bandas do 3º BC e da PM-ES. Como veremos em outro artigo, durante a ditadura militar o 3º BC e a PM-ES passaram a atuar de forma afinada também na repressão aos chamados “subversivos” no estado do Espírito Santo.

Ainda no clima de celebração e festejos, ocorreu um encontro em Vitória que reuniu a elite política e empresarial do Estado e um convidado muito especial. Em 25 de maio de 1964, 45 dias depois do golpe, um evento para inaugurar um centro de formação de trabalhadores reuniu – como a imagem registra – entre sorrisos e brinde, Francisco Lacerda de Aguiar (Governador do Espírito Santo), Américo Buaiz (Empresário e presidente da Findes), Alberto Simão Nader (Deputado Federal) e Lincoln Gordon (embaixador do EUA).

O embaixador Lincoln Gordon foi o principal articulador e incentivador²³ da participação do governo Norte-Americano na conspiração que culminou na queda do governo de João Goulart²⁴. Sua presença em Vitória indica como a elite empresarial e política do Espírito Santo estava em sintonia com os rumos da “Revolução de 1964”. Como pretendemos demonstrar, tal sintonia permaneceu inalterada durante todo o período da ditadura militar.

Referências bibliográficas

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

²³ Sobre a participação do governo Norte-Americano e do embaixador Lincoln Gordon na queda do presidente João Goulart, ver em: Fico (2008).

²⁴ Ainda sobre a participação do governo Norte-Americano no golpe de 1964, assistir o documentário *O Dia que Durou 21 anos*. Direção: Camilo Tavares. Produção: Brasil, 2012.

- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os Integralistas no Estado do Espírito Santo. **Revista Ágora**, Vitória, n.13, 2011.
- FICO, Carlos. **O Grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PRESOT, Aline. Celebrando a Revolução. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

II

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA*

A crise, o Golpe de 64 e seus rebatimentos no estado do Espírito Santo**

O Golpe de 1964 no Brasil: aspectos gerais

A instauração do Golpe de 64 e a institucionalização do Regime Militar no Brasil têm sido temas de pesquisas de diversos cientistas políticos, historiadores, sociólogos, antropólogos – que produziram uma literatura variada a respeito da temática em nível nacional –, tornando esse período um dos mais estudados da história política brasileira, a ponto de Silva (2009, p. 9) concluir que “[...] qualquer tentativa, neste momento, de se fazer uma menção apenas às obras mais relevantes existentes sobre o assunto seria, necessariamente, incompleta e cometeria injustiças [...]”.

Carlos Fico (2004), no seu balanço de literatura, faz referência a, pelo menos, dois tipos de análise, que acabaram se tornando comuns. Na primeira, percebe aquilo que chama de espécie de politologia, na qual, “[...] inspirados, sobretudo, pela vertente norte-americana da Ciência Política, muitos estudiosos buscaram explicar e classificar, em termos quase nominalistas, as crises militares de países como o Brasil [...]” (FICO, 2004, p. 31). Nesses estudos, o historiador indica que os militares

* Doutor em Ciência Política – Ufscar e Mestre em História Social das Relações Políticas – Ufes. Contato email: ueberoliveira@yahoo.com.br

** O presente texto é parte integrante da minha Tese de doutorado, defendida em 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), com o título “Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982)”, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Villa.

apareceriam como uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou como força a serviço de determinados grupos sociais. Nesse sentido, um único modelo teórico seria suficiente para explicar, por exemplo, os regimes militares latino-americanos, uma vez que haveria, segundo tais interpretações, alguma singularidade entre eles.

Todavia, embora essa vertente tenha produzido expressiva bibliografia, ela carece de fundamentação. Conforme salienta Angelo (2011, p. 26), atribuir a instalação das várias ditaduras a um só processo é um equívoco, uma vez que

[...] apesar das referências em comum, como o envolvimento dos EUA nas questões internas desses países e o temor comum de que estivessem vivendo sob uma séria ameaça *subversiva* (no limite, comunista), o que existiu, na prática, foi tão somente uma *coincidência histórica*, e não um mesmo processo, com várias ditaduras sendo instaladas simultaneamente enquanto organizações de esquerda optavam pelo caminho armado - às vezes, como na Argentina, ainda no regime democrático [...]” (ANGELO (2011, p. 26).

O segundo gênero predominante de estudos dessa primeira fase seria aquilo que o mesmo Carlos Fico (2004) definiu como o da *memorialística*, que se tornou bastante numeroso a partir do processo de distensão iniciado pelo Governo Ernesto Geisel (1974-1979). Para Fico (2004), esses estudos foram, de certa forma, a primeira tentativa de construção de uma narrativa histórica sobre o período, embora já existisse uma ou outra incursão nesse sentido, especialmente no que se refere ao governo Goulart e sua ruína. Foi essa *memorialística* que constituiu o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais se revelariam mitos ou estereótipos.

Entre tais mitos e estereótipos, estão aqueles que apontam para o perfil supostamente “moderado” e “legalista” do Presidente Castelo Branco, elaborado pela memorialística de viés direitista, em trabalhos como os de Viana Filho (1975) e Dulles (1983); e a transmutação da luta armada em “resistência democrática”, engendrada pela memorialística à

esquerda, encontrada nos livros de Fernando Gabeira (1979) e Alfredo Sirkis (1980), só para ficar em dois exemplos.

Sobre a segunda abordagem, os escritos de Angelo (2011, p. 18) não deixam dúvidas quanto ao fato de terem sido decorrentes de um trabalho de memória, uma vez que “[...] a guerrilha jamais representou uma ameaça concreta à ditadura e a repressão não poderia ser a simples resposta para a luta armada [...]”. O pesquisador completa essa afirmação enfatizando que “[...] foram os militares e não os guerrilheiros que se fortaleceram usando a luta armada como justificativa para o próprio recrudescimento da ditadura” (ANGELO, 2011, p. 18).

Quanto à tese segundo a qual o Presidente Castelo Branco teria sido *moderado* e *legalista*, o professor Carlos Fico (2004) nos dá a medida exata do que aquela fase do regime militar representou, bem como acerca das investidas daquele grupo que se convencionou chamar de *Linha Dura*:

[...] Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder. Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios do período, pois informa que o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longa estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã” [...] (FICO, 2004, p. 34)

A presente tese, por princípio, endossa o pensamento de Carlos Fico (2004). Considera que, no processo de institucionalização do Regime, as forças político-militares genericamente identificadas como *Linha Dura* se movimentavam, e com sucesso, no sentido de permanecerem no poder, o que contradiz a análise segundo a qual teria ocorrido uma espécie de “golpe dentro do golpe”. Assim, advogamos a proposição, em consonância com Kinzo (1988), de que os militares, juntamente com os civis comprometidos com o Golpe de 64, trabalharam na intenção de instaurar uma espécie de *democracia tutelada*.

Sobre esse aspecto, interessante mencionar o trabalho de tese do professor Eduardo Munhoz Svartman (2006) a fim de se compreender sobre quais bases ideológicas buscou-se instaurar a referida *democracia tutelada*. No texto, o autor investiga a atuação política de um grupo de vinte e quatro generais¹ identificados com o pólo intervencionista-controlador do Exército Brasileiro envolvido nas conspirações que levaram à derrubada do governo João Goulart em 1964.

O trabalho identifica que esses personagens tiveram uma formação profissional intensamente politizada e acumularam experiências que os distinguiam das demais frações do Exército em função da recorrente ocupação de cargos públicos. Svartman (2006), embora reconhecendo que se tratava de um grupo de militares heterogêneo, defende que a ação política extra-militar dos *Generais de 64*, em alguns pontos, convergia, a exemplo do *anticomunismo*, das posições *antioligarquicas* e de defesa da *modernização nacional*.

Segundo o autor, no decorrer de suas longas trajetórias, os membros do grupo operavam na esfera política conforme três perfis

¹ O autor estudou um segmento do Exército em que nem todos aderiram ao Golpe, mas que, em vários momentos, assumiram posições convergentes e cultivaram afinidades com o ato golpista. Nominalmente, foram os seguintes oficiais, num total de 24: Odílio Denys, Conrobert Pereira da Costa, Eduardo Gomes (embora Brigadeiro, iniciou sua carreira no Exército), Juarez Távora, Peri Bevilacqua, Ademar de Queiroz, Amauri Kruehl, Alcides Etcheegoyen, João Punaro Bley, Olímpio Mourão Filho, Castelo Branco, Costa e Silva, Orlando Geisel, Antônio Carlos Murici, Idílio Sardemberg, Juracy Magalhães, Jurandir Mamede, Sisenio Sarmiento, Lira Tavares, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, Afonso Albuquerque Lima, Golberi do Couto e Silva, Cordeiro de Farias. O autor adverte que, embora alguns desses militares não se enquadrassem nos critérios adotados quanto à escolha, foram mantidos no grupo pelas suas importâncias. Somente como exemplo, mencionamos os nomes dos Generais Conrobert Pereira e Alcides Etcheegoyen, falecidos em 1955 e 1956, respectivamente.

distintos – *rebelde-insurrecional*, *tecno-burocrático* e *conspirador institucional* – que, no entanto, convergiam em torno de um mesmo repertório de ações e de representação do mundo político. Uma vez atuando na esfera política, as práticas dos *Generais de 64* se davam predominantemente no sentido de se opor à mobilização política da sociedade e de implementar uma modernização nacional por vias centralizadoras e autoritárias que, no entanto, se auto-proclamava democrática e denunciava o nacional-populismo como comunista.

Svartman (2006) salienta a difícil demarcação de uma esfera política e outra militar, dadas as influências transversas que uma exerce sobre a outra. Mas argumenta que os militares possuíam relativa clareza de quando agiam em um meio no qual predominava as regras da caserna e de quando operavam no mundo *paisano*, dos *políticos profissionais*. E, quando agiam nesse último espaço, mobilizavam recursos típicos da arena política, como campanhas de caráter público. Exemplos disso são a Cruzada Democrática e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, além da disputa de eleições.

Ademais, o autor indica que, desde Benjamim Constant, os militares se colocavam como uma espécie de *reserva moral* politicamente desinteressada e comprometida apenas com a *Nação*. A isso se soma a ideia de o exército ser “[...] a única instituição de abrangência verdadeiramente nacional, ao contrário dos “políticos” e das elites regionais, cujos interesses “particularistas” e “contraditórios” constituem um entrave ao progresso e uma ameaça à segurança [...]” (SVARTMAN, 2006, p. 67).

É nesse aspecto que o trabalho de Svartman (2006) auxilia o entendimento do nosso objeto de estudo. Segundo ele,

Outro elemento do repertório é o fundamento técnico-científico do exercício do poder. Diante de um panorama em que os generais de 1964 pintam as “elites” como despreparadas e o “povo-massa” como presa fácil da manipulação dos “políticos profissionais”, do populismo ou do comunismo, esses agentes se auto-representam como sendo aqueles que verdadeiramente conhecem o Brasil, seu povo e seus problemas. Portadores de saberes

técnicos e da crença de que estes lhes franqueavam a solução “objetiva” dos problemas brasileiros, pretendiam credenciar uma elite dirigente cuja legitimidade repousava mais na sua propalada competência que na investidura pelo voto [...]. O saber técnico deveria garantir um governo acima dos interesses particulares, que “dividiam a nação”, e legitimaria a autonomia do Estado em relação a sociedade, pois estaria sempre agindo em favor do “bem comum” e da harmonia social. Negava-se com isso a legitimidade do conflito como instituidor da democracia e, em nome do despreparo das elites tradicionais e da população e em nome do compromisso dessa elite “preparada” com o bem comum, legitimava-se uma posição tutelar e autoritária (SVARTMAN, 2006, p. 67).

Nesse sentido, na prática, a intenção das forças políticas alçadas ao poder após o Golpe de 64 era restringir os espaços de participação política aos apoiadores do regime, isto é, enquadrar os diversos grupos político-partidários. Quanto a esse aspecto, vale a pena recorrer, mesmo que de passagem, à análise de algumas peças-chave daquele contexto, entre elas aquela que figurou como uma das mais importantes na montagem do arcabouço institucional do regime, no sentido de revesti-lo juridicamente de *legitimidade*: a figura de Francisco Campos, que fez a redação do primeiro Ato Institucional, inaugurando, em 9 de abril de 1964, uma nova legalidade autoritária.

Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) era um advogado e político mineiro que, desde a época de jovem estudante, manifestara sua identidade com a *democracia restrita*, submetida ao controle da autoridade; jamais escondeu seu desprezo ao Estado liberal e às instituições democráticas. Sua biografia política destaca a identidade com o fascismo, externada desde a fundação da Legião de Outubro², em

² Organização política criada em Minas Gerais com a finalidade de oferecer apoio ao regime surgido da Revolução de 1930. A Legião de Outubro teve existência breve e apresentava traços programáticos e organizativos semelhantes aos movimentos fascistas. Sua criação desagradou aos líderes tradicionais do outrora todo poderoso Partido Republicano Mineiro (PRM), que teve grande parte de suas bases atraídas para a nova organização. Dela fizeram parte, além de

Minas Gerais, após a Revolução de 30, e a organização de um desfile em Belo Horizonte, constituindo os legionários, uma milícia uniformizada com camisas cáqui. Além disso, juntamente com Eurico Gaspar Dutra, foi articulador do golpe de Estado que instituiu o Estado Novo em 1937, dando contornos à ditadura de Getúlio Vargas (PEREIRA, 2005, no prelo).

Na década de 1950, além de conservar sua costumeira postura anticomunista e conservadora, cultivava a tradicional identidade liberal capitalista, combinada com a defesa dos interesses agrários (PEREIRA, 2005, no prelo). Vale ressaltar ainda, a respeito de Silva Campos, que, após o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 – o qual restabeleceu o presidencialismo e a plenitude do governo do Presidente João Goulart – ele integrou-se à conspiração que depôs o presidente constitucional.

Francisco Campos procurou caracterizar o golpe de Estado de 1964 à luz da teoria da revolução, objetivando justificá-lo como a própria fonte de direito. Desprezou, assim, as concepções doutrinárias clássicas de Hobbes, Locke e Rousseau acerca da teoria do pacto social como fonte originária do poder político (PEREIRA, 2005, no prelo). Além disso,

[...] advogou a tese do poder constituinte por imposição, portanto, essencialmente antidemocrática. Por conseguinte, submeteu os poderes Legislativo e Judiciário à vontade dos mandatários do poder Executivo, doravante indiretamente eleitos, já considerado produto do *ato revolucionário*, que se autolegitimou como soberano, faltando-lhe, talvez, a lembrança da legitimação pela vontade divina, de qualquer modo subjacente no simbolismo da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* [...] (PEREIRA, 2005, no prelo, p. 9).

Finalmente, os autores e signatários do primeiro Ato Institucional expressavam com clareza a intenção de institucionalização do regime,

sobrepujando históricas conquistas da subdivisão harmoniosa dos três poderes, doutrinariamente construída por Locke e Montesquieu. Acima dos fundamentos democráticos historicamente conquistados com muita dificuldade, pairava no âmbito da cultura política brasileira aquilo que o Professor Valter Pires Pereira (2005, no Prelo) denominou de *o Novo Leviatan Tupiniquin*, concebido nas entranhas do autoritarismo representado por Francisco Campos e correligionários. Foi assim que concordaram em manter o Congresso Nacional, deixando bem claro que “[...] a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação [...]”³.

Assim, no dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco foi investido do poder presidencial, inaugurando uma série de governos militares no país. No dia 17 de julho do mesmo ano, por meio da Emenda Constitucional nº 9, com a justificativa de que as medidas de reestruturação política e econômica adotadas ou por adotar não se poderiam concretizar no prazo de vigência do AI-1, o Congresso aprovou, por maioria absoluta, a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, adiando as eleições presidenciais de 1965 para a data de 3 de outubro de 1966.

Esse adiamento desagradou parte dos civis que haviam apoiado a *revolução*, porque se sentiram frustrados na expectativa de participar das eleições de 1965. Tal frustração fez com que passassem a críticos intransigentes do governo. Nesse grupo, destacaram-se, além do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o senador Juscelino Kubitschek e o então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, estes dois últimos candidatos, respectivamente, do PSD e da UDN à presidência da República.

Até o fim daquele ano, o governo empreendeu uma série de expurgos, não admitindo a defesa dos acusados. As listas sucessivas impuseram punições diversas a cerca de 3.500 pessoas – entre as quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se exilou em Paris –, enquanto

³ BRASIL, **Ato Institucional**, nº 1, de 09 de Abril de 1964, Brasil (1964). Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s>. Acesso em 23 jan. 2012.

centenas de inquéritos policiais-militares (IPM) foram instaurados para apurar *as atividades comunistas no Brasil*. Efetivamente, aproximadamente 102 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados em todo o país, entre as quais o presidente João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes. Constava também na lista o Deputado Federal do Espírito Santo, Ramon de Oliveira Netto (PTB)⁴, que era uma das lideranças do Bloco Nacionalista na Câmara dos Deputados, autor do substitutivo da reforma agrária e relator da lei de remessa de lucro para o exterior⁵, ambos muito polêmicos na época.

O ambiente político-social do Espírito Santo e o governo Chiquinho

Em termos regionais, no momento da instauração do Golpe de 1964, o Espírito Santo era governado por Francisco Lacerda de Aguiar⁶, eleito em 1962, tendo vencido Jones dos Santos Neves⁷, ex-interventor de Vargas (1943-1945) e ex-governador (1951-1954). Chiquinho, como popularmente conhecido, pertenceu ao PSD até momentos antes do pleito de 1954, partido que abandonaria para se candidatar ao Governo do Estado pela *Coligação Democrática*, quando se saiu, pela primeira vez, vitorioso. Lacerda de Aguiar era fazendeiro de Guaçuí, sul do Estado, e iniciara sua carreira política em meados da década de 1920, quando

⁴ Ramon de Oliveira Netto nasceu em 1926 na vila de Celina, no Município de Alegre, sul do Espírito Santo. Coursou o ginásio em Carangola (MG) e o científico em Juiz de Fora, no mesmo Estado. Nessa época, era presidente de grêmio estudantil. No Rio de Janeiro, onde cursou medicina, conheceu a esposa Olga, com quem teve quatro filhos. Após cursar medicina, mudou-se para Colatina, norte do Espírito Santo, e iniciou sua atividade política, chegando ao posto de Deputado Federal. Após sua cassação, ocorrida em 1964, mudou-se de Colatina para o Rio de Janeiro, onde passou a se dedicar exclusivamente à medicina, não retornando à carreira política. Em 2005, voltou a viver no Espírito Santo, no Município de Colatina. No momento em que esta tese está sendo escrita, tem 86 anos e vive na Capital Capixaba.

⁵ MEDEIROS, Rogério. **O 13º subversivo**. Século Diário, Vitória, p. 1-3, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/seculo/2001/seculo18/index9.htm>>. Acesso: Acesso em 19 set. 2011.

⁶ Francisco Lacerda de Aguiar foi governador do Espírito Santo em duas oportunidades: uma, entre 1954 e 1958; e outra, entre 1963-1966.

⁷ Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma, como interventor, entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley, que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Outra, depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, quando retornou ao Palácio Anchieta para o segundo mandato a frente do executivo estadual entre os anos de 1950 e 1954.

atuou, juntamente com sua família, no processo de emancipação do Município. Posteriormente, em 1936, fora eleito vereador pelo PSD, sigla criada durante o Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) para dar sustentação aos interventores varguistas nos Estados. Após a redemocratização ocorrida em 1945, voltou a ingressar no PSD, partido do qual só se desligou em 1954. Além disso, Chiquinho foi interventor de Guaçuí (1945 a 1947), depois Prefeito eleito da mesma cidade (1947 a 1950) e Deputado Federal (1950 e 1954) (SILVA, 1995).

Antes da campanha para Governador em 1954, Lacerda de Aguiar era praticamente desconhecido no Estado como um todo. Isso porque todas as suas atividades políticas, econômicas e sociais eram realizadas na região sul do Espírito Santo e no Estado Rio de Janeiro⁸. Aliás, antes de eleito, em 1954, não conhecia a região norte capixaba e havia estado apenas umas quatro vezes na Capital (SILVA, 1995; OLIVEIRA, 2010). Assim, sua formação política estava muito mais impregnada de padrões verificados na então capital federal (Rio de Janeiro) cujas ramificações chegavam muito mais facilmente à região sul, especialmente Cachoeiro de Itapemirim, que, embora decadente nesse período, ainda representava um dos principais centros urbanos do Espírito Santo.

Quanto à sua formação, embora de origem aristocrática e conservadora, Chiquinho acabou tendo contato, por laços matrimoniais, com concepções mais liberais e mais à esquerda, uma vez que se casou com Zélia Vianna, filha de Geraldo Vianna, membro do antigo Partido Republicano do Espírito Santo, na década de 1920. Desse partido, Chiquinho se tornou dissidente para integrar as fileiras da Aliança Liberal em 1930. Além dessas influências, também passou a conviver com correntes de pensamento mais à esquerda, pela relação que estabeleceu com duas tias de sua esposa – Emiliana e Zinha Émile –, sendo a primeira mais liberal e a segunda, D^a Zinha, co-fundadora da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Guaçuí, em 1935, e do Partido Comunista da Cidade, em 1945.

Segundo opinião de Silva (1995), da qual compartilhamos, o fato de Chiquinho ter convivido na família com diversas correntes

⁸ Chiquinho foi, ainda, na juventude, jogador de futebol e de basquete do Clube de Regatas Flamengo.

políticas, muitas das quais diametralmente opostas, contribuiu para que ampliasse seus horizontes, o que, no limite, acabou imprimindo ao seu perfil maior flexibilidade de posições. Isso o levou, num ambiente fragmentado politicamente, marcado pela massificação da política e cristalização do padrão populista típicos da democracia do pós-guerra, a ampliar seus arcos de alianças e a obter êxitos eleitorais. Essa pode ser uma das explicações para a capacidade de aglutinação das diversas forças políticas do Estado reunidas na chamada *Coligação Democrática*, bem como para as duas vitórias que obteve sobre o todo poderoso PSD (1954 e 1962).

Retomando a realidade capixaba no contexto do golpe de 64, convém ressaltar que, na Assembleia Legislativa, conforme quadro abaixo, a correlação de forças beneficiava o Governo Lacerda de Aguiar, que contava com uma ampla maioria. O único partido que fazia oposição sistemática era o PSD, que possuía 14 dos 43 deputados estaduais. Os demais parlamentares (num total de 29), embora membros de partidos cujas bancadas nem sempre eram unidas e fiéis ao Governador, faziam parte da coalizão do governo *Chiquinho*, o que propiciava uma margem de manobra bastante confortável para o mandatário.

Tabela 1 - N° de representantes, por partido, na Assembleia Legislativa – ES (1963-1966)

PARTIDO	QUANTIDADE DE CADEIRAS
PSD	32,55 % (14)
PSP	20,93 % (9)
PTB	20,93 % (9)
UDN	16,27 % (7)
PRP	6,97 % (3)
PDC	2,32 % (1)
TOTAL	100 % (43)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-ES.

Portanto, politicamente, vivia-se no Estado o apogeu da polarização entre o PSD e as forças políticas reunidas na *Coligação Democrática*, o que permeou todo o período 1945-1964. Importante salientar que, em termos de interesses político-econômicos, o PSD, desde as articulações em torno da definição de quem concorreria ao

pleito de 1962, estava sob o comando das forças ligadas aos setores urbano-industriais. As forças agro-fundiárias/mercantis-exportadoras ligadas ao café, cujo maior expoente era Carlos Lindenberg, tinham perdido espaço no interior da sigla. A nova crise econômica que se iniciava no setor cafeeiro, além de enfraquecer os agrupamentos políticos a ele ligados, abriu espaço para o que chamamos de *Consenso de Necessidades* (VILLASCHI, 2011) em torno de projetos mais urbano-industriais. Para a reflexão que segue, basta a ideia mais geral com a qual estamos trabalhando: nas circunstâncias em que ocorreu o Golpe de 64, a polarização entre PSD e *Coligação Democrática* expressava um conflito maior, consubstanciado em mudanças de hegemonia, em que setores industriais passaram a prevalecer sobre os setores agrofundiários, algo que no Espírito Santo ocorre de forma tardia e retardatária, se comparado às demais unidades federativas, especialmente do Sudeste.

Curiosamente, até as vésperas do Golpe de 64, a política capixaba ainda não havia sido contaminada pelas agitações que ocorriam no plano nacional. Os principais jornais capixabas da época mostravam um Estado que, pouco antes do golpe de 1º de abril, acompanhava à distância os embates que acabaram conduzindo o Brasil ao golpe e ao regime militar. Isso não quer dizer que o Estado estivesse imune a tais conflitos. Havia quem se posicionasse de forma mais veemente de um dos lados da disputa, tal como o jornal *A Tribuna*, propriedade do PSP de Adhemar de Barros, dirigido na época pelo jornalista Djalma Magalhães, que se declarou a favor do golpe⁹. Além desses, havia também posicionamentos erráticos ou indecisos, como o do Jornal *A Gazeta*, que passou a legitimar o movimento somente nas vésperas do Golpe. Todavia, nada que se comparasse à campanha feita por veículos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, como *O Globo*, *Tribuna de Imprensa*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Folha da Manhã*, entre outros, que se posicionavam abertamente a favor de uma conspiração militar que pudesse *salvar* o Brasil da corrupção e do perigo da infiltração comunista.

⁹ Portanto, o posicionamento de *A Tribuna* se torna compreensível, já que se tratava de um veículo ligado ao então governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP), um dos maiores ícones *populistas* do país, que viria a ser um dos “líderes” civis do golpe.

No plano nacional, a exceção foi o Jornal *Última Hora*, comandado pelo jornalista Samuel Wainer, veículo que era direcionado a segmentos populares, o qual fazia vigorosa defesa do governo do Presidente João Goulart. Os veículos pró-golpe vendiam a ideia de um país à beira do caos, ameaçado de transformar-se numa suposta e fantasiosa “república sindicalista” pelas mãos de Jango (WAINER, 2005; FERREIRA, 2011).

No Espírito Santo, além de *A Tribuna*, jornais como *A Gazeta*, propriedade de Carlos Lindenberg e veículo de comunicação oficial do PSD, e *O Diário*¹⁰, pertencente ao então Governador Lacerda de Aguiar e veículo à disposição da *Coligação Democrática*, estavam muito distantes do tom histérico e apoteótico impresso no noticiário dos principais jornais cariocas, paulistas e mineiros¹¹.

Efetivamente, os jornais capixabas, enquanto veículos oficiais dos principais grupos políticos constituídos na cena política local da época, mostravam que o Espírito Santo tinha outras prioridades nos anos iniciais da década de 60, sendo as mesmas muito mais locais. Os três primeiros meses de 1964, por exemplo, foram marcados pelo auge da hoje esquecida campanha pela encampação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), concessionária responsável pela distribuição de energia no Espírito Santo, de capital canadense e famosa pela péssima qualidade dos seus serviços, marcados pelos *apagões* e pelo alto valor das suas tarifas¹². A campanha pela encampação, cuja liderança coube ao General José Parente Frota, à época, também Deputado Estadual pelo PSD, se relacionava com o fato de o Governo do Estado continuar a construção da Usina Hidrelétrica de Rio Bonito, de iniciativa da gestão Jones dos Santos Neves (1951-1954), e se sustentava no argumento do líder da campanha pela encampação, na tese de que “[...] não valia a pena

¹⁰ O Arquivo Público do Espírito Santo dispõe de poucos exemplares do jornal *O Diário* – 1969 e janeiro de 1970. Isso porque, pouco tempo antes de fechar suas portas, a sede do Jornal foi destruída por um incêndio.

¹¹ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a “revolução redentora”. **Século Diário**, 10 dez. 2002. Disponível: <http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm>. Acesso em: 28 ago. 2011.

¹² CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a “revolução redentora”. **Século Diário**, 10 dez. 2002. Disponível: <http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm>. Acesso em: 28 ago. 2011.

entregar a sua distribuição à Central Brasileira [...] [pois esta parte] é o filé mignon do processo [...]”.¹³

Aliás, encampação parecida havia ocorrido em 1959 no Rio Grande do Sul, durante o Governo Leonel Brizola (1959-1962), com a Companhia de Energia Elétrica Riograndense – subsidiária da American & Foreign Power –, episódio que foi alvo de muitas críticas por parte dos setores mais à direita e pelo Governo norte-americano.¹⁴ A esse respeito, o General José Parente Frota, que era conservador, relata que entrou na campanha “[...] para não deixar o movimento cair na mão dos comunistas [...]”,¹⁵ tal como supostamente teria ocorrido no sul.

Inclusive, a campanha contra a CCBFE levou a população do Espírito Santo a boicotar a empresa por meio do não pagamento da conta de energia,¹⁶ e por pouco não levou a uma greve do setor.¹⁷ Além disso, encontrou amplo apoio do principal jornal do Estado – *A Gazeta* – que quase diariamente trazia matérias e até *palavras de ordem* sobre a encampação da empresa.¹⁸

¹³ FROTTA, José Parente. **General Frota**: um nacionalista levado pelo golpe ao ninho conservador. 1982. Entrevista concedida a Rogério Medeiros, Vitória, 25 mai. 1982.

¹⁴ As repercussões negativas da encampação da empresa por Leonel Brizola podem ser encontradas em: Villa (2004).

¹⁵ FROTTA, José Parente. **General Frota**: um nacionalista levado pelo golpe ao ninho conservador. 1982. Entrevista concedida a Rogério Medeiros, Vitória, 25 mai. 1982.

¹⁶ CAMPANHA contra a Central Brasileira continua: povo não paga a conta de luz. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 25 jan. 1964.

¹⁷ A greve estadual contra a CCBFE jamais foi realizada. Mas, anos depois, curiosamente no período do Regime Militar, a empresa foi efetivamente substituída por uma empresa estatal, Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (Escelsa), reprivatizada, em 1995, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Sobre essa encampação e o chamado casamento das centrais elétricas do Espírito Santo, ver: RIBEIRO, Luiz Claudio. **O casamento das elétricas capixabas**: um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (1951-1968). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

¹⁸ Durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 1964, diversas matérias e editoriais sobre o assunto foram veiculadas no Jornal *A Gazeta*. Algumas delas foram as seguintes: ADVOGADO escreve a Parente Frota pondo-se à disposição da campanha pela encampação do truste (CCBFE), *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 23 jan. 1964; COMISSÕES do Sul reunidas em Vitória para tratar da encampação da CCBFE, **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 3 jan. 1964; FROTA: Departamento jurídico prepara memorando sobre a CCBFE. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 24 jan. 1964; CAMPANHA contra a Central Brasileira continua: povo não paga a conta de luz. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 25 jan. 1964; FUNCIONÁRIOS da CCBFE visitam residências e

No Legislativo Estadual, o Deputado Mário Gurgel, membro da parcela minoritária e mais à esquerda do PTB, era uma das poucas vozes que pendiam para a defesa do Governo Jango. Em contrapartida, o Deputado estadual Hécio Pinheiro Cordeiro (UDN) defendia mais abertamente e com veemência o movimento golpista, ao qual se somavam outras vozes mais conservadoras, como a da Deputada pessedista Judith Leão Castello Ribeiro, que travou debates bastante acalorados com o Deputado Mario Gurgel (PTB) (GURGEL, 2008).

Simultaneamente à campanha contra a CCBFE, o mesmo Jornal vinculado ao PSD, que naquele momento se encontrava na oposição, desenvolvia implacável campanha contra o Governo de Francisco Lacerda de Aguiar: veiculava quase que diariamente um turbilhão de denúncias e críticas contra a administração do referido governador.¹⁹ Indicava-se, especialmente, a má gestão dos recursos públicos, acompanhada da desordem a que a administração estadual estava submetida, e apontava-se para a falta de preparo técnico de Chiquinho.²⁰

propõem recebimento das contas de luz. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 31 jan. 1964; POVO foi exigir do Governo a encampação da CCBFE. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 5 fev. 1964; VERDADE ou heresia? **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 06 fev. 1964; PARENTE Frota: população capixaba hoje exigirá do Governador encampação da Central Brasileira. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 06 fev. 1964; CENTRAL Brasileira faz proposta indecorosa ao Prefeito Santana. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 06 fev. 1964; CACHOEIRENSES empolgam campanha e condenam CCBFE à encampação. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 19 fev. 1964;

¹⁹ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a “revolução redentora”. **Jornal Século Diário**, 10 dez. 2002. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm>. Acesso em: 28 ago. 2011.

²⁰ Algumas das matérias contra Chiquinho são as seguintes: ABUSANDO da mentira. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 3 jan. 1964; PRESIDENTE da Assembléia insulta o Governo depois de atritar com o Secretario de Fazenda. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 3 jan. 1964; GOVERNO apresenta saldo negativo no primeiro ano. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 31 jan. 1964; DEUS guarde o Estado do Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 31 jan. 1964; ENTREVISTA do Governador. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 6 fev. 1964; VERDADE ou heresia? **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 06 fev. 1964; UM governo de mentiras. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 19 fev. 1964; GOVERNO arrecadou Cr\$ 600 milhões e nega-se a pagar o funcionalismo. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 27 fev. 1964; O JEITO era Jones. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 11 mar. 1964; MAIS um escândalo no Governo: Secretaria de Agricultura colabora para a sonegação de impostos federais e municipais. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 11 mar. 1964; LACERDA de Aguiar patrocina novo assalto à bolsa do povo: aumentou preços nas passagens de ônibus. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 22 mar. 1964; GOVERNADOR mata [de fome] doentes nos hospitais. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 25 mar. 1964; GOVERNO é responsável pela situação aflitiva do homem do campo. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 25 mar. 1964; entre várias outras.

No que tange ao chefe do executivo, durante os dois períodos em que governou o Estado (1955-1958 e 1962-1966), ambos marcados por crises envolvendo militares, Chiquinho teve posicionamento pendular. No seu segundo governo, para o qual foi eleito pela *Coligação Democrática*, reuniu um amplo espectro de forças político-partidárias (PSP/UDN/PRP/PSB/PDC/PRT/PTN/PTB), destacando-se o PTB, partido do então Presidente da República. Em relação ao quadro de bipolaridade²¹ que marcava a política brasileira daqueles conturbados anos, ora o governador pendia para uma postura governista em âmbito federal, uma vez que tinha bom relacionamento com Jango²², ora pendia para uma postura de aproximação com aqueles que conspiravam. O fragmento de uma entrevista do Governador, feita em 1972, demonstra essa postura ambígua:

[...] O Jango também aparecia muito por aqui. Sempre lhe dizia que ele estava errado. Essa questão de tomar terras (Reforma Agrária) nunca houve. Não pode, está errado, né? Eu não era a favor de uma reforma daquele jeito: tomar as coisas dos outros. Era a favor de uma reforma cristã. Uma vez o Jango foi inaugurar uma obra em Bom Jesus e me convidou. Eu fui. Lá um secretário dele me pediu para fazer um discurso apoiando o que eles estavam fazendo. Eu não queria, mas acabei concordando. Mas fiz um discurso sobre o que eu estava pensando e não sobre o que eles queriam. O secretário de imprensa me disse: O Sr. não agradou, governador. Respondi: É por isso que não queria falar! No dia seguinte, o jornal A Gazeta deu em letras garrafais: Governador do ES desentoeu. Eles tentaram me enfiar nesse

²¹ Sobre esse quadro de radicalidade verificado na primeira metade dos anos 1960 e no Governo João Goulart, ver: Villa(2004); Ferreira (2011). E, ainda, Bandeira (2001); e Santos (2003).

²² Importante registrar que João Goulart mantinha o hábito de despachar no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, apesar de oficialmente a capital ter se transferido para Brasília. Pela proximidade, vinha constantemente ao Espírito Santo, especialmente nas férias, finais de semana e feriados prolongados, quando repousava na residência oficial do Governo estadual, na Praia da Costa, localizada no Município de Vila Velha, ES. Ressalte-se ainda que a família Goulart passou o carnaval de 1964 no Estado do Espírito Santo.

negócio de comunismo por que o Jango vinha muito aqui. Mas eu falei muitas vezes pro Jango: o Brasil precisa de tranquilidade e não de agitação. Falei isso com ele uma porção de vezes, lá na Praia da Costa. Ele me parecia um homem bom, mas a impressão que eu tinha é que não estava preparado pro governo [...] (AGUIAR, 1972).

Foi somente a poucos dias da deflagração do Movimento de 64, que começaram a aparecer no mesmo jornal *A Gazeta*, notas e notícias que alertavam para a possibilidade de um golpe. No dia 12 de março de 1964, por exemplo, *A Gazeta* registrou a ida de uma caravana capixaba, composta de sete ônibus, ao emblemático comício da Central do Brasil, realizado no dia 13, no Rio de Janeiro.²³ Mas, dias depois, por outro lado, um grupo de senhoras ligadas à UDN capixaba iniciou uma articulação no sentido de realizar, em Vitória, uma manifestação semelhante à *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, organizada por setores direitistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Resolveram, então, solicitar ao arcebispo de Vitória à época, Dom João Batista da Motta e Albuquerque²⁴, que coordenasse a manifestação. Mas Dom João não só se recusou a fazê-lo, como ainda condenou a manifestação conservadora. Foi o suficiente para que se iniciasse uma violenta reação de deputados estaduais conservadores, que denunciaram o “comunismo” de Dom João.

Curiosamente, *A Gazeta* saiu em defesa do bispo, tanto por intermédio de editorial, quanto por seus colonistas. Um deles chegou a chamar as tais

²³ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a “revolução redentora”. *Jornal Século Diário*, 10 dez. 2002. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm>. Acesso em: 28 ago. 2011.

²⁴ Dom João Batista da Motta e Albuquerque foi o sexto Bispo do Espírito Santo, entre os anos de 1957 e 1958. Com o desmembramento das dioceses de Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus e com a criação da Província Eclesiástica de Vitória, tornou-se o primeiro arcebispo metropolitano de Vitória, investidura na qual permaneceu até 1984, ano de sua morte. De 1962 a 1965, participou ativamente do Concílio Vaticano II. Vinculado à Teologia da Libertação, Dom João Batista era muito ligado a diversos movimentos sociais do Estado. Para maiores esclarecimentos, ver: VESCOVI, Alessandro. *À luz dos vitrais: a história da arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque*. 159f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

senhoras udenistas de “histéricas”.²⁵ Desse modo, a temperatura política no Estado começou a subir, de fato, nos dias que antecederam ao Golpe de 1º de abril de 1964, o que obrigava tanto a Chiquinho, quanto aos demais atores envolvidos, a tomarem suas posições.

De um lado, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) no Estado, Manoel Santana, pedia o apoio para Jango. Do outro, as notícias que vinham dos demais Estados e do 3º BC²⁶, comandado pelo Coronel Newton Fontoura Reis, apontavam que a *revolução* prevaleceria. Como Chiquinho tinha boas relações com os dois lados daquela disputa, além de um perfil conciliador, acabou esperando a poeira baixar antes de tomar qualquer decisão. Para Borgneth (2009, p. 67), caso “[...] o presidente se mantivesse no poder, ele sobreviveria, e se a provável vitória dos militares acontecesse, ele possuía uma carta secreta na manga já fazia algum tempo [...]”

A tal carta na manga era um acordo firmado com o então Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), nos meses que antecederam ao Golpe. Por ele, o Governo do Espírito Santo teria um papel estratégico nas movimentações que levariam à deposição do Presidente da República, especialmente se levarmos em consideração o fato de que, no calor dos acontecimentos de março/abril de 1964, existia a possibilidade iminente de que, contra o golpe, entraria em ação o famigerado *dispositivo militar de segurança*, coordenado pelo chefe do Gabinete Militar do Governo João Goulart, o General Assis Brasil, por meio do qual o Governo resistiria²⁷.

A mesma entrevista do governador Francisco Lacerda de Aguiar mencionada acima, concedida à *Revista Espírito Santo Agora*, em 1972, decorridos, portanto, aproximadamente oito anos do golpe, é esclarecedora nesse sentido. Nela, o ex-governador faz menção ao acordo com Magalhães Pinto, bem como comenta acerca das movimentações em torno do Golpe de 1964 no Espírito Santo:

²⁵ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a “revolução redentora”. *Jornal Século Diário*, 10 dez. 2002. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm>. Acesso em: 28 ago. 2011.

²⁶ À época, 3º batalhão de Caçadores, atualmente 38º Batalhão de Infantaria (38º BI).

²⁷ Para maiores esclarecimentos sobre o dispositivo militar de segurança de Jango, ver: Gaspari (2002a).

[...] fui um dos primeiros a aderir. O Magalhães Pinto apareceu aqui a pretexto de inaugurar uma agência bancária e combinou comigo o movimento no Estado. Aí nós entramos num acordo nas vésperas da *revolução* [...]. Eu tinha feito aquele pacto com o Magalhães. Ele achava que a revolução ia durar 90 dias. Ele não achava que ia ser como foi, achava que o porto de Vitória era estrategicamente importante. Por aqui, deviam entrar armas, abastecimento.²⁸

Levando em consideração o caráter seletivo das memórias, especialmente se observarmos o tempo decorrido entre a entrevista e os fatos arrolados, firma-se a ideia de que Chiquinho está apenas em parte correto. Isso porque as fontes revelam que ele não foi um dos primeiros a aderir ao movimento. Sobre esse assunto, reveladores são os escritos do jornalista Alexandre Caetano, em reportagem especial sobre o Golpe de 64 no Espírito Santo, publicada no *Jornal Século Diário*. A citação, embora extensa, dá a medida exata tanto do perfil político *escorregadio* quanto do posicionamento político de Chiquinho em momentos de crise:

[...] no dia 1º de abril, foi a vez dos *[sic]* estudantes realizarem uma passeata até em frente ao Palácio, onde também foram cobrar uma posição do governador. Os manifestantes arranjaram um quadro negro, onde escreveram com giz “ABAIXO O GOLPE!”. Depois dos discursos de líderes estudantis, muito matreiro, Chiquinho recebeu uma comissão de estudantes e entregou uma nota. [...] Ao sair do palácio, a comissão leu a nota do governador, que em síntese dizia: “Estamos com a Democracia e com o povo, pela legalidade”. Os estudantes bateram palmas, entendendo que Chiquinho havia se posicionado contra o golpe. Ledo engano. Esse mesmo

²⁸ AGUIAR, Francisco Lacerda. **Francisco, Chico, Chiquin, Chiquinho**. Entrevista concedida a *Revista Espírito Santo Agora*. Vitória, dez. 1972.

documento seria publicado dois dias depois do triunfo do golpe, para anunciar a adesão do governador ao movimento revolucionário. [...] Esse fato real e verídico, mais do que demonstração da dubiedade de Chiquinho, serve para ilustrar uma outra história, famosa no folclore político capixaba. Tão logo foi deflagrado o golpe, o então comandante do antigo 3º BC (hoje 38º BI), coronel Newton Reis, teria ligado para o Palácio Anchieta e perguntado para Chiquinho: “Governador, de que lado o senhor está?”. No seu peculiar e imperturbável estilo, Chiquinho teria dito: “Comandante, eu agora estou do lado do Colégio Maria Ortiz”.²⁹

Portanto, o perfil conciliador de Chiquinho e, em certos momentos, errático e indeciso não permitiria a adesão imediata, especialmente em se tratando de uma situação indefinida como foi o Golpe de 64. Desse modo, as fontes demonstram que Chiquinho protelou a sua definição até o último momento.

O Deputado Helsio Pinheiro Cordeiro (UDN), o maior defensor e um dos principais conspiradores no Espírito Santo, em depoimento concedido ao Jornalista Rogério Medeiros em 1984, esclarece acerca de tais informações:

[...] Foi assegurado antes da eclosão do movimento pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Veio acertar o porto para desembarque de tropas norte-americanas, se fosse necessário. O movimento partiu de Minas Gerais e era esperada uma reação através do general Kruel. Vitória seria um ponto de interesse para a revolução também para suprimento de tropas, para embarque e desembarque, e o ponto mais estratégico para

²⁹ CAETANO, Alexandre. A Revolução dos caranguejos: o Golpe de 64 no Espírito Santo. **Século Diário**. 10 dez. 2002. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/reportagens/index_golpe_militar01.htm>. Acesso em: 28 ago. 2011. Somente como esclarecimento: o Palácio Anchieta, sede do Executivo Capixaba, fica próximo ao Colégio Maria Ortiz, no centro da Capital, Vitória-ES.

garantir o êxito militar da revolução. Felizmente não foi necessário. Alívio para o Chiquinho³⁰.

Na mesma entrevista citada anteriormente, Lacerda de Aguiar descreve a fragilidade militar do Estado e reitera as articulações feitas com o então Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em que o chefe do executivo mineiro se comprometia a disponibilizar tropas que aguardariam em Governador Valadares, região interligada ao Espírito Santo por via férrea, bem como munição no sentido de dar condições de combate ao Espírito Santo, caso as forças políticas locais ligadas a Goulart resistissem ao golpe:

[...] Eu fiquei receoso quanto ao ponto de vista tático. Aqui não tinha gente pra tratar do movimento e a polícia era mal aparelhada em termos de combate. Eu sempre pedi munição, mas o governo federal não dava nunca. Ora, eu sabia que, com cinco minutos acabaria a munição do Estado. Falei pro Magalhães: a polícia é boa, mas não tem condições. Ele disse: eu deixo em Governador Valadares 5 mil homens a sua disposição. Na véspera do movimento chegaram a Vitória, Sílvio Sette, assessor de Magalhães e dois coronéis da Polícia Militar [...]. (AGUIAR, 1972).

Segundo Borgneth (2009), Chiquinho acabou aderindo ao movimento pela derrubada de João Goulart na véspera do acontecimento pelo fato de o então Governador achar que Jango

[...] pretendia fazer aqui uma república sindicalista, até disseram que o Espírito Santo era o primeiro

³⁰ CORDEIRO, Hélsio Punheiro. De conspirador golpista a opositor do Regime Militar. Entrevista concedida a Rogério Medeiros. **Revista Espírito Santo Agora**. Disponível em: <http://www.seculodiario.com/arquivo/2005/dezembro/10_11/reportagens/reportagens/10_12_02.asp>. Acesso em 22 set. 2011. Sobre a suposta integração do Espírito Santo na famigerada Operação Brother San, cujo depoimento do ex-deputado revela, não há qualquer documento que comprove que isso pudesse ter ocorrido de fato. Para maiores esclarecimentos sobre a dita operação, ver: Fico (2008).

estado e Sergipe o segundo. Então ia chegar aqui um sindicato e assumir o governo e eu, naturalmente, ia procurar apoio, não tinha, e ficava por isso mesmo. Aí faziam em Sergipe, em um outro estado pequeno até chegar nos grandes. “Isso quem me falou foi o Magalhães Pinto” (CHIQUEINHO *apud* BORGNETH, 2009, p. 68).

Segundo tal explicação, o perfil ideológico conservador de Chiquinho, afinado ao dos golpistas, teria falado mais alto em um momento de polarização política tal como o daqueles anos iniciais da década de 1960. Mas, em outro depoimento de Lacerda de Aguiar, citado pelo mesmo autor, encontramos uma resposta mais robusta ao questionamento acerca do que teria levado Chiquinho a aderir ao Golpe. Em 13 de março de 1964, portanto no dia em que ocorreu o Comício da Central do Brasil, Chiquinho estava no Rio de Janeiro e foi convidado por Jango para participar. No depoimento, aponta o principal motivo que o teria levado a aderir ao movimento golpista:

Eu estava no Rio de Janeiro quando Jango fez aquele comício da Central do Brasil, ele me telefonou para eu ir e eu não fui ao comício dele. Todos que foram acabaram cassados, eu fui o único que não fui porque eu não concordava com aquilo. Dividir meu suor, meu trabalho, um absurdo!” (CHIQUEINHO *apud* BORGNETH, 2009, p. 69).

O fragmento aponta o receio de perder o cargo. Como se sabe, a “[...] legitimação do governo militar passava, num curto prazo, pelo expurgo de líderes políticos vinculados ao regime anterior, em nome da ordem, e contra a ameaça comunista [...]” (ABRÚCIO, 1998, p. 60). Nesse sentido, não restam muitas dúvidas quanto ao fato de que a leitura e o cálculo que Chiquinho fez da conjuntura política do país o induzia a acreditar no sucesso do Golpe, levando-o à tomada de posição em favor dos golpistas.

O 1º de abril de 1964 no Espírito Santo, o ambiente de tensão e o posicionamento dos principais atores políticos

No dia 1º de abril de 1964, assim *A Gazeta* noticiou o movimento:

Segundo nota oficial da Presidência da República divulgada na noite de ontem pela Agenda Nacional, parte das guarnições militares do Estado de Minas Gerais, sob o comando dos Generais Guedes e Olímpio de Mourão Filho, sublevaram-se na manhã de ontem, o que provocou o imediato deslocamento de tropas do Exército para Minas Gerais [...].³¹

No dia 3 de abril de 1964, em editorial, o mesmo Jornal *A Gazeta*, legitimando o movimento, nos revela o clima de tranquilidade sobre o qual ocorrera:

[...] O que foram os acontecimentos que levaram o Sr. João Goulart a se exilar no Uruguai, todo povo os conhece e deles, se temos a lastimar se tivesse sido necessário o uso da força em lugar do remédio legal do “impeachment” do ex-presidente da República, temos que nos regozijar por dois aspectos. O primeiro, verdadeiramente milagroso, de ter tudo ocorrido sem choque armado. Evitaram-se as lutas fratricidas [...]. O segundo grande aspecto positivo, diz respeito à desambição das Forças Armadas que, dominando inteiramente a situação no país, mantendo em suas mãos todo o poder, apressaram-se a entregar ao Congresso Nacional, numa demonstração não apenas de patriotismo e desambição, mas acima de tudo, do desejo de que estão possuídos os militares de que o país reencontre a trilha democrática [...].³²

³¹ SUMAMENTE grave a situação em todo o país: rebeladas guarnições do Exército em MG. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 1º abr. 1964.

³² NOVA caminhada. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 3 abr. 1964; FORÇAS Armadas assumiram o comando do país e logo entregaram o Governo ao poder civil. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 1º abr. 1964.

No mesmo dia 3, o Governador fez, finalmente, o seguinte comunicado:

[...] Nesta hora grave para os destinos da nacionalidade, cumpre-me o dever de, na qualidade de vosso governador e amigo, dirigir-me a todos vós [...]. [...] Após consultar todos os membros do governo e as facções político-partidárias que o compõem e pensando na tranquilidade e na garantia da coletividade espírito-santense, conclamo o povo do meu estado a que nos mantenhamos unidos, em perfeita paz e harmonia e no mais cordial e franco respeito que sempre existiu na família capixaba [...]. [...] O governo está no firme propósito de assegurar todas as garantias para o estabelecimento das normas constitucionais e preservar, a qualquer custo, a segurança das instituições democráticas, para o que conta com a colaboração das forças militares aqui sediadas, na forma de entendimentos mantidos [...]. [...] Dentro desse propósito, o governo sempre se manteve e se manterá, confiando, para tanto, na solidariedade do povo capixaba, na proteção de Deus e da virgem da Penha [...].³³

Assim, o Golpe militar que se abateu sobre o país no dia 1º de abril de 1964 não encontrou, no Espírito Santo, grande resistência por parte daqueles poucos que defendiam o Presidente João Goulart e as Reformas de Base. Reproduziu-se, portanto, no Estado, a inoperância dos setores contrários ao Golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango, com raras exceções do movimento estudantil, que tentou organizar algumas manifestações, e de parte do movimento sindical que, ao fim e ao cabo, não saiu da retórica e de algumas poucas passeatas.

³³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). Atividades governamentais. **Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado**. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I, nº 3, abril, 1964.

As demais forças e lideranças políticas do Estado com representatividade aderiram ao movimento, independentemente se vinculados ao PSD ou aos partidos políticos que compunham a *Coligação Democrática*, com exceção da ala mais progressista do PTB. Entre as lideranças políticas de peso que apoiaram, direta ou indiretamente, o Golpe, se destacam: Carlos Lindenberg (PSD)³⁴, Jones dos Santos Neves (PSD), João Calmon (PSD), João Parente Frota (PSD), Christiano Dias Lopes Filho (PSD), Raul Gilberti (PSP), Asdrúbal Soares (PSP), Eurico Rezende (UDN), os irmãos Floriano e Isaac Rubin (PTB), entre outros. Uma das principais lideranças do PSD, Carlos Lindenberg, em depoimento concedido ao jornalista Amylton de Almeida, menciona alguns diálogos com seu irmão que, naquele momento, era general do Exército e importante conspirador:

[...] Eu estava sem mandato em 1964. Apoiei a revolução, mas como livre atirador. A gente sentia que tinha de ser tomada alguma providência por parte das Forças Armadas. Meu irmão sempre foi muito discreto, o marechal Lindenberg. Eu dizia a ele: Eu acho que o Exército devia pedir emprestadas as calças daquelas mulheres de Minas para poder tomar uma atitude. Ele ficava meio zangado comigo e nunca abriu o bico, nunca me contou nada do que estavam tramando. E ele era um dos cabeças, porque nessa época trabalhava com Castelo Branco no Ministério da Guerra e era ele quem fazia as ligações com os grupos; mas nunca abriu a boca para falar nada. Quando estourou a Revolução, ele passou sumido uma porção de tempo, só depois é que reapareceu [...] (LINDENBERG *apud* ALMEIDA, 2010, p. 442).

Na Assembleia Legislativa, composta em sua maioria por representantes do PSD, UDN, PSP e PTB, também não se registraram grandes manifestações contrárias ao movimento de 1964. Os dois

³⁴ Lindenberg congratulou-se com Marechal Castelo Branco pela posse na Presidência. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 16 abr. 1964.

principais blocos políticos – PSD, de um lado, e *Coligação Democrática*, de outro – se posicionaram, em sua maioria, favoravelmente. Tal postura se deveu ao receio das cassações, que levou a maior parte dos membros da Assembleia, tanto da oposição quanto da situação, a optar por uma postura discreta. A única voz que se manifestou contrária ao Golpe, no calor dos acontecimentos do dia 1º de abril de 1964, foi a do Deputado Mario Gurgel, do PTB³⁵, cuja passagem vale a pena relatar a fim de ilustrar as tensões e dificuldades desse momento no Espírito Santo.

Enquanto os atores demarcavam seus territórios por ocasião da nova circunstância, grande parte dos deputados estaduais permaneceu por vários momentos na Assembleia Legislativa escutando as notícias pelo rádio, buscando se inteirar, de modo especial, acerca da resistência que se ensaiava no Sul, a partir da liderança de Leonel Brizola. De fato, na Rádio Farroupilha, de Porto Alegre, Brizola convocava os aliados de Goulart a reagirem contra o golpe nas várias regiões do país. Em um desses momentos, todos tomaram um grande susto quando o político gaúcho disse a seguinte frase: “[...] General Frota, assumo o comando de nossas forças no Espírito Santo! [...]”³⁶ (GURGEL, 2008, p. 133).

Frota era General do Exército e cumpria mandato de Deputado Estadual pelo PSD. Talvez Brizola tenha feito isso devido à própria formação militar de Frota ou porque, vez ou outra, ele votasse junto com a bancada do PTB ou com alguma bandeira que, via de regra, não era abraçada pelos partidos mais conservadores como o PSD, a exemplo do caso da encampação da CCBFE. Mas isso nem de longe o tornava janguista, e muito menos brizolista.

De uma maneira ou de outra, o acontecido era extremamente

³⁵ Membro da Ala progressista do PTB, Mario Gurgel deixou o partido em 1960 para se filiar ao MTR, agremiação criada pelo Deputado Fernando Ferrari, do Rio Grande do Sul, após discordância quanto à indicação do candidato a Presidente da sigla em 1960. Com a Morte de Fernando Ferrari, em desastre aéreo ocorrido em 1963, Gurgel voltaria a integrar o PTB a pedido do então Presidente João Goulart.

³⁶ Não foram encontrados os anais da sessão do dia 1º de abril de 1964, mas sim o livro de atas em que estão registrados os resumos dos principais assuntos referentes às sessões. Na ata referente ao dia 1º de abril, consta o seguinte registro: “[...] Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente declara que em face dos graves acontecimentos políticos que asoberbam a Nação vai levantar a sessão, devendo os srs. Deputados permanecerem de prontidão, esclarecendo que a sessão poderá ser reaberta a qualquer momento [...]”. É provável que nesse ínterim tenha ocorrido o episódio. ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Livro de atas**. 1º abr. 1964.

comprometedor para Frota. Para minimizar o embaraço e apagar as dúvidas que poderiam lhe custar caro, e visando deixar clara a sua adesão à nova ordem, o Deputado General propôs um voto de louvor às Forças Armadas por terem livrado o Brasil da corrupção e da subversão comunista. O requerimento, pedido oficialmente pelo Deputado Jamil Zouain (PRP), seria votado no dia seguinte e dizia:

[...] os deputados infra-assinados³⁷, face os últimos acontecimentos que culminaram com a vitória das gloriosas Forças Armadas e das forças civis democráticas sobre a infiltração comunista que se vinha verificando no Governo Federal, colocando em perigo a unidade nacional e o regime democrático, requerem, ouvindo o plenário em registro, nos anais da Casa, um voto de congratulações com o povo brasileiro, significando este ato uma manifestação vibrante do registro estadual contra todas as tentativas de comunização do Brasil e da destruição dos seus principais regimes cristãos [...] (GURGEL 1998).³⁸

Como se sabe, o clima de tensão eivava o cenário político daquele momento e poucos apostavam na não aprovação do requerimento. Isso porque, naquelas circunstâncias, o cálculo político mais sensato para não se perder o mandato ou cargo que ocupava, era apoiar ao Golpe Militar. Portanto, não havia dúvida de que a homenagem seria aprovada. Aliás, toda a oficialidade que servia no Espírito Santo estava presente com traje de gala para assistir à sessão!

³⁷ Os seguintes Deputados assinaram o requerimento: Tuty Nader (PSD), Oscar de Almeida Gama (PSD), Pedro Leal (PSD), Feu Rosa (UDN), Setembrino Pelissari (UDN), Hércio Pinheiro Cordeiro (UDN), Henrique Del Caro (PRP), Lúcio Merçon (PRP) e Roberto Vivacqua (PSP). Conforme podemos observar, membros tanto do PSD quanto da *Coligação Democrática*.

³⁸ Parlamentares capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 1º abr. 1964. Tanto esse fragmento, quanto o debate travado entre Mário Gurgel e o Deputado Parente Frota, foram extraídos das duas biografias produzidas sobre Mario Gurgel por seu filho, Antônio de Pádua Gurgel, e da imprensa, uma vez que os documentos da Assembleia Legislativa (Anais e outros) dos meses de março e abril de 1964 foram perdidos, ao que tudo indica, na mudança de sede que ocorreu no início dos anos 2000.

Todavia, logo após a leitura do requerimento, o Deputado Mario Gurgel (PTB), membro da maioria governista e um dos poucos que se posicionavam abertamente em favor do Governo João Goulart, pediu a palavra e fez um eloquente discurso, em que listou uma série de circunstâncias em que os militares teriam incorrido em traição:

[...] Traíram a oligarquia rural no episódio da abolição. Traíram a Princesa na Proclamação da República. Traíram Deodoro ao apoiar Floriano. Traíram também Floriano. Mais tarde traíram Washington Luís na Revolução de 30. Depois, traíram Getúlio em 1945. Cinco anos depois, traíram Dutra. Em 1954, traíram Getúlio de novo. Tentaram trair Juscelino. Traíram Janio por ocasião da renúncia. E agora estão traindo Jango. [...] Mas este humilde parlamentar, que o Presidente constitucional deste país honrou com sua amizade e sua confiança, não permitirá mais esta ofensa a um homem que já não pode se defender. A *maioria* não aprova este voto de louvor [...] (GURGEL *apud* GURGEL, 2008, p. 134).³⁹

E prosseguiu dizendo:

[...] Sinto, lamento e lastimo a posição a que foi levado o presidente João Goulart. Tenho que ser solidário a esse homem que nos momentos mais difíceis de minha vida pública sempre me prestigiou, sempre me destacou, sempre me considerou [...] (GURGEL *apud* BORGNETH, 2007, p. 79).⁴⁰

Pairou sobre os presentes, uma mistura de tensão e constrangimento, ninguém falava nem se mexia. Tudo podia acontecer...

³⁹ Parlamentares capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 1º abr. 1964.

⁴⁰ Parlamentares capixabas fizeram pronunciamentos: solidário a Jango. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 1º abr. 1964.

O primeiro a se manifestar em reação foi justamente o deputado General Parente Frota, que pediu a palavra e disse o seguinte:

[...] Vossa Excelência acaba de pronunciar um discurso que honraria qualquer parlamento do mundo. Todos nós estamos mais uma vez diante de seu inquestionável talento como orador. Mas Vossa Excelência precisa saber que jamais chegará a ser o Rui Barbosa desta Assembléia [...] (FROTA, *apud* GURGEL, 2008, p. 134).

E Gurgel retrucou: “- Mas eu tenho um consolo. Vossa Excelência também jamais será o Duque de Caxias do Exército”. O requerimento foi rejeitado, mas Mario foi conduzido poucos minutos depois num Jipe ao 3º BC. Chegando ao quartel, ocorreu o inusitado: a primeira coisa que fez foi pedir uma xícara de café ao Comandante Newton Fontoura Reis, que advertiu: “- Deputado, eu não vou fazer isso com o Senhor. Este café aqui do quartel é horrível, ninguém consegue beber”. No que Mario respondeu: “- Não tem problema. Pode servir assim mesmo”. Após ter bebido o café e acendido um cigarro, Gurgel estabeleceu o seguinte diálogo com Newton Reis: “- Coronel, eu não sei o que vai me acontecer. Peço ao Senhor que diga uma coisa a meu filho: não se deve abandonar os amigos quando eles estão em situação difícil.” E o Coronel respondeu: “- Deputado, o Senhor mesmo poderá dizer isso a seu filho. Não vai lhe acontecer nada. Depois de ter bebido este café sem fazer cara feia, não é justo que o senhor receba qualquer outra punição. Pode ir até a sua casa. Só peço que, em seguida, vá para o seu sítio, e não saia de lá para nada.”⁴¹ Dessa forma o deputado Mario Gurgel procedeu. Nota-se, então, que, apesar do incidente, ninguém da Assembleia Legislativa foi cassado imediatamente após o Golpe.⁴²

⁴¹ Este diálogo está em Gurgel (2008, p. 135); e em Gurgel (1998).

⁴² NENHUM membro da Assembléia Legislativa teve o seu mandato cassado. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 15 abr. 1966.

Referências bibliográficas

- ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.
- ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um estadista e seu tempo. Ed. Organizada, apresentada e anotada por Estilaque Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001.
- BORGNETH, Flávio Ferreira. **Memórias do período militarem Vitória antes do AI-5**. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- DULLES, John W. F. **Castelo Branco**: o Presidente Reformador. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Covilização Brasileira, 2011.
- FICO, Carlos. Além do golpe. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- FICO, Carlos. Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60 – 2004.
- FICO, Carlos. **O Grande irmão**: da Operação Brother San aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar

- brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- GURGEL Antonio de Pádua. **Menino da Ilha**. Vitória, 1998.
- GURGEL, Antonio de Pádua et al. **Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 2000.
- KINZO. Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- OLIVEIRA, Ueber José de. Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990). In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo (Org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010.
- PEREIRA, Valter Pires. **O Leviatan Tupiniquin**. Vitória: no prelo, 2005.
- RIBEIRO, Luiz Claudio. **O casamento das elétricas capixabas: um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (1951-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.
- SILVA, Carlos Eduardo de Melo Viegas da. **O Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro (SIPLEEx): Uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002- 2007)**. 2009. 218 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas

- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.
- SIRKIS, A. **Os carbonários: memórias da guerrilha perdida.** São Paulo: Global, 1980.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964.** 2006. 336 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- VIANA FILHO, L. **O governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil.** São Paulo: Globo, 2004.
- VILLASCHI, Alindo (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** Vitória-ES: Flor & Cultura, 2011.
- WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

III

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA*

O 1º de abril de 1964 no Espírito Santo, o ambiente de tensão e o posicionamento dos principais atores políticos

Introdução

No alto da Serra do Caparaó, na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, há 47 anos, um grupo formado em sua maioria por ex-militares expurgados pelo regime militar, se instalou em condições precárias, iniciando um rigoroso treinamento militar, na tentativa de preparar o que pretendiam ser o início de uma reação nacional contra o novo regime político, instaurado no Brasil em 1º de abril de 1964.

A guerrilha foi patrocinada pelo presidente cubano Fidel Castro e organizada por Leonel Brizola, durante o seu exílio no Uruguai. Na sua repressão o governo utilizou cerca de 3 mil homens do Exército, Aeronáutica e Polícias Militares de Minas Gerais e Espírito Santo, numa grande operação militar contra os “subversivos comunistas”.

Pretende-se esboçar em breve relato, o pouco conhecido episódio da formação, do idealismo e do desfecho que envolveu a Guerrilha do Caparaó, que foi desfeita antes de sua ação efetiva. A Metodologia de pesquisa utilizada na elaboração deste artigo envolveu análises bibliográficas, com a utilização de consultas a livros, artigos, periódicos

* Mestre em História Social das Relações Políticas – UFES (2012); Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, área de atuação: História, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *campus* de Alegre/ES. E-mail: dinorahrubim@yahoo.com.br.

(revistas e jornais), entrevistas e o documentário “Caparaó”, editado pela Agência Kinoscópio.

O golpe de 1964: uma trama civil militar

Dia 1º de abril de 1964, o povo brasileiro assiste a explosão de uma articulação política: o presidente João Belchior Goulart (apelidado de Jango) é pressionado por militares a deixar o cargo executivo. O general Olympio Mourão Filho e o governador civil Magalhães Pinto, erguiam o levante a partir de Minas Gerais. Acuado, sem apresentar resistência, o então presidente seguiu para o Uruguai. Nesse interin foi declarada vacância na Presidência, assumindo Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara dos Deputados que, após diversas movimentações políticas, cedeu lugar ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro dos cinco presidentes militares que viriam a seguir.

Interessante verificar que essa tomada de poder passou a ser designada de “Golpe Militar”, como se coubesse só a eles, os militares, todas as circunstâncias que desencadearam a queda do governo de Goulart. É inegável a participação conjunta de militares e civis na trama do golpe. Porém, os livros didáticos, as memórias sobre o assunto, insistem em manter o restrito discurso de “Golpe militar”, absolvendo a sociedade da participação no processo.

Mais incrível ainda verificar a manutenção dessa memória seletiva, que oculta ou não enfatiza a participação de considerável multidão de civis, de diferentes classes sociais, no Golpe de 1964, bem como esquecem convenientemente, a grande manifestação popular que, apoiando o golpe, festejou a deposição de Jango e saudou os militares como defensores da ordem social, através do que classificavam como uma “Revolução Democrática”.

De acordo com Reis Filho (2012, p. 31) “[...] é inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a peneira [...]”. Sem dúvida, é demagógico atribuir somente aos militares a responsabilidade pelo Golpe, uma vez que ele só foi possível devido a uma conjuntura política, econômica e social, que ia além das forças das armas. Havia na fórmula do golpe, forças de parcelas importantes da

sociedade como a imprensa conservadora, vários partidos e lideranças políticas, parlamentares, grandes empresários, a alta hierarquia católica e outras lideranças religiosas, latifundiários, parcelas das classes médias e importantes organizações civis, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além é claro, de grande parte do oficialato das Forças Armadas.

Enfim, apoiavam a deposição de Jango: a direita e os segmentos tradicionais e conservadores da sociedade. Não podemos excluir o “desejo” dos norte-americanos em derrubar o governo de Jango, que apresentava tendências nacionalistas e matinha comércio e boa relação com países socialistas, isso em meio ao melindroso contexto da “Guerra Fria”. Segundo Ferreira (2012, p. 23), “[...] o governo dos Estados Unidos apoiava o movimento e reconheceria o ‘estado beligerante’ de Minas Gerais, fornecendo suporte financeiro, diplomático e militar a Magalhães Pinto [...]”.

Vale ressaltar o forte apoio ao golpe dado pela imprensa tendenciosa, que englobava importantes jornais de grande circulação no país, como *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, entre outros. Esses veículos consideraram o Comício da Central do Brasil, ocorrido em 13 de março de 1964, onde Jango anunciou parte das pretendidas Reformas de Base, como uma atitude de extremistas que queriam subverter a ordem. A imprensa insuflava o povo contra o governo e desafiava as Forças Armadas a se posicionarem diante de tal ameaça: “[...] e é também o momento de as Forças Armadas definirem, finalmente, a sua atitude ambígua ante a sistemática destruição do regime pelo Sr. João Goulart, apoiado nos comunistas [...]” (*O Estadão de São Paulo*, 1964, p. 7).

Os jornais se levantavam contra o governo de João Goulart, deram total cobertura e apoio ao episódio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 19 de março, uma semana após ao Comício da Central do Brasil, como uma resposta do povo contra os ditos atos “comunistas” do governo. Uma resposta de cerca de meio milhão de civis que marcharam nas ruas de São Paulo contra o Governo de Goulart. A participação da Igreja também foi essencial na trama, pois parte considerável da Igreja Católica apoiou a “Revolução” para tirar Jango da Presidência, alegando ser uma atitude em defesa da lei e da ordem nacional, levando muitos fiéis a crerem que o golpe contra

o governo seria realmente uma boa alternativa. Soma-se a tudo isso, a participação ativa das lideranças do Poder Legislativo e a omissão do Poder Judiciário, que foram decisivas para o sucesso do golpe.

Assim, em 1º e 2 de abril de 1964, milhares de pessoas ovacionavam os militares golpistas como os defensores da pátria frente à ameaça comunista, nas chamadas “Marchas da Vitória”, que se espalharam pelas principais cidades do Brasil, onde multidões de civis, de todas as classes sociais, comemoravam nas ruas a deposição de João Goulart e chamavam o Golpe de “Revolução Democrática”. Segundo Reis Filho (2012, p. 32) “[...] sucederam-se marchas em todas as capitais dos Estados, sem falar em outras, incontáveis, em cidades médias e pequenas. Até setembro de 1964, marchou-se sem descanso no país [...]”. Portanto, um impressionante movimento de massas apoiou o golpe.

É claro que muitos civis apoiavam o governo de Jango e as reformas de base que o mesmo pretendia implantar, segmentos como sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, partidos e movimentos de esquerda. Mas para muitos, mal informados, as reformas significavam a implantação do comunismo, que no imaginário reforçado por uma campanha anticomunista, que segundo Motta (2002), começou a ganhar força no Brasil desde a década de 1920, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), representava a “negação religiosa e a oposição aos valores morais cristãos, restrições econômicas, falta de liberdade, injustiça, violência, Cuba, URSS, maldição, Anticristo, demonização” e outros males. Temor este que contribuiu para que muitos se colocassem a favor da medida que consideravam a salvação nacional: o golpe contra o governo constitucional de Goulart.

Segundo afirma Delgado, o golpe de 1964 foi articulado por grupos distintos:

Cabe registrar que a deposição de João Goulart foi empreendida pela ação de grupos políticos civis e militares, que assumiram o poder e definiram novas diretrizes políticas para o país. Foram eles os principais responsáveis pela interrupção da experiência democrática que caracterizou a conjuntura de 1945 a 1964, foram eles também os principais sujeitos históricos que reproduziram

por vinte anos a prática autoritária e excludente, que caracterizou o tempo da ditadura do pós-1964 no Brasil (DELGADO, 2004, p. 26).

Ferreira também analisa o golpe como uma conspiração civil-militar e enumera seus principais atores:

Jango percebeu que não eram grupos civis e militares minoritários que tentavam golpear as instituições, como ocorrera em episódios anteriores. Era um movimento conjunto das Forças Armadas com apoio de empresários, de amplos setores das classes médias e dos meios de comunicação. O movimento ainda contava com os governadores da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande de Sul, com suas polícias civis e militares. No Congresso Nacional, grande parte dos parlamentares deu aval ao golpe. O Supremo Tribunal Federal calou-se diante da crise política. Além disso, o movimento golpista tinha o apoio do governo norte-americano (FERREIRA, 2012, p. 24).

Portanto, ao contrário do que é atualmente sugerido pela memória do golpe, ele não foi apenas militar, mas uma trama civil-militar, que englobou significativos segmentos sociais, que incentivaram, participaram e comemoraram o golpe. Ocultar isso é negar uma parte da história, encobrindo a participação efetiva de civis no Golpe de 1964, que saudaram a instalação de um governo autoritário como se fosse democrático e legal. Muitos desses civis mantiveram-se e beneficiaram-se do governo militar que se seguiu, e outros, acabaram, por motivos vários, passando para a oposição.

Alguns esperavam que fosse uma intervenção rápida, que logo tudo voltaria ao normal, com a passagem tranquila do poder para as mãos dos civis novamente, que a essa altura já estariam protegidos das esquerdas e da perigosa ameaça comunista. Porém, os militares não fizeram uma curta transição de limpeza: tomaram as rédeas da nação e, do alto da cúpula governamental, regeram o país por longos 21

anos. Não era bem isso que muitos dos civis golpistas imaginaram que aconteceria. A ditadura não estava nos planos desses líderes civis.

O governo que se formou a partir de então, podou os direitos políticos dos brasileiros, tirou a autonomia do Judiciário, violou a Constituição do país e suspendeu, sem nenhum pudor, a democracia no Brasil. A imprensa estava amordaçada, o povo calado. Através de decretos-leis, Atos Institucionais, repressão e censura, criaram um governo do “sim” e do “sim senhor”, os contrários a esse sistema, teriam duras punições.

Porém, nem todos se calaram diante dos desmandos desse regime autoritário. Brasileiros de maior integração política lutaram por mudança e por liberdade. Cidadãos que levantaram poeira, em uma época em que tudo era escondido e maquiado para a grande população. Em uma época em que ir contra o regime instaurado no Governo, era sinônimo de morte.

Dentro das Forças Armadas Brasileiras existiam homens, que não concordavam com as atitudes arbitrarias da alta oficialidade. Eram os Sargentos inimigos dos Generais. Esses Sargentos já haviam se mostrado hostis à implantação de golpes militares quando, em 1955, apoiaram o General Lott a cumprir a Constituição e passar o poder para o presidente então eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK). Em outra ocasião, em 1961, os sargentos garantiram a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, na Campanha da Legalidade, evitando outro Golpe.

Portanto, em 1º de abril de 1964, o governo militar que se instaurou no comando da nação, iniciou um processo de “limpeza”, excluindo dos seus quadros militares ditos “de esquerda”. É importante lembrar que todos que se opuseram ao Regime militar foram imediatamente considerados “comunistas e subversivos”, embora muitas vezes não tenham tido, em nenhum momento, engajamento na causa comunista. Esse fato pode ser constatado na declaração de Edival Melo, ex-sargento da Marinha de Guerra e guerrilheiro do Movimento Nacional Revolucionário (MNR): “[...] Diante de tanto me dizerem que eu era comunista é que eu fui me aprofundar para entender essa coisa toda [...]”.

Durante a operação “limpeza”, no Governo de Castelo Branco, foram expurgados 738 sargentos, suboficiais e cabos do Exército,

sendo 347 deles, condenados à prisão. Na Marinha, 328 marinheiros foram condenados à prisão e expulsos das Forças Armadas.

Diante de medidas tão arbitrárias, era natural que um sentimento de revolta rondasse o pensamento desses homens expulsos das Forças Armadas, pois muitos “tinham família para cuidar”. Como veremos a seguir, o passo seguinte foi juntarem-se para derrubar o governo que lhes “tirou a farda”. Como afirma Araken Vaz Galvão, ex-sargento do Exército e guerrilheiro do MNR: “[...] Eles tiveram a burrice de nos proibir de trabalhar. Treinam o homem como militar, depois colocam ele contra a parede, não pode sustentar sua família, qualquer um se rebela, até um rato se rebela, quanto mais um soldado [...]”.¹

A guerrilha do Caparaó: da formação ao desfecho

Na região do Caparaó,² privilegiada por sua paisagem exuberante, lugar de grande altitude e rodeada inúmeros morros, aconteceu algo diferente: a formação do primeiro foco guerrilheiro contra o regime ditatorial do Brasil. O objetivo era claro, derrubar o governo militar, já a execução do projeto era árdua e nebulosa.

O período pós-1964 foi marcado por movimentos de contestações à política de censura, repressão e autoritarismo. Neste cenário político, um grupo de ex-militares, que foram treinados na Fazenda Pando, no Rio Grande do Sul, instalaram-se no inóspito Parque Nacional do Caparaó,³ entre agosto de 1966 a abril de 1967, mudando a rotina da população do entorno.

Segundo Rollemberg (2001), a guerrilha do Caparaó foi apoiada governo cubano através do apoio material ao ex-governador Leonel

¹ Depoimento extraído do Documentário Caparaó, 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

² Nome de origem indígena, tem várias definições, mas uma das mais adequadas seria “águas cristalinas que descem a montanha.”

³ Localizado na Serra do Caparaó, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estando distante cerca de 330 km da capital mineira, Belo Horizonte, e 300 km da capital capixaba, Vitória. A região, que abriga o ponto mais alto da região Sudeste e o terceiro do país, o Pico da Bandeira, com 2.892 metros de altitude. Transformado em Parque Nacional em 24 de maio de 1961 pelo decreto federal nº 50.646. Possui 26.000 hectares de área, sendo que cerca de 80% do Parque está no Estado do Espírito Santo.

Brizola. Durante seu exílio no Uruguai, Brizola teria visto no exemplo da Revolução Cubana (1959) uma alternativa para a situação política do Brasil.

De acordo com Capitani (1997), foram 26 combatentes do MNR que fizeram treinamento em Cuba, entre os quais, quatro integrantes da Guerrilha do Caparaó: Amaranto, Avelino, Edival e Hermes. A Guerrilha do Caparaó, a exemplo da experiência de Che Guevara e seus companheiros na Bolívia, jamais conseguiu apoio da população local. Ao contrário, a presença de estranhos na Serra levantou as suspeitas e o temor dos populares, que acabaram denunciando o movimento.

Quanto a escolha do Caparaó, Capitani constatou:

O local fora escolhido somente por razões técnicas, e se levássemos em conta as condições políticas, jamais poderíamos ter definido aquela área como área de guerrilha. Era uma região muito montanhosa e com boas condições geográficas e, por isso, era considerada com uma das áreas quentes pelas Forças Armadas. Nós tínhamos a desvantagem de não ter qualquer trabalho político na área e seria muito difícil constituí-lo, porque na região não havia grandes conflitos. Economicamente estava em decadência e não possuía massas de trabalhadores. Na maioria, eram minifúndios. [...] Uma das principais condições para a viabilidade de uma frente guerrilheira numa região é a tradição de luta política ou existência de um trabalho político organizado. Uma das duas é imprescindível para garantir o apoio material e humano à guerrilha. Nenhuma existia. Só as condições geográficas eram favoráveis, mas passaram a ser secundárias, levando em conta as condições gerais (CAPITANI, 2005, p. 127).

Após a tentativa abortada de instalar-se em Criciúma, na Serra do Mar, em Santa Catarina, o grupo de guerrilheiros do MNR partiu para a Serra do Caparaó, situada na divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. E foi do alto da Serra que, clandestinamente, os ex-

militares comandados por Amadeu Felipe da Luz Ferreira, resolveram montar um foco guerrilheiro, acreditando que se multiplicaria em outros focos pelo país e desestabilizando o regime.

Era o que pregava o revolucionário Che Guevara: a montagem de guerrilhas livraria a América das forças norte-americanas. Era o novo bolivarismo, onde os soldados libertariam a América. Era um período de sonhos e lutas. E muitos se enganaram nesse ideal. O objetivo da Guerrilha era espalhar esse espírito de resistência. Era mostrar que existiam pessoas dispostas a lutar contra a Ditadura e encorajar outros grupos, seja na área rural ou urbana.

Boiteux (1998) informa os nomes dos principais guerrilheiros do Caparaó: Amadeu de Almeida Rocha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, Amaranto Jorge Rodrigues Moreira, Aniranir de Souza Leite, Araken Vaz Galvão, Avelino Bione Capitani, Bayard Demaria Boiteux, Deodato Fabrício Batista, Edival Augusto Mello, Gregório Mendonça, Hermes Machado Neto, Itamar Maximiano Gomes, Jelcy Rodrigues Correia, Jorge José da Silva, Josué Gonçalves Cerejo, Juarez Alberto de Souza Moreira, Milton Soares de Castro.

A esse grupo, Costa (2007) acrescenta outros importantes nomes ligados ao movimento: os Irmãos Dornellas (Afonso e três filhos – Dirceu, Daltro e Luiz Carlos), Edson José de Souza, Professor Paulo Schilling, João Jerônimo da Silva, Alfredo Néri Paiva, José Carlos Bertoncellos, Pedro Espinosa, Dário Viana Reis, Val de Souza. Certamente houve outros anônimos que não apareceram oficialmente nos inquéritos, mas que tiveram ação relevante no movimento.

A liderança da guerrilha no Caparaó era oriunda de ex-militares do Exército, sendo o Comandante o ex-sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira, e os subcomandantes o ex-sargento Araken Vaz Galvão e o subtenente Jelcy Rodrigues Correia. A Guerrilha tinha uma base no Rio de Janeiro, que dava o suporte necessário aos homens que subiram a Serra. Todos os envolvidos eram movidos pelo mesmo espírito de contestação: “[...] Nós queríamos mostrar para o mundo, que no Brasil não estava todo mundo arriado. Que aqui tinha gente reagindo, e nós resolvemos nos engajar nisso aí e fomos para um treinamento [...]”

“[...] Eu fui fazer treinamento em Cuba [...]”, ressalta o guerrilheiro Hermes Machado Neto, civil, ex-bancário da Caixa

Econômica Federal, especialista em cartografia, que tinha 26 anos na época. E completa: “[...] Ficava na base do Rio de Janeiro [...] Quando eu fiz uma opção para a guerrilha eu achava que era uma opção definitiva. Bye, bye. Preferia morrer do que viver humilhado. Acho que é muito achincalhante pertencer a uma sociedade que se diga contra uma ditadura, mas que não faça porra nenhuma [...]”, afirma Amaranto Jorge Rodrigues Moreira, ex-marinheiro.

Aos poucos se montou uma infraestrutura, com armas, munições, comida as quais foram levadas para a região através de ônibus, trem e uma Kombi da Kellogg’s. Os guerrilheiros também foram chegando em pequenos grupos ou individualmente e, quando dezessete já estavam instalados em um sítio na localidade de São João de Príncipe, em Iúna (ES), começou o deslocamento para a Serra. Era Agosto de 1966 e, segundo relatos de guerrilheiros, durante os quase sete meses que estiveram na serra, cerca de setenta por cento do período foi debaixo de fortes chuvas e temperaturas baixíssimas, enfrentando o que apelidaram de “trevas brancas”, ou seja, a forte serração formada nas frias montanhas do Caparaó.

O foco guerrilheiro do Caparaó começou suas atividades com treinos militares, conhecimento topográfico da região e debates políticos. Pretendiam estabelecer uma base para ações políticas. Havia inclusive uma ação prevista para ser efetuada na cidade de Presidente Soares, hoje Alto do Jequitibá. Seria uma ação expropriatória nos bancos e o recuo para o Parque. Os guerrilheiros tinham a intenção de ocupar a cidade, prender a tropa e recuar para Serra, esperando que fossem atrás deles para atacá-los.

O princípio básico da Guerrilha é quando o inimigo ataca você recua, quando ele paraára, você fustiga e quando ele recua, você ataca. [...] Queríamos criar com isso um fato político, não um fato militar; e que na cidade poderia haver outro tipo de resposta. Quer dizer, lá tem um grupo de loucos, de malucos resistindo (ARAKEN VAZ GALVÃO, ex-sargento do Exército e Subcomandante da Guerrilha).

Os guerrilheiros desciam a serra em busca de alimentos. O armazém de abastecimento principal ficava em Guaçuí (ES), administrado por Afonso Dornellas, mas eles também buscavam mantimentos em cidades dos arredores, como Alto Caparaó, Alegre, Espera Feliz e outros. Assim, os “barbudos” mantiveram um certo contato com a população simples, religiosa, de economia agrária, que estava mais interessada em seus assuntos locais de trabalho e sobrevivência do que com a política nacional ou internacional, que tanto motivavam os guerrilheiros.

É importante ressaltar que em vez de conquistar os moradores, a movimentação dos guerrilheiros gerou desconfiança nos habitantes, que apesar de estarem alheios aos assuntos políticos nacionais, não foram isentos da ampla propaganda anticomunista típica da época. O medo e o pânico se alastraram entre o povo humilde do entorno. E os próprios moradores denunciaram a presença de guerrilheiros na serra.

A convivência no grupo estava ruim, as divergências surgiam, alguns não agüentavam o esgotamento físico, a falta de verba, já que Cuba não enviava mais recursos, a carência de comida, as doenças que apareciam e a falta de ação militar. Houve várias desistências.

A maior dificuldade foi a discussão política da permanência ou não aqui em cima. Havia pessoas na serra que tinham vida clandestina, mas tinham muitos que não. Então se manter lá em cima, tinha que se entrar em ação. Porque se não entra em ação, as pessoas que não têm vida clandestina, começam a desenvolver a necessidade de voltar à cidade. Então, essa discussão foi feita na Casa de Pedra. Amadeu Rocha tinha vindo de Montevidéu, onde havia conversado com Brizola e a recomendação era que continuássemos sem ação. Ficar sem ação, foi quebrando o ânimo revolucionário das pessoas. Houve uma discussão séria e isso levava pessoas a desertarem (AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA, ex-sargento do Exército e comandante da Guerrilha).⁴

⁴ Depoimento extraído do Documentário Capará. Direção e roteiro: Flávio Frederico. Direção

Depois de meses nas montanhas, os guerrilheiros estavam exaustos e debilitados. Doenças minavam a saúde dos combatentes. No último mês, em março de 1967, apenas dez guerrilheiros persistiam na Serra. O subcomandante Jelcy Rodrigues e o ex-sargento da aeronáutica Josué Cerejo abandonaram a missão, mas foram presos pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em uma barbearia em Espera Feliz (MG), enquanto esperavam um ônibus para embarcar para o Rio de Janeiro.

Era o início de uma série de prisões que levaria ao fim do movimento. No alto da serra, a doença atingia violentamente Avelino Capitani, infectado pela peste bubônica, e começava a afetar também João Jerônimo. Amaranto Jorge enfrentou o comando da guerrilha e desceu a Serra em busca de antibióticos. Acabou sendo delatado por um farmacêutico e foi preso a poucos metros da subida da serra. Era 29 de março de 1967.

Diante de informações de moradores da região, 13 soldados da PMMG subiram a serra durante a madrugada de 1º de abril de 1967 para a ação final. O sol nascia sobre o acampamento quando as prisões foram efetuadas. O grupo tomava café e alguns ainda estavam dormindo. O subtenente Zezinho e o sargento Rocha, do 11º Batalhão da PMMG, comandaram o cerco ao acampamento. Não houve resistência, nenhum tiro foi disparado e o comandante militar da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que tirava guarda naquela fatídica madrugada, estava algemado. Morria ali o primeiro foco da resistência armada no Brasil, quando o golpe militar completava exatos três anos.

Nesse episódio, foram presos os seguintes guerrilheiros: Amadeu Felipe da Luz, Araken Vaz Galvão, Avelino Bione Capitani, Edival Augusto Mello, João Jerônimo da Silva, Jorge José da Silva e Milton Soares de Castro, único civil do grupo. A Polícia Mineira incluiu nesta lista o nome de Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, capturado dois dias antes.

Foto 1 - Guerrilheiros presos no 11º BI/PMMG de Manhauçu. Da esquerda para a direita: Amadeu Felipe, Edival Mello, Jorge José, João Jerônimo, Amarantho Jorge, Araken Vaz Galvão, Avelino Capitani e Milton Soares.



Fonte: Antonio Pereira Leite.

Após as prisões, o coronel Jacinto do Amaral Melo, comandante do 11º BI/PMMG, comunicou as prisões ao Ministro da Guerra. Rapidamente, as Forças Armadas se deslocam para a Região do Caparaó. A notícia da prisão de Jelcy Rodrigues e Josué Cerejo alertou a base de apoio urbano, sediado no Rio de Janeiro, que sem saber da prisão dos demais guerrilheiros, tomou a Kombi da organização e seguiu para a Região do Caparaó.

Ao chegarem à cidade de Novo Caparaó perceberam que por meio de um verdadeiro espetáculo de exibição militar, centenas de militares do Exército ocupavam toda a região. Simultaneamente, aviões da Aeronáutica bombardeavam áreas isoladas da serra do Caparaó. Os integrantes do MNR vindos do Rio revolveram recuar e, no dia 04 de abril de 1967, o sargento Rocha e um cabo da PMMG, encontraram os dois e detiveram depois de uma troca de tiros.

Os integrantes da guerrilha que haviam escapado do cerco dos militares decidiram fazer um deslocamento de dia – e à beira de um riacho – quando estavam próximo da Rio-Bahia – foram surpreendidos e capturados pela Polícia Militar Mineira. Segundo Costa (2007), na repressão o governo envolveu pelo menos 3 mil homens do Exército, que utilizaram aviões, armas de grosso calibre e bombardeios na região, numa grande operação militar atrás de possíveis *comunistas subversivos* que ainda poderiam estar escondidos no alto da Serra do Caparaó. Jornais de grande circulação, como *Jornal do Brasil* e *A Gazeta*, cobriram toda movimentação nos 18 dias em que os militares estiveram presentes na região.

É importante salientar que, todos os integrantes do grupo MNR que estavam na Serra, já haviam sido presos pela própria PMMG dias antes da chegada das Forças Armadas à região. Quando todo o aparato do Exército chegou ao Caparaó, não havia mais nenhum guerrilheiro a ser capturado na serra. O Exército não poderia suportar a vergonha de não ter feito qualquer prisioneiro. O que iriam dizer ao povo brasileiro? Imediatamente exigiram e “obrigaram” as polícias militares de Minas e Espírito Santo, que lhes entregassem os 14 guerrilheiros. Tinham, desse modo, uma explicação convincente para a opinião pública. Assim se deu a ação dos militares que participaram no combate ao “numeroso” grupo de 14 guerrilheiros do Caparaó.

Os guerrilheiros entregues as Forças Armadas foram transferidos para o Presídio José Edson Cavalieri (Linhares), em Juiz de Fora (MG). Após sessões de interrogatórios, o jovem Milton Soares de Castro, único civil que subiu o Caparaó, retornou a sua cela nº 35 com vida, segundo depoimentos de Amarantho, Araken e Avelino. De madrugada, Amadeu escutou movimentos e Milton foi retirado da cela sem vida. Apesar dos apelos dos familiares, o corpo do jovem guerrilheiro nunca apareceu. Foi mais um caso de desaparecimento político: típico da época da ditadura.

Meses após a prisão, depois de várias sessões de interrogatórios, os guerrilheiros foram julgados pelo Tribunal Militar no Rio de Janeiro e condenados a penas que variaram de dois a 12 anos de reclusão. Mesmo diante do pouco tempo em que os guerrilheiros estiveram no Caparaó, sua presença continua latente nas memórias e representações dos habitantes dos municípios adjacentes ao Parque. A população mais

idosos dos municípios do entorno, ainda se lembra do medo que sentiram na ocasião. Eles temiam os “guerrilheiros comunistas” e a pressão militar que se instalou no local em abril de 1967. A desinformação sobre o contexto histórico em que viviam contribuiu para isso.

O medo do guerrilheiro, portanto, tomou várias formas. À espera do comunista, que a qualquer momento poderia descer da Serra, os moradores viveram intranquilos, tendo o seu cotidiano alterado. Os rumores que surgiam e se espalhavam rapidamente, produziam reações de desespero nunca sentidas. Os choros, os desmaios, as pessoas que se trancaram em casa, as denúncias em relação aos estranhos que apareciam na região, enfim, todos os sinais de medo indicam como a Guerrilha abalou emocionalmente tais pessoas (GUIMARÃES, 2006, p. 157-158).

Costa (2007) afirma que o movimento do Caparaó teve características próprias. Nasceu com o próprio golpe de 1964, não como reflexo de alguma medida posterior de aperto do torniquete. Sua principal motivação foi o expurgo nos quartéis provocado pelo novo regime que derrubou o governo civil constitucional de João Goulart. A característica principal da Guerrilha do Caparaó, a que lhe é exclusiva, está no fato de que foi um movimento feito sob a liderança de militares, com apoio de civis, não o contrário. Quando a guerrilha caiu, em abril de 1967, já estavam em curso em todo o país vários movimentos semelhantes. A luta armada acentuou-se a partir daí, mas principalmente com o envolvimento de jovens estudantes, muitos da classe média carioca e paulista.

O professor Paulo Schilling não hesita em atribuir a Caparaó significativa importância na história da reconstrução da democracia no Brasil, muito embora hoje seja crítico da teoria do foco guerrilheiro, utilizada nessa experiência brasileira, por entender que ela só deu certo em Cuba e na Nicarágua devido às condições peculiares desses dois países (COSTA, 2007, p. 289).

Fico (2004) considera que houve uma mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 60, algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada “luta armada” — expressão que, diga-se, traduz mal as descontinuidades e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e seqüestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas.

Considerações finais

Da cadeia de montanhas mais alta do Brasil surgiu um grito de desafio à Ditadura Militar. Completa-se 48 anos que um grupo de jovens ex-militares expulsos das Forças Armadas subiram o Caparaó. É incrível perceber que os menos de duas dezenas de homens que subiram a Serra do Caparaó, puderam movimentar o exército brasileiro e incomodar a cúpula do governo militar. Apesar de tudo, os guerrilheiros não conseguiram entrar em ação e não mobilizaram a população local, porém lançaram um grito de resistência do alto da Serra do Caparaó.

Surgiram mais tarde, outras organizações que aderiram a luta armada (rural e/ou urbana) e se lançaram ao enfrentamento contra a ditadura militar brasileira. Igualmente todas essas organizações foram derrotadas na “batalha com armas”. Mas, como observa Reis Filho (2002), seus ex-militantes venceram a “batalha da memória” depois do fim da Ditadura. Uma questão central é perceber que nenhuma dessas outras organizações foi - claramente ou publicamente - influenciada pela Guerrilha do Caparaó. Por muitos anos a memória sobre a Guerrilha do Caparaó permaneceu do esquecimento.

A experiência do Caparaó demonstrou que os dois lados não estavam preparados para a Guerrilha: o Exército, para combatê-la; e a esquerda, para fazê-la. O “idealismo romântico” de parte das esquerdas do “Terceiro Mundo”, naquela época, era combater as ditaduras com os focos guerrilheiros. No Brasil a experiência do grupo

guerrilheiro Movimento Nacional Revolucionário (MNR) – como tantas outras organizações – teve um desfecho marcado pela repressão política. Dada a origem da maioria dos seus integrantes – ex-milares expurgados depois de 1964 - o maior mérito do movimento guerrilheiro no Caparaó foi mostrar uma cisão dentro das Forças Armadas diante do golpe.

Segundo os próprios ex-membros do MNR, dificilmente a Guerrilha do Caparaó alcançaria seus objetivos, mas, como por ironia da história, seu fracasso representou um grito inicial, como constatou Carlos Drumond de Andrade: “Afinal apareceu uma coisa diferente no Brasil, coisa que de certo modo quebra a monotonia cotidiana: Guerrilheiros em Caparaó.” (Jornal Estado de Minas, 07 de abril de 1967, p. 7). Tendo sido prematuramente sufocada, a Guerrilha do Caparaó uniu-se à lista dos fracassos da luta armada no Brasil. Tanto nas cidades como no campo, a “esquerda armada passou a ver na *luta democrática* um novo caminho para a revolução” (ANGELO, 2009: p.106). Aos poucos um novo campo de lutas se travou no Brasil em prol da democracia, englobando movimentos operários, estudantis e da chamada “nova esquerda”. O ideal da redemocratização foi atingido somente vários anos depois, em 1985, quando a Ditadura Militar chegou ao fim não através da luta armada, mas pela luta política no campo social e institucional.

Referências bibliográficas

- ANGELO, Vitor Amorim de. **Luta armada no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2009. 111p.
- BOITEUX, Bayard Demaria. **A Guerrilha de Caparaó e outros relatos**. Rio de Janeiro: Inverta, 1998, p. 140.
- CAPITANI, Avelino Biden. **A Rebelião dos Marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1997.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

- COSTA, José Caldas da. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 15-28.
- DIAS, Luiz Antonio. A salvação da pátria. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 83, p. 28-30 agosto 2012.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado - Ação Política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 83, p. 22-25, agosto 2012.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004
- FREDERICO, Flávio. Caparaó. Direção e roteiro: Flávio Frederico. Direção de produção: Priscila Torres. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – A Guerrilha do Caparaó**. MG: 2006. 205f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2006.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. O Golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a**

- ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 297-314.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- REBELLO, Gilson. **A Guerrilha de Caparaó.** São Paulo: Alfa Ômega, 1980.
- REIS FILHO Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, ano 7, n. 83, p. 31-35, agosto 2012,
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil:** o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p. 27-37.

IV

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA*

O Golpe de 64 e a montagem do sistema bipartidário: Arena e MDB no Espírito Santo

Introdução

O objetivo do presente capítulo é analisar o rearranjo político-partidário das principais forças políticas – antes inseridas numa estrutura multipartidária – no novo cenário institucional, composto por apenas dois partidos: Arena e MDB. Além disso, pretende-se verificar a existência de determinados espaços para o exercício da atividade política e o modo como passaram a ser disputados pelos atores locais supramencionados, buscando estabelecer proximidades com o poder.

Velhos atores se articulando no novo cenário institucional: a formação de Arena e MDB em nível nacional

Concluída a fase mais aguda dos acontecimentos de 1964, um dos aspectos que mais passou a preocupar os novos mandatários da República dizia respeito a como assegurar o apoio civil no Congresso Nacional – formado, em sua maioria, por PSD, UDN e PTB –, conforme quadro abaixo.

* O presente texto é parte integrante da minha tese de doutorado defendida em 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de São Carlos-SP, com o título “Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB”, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Villa.

** Doutor em Ciência Política – Ufscar e Mestre em História Social das Relações Políticas – Ufes. Contato email: ueberoliveira@yahoo.com.br.

Tabela 1 - Composição partidária da Câmara dos Deputados Federais (1945-1966)

Partidos	1945-1950	1950-1954	1954-1958	1958-1962	1962-1966
PSD	52,8%	37%	35,0%	35,3%	30,3%
UDN	29,0%	24,4%	22,7%	21,5%	23,4%
PTB	7,7%	16,8%	17,2%	20,2%	29,8%
PCB	4,9%	-	-	-	-
PSP	-	7,9%	9,8%	7,7%	5,4%
Outros	5,6%	13,9	15,4%	15,3%	16,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Motta (1999).

Para consolidar tal apoio, no sentido de que os anseios da *revolução* pudessem se concretizar, foi organizado o Bloco Parlamentar Renovador (BPR), formado especialmente por udenistas, mas que tinha caráter suprapartidário - contou com 48 pessedistas e 23 petebistas, entre outros, cuja finalidade era dar sustentação ao novo regime na Câmara dos Deputados (MADEIRA, 2002). Tal iniciativa foi em parte exitosa, uma vez que conseguiu aprovar um conjunto razoável de matérias pesadas, tal como revelam os escritos da Professora Maria Dalva G. Kinzo (1988).

Todavia, como muito corretamente frisa Abreu (2001, p. 695),

[...] a eficácia do apoio do BPR ao governo foi [...] bastante limitada, já que sua ação se limitava ao âmbito da Câmara dos Deputados, em Brasília. Nos estados e nos municípios, as disputas políticas entre as forças que apoiaram o movimento militar de março de 1964 continuavam, (*sic*) dificultando a atuação do governo, também prejudicada pelos atritos entre alguns líderes civis [...] como Carlos Lacerda, (*sic*) e os militares [...]

A professora Maria Dalva G. Kinzo (1988, p. 27) completa com a seguinte argumentação:

A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguira assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à revolução – UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base.

Ademais, os problemas que haviam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara [sic] indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior apoio civil ao movimento de 1964 [...].

Assim, os rumores sobre a extinção dos partidos em atividade, surgidos a partir de agosto de 1964, tomaram corpo e vieram efetivamente a se confirmar somente em 15 de julho de 1965, com a nova Lei Orgânica de Partidos Políticos (LOPP), tendo em vista as eleições previstas para 3 de outubro do mesmo ano. Apesar de trazer importantes mudanças, a legislação ainda não indicava tendência à supressão do sistema partidário¹. Uma das inovações trazidas pode ser verificada no seu Artigo 7º:

[...] O partido político constituir-se-á originariamente de, pelo menos, 3% (três por cento) do eleitorado que votou na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em 11 (onze) ou mais Estados, com o mínimo de 2% (dois por cento) em cada um [...].²

Isto é, na prática, a nova legislação aumentava a cláusula de funcionamento dos partidos para 3% do eleitorado nacional que tivesse votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados com a intenção de restringir a quantidade de partidos e não eliminar o sistema existente como um todo (GRINBERG, 2009). Essa preocupação com a manutenção da vida político-partidária era importante para o regime, pois a conservação dos partidos lhe garantiria uma imagem mais positiva internacionalmente (KINZO, 1988; MADEIRA, 2002; GRINBERG, 2009, CARVALHO, 2010), a qual buscou reforçar pelo

¹ Isso pode ser observado nos Capítulos V, que trata da fusão e incorporação dos partidos, e VI, que trata da extinção dos partidos, da Lei Nº 4.740, de 15 de Julho de 1965.

² BRASIL, **Lei Nº 4.740**, de 15 de Julho de 1965, Brasil (1965). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4740-15-julho-1965-368290-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

constante discurso do caráter temporário do regime militar, bem como pela busca da legitimidade política por meio dos mecanismos próprios da democracia representativa (RESENDE, 2003).

Importante registrar, mesmo que de passagem, a imperceptibilidade do caráter duradouro da obra *revolucionária* por grande parte dos atores políticos atuantes nesse contexto histórico, tal como foi tratado no início do presente capítulo. Em geral, acreditava-se no caráter apenas temporário do regime. Um bom exemplo disso foi o episódio envolvendo o ex-udenista e Presidente da Câmara Federal Adauto Lúcio Cardoso, que se recusou a cumprir a decisão do Governo Castelo Branco de empreender novas cassações de mandatos. Como bem registrou Kinzo (1988, p. 99), o

[...] ato de rebeldia de Cardoso era conseqüência de sua indignação com a atitude de Castelo Branco, o qual lhe havia assegurado que não ocorreriam mais cassações de membros da Câmara, promessa que o Deputado Cardoso havia, confiantemente, anunciado á imprensa [...].

Mas retomando a questão da construção do sistema de partidos, como assinala Madeira (2002), apesar das tentativas de conciliar as medidas de cunho autoritário e de manter o sistema partidário, até então vigente, várias seriam as dificuldades enfrentadas pelo regime. Uma delas foi o resultado do pleito de outubro de 1965 nos Estados da Guanabara e em Minas Gerais (Negrão de Lima e Israel Pinheiro, respectivamente), que acabou gerando muitas insatisfações. Embora a derrota de duas das mais destacadas lideranças golpistas (Carlos Lacerda e Magalhães Pinto) possa ser interpretada como tendo sido completa para o governo, tal visão não é compartilhada por estudiosos como Madeira (2006), para o qual nos outros 9 estados³ onde ocorreram disputas no mesmo ano, os

³ A duração dos mandatos dos governadores era estabelecida pelas constituições estaduais. Os Estados de Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina adotaram mandatos de cinco anos e nos demais 11 estados, incluindo o Espírito Santo, foi adotado mandato de quatro anos. Para maiores esclarecimentos, ver: TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Cronologia das Eleições no Brasil (1945 - 2010)**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm>>. Acesso em: 21 set. 2011.

vitoriosos foram apoiadores do regime, o que desqualifica o argumento segundo o qual o pleito de 1965 foi a principal ocorrência que contribuiu para a precipitação de uma reforma partidária mais profunda, após grave crise provocada pela pressão da *linha dura*.

Ademais, convém ressaltar que as derrotas de Lacerda e Magalhães Pinto, os quais mantinham pretensões de chegarem à Presidência, contribuiriam para neutralizar o poder dessas lideranças. Ao garantir a posse dos eleitos, Castelo Branco teria também conquistado o apoio e o reconhecimento dos novos governadores. Mas para os udenistas, o sinal de emergência soou. Estava claro que a manutenção da aliança PSD-PTB traria sérios problemas ao regime (MADEIRA, 2006).

Além disso, tal como assinala Grinberg (2009, p. 58), “[...] os resultados eleitorais são passíveis de uma grande diversidade de interpretações que, muitas vezes, são produzidas por grupos envolvidos na própria disputa política [...]”. Nesse sentido, convenientemente, a derrota da UDN foi interpretada como sendo do movimento de 1964, principalmente pelos militares interessados em radicalizar o processo político. Parece ter sido essa a questão, pois quando observamos mais atentamente os resultados, nota-se que eles reproduziam nada além do que já vinha acontecendo no período, isto é, derrotas repetidas da UDN para a aliança PSD/PTB.

Vários atores da época confirmam essa hipótese, entre eles o Senador petebista Oscar Passos, cuja opinião mereceu nota de comentário do renomado Jornalista Carlos Castelo Branco, ainda no calor dos acontecimentos, cerca de um ano depois do pleito, no dia 22 de novembro de 1966:

[...] entende o Senador [...] que a eleição que acaba de travar-se foi disputada entre partidos tradicionais – PSD, UDN e PTB – que, no fundo, asseguraram suas bases eleitorais e renovaram sua representação no Congresso e nas Assembléias estaduais. Não aceita a teoria de que no pleito o eleitorado julgou a Revolução, simplesmente porque, como disse, a batalha se travou entre forças que preexistiam ao movimento revolucionário e se prepararam para voltar a existir (CASTELO BRANCO, 1977, p. 602).

Entre os udenistas, também é possível encontrar análises que expressem este mesmo entendimento. Uma delas é a do próprio Juracy Magalhães que, anos mais tarde, em 1977, diria:

Houve a intenção de forçar o bipartidarismo, que é um sistema válido, democrático e viceja nas democracias saxônicas, como na Inglaterra e nos Estados Unidos. [...] Eu tive influência nessa decisão [...] Houve uma conveniência política. Se continuassem vivos o PSD e o PTB, haveria um partido conservador ao lado de um partido progressista, socialista mesmo. Esses dois partidos ganhariam sempre as eleições. Foram consultadas as lideranças políticas. Ouvi vários companheiros da UDN. Assisti à morte da UDN com pesar, porque ela foi grande parte da minha vida [...] (MAGALHÃES *apud* KINZO, 1988, p. 28).

Foi o mesmo Juracy Magalhães quem substituiu Milton Campos (UDN-MG) no Ministério da Justiça e editou o AI-02, uma vez que o udenista mineiro estava reticente em aceitar os rumos que o regime vinha tomando (GRINBERG, 2009).

A formação de Arena e MDB no Espírito Santo

No Espírito Santo, o Jornal *A Gazeta*, em várias edições do mês de outubro, noticiou toda a crise institucional que se abatia sobre o país, especialmente após as eleições de 1965.⁴ No dia 21 de outubro, o Jornal trouxe uma matéria versando sobre as emendas que ampliariam os poderes do Executivo, permitindo, inclusive, a intervenção nos Estados.⁵ No dia 23, tratou do impasse verificado entre Governo e Congresso em relação às emendas, o que havia levado Castelo Branco a se

⁴ AUMENTO do número de membros do STF poderia ocasionar gravíssimo conflito. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 21 out. 1965; NOITE acabou e Congresso ficou sobre o imprevisível. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 27 out. 1965.

⁵ PESSEDISTAS apresentam emenda: intervenção federal nos estados. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 21 out. 1965.

reunir com o Alto Comando Militar.⁶ Nessa altura dos acontecimentos, já ecoava no Estado a edição de um novo Ato Institucional, embora importantes membros do Governo Federal fossem taxativos em negar tal possibilidade.⁷

Diante da não resolução do impasse criado após as eleições de 1965, o Presidente Castelo Branco acabou editando o Ato Institucional Nº 2, em 27 de outubro de 1965. O novo Ato, além de reafirmar diversos aspectos do Ato Institucional Nº 1, tais como tomar para a *Revolução* as prerrogativas de Poder Constituinte (colocado como algo “intrínseco”), “[...] não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs [...]”,⁸ radicalizou as medidas punitivas em vigor, aumentou os poderes presidenciais, atribuiu à Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de civis envolvidos em crimes contra a segurança nacional (Art. 8º, parágrafo 1º), aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16 (Art. 98), extinguiu os partidos políticos existentes (Art. 18), além de ter estabelecido eleições indiretas para presidente (Art. 9º).

De uma maneira geral, houve concordâncias e divergências sobre determinados aspectos da medida. Entre os representantes capixabas em Brasília, destacou-se o apoio do Senador udenista Eurico Rezende, ao expressar seu “[...] contentamento com a medida heróica do Ato Institucional Nº 2, observando que ele veio corresponder ao que esperava do Presidente da República há muitos meses [...]”.⁹

Uma das matérias veiculadas em *A Gazeta* sobre o assunto indicava o posicionamento das classes políticas e econômicas do Espírito Santo, reunidas naquele momento na Federação das Indústrias (FINDES),¹⁰

⁶ SITUAÇÃO nacional leva Castelo a reunir Alto Comando Militar. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 23 out. 1965.

⁷ JURACY: Governo não quer segundo Ato Institucional. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 23 out. 1965; JURACY desmente existência de outro Ato Institucional e diz que atual regime será mantido. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 24 out. 1965.

⁸ BRASIL. **Ato Institucional Nº 2**, de 27 de outubro de 1965, Brasil (1964). Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=2&tipo_norma=AIT&data=19651027&link=s>. Acesso em 24 jan. 2012.

⁹ HAMILTON Nogueira concita deputados a protestarem contra o segundo Ato. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 4, 30 out. 1965.

¹⁰ Nos capítulos seguintes, falaremos com mais vagar sobre a importância e o papel da Federação das Indústrias, especialmente no que diz respeito à formulação e implementação de

composta por diversos elementos que mais à frente estariam ocupando os principais postos de comando da política capixaba. Esses elementos se manifestaram favoráveis à nova ordem, pelo fato de hegemonizarem o PSD, por estarem alijados dos espaços de poder no estado, uma vez que foram derrotados em 1962 para Chiquinho¹¹, bem como pela prioridade dada ao setor rural por ampla parcela dos governos verificados até então, incluindo o de Lacerda de Aguiar. A matéria comentava da seguinte maneira a nota da Findes:

[...] a exemplo do que vem ocorrendo em todos os estados da federação, as classes conservadoras do Espírito Santo telegrafaram ao Presidente Castelo Branco emprestando inteira solidariedade à promulgação do Ato Institucional N° 2. Dirigiram expedientes ao chefe da nação a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, Associação Comercial de Vitória e Clube de Diretores Lojistas. [...] Ressaltam as classes conservadoras que não só os homens de negócios, mas o próprio povo capixaba vibraram de entusiasmo com a nova medida colocada em prática de fortalecimento do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964 e que veio colocar, no Brasil, as coisas nos seus devidos lugares. Congratulam-se ainda os homens de negócios com o Governo e as Forças Armadas pela maneira com que estão agindo para assegurar a paz e prosperidade da Nação Brasileira. [...] A voz geral do povo é que o 2º Ato Institucional ainda foi muito brando. Para se concertar o Brasil só agindo dessa forma [...].¹²

Assim, com o Ato Institucional nº 2, a tarefa com a qual a classe política brasileira e também capixaba se defrontou foi a organização

ações voltadas para desenvolver industrialmente o Espírito Santo.

¹¹ Chiquinho era o apelido atribuído a Francisco Lacerda de Aguiar, Governador do Estado do Espírito Santo por duas ocasiões: 1955-1958 e 1962-1966.

¹² CLASSES produtoras do E.S. oferecem apoio ao Ato nº 2. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 29 out. 1965; O ATO Institucional nº 2 na sua íntegra. **A Gazeta**, Vitória, p. 7, 29 out. 1965.

de novas agremiações partidárias, conforme determinação do próprio Ato. Porém, nenhuma atenção foi dispensada pelo Governo aos apelos dos Congressistas, incluindo líderes parlamentares do próprio governo, para que fosse deixada ao Congresso a tarefa de definir as regras do novo sistema partidário (KINZO, 1988). Um novo decreto – o Ato Complementar nº 4 – estabeleceu as novas regras¹³ para a formação de um novo sistema de partidos, sendo o mesmo bipartidário e compulsório.

O novo sistema, defendido pelo Ministro da Justiça Juracy Magalhães, tinha como principal finalidade conseguir a maioria parlamentar sólida e estável para o Governo e impedir a reestruturação dos partidos extintos (KINZO, 1988; GRINBERG, 2009). Os critérios preestabelecidos para a formação das novas agremiações partidárias foram os seguintes: a) tinham que ser organizadas a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional (Art. 1º); b) em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, dentro do prazo de 45 dias, e organizações que teriam atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem (Art. 1º)¹⁴. O texto da Lei mostra que tais agremiações teriam um caráter provisório. Além disso, tal legislação fatalmente induzia a formação de um número bastante reduzido de partidos. Com isso, não se desejava a formação de um sistema de partido único, nem um multipartidarismo amplo (GRINBERG, 2009; KINZO, 1988). Com a intenção de promover uma *limpeza* do espectro político nas antigas siglas, bem como da cultura política vigente no multipartidarismo dos anos 1945-1964, o ato previa, no seu Art. 13, que os “[...] nomes, siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos não [...] [poderiam] ser usados para designação das organizações de que trata este Ato, nem utilizados para fins de propaganda escrita ou falada [...]”¹⁵. E o principal alvo dessa ação seria o PTB, cujo potencial eleitoral, especialmente quando coligado ao PSD, era extremamente

¹³ Muitas das quais já previstas na Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965.

¹⁴ BRASIL. **Ato Complementar Nº 4**, de 20 de novembro de 1965, Brasil (1965). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116094>>. Acesso em 25 jan. 2012.

¹⁵ BRASIL. **Ato Complementar Nº 4**, de 20 de novembro de 1965, Brasil (1965). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116094>>. Acesso em 25 jan. 2012.

preocupante para o regime, especialmente após o pleito de 1965. Em suma, a intenção era reunir numa única sigla todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime. Quanto às forças oposicionistas, elas ficariam reunidas em um partido fraco, o que induzia a uma oposição frouxa.

Ainda em relação aos critérios e dispositivos criados pelo AC-04 para a formação dos partidos políticos que concorreriam nas eleições de 1966, convém ressaltar a criação do mecanismo da *sublegenda* com vistas a acomodar as rivalidades e os interesses locais cujas conciliações eram extremamente difíceis de serem alcançadas. As discussões em torno da formação das siglas levaram ao consenso de que poderiam ser apresentados até três grupos adversários – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 – dentro de cada organização partidária em eleições majoritárias. Como salientado, esse foi o meio encontrado pelo regime para manter, na mesma legenda, grupos divergentes, especialmente nas unidades federativas (MADEIRA, 2002). Portanto, no que tange à institucionalidade forjada pelo regime recém instaurado, vale a pena ressaltar que o que se buscava era a garantia de suporte para assegurar o pretendido apoio civil a partir da incorporação das elites políticas, especialmente as regionais, no partido pró-regime.

Foi a partir de tal concepção que se definiram os marcos legais sobre os quais congressistas e lideranças políticas iniciaram as movimentações para a criação das novas agremiações partidárias. Quanto ao partido do governo, as articulações para a formação da Arena tiveram como resultado a redação de um documento assinado por parlamentares, bem como a composição de um Diretório Nacional e de uma Comissão Executiva¹⁶. Em 30 de novembro de 1965, alguns parlamentares subscreveram o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de “apoiar o Governo da Revolução” (GRINBERG, 2009, p. 67).

Entre os objetivos da Arena, se encontram, num primeiro plano, o de lutar “[...] por todas as medidas que visem à consolidação

¹⁶ Para maiores esclarecimentos acerca da formação da Arena no plano nacional, ver: GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

dos ideais sancionadores e progressistas que inspiraram a Revolução de março de 1964 [...]”. Além disso, o mesmo documento firmava “[...] o compromisso de buscar o aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político [...]” (GRINBERG, 2009, p. 67).

Na tabela abaixo, são expostos alguns objetivos mais gerais do Partido:

Tabela 2 - Síntese do Documento constitutivo da Arena
Objetivos gerais da Arena

1. “Democratização das oportunidades”.
2. “Reforma administrativa, com [...] a estrita observância do sistema do mérito”.
3. “Fortalecimento econômico-financeiro dos estados e municípios e a eliminação dos desequilíbrios regionais”.
4. “Desenvolvimento planejado e autossustentável, sem inflação e com fortalecimento das estruturas econômicas”.
5. “Expansão do ensino em todos os graus, especialmente do ensino elementar obrigatório e do técnico-profissional”.
6. “Combate às endemias e ao pauperismo”.
7. “Por um sistema tributário justo [...]”.
8. “Crescente aperfeiçoamento da previdência social e da organização sindical”.
9. “Incentivo à iniciativa privada, como elemento básico do desenvolvimento econômico e fator indispensável à plenitude do regime democrático”.
10. “Execução de uma política exterior que procure atingir os objetivos nacionais de desenvolvimento, segurança e bem estar do povo brasileiro”.
11. “Adoção de trabalho constante e fecundo em favor da paz e do entendimento, da aproximação e da cooperação internacionais, e apoio à carta das Nações Unidas”.
12. “Crescente vinculação entre o comércio mundial e o desenvolvimento econômico dos povos, com a adoção de medidas que corrijam os efeitos da deterioração dos termos de troca [...]”.
13. “Pela manutenção e consolidação de uma política de efetiva participação do Brasil no sistema de vida e de valores da civilização

ocidental e no mecanismo de segurança continental [...]”.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Grinberg (2009).

Por ocasião da formação do Partido, os objetivos do quadro acima cumpriam o papel de programa da organização e, segundo opinião acertada de Lúcia Grinberg (2009), evidenciavam a constituição de um documento muito mais geral e pouco revelador do matiz político dessa nova agremiação. Pela forma artificial como fora criada, uma das características da Arena era justamente a ausência de cores fortes e a manutenção de perspectivas tradicionais sobre os problemas brasileiros. Em outras palavras, a Arena afirmava seu compromisso com a *Revolução de 64*, mas nenhum de seus objetivos era, de fato, revolucionário (GRINBERG, 2009).

No aspecto da sua estrutura interna, a Arena era dirigida por uma Comissão Diretora Nacional e, em cada estado ou território, por Comissões Diretoras Regionais, cujos membros poderiam ser parlamentares ou não. Entre as atribuições das Comissões Diretoras Regionais, encontrava-se a de convocar convenções regionais para a escolha dos candidatos a governador e vice-governador do Estado e a de escolher candidatos a senador, deputados federais e deputados estaduais. Nos municípios, havia Comissões Diretoras Municipais, às quais também se atribuía a competência de escolher os candidatos a Prefeito, vice-prefeito, vereadores e juízes de paz.

Das Convenções Nacionais participavam os senadores, os deputados federais e três representantes de cada uma das Comissões Diretoras Regionais¹⁷. Nota-se claramente a importância de se dominar o Diretório Regional do Partido, pois o seu controle representava o principal instrumento para a seleção e inscrição das candidaturas, bem como para a composição de governos. Além disso, a estrutura organizacional da Arena preocupava-se em responder a aspectos fundamentais da tradição política do país: a importância dos Estados e municípios (GRINBERG, 2009). Nas tabelas abaixo, temos a composição inicial de Arena e MDB, a

¹⁷ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979

partir da filiação de Deputados Federais e Senadores, no plano nacional, e de Deputados Estaduais egressos das antigas agremiações partidárias, conforme estabelecia o AC-4.

Tabela 3 - Filiação dos Deputados Federais em Arena e MDB (1966).

Partidos Extintos	Arena	MDB	Total
PSD	78	43	121
UDN	86	9	95
PTB	38	78	116
PSP	18	2	20
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PRP	5	-	5
PR	4	-	4
PL	3	-	3
PST	2	-	2
PRT	2	2	4
MTR	-	3	3
PSB	-	2	2
Total	257	149	406

Fonte: KINZO (1988).

Tabela 4 - Filiação dos Deputados Estaduais do Espírito Santo em Arena e MDB (1966).

Partidos Extintos	Arena	MDB	Total
PSD	13	1	14
UDN	6	1	7
PTB	2	7	9
PSP	8	1	9
PDC	1	-	1
PRP	3	-	3
PTN	-	-	-
PR	-	-	-
PL	-	-	-
PST	-	-	-
PRT	-	-	-
MTR	-	-	-
PSB	-	-	-
Total	33	10	43

Fonte: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1966-1979.

Tal como os dados demonstram, não houve grande dificuldade para aglutinar nomes a fim de formar o partido governista no Brasil, nem tampouco no Espírito Santo. A forte intervenção do Governo Federal nessa articulação, somada aos ganhos políticos que a filiação ao partido governista, em circunstâncias de *estado de exceção*, poderia assegurar, mais a própria identificação de certos parlamentares com o Regime, garantiram a rápida adesão à Arena. Nota-se que a base da Arena, no plano nacional e estadual, é oriunda, em sua maioria, do PSD e da UDN, sendo que, no Espírito Santo, a Arena recebeu grande parte dos parlamentares do

PSP, segunda maior bancada na Assembleia ao lado do PTB, o que, na prática, representou a transferência, para o partido do governo, da forte polarização verificada no multipartidarismo do período 1945-1964.

Quanto ao MDB, havia muitos aspectos que dificultavam a sua formação. Um deles pode ser expresso com argumento inverso ao do parágrafo acima. Isto é, os dividendos de qualquer político seriam bem inferiores ao se inserir no partido da oposição nessas condições específicas. Além disso, havia o problema das cassações, que já atingiam diversas lideranças políticas as quais faziam oposição mais incisiva ao Regime. Para se ter uma ideia, somente o primeiro Ato Institucional decretado pelo Supremo Comando Revolucionário cancelara os mandatos e suspendera os direitos políticos de 50 deputados federais e 9 suplentes, entre os quais 25 do PTB e 12 pertencentes a partidos menores, de orientação trabalhista e reformista. Isso deixou o Congresso com poucos membros realmente atuantes na ala oposicionista. Diante de tais dificuldades, é sabido que o Presidente Castelo Branco chegou a persuadir o Senador Aarão Steinbruck a filiar-se ao partido da oposição a fim de viabilizá-lo. Foi desse modo artificial que o MDB atingiu os pré-requisitos para obter o registro, em dezembro de 1965.

Sobre as dificuldades de formação do MDB, as considerações de Kinzo (1988, p. 29) são complementares, quando afirma que

“[...] um partido de oposição em um regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente [...]”.

Quanto à estruturação do Partido oposicionista, Kinzo (1988) aponta que a Convenção Nacional era o mais alto órgão do partido, desempenhando o papel deliberativo em âmbito nacional. E o mesmo se daria em nível Estadual e municipal, onde as convenções estaduais e municipais teriam atribuições deliberativas nos seus respectivos níveis. Entre as funções das Convenções estava a de eleger os Diretórios, nos três

níveis, e escolher os candidatos para os vários cargos (KINZO, 1988).¹⁸

Retomando as dificuldades de formação dos partidos, a Arena, por outro lado, não esteve imune a algumas dificuldades no seu processo de formação. Porém, elas possuíam naturezas distintas daquelas enfrentadas pelo MDB e, num certo sentido, eram até mais graves, pois se tratava da “[...] conciliação dos interesses eleitorais e partidários entre remanescentes das agremiações, adversários ferrenhos até a véspera, e agora forçosamente reunidos, sobretudo entre os ex-pessepistas, os ex-udnenistas e até numerosos ex-trabalhistas [...]” (MEM DE SÁ, Apud. KINZO, 1088, p. 30). Foi por conta desses entraves que o prazo estabelecido para o registro das novas agremiações teve que ser prorrogado por dois meses¹⁹ a fim de que se pudesse encontrar um mecanismo para conciliar as várias forças divergentes, o que veio a acontecer com o expediente das *sublegendas* para concorrer às eleições locais.

Apesar de tais dificuldades, Arena e MDB foram legalmente reconhecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como organizações partidárias no dia 24 de março de 1966. Registre-se que, em suas denominações, não se utilizou o termo *partido*, devido à determinação do AC-04 que aludia à formação de organizações provisórias para concorrer às eleições legislativas de 1966. Assim, esse arranjo permitiria testar a viabilidade da nova estrutura e, acima de tudo, testar a capacidade da Arena de proporcionar o respaldo eleitoral e parlamentar necessário.²⁰ Se o resultado das eleições de 1966 favorecesse o Governo – como efetivamente ocorreu – o sistema bipartidário estaria credenciado pelo tempo que fosse conveniente mantê-lo (KINZO, 1988).

Sobre as formações de Arena e MDB no Espírito Santo, as articulações começaram no final de 1965 e só foram terminar com o registro oficial. Em relação ao partido do Governo, tomaram a dianteira, no processo, elementos oriundos tanto do PSD, quanto elementos da antiga *Coligação Democrática*. Na tabela abaixo, estão relacionados os 73 membros da Arena-Seção Espírito Santo que assinaram a primeira ata do partido, no dia 26 de fevereiro de 1966:

¹⁸ Para maiores esclarecimentos acerca da organização interna do MDB, ver: Kinzo (1988).

¹⁹ JURACI: ampliação dos prazos para formação dos partidos. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 4 jan. 1966.

²⁰ NOVO Complementar para formar Arena. **A Gazeta**, Vitória, p. 7, 8 jan. 1966.

Tabela 5 - Membros da Arena - Seção Espírito Santo - 1966.

Nº	Nome	Partido de Origem	Cargo eletivo
1	João Calmon	PSD	Deputado Federal
2	Christiano Dias Lopes	PSD	Deputado Estadual
3	Jefferson de Aguiar	PSD	Senador
4	Mikeil Chequer	PSD	Deputado Estadual
5	Dylio Penedo	PSD	Deputado Estadual
6	Jeovah Miranda Ferreira	PSD	Deputado Estadual
7	Celso Francisco Borges	PSD	Deputado Estadual
8	Verdeval Ferreira da Silva	PSD	Deputado Estadual
9	Pedro Leal	PSD	Deputado Estadual
10	José Parente Frota	PSD	Deputado Estadual
11	Alcino Santos	PSD	Deputado Estadual
12	Napoleão Fontenelle da Silveira	PSD	Deputado Federal
13	Hilário Toniato	PSD	-
14	Messias Lins de Oliveira Chaves	PSD	-
15	Américo Buaiz	PSD	-
16	Hildo Garcia	PSD	-
17	Pedro Saleme	PSD	-
18	Carlos Marciano Medeiros	PSD	-
19	Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	Deputado Estadual
20	Francisco Schwab	UDN	Deputado Estadual
21	Dulcino Monteiro de Castro	UDN	Deputado Federal
22	Eurico Rezende	UDN	Senador
23	Setembrino Pelissari	UDN	Deputado Estadual
24	Vicente Silveira	UDN	Deputado Estadual
25	Sebastião Cipriano do Nascimento	UDN	Deputado Estadual
26	Moacir Dalla	UDN	Deputado Estadual
27	Pedro Juvenal Machado Ramos	UDN	Deputado Estadual
28	Deomar Bittencourt Pereira	UDN	-
29	Paulo Barros	UDN	-
30	Joaquim Cecílio Teixeira Leão	UDN	-
31	Oscás Nascimento	UDN	-
32	Antônio Gil Veloso (internado no RJ)*	UDN	Deputado Federal
33	Raul Gilbert	PSP	Senador
34	Harry Freitas Barcelos	PSP	Deputado Estadual
35	Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Deputado Estadual
36	Joaquim Alves de Souza	PSP	Deputado Estadual
37	José Moraes	PSP	Deputado Estadual
38	Vicente Amaro da Silva	PSP	Deputado Estadual
39	Isaac Lopes Rubim	PSP	Deputado Estadual
40	Emir Macedo Gomes	PSP	Deputado Estadual
41	Edson Machado de Souza	PSP	-
42	Rogério Marques Nogueira	PSP	-
43	Jamil Zouain	PRP	Deputado Estadual
44	Lúcio Merçon	PRP	Deputado Estadual
45	Teodorico de Assis Ferraço	PRP	-

46	Henrique Del Caro	PRP	Deputado Estadual
47	Oswaldo Zanello	PRP	Deputado Federal
48	Silvério Del Caro	PRP	-
49	Florianio Lopes Rubim	PTB	Deputado Federal
50	Tolentino Xavier Ribeiro	PTB	-
51	Moacyr Martins Brotas	PTB	-
52	Guilherme Santos	PTB	-
53	Raymundo de Andrade	PTN	Deputado Federal
54	Walter Bersan	PDC	Deputado Estadual
55	Oscar de Almeida Gama	PR	Deputado Estadual
56	Alberto Stange Junior	PRD	-
57	Manoel de Souza Soares	-	-
58	Aristides Teixeira de Resende	-	-
59	Laudino Ceolin	-	-
60	Paulo Expedito Amaral	-	-
61	Ubaldo Caetano Gonçalves	-	-
62	Benedito Elias	-	-
63	Guilherme Pimentel Filho	-	-
64	Dirceu Pagani	-	-
65	Esmeraldo Teixeira Mello	-	-
66	Irisson da Silva	-	-
67	Alencar Pereira do Nascimento	-	-
68	Alziro Calmon Tavares	-	-
69	Edmar Lucas do Amaral	-	-
70	Roberto Arnizant Silares	-	-
71	Antônio Alvaro Pimentel	-	-
72	Anselmo Frizzera	-	-
73	Valter Aguiar	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fl. 2-5.

*O então Deputado Federal Antônio Gil Vellozo, embora conste na lista de membros fundadores da Arena capixaba, estava hospitalizado no Rio de Janeiro em decorrência de um acidente automobilístico em consequência do qual veio a falecer no dia 28 de fevereiro de 1966.

Assim, tal como pode ser constatado, compôs a Arena no Espírito Santo a *nata* da política espírito-santense do período precedente, as lideranças mais destacadas dos mais diversos partidos, entre os quais podem ser elencados os três senadores do Estado na época: Eurico Rezende (UDN), Jefferson Aguiar (PSD), e Raul Gilberti (PSP); sete dos oito deputados federais: João Calmon (PSD), Napoleão Fontenelle da Silveira (PSD), Florianio Lopes Rubim (PTB), Antônio Gil Velloso (UDN), Dulcino Monteiro de Castro (UDN), Oswaldo Zanello (PRP),

Raymundo de Andrade (PTB/PTN). Também se filiaram à Arena 33 dos 43 Deputados Estaduais, entre os quais aqueles com maior prestígio no Legislativo Estadual, tais como os pessedistas José Parente Frota, Christiano Dias Lopes Filho e Alcino Santos; udenistas como Francisco Schwab, Antônio José Miguel Feu Rosa, Setembrino Pelissari, Vicente Silveira, Moacir Dalla; além de importantes membros do PSP, que era o partido com maior ascensão eleitoral. Entre os membros do Partido de Adhemar de Barros com peso político no Estado, destacam-se Geraldo Vargas Nogueira, Emir Macedo Gomes, Edson Machado de Souza e José Moraes.

Além dos políticos já mencionados, compuseram o partido do Governo outras importantes figuras que não exerciam cargos eletivos naquele momento, ou que participavam da política municipal, mas que possuíam grande peso na política do Espírito Santo, com destaque para o ex-governador por duas vezes Carlos Lindenberg, sobre o qual voltaremos a falar diversas vezes no decorrer deste trabalho²¹, Carlos Marciano Medeiros (PSD), Moacyr Martins Brotas (PTB), Alberto Stange Junior (PRD), Américo Buaiz²² (PSD), Teodorico de Assis Ferraço²³ (PRP), Hilário Toniato (PSD).²⁴

A composição da primeira Comissão Executiva do Partido, eleita em 26 de fevereiro de 1966, mostra essa diversidade de forças políticas reunidas na mesma sigla:

²¹ Nas movimentações em torno da criação de Arena e MDB, Carlos Lindenberg chegou a assinar a ficha de filiação do MDB, mas voltou atrás por ocasião da construção das candidaturas para o pleito de 1966, quando saiu candidato ao Senado pela Arena. O episódio envolvendo a filiação e desfiliação de Lindenberg no partido da oposição merece ser tratado à parte mais à frente, pois o caso, até certo ponto pitoresco, retrata o grau de artificialidade a partir da qual as agremiações foram criadas.

²² Empresário, filho de um mascate libanês que se estabeleceu na região central de Vitória-ES, Américo Buaiz foi um dos mais reconhecidos empreendedores do Espírito Santo, nos mais diversos ramos empresariais. Para maiores esclarecimentos, ver: SANTOS, Estilque Ferreira dos. *Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo – Grandes Nomes – Américo Buaiz*. Editora GSA: Vitória, 2011.

²³ Rompeu com Chiquinho no decorrer do IPM. Sobre o seu rompimento com o Governador, ver: FERRACINHO DIZ em entrevista porque rompera com o Governador. *A Gazeta*, Vitória, p. 7, 6 jan. 1966.

²⁴ Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. *Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1966-1979, fl. 2-5.

Tabela 6 - Primeira Comissão Executiva do Diretório Regional da Arena-ES

Nome	Partido de origem	Cargo no Diretório
João Calmon	PSD	Presidente
Jefferson de Aguiar	PSD	1º Vice-presidente
Raul Gilbert	PSP	2º Vice-presidente
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	3º Vice-presidente
Florianio Lopes Rubim	PTB	Secretário Geral
Antônio Gil Veloso	UDN	Tesoureiro
Christiano Dias Lopes Filho	PSD	Vogal
Setembrino Pelissari	UDN	Vogal
Lucio Merçon	PRP	Vogal
Isaac Rubim	UDN	Vogal
Geraldo Vargas Nogueira	PSP	Vogal
Henrique Del Caro	PRP	Vogal
Osvaldo Zanello	PRP	Del. na Com. Diretora. Nacional
Eurico Rezende	UDN	Del. na Com. Diretora. Nacional
Dylio Penedo	PSD	Conselho Fiscal
Moacir Dalla	UDN	Conselho Fiscal
Jamil Zouain	PRP	Conselho Fiscal

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de: Livro de atas da Convenção Regional, da Comissão Diretora Regional e do Gabinete Regional. 1966-1979. **Aliança Renovadora Nacional – Seção Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1966-1979, fls. 2-5.

Assim, a Arena surge como um partido permeado por rivalidades internas, no Espírito Santo, uma vez que forças políticas que estiveram durante todo o período democrático em lados diametralmente opostos, se filiaram ao partido governista. Apesar dessa diversidade, o quadro demonstra que a Comissão Executiva da Arena, embora presidida por um ex-pessedista, possuía maior quantidade de ex-membros da antiga *Coligação Democrática*, ficando o PSD com influência bastante restrita no interior da sigla. Essa situação permaneceu inalterada enquanto o elemento que mantinha a *Coligação Democrática* unida, isto é, o Governador Francisco Lacerda de Aguiar, estava na cena política.

Com toda a crise envolvendo o afastamento de Chiquinho, em fevereiro de 1966, mais as disputas entre os membros da *Coligação* para a composição da chapa que concorreria à Mesa Diretora da Assembleia

em 1966,²⁵ ocorreu um racha, abrindo espaço para o domínio da Arena pelo PSD, tal como veremos nos tópicos que seguem.

O ponto de vista aqui defendido é que tanto o PSD quanto aqueles partidos que, tradicionalmente, reuniam-se na *Coligação Democrática* aderiram à Arena porque enxergavam nela o espaço mais apropriado para o êxito em termos de aproximação do poder e ocupação de postos de comando. Em outras palavras, continuaram a atuar politicamente tal como se no sistema multipartidário do período anterior estivessem. Com isso, acabaram por transferir para o interior da Arena os conflitos políticos verificados no interior das principais siglas do período 1945-1964. Convém ressaltar ainda que, não por acaso, a partir do enquadramento desses agrupamentos políticos em um sistema bipartidário, especialmente na Arena capixaba, se tornará lugar comum a existência de disputas amplamente polarizadas entre sublegendas.

Em relação ao partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tal como já salientado, não teve as mesmas facilidades que a Arena para arregimentar políticos a fim de compor as suas fileiras. Isso porque as organizações foram criadas de cima para baixo, ou seja, pelos parlamentares federais e, como tal, somente nos estados em que o MDB conseguiu reunir um número significativo de políticos pertencentes aos antigos partidos dominantes é que ele teve condições de estruturar-se. E esse não foi o caso do Espírito Santo, uma vez que os 3 senadores capixabas e 7 dos 8 deputados federais filiaram-se à Arena. Aliás, o MDB conseguiu um número de representantes proporcionalmente maior do que a Arena somente nas bancadas estaduais do Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul e Amazonas (KINZO, 1988).

Assim, podemos afirmar que o MDB capixaba foi composto, em sua maior parte, por elementos egressos do PTB, especialmente de sua ala mais conservadora, capitaneada, na constituição do

²⁵ Para maiores esclarecimentos, ver: OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982). 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

partido novo, pelo Deputado Federal Argilano Dario, já que parte desse mesmo grupo, liderado por Floriano Rubin, se abrigou no bloco arenista. Apesar dessa dominância, assim como ocorrera na Arena, despontaram figuras das mais diferentes estirpes políticas. Filiaram-se ao MDB indivíduos pertencentes à antiga ala progressista do PTB, como Mário Gurgel e Berredo de Meneses; petebistas mais moderados, tais como Saturnino Rangel Mauro, Adalberto Simão Nader e Argilano Dario; e também um grupo de pessedistas como o próprio ex-governador por dois mandatos e ex-senador Carlos Lindenberg, além de Miceil Chequer²⁶; bem como alguns membros da antiga *Ala Moça* do partido, a exemplo de Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen. Pelo fato de o MDB ter sido hegemonizado desde o início pelo então Deputado Argilano Dario, os ex-pessedistas foram sendo alienados, o que redundou no abandono da sigla já no seu nascedouro, como foi o caso de Carlos Lindenberg, conforme veremos adiante. No caso dos demais ex-membros do PSD, foram migrando para a Arena no decorrer da década de 60 e início dos anos 1970.

Na tabela abaixo, estão relacionados os nomes que foram enviados ao Tribunal Superior Eleitoral como membros fundadores do MDB, no Espírito Santo, em marços de 1966, bem como suas filiações partidárias anteriores e o cargo eletivo que ocuparam.

Tabela 7 - Membros Fundadores do MDB – Seção Espírito Santo – 1966

Nº	Nome	Partido de Origem	Cargo eletivo
1	Adalberto Simão Nader	PTB	Deputado Estadual
2	Antônio Alves Duarte	PTB	Deputado Estadual
3	Antônio Jacques Duarte	PTB*	Deputado Estadual
4	Antônio Ferreira de Carvalho	PTB	Deputado Estadual
5	Ely Junqueira	PTB*	Deputado Estadual
6	José Teixeira Guimarães	PTB	Deputado Estadual
7	Luiz Baptista	PTB	Deputado Estadual
8	Mario Gurgel	PTB	Deputado Estadual

²⁶ Aparece na primeira lista da Arena, mas logo depois migrou para o MDB; DEPUTADO da Arena ingressará no MDB. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 16 mar. 1966.

O Golpe de 64 e a montagem do sistema bipartidário

9	Mario Vieira Bicalho	PTB	Deputado Estadual
10	Manoel Monteiro Lobato	PTB	Deputado Estadual
11	Vicente Amaro da Silva	PSP*	Deputado Estadual
12	Hélio Carlos Manhães	PSP	Deputado Estadual
13	José Moraes	PSP*	Deputado Estadual
14	Roberto Vivacqua Vieira	PSP*	Deputado Estadual
15	José Ignácio Ferreira	PTB	Vereador
16	Lino Santos Gomes	PTB	-
17	Naly da Encarnação Miranda	PTB	-
18	Hugo Borges	PTB	-
19	Lourenço Pereira Cardoso	PTB	-
20	Argilano Dario	PTB	Deputado Federal
21	Adilon Cassimiro de Mattos	PTB	-
22	Darcy Francisco Pires	PTB	-
23	Carlos A. Lindenberg Von Schilgen	PSD	-
24	Elcio Álvares	PSD*	-
25	Dirceu Cardoso	PSD	-
26	Teodorico de Assis Ferraço	PRP*	-
27	Arnaldo Pinto de Andrade	-	-
28	Álvaro Fraga	-	-
29	José Rodrigues Maciel	-	-
30	Francisco de Oliveira Soares	-	-
31	Mário Cipreste	-	-
32	Joaquim Terch	-	-
33	Manoel Gonçalves Maciel	-	-
34	José Amaro de Medeiros	-	-
35	Hugo Antônio Ronconi	-	-
36	Mario Nicoletti	-	-
37	Djalma Juarez Guimarães	-	-
38	Francisco Santos Silva	-	-
39	Genésio Fraga	-	-
40	José Maria Claudio	-	-
41	Alfredo Motta Filho	-	-
42	José Miranda	-	-
43	José Figueiredo Costa	-	-
44	Nilzo Plazzi	-	-
45	Gilson Wanderley	-	-
46	Zeferino Vitoracci	-	-
47	Antônio Edson Azevedo Lima	-	-
48	Hausten Castelo	-	-
49	José Carlos Caiado	-	-
50	Claudionor Alves Pereira	-	-
51	Malvino Perim	-	-
52	Análberto Pereira do Carmo	-	-

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. **Comissão Diretora Nacional do MDB**, 1966. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/hotSites/registro_partidario/mdb/arquivos/Comissao_Diretora_Nacional.pdf>. Acesso em 12 out. 2011.

*Embora constem na lista de fundadores do MDB, os indivíduos destacados migraram para a Arena logo no início das movimentações para a formação dos partidos, motivo pelo qual também constam na primeira ata da Arena.

Ingressaram também no partido oposicionista alguns poucos pessepidistas, tais como Hélio Carlos Manhães, e figuras sem grande expressão na política capixaba do período anterior, ou que estavam em início de carreira. Infelizmente, não foram encontrados os livros de Atas do Partido antes do AI-5, motivo pelo qual não tivemos acesso aos nomes que compuseram a primeira Comissão Diretora da agremiação. Mas, de acordo com diversas fontes consultadas, constam na direção do MDB, além do Presidente Argilano Dario²⁷ (ex-PTB), petebistas, como Adalberto Simão Nader, Hugo Borges e Wallace Vieira Borges; e figuras oriundas do antigo PSD, como Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen, Dirceu Cardoso, Mikeil Chequer, entre outros.

Sem dúvida, o nome de maior peso que, no final de 1965, chegou a assinar a ficha do MDB, embora não tenha efetivado a filiação, pois voltou atrás, inserindo-se na Arena, foi o ex-governador Carlos Lindenberg. É interessante analisar esse caso com mais atenção, até para demonstrar o grau de artificialidade a partir do qual as novas siglas estavam sendo criadas. Sobre as motivações que teriam levado a se filiar ao MDB e não à Arena, tal como ocorrera com quase todo o PSD, seu antigo partido, Lindenberg afirma que

[...] Naturalmente os partidos acabaram. Foram formados a Arena e o MDB por decreto. Cada político tinha de se ajeitar num desses dois partidos. As opções eram muito poucas. Eles procuravam se alinhar onde a conveniência ditava. Não havia interesse ideológico nem coisa alguma. A questão era se agrupar com o seu pessoal. A suposição era de que, no Espírito Santo, a exemplo do que ocorreu no estado do Rio, os egressos do PSD passariam para o MDB. Eu, por exemplo, escrevi uma carta a Amaral Peixoto, que era presidente nacional do PSD, relatando a situação daqui e não obtive resposta. Então fiquei quieto e vi todos entrarem na Arena.

²⁷ Era advogado e professor, tendo nascido em São José de Campestre (RN) em 1913. Ainda na juventude, mudou-se para o Espírito Santo. Foi Deputado Estadual (1951-1955/1956-1959) e Deputado Federal por quatro legislaturas (1963-1966/1967-1971/1971-1975/1975-1979).

E eu fui para o MDB. Mas depois fui notando que não devia ficar num partido que tinha o Argilano Dario como presidente. Eu me dava muito bem com ele, mas àquela altura achei que não podia dirigir um grande partido no estado, quando ele não era sequer daqui [...] (LINDENBERG *apud* ALMEIDA, 2010, p. 443).

Além da declaração acima, existe uma opinião segundo a qual Lindenberg teria ido para o MDB para fazer número, ante as dificuldades de se arregimentarem nomes para a sigla no início das articulações²⁸. Todavia, com base nas suas próprias declarações, é possível presumir que Lindenberg tenha ido para o MDB imaginando que teria o controle absoluto da sigla, uma vez que o grosso do PSD, mais de UDN, PSP e PTB também tiveram a Arena como destino, dividindo grandemente a sigla, ao passo que, para o MDB, se dirigiram figuras com menos envergadura política. É também possível deduzir que, apenas quando se inseriu no partido opositorista, Lindenberg pôde constatar que a sigla já estava sob o controle de Argilano Dario.

Para melhor esclarecimento acerca do episódio da filiação/desfiliação de Lindenberg ao MDB, vale a pena adiantar pelo menos um aspecto referente ao ano de 1966, quando se iniciavam as articulações para o pleito que se avizinhava. No MDB, as chances de Lindenberg sair candidato ao Senado, seu grande objetivo, eram ínfimas, conforme alega o próprio político:

Em 1966, a Arena me chamou para ser candidato ao Senado. Discuti o assunto com Dirceu, Carlito e Cristiano e cancelei meu registro no MDB. Vi logo que eles queriam apenas o meu prestígio. Um dia chamei Dirceu, Carlito e Mário Nicoletti e disse que do lado de lá, na Arena, onde está a maioria dos meus amigos, estavam me convidando para ser candidato a senador e os do lado de cá, no MDB, onde estou, não me convidam para nada.

²⁸ A política é uma escola... e a Câmara está cheia de repetentes. **Revista Espírito Santo Agora**, n. 28, Vitória, out. 1978.

Estão me abafando o máximo possível. Estou disposto a cancelar a minha inscrição no MDB e me inscrever na Arena (LINDENBERG *apud* ALMEIDA, 2010, p. 443).

Em outro depoimento, este concedido ao jornalista Rogério Medeiros, Lindenberg confirma o exposto e complementa com mais precisão aspectos de seu interesse em se filiar ao MDB, afirmando que foi para o partido oposicionista

[...] por influência de Dirceu Cardoso, mas ele não tomou as providências que eu havia solicitado, de que ele seria presidente do partido. Verifiquei que o MDB tinha muita má vontade comigo, queria utilizar – *A Gazeta* – para fazer propaganda dele e eu para ajudar, mais nada. Nas vésperas dos registros, fui convidado por Cristiano Dias Lopes, porque no MDB eu não seria candidato a senador (seria Solon Borges) e não havia lugar para mim na chapa de deputado federal.²⁹

Mas a questão vai além. Lindenberg, em seu depoimento, omite uma história que virou folclore político em terras capixabas, e que é extremamente reveladora para compreender tanto as incertezas que permeavam aquelas circunstâncias, quanto a artificialidade que caracterizava esses primeiros anos de bipartidarismo no Regime Militar.

Entre os ex-pessedistas, agora reunidos na Arena e liderados por Christiano Dias Lopes Filho, por uma questão de gratidão a Carlos Lindenberg – que havia sido Deputado Federal Constituinte de 1930, Secretário da Fazenda (1935-1939), Senador da República (1951-1958), Governador por duas vezes (1947-1950 e 1959-1962), em administrações marcadas por austeridade ante as dificuldades financeiras herdadas, em especial no segundo mandato (1959-1962), após a desastrosa gestão de Lacerda de Aguiar – considerava-se que era justo indicá-lo para concorrer

²⁹ As confissões de Carlos Lindenberg. **Revista Espírito Santo Agora**, n. 7, Vitória, mai. 1973; LINDENBERG, Carlos. Um cacique em repouso. 1978. Entrevista concedida à **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, dez. 1978.

a algum cargo importante no pleito de 1966. Segundo Christiano Dias Lopes, “[...] o estado estava devendo alguma coisa a ele, precisava resgatar uma dívida com doutor Carlos porque ele não podia ter perdido aquelas eleições em 1962” (LOPES FILHO *apud* ALMEIDA, 2010, p. 443).³⁰

A Arena, naquele momento, já havia escolhido como candidato ao Senado o então Deputado Federal Oswaldo Zanello (ex-PRP), mas o debate entre as antigas agremiações no interior do partido governista permanecia muito forte e não havia consenso em relação ao seu nome. Diante da quase certeza de ser reeleito como deputado federal e da dúvida em relação às suas possibilidades para o Senado, somadas às já conhecidas movimentações intra-Arena para atrair Lindenberg para a sigla, Zanello decidiu-se pela candidatura a deputado federal, renunciando à indicação ao Senado e abrindo espaço para um nome de maior consenso no Partido, que era Carlos Lindenberg.

Resolvida a questão sem grandes embaraços, outro problema era impedir o registro definitivo da filiação do ex-governador no MDB. O grande entrave era a ficha de filiação de Carlos Lindenberg estar em poder do Deputado Federal Argilano Dario, em Brasília. A solução encontrada por Lindenberg foi utilizar o então pré-candidato a Governador Biônico Christiano Dias Lopes – cuja indicação será alvo de análise nas linhas que seguem – como mensageiro. Dias Lopes, aproveitando a viagem que já faria a Brasília, encontraria Argilano para informá-lo acerca do interesse do ex-governador em atender a qualquer pedido, desde que devolvesse e impugnasse a sua ficha de inscrição no MDB.

Argilano atendeu ao desejo de Lindenberg, que pôde se inscrever na Arena e acabou se elegendo para aquele que seria o último mandato eletivo da sua longa carreira política.³¹ Mas, um mês depois, Argilano voltou a Vitória para conversar com Christiano e pediu como recompensa pela devolução da ficha de filiação, segundo as informações que circularam nos meios políticos, o cartório de

³⁰ Em 1962, Carlos Lindenberg, que havia se desincompatibilizado do Governo do Estado, se candidatou ao cargo de Senador. Obteve 84.029 votos, ficando atrás de Eurico Rezende (UDN), que obteve 111.897 votos, e Raul Gilberti (PSP), com 88.807 votos.

³¹ Carlos Lindenberg iniciou sua carreira política como candidato a Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, conforme é relatado no capítulo II desta tese. Ao fim do mandato de Senador, em 1974, aos 75, encerrou sua vida pública. Morreu em 1991, em Vitória-ES, aos 92 anos de idade.

protesto de títulos no Município de Cariacica, que pertencia a Carlos Lindenberg. Não encontramos nenhum documento que comprove tal acontecimento. Mas segundo alguns entrevistados por este pesquisador, que não permitiram ter seus nomes revelados por razões óbvias, o pedido teria sido aceito. Atualmente, embora sob intervenção, o cartório ainda existe na mesma cidade e leva o nome de Cartório de 1º Ofício Argilano Dario.³²

Considerações finais

A análise da formação do bipartidarismo no Espírito Santo revelou que, apesar das restrições impostas pelo regime militar ao funcionamento do sistema bipartidário, identificam-se certas linhas de continuidade entre os períodos pré e pós-1964. No caso da Arena capixaba, o partido reuniu tanto os membros do antigo PSD, com suas duas principais alas – a urbanoindustrial e a agro-fundiária –, quanto as forças políticas que se juntavam em torno da frente partidária convencionalmente chamada de Coligação Democrática, que abrigava uma ampla gama de partidos políticos – UDN, PTB, PSP, PSB, PR, entre outros – os quais faziam oposição ao PSD. Já o MDB, foi, desde o início, aparelhado por um ex-membro da ala mais conservadora do antigo PTB e seu grupo, o que transmitirá ao partido oposicionista capixaba o mesmo perfil conservador verificado no PTB regional, temas que serão tratados em outro trabalho.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de *et.all.* (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.

³² A POLÍTICA é uma escola... e a Câmara está cheia de repentes. **Revista Espírito Santo Agora**, n. 28, Vitória, mai. 1978. Na entrevista concedida à *Revista Espírito Santo Agora*, em dezembro de 1978, o ex-governador Carlos Lindenberg foi indagado acerca da veracidade da história do cartório como moeda de troca por sua ficha de filiação, que estava nas mãos de Argilano Dario, em Brasília e, como era de se esperar, negou peremptoriamente. Todavia, algumas lideranças com as quais obtive contato no decorrer desta pesquisa me garantiram que o fato realmente ocorreu. Por motivos óbvios, essas fontes não permitiram que mencionasse seus nomes.

- ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um estadista e seu tempo. Edição organizada, apresentada e anotada por Estilaque Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- CARVALHO, Alessandra. A atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Víz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTELO BRANCO, Carlos. **Os militares no Poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. v. 3.
- GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- KINZO, Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- MADEIRA, Rafael Machado. **Arena ou Arenas? A coesão partidária da legenda do Regime Militar em três estados brasileiros**. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas**: a influências de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.
- RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade. Londrina: Eduep, 2003.

V

ALEXANDRE CAETANO*

O movimento estudantil na Ufes e a luta contra a ditadura (1964-1968)

O objetivo deste artigo é tratar da configuração e alguns dos principais eventos que marcaram o Movimento Estudantil (ME) no Espírito Santo no período de 1964 a 1968, fase conturbada da história política do país, também caracterizada por profundas transformações econômicas e sociais, tanto em nível nacional como estadual. Na década de 1960, o Espírito Santo sofreu um duro golpe em sua estrutura econômica, em virtude da política do Governo Federal de erradicação dos cafezais, com profundas consequências sociais e econômicas para o Estado.

Na área do ensino superior, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) passou por uma reestruturação acadêmica e administrativa afinada com os princípios da Reforma Universitária pretendida pela ditadura militar, ao mesmo tempo em que os estudantes se mobilizavam contra os acordos celebrados pelo governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a agência norte-americana United States Agency International Development (USAID), que se tornaram conhecidos pela como acordos MEC-USAID.¹

A reestruturação por que passou a Ufes no período analisado, alcançou a própria configuração física da Universidade, que passou

* Jornalista e historiador formado na Ufes.

¹ De acordo com Luiz Antônio Cunha e Moacir de Góes (1985, p. 26), os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isso é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. Entre 1964 e 1968 foram firmados 12 acordos.

de uma espécie de federação de faculdades espalhados pela Capital, para uma única instituição, dividida em Centros localizados em dois campi, em Goiabeiras e Maruípe. Nos interessa saber até que ponto a rebelião estudantil naquele período, em especial no ano de 1968, com a realização de grandes manifestações e confrontos de rua, não expressou a insatisfação com o regime vindo muito mais da classe média do que de outros setores sociais, que acabaram não se mobilizando.

Pretendemos trazer para o âmbito do Espírito Santo uma indagação feita por João Roberto Martins Filho (1987), no livro *Movimento estudantil e ditadura: 1964-1968*, para o ME no país: como se deu a participação do ME no processo político de 1964-1968? Em nossa perspectiva de estudo, baseados na visão de Martins Filho e Marialice Foracchi (1977), procuramos nos despir de qualquer tentação em dar ao Movimento Estudantil o caráter épico que ele costuma receber em representações construídas por seus atores e mesmo em muitos dos estudos e pesquisas dedicados ao ME do período que analisamos.

Para Martins Filho (1987, p. 15) a “mitologia estudantil” é resultado de uma reprodução ilusória localizada na própria autoimagem elaborada pelas lideranças universitárias. Baseado no conceito de categoria social de Nicos Poulantzas, Martins Filho apresenta os estudantes como compondo uma categoria social inserida na classe média, o que faz com que sua situação de classe se torne um fator fundamental na definição do caráter social de sua participação.

O golpe militar, a conjuntura local e a reestruturação do me capixaba

O ME foi o primeiro dos movimentos sociais e populares do país a superar a profunda desestruturação provocada pelo golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, que desencadeou um processo de perseguições, prisões, inquéritos policiais militares (IPM's), cassações de mandatos parlamentares, intervenções em sindicatos e fechamento de entidades populares. Mesmo com a forte repressão, ainda em 1964, poucos meses depois do putsch, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e boa parte das entidades estudantis já haviam se reestruturado e começaram a organizar a resistência à nova situação criada, que mergulharia o país em 21 anos de regime de exceção, violência e arbítrio.

Nos próximos quatro anos, entre 1964 e 1968, até a decretação do AI-5, o ME se constituiria na linha de frente da resistência dos movimentos populares contra a ditadura militar no Brasil. No Espírito Santo não seria diferente. Depois de ter sua sede invadida, a diretoria da UEE comandada pelo estudante de Odontologia Jaime Lanna Marinho, preso após o golpe, foi afastada por uma intervenção decretada pelo Conselho da entidade. Em uma nota oficial publicada no jornal *A Gazeta*, assinada por representantes de sete Diretórios Acadêmicos, uma Junta Governativa foi nomeada para dirigir a entidade, presidida pelo então presidente do DA da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi), Hégner Araújo.²

Três meses depois, a União Estadual dos Estudantes (UEE) realizou eleições para escolher uma nova diretoria. Duas chapas participaram da disputa, uma com o sugestivo nome de *Primeiro de Abril*, presidida pelo estudante de Direito (e de direita) José Carlos Nascif; a outra de esquerda, encabeçada pelo estudante de Medicina José Monteiro Netto, que venceu o pleito com 415 votos contra 338 votos dos oponentes de direita. A chapa de Nascif ganhou apenas nas faculdades de Direito, Engenharia e na Escola de Música,³ perdendo nas outras seis.

O pano de fundo em que se desenvolveram as mobilizações estudantis, no caso do Espírito Santo, foram as transformações que marcaram o Estado nos anos 1960. Até o início da década, a estrutura econômica do Espírito Santo era dominada pela monocultura do café em pequenas propriedades. A maioria da população – cerca de 70% – vivia predominantemente na área rural. A crise da produção cafeeira no país, que determinou a decisão do Governo Federal de erradicar os cafezais capixabas, então considerados de baixa produtividade, teria consequências dramáticas para a economia e a sociedade capixabas naquele período.

Apesar da importante atividade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que escoava a produção de minério de ferro pelo Porto de Vitória, a maior parte das atividades de industrialização e comercialização existentes no Estado também estavam ligadas à produção cafeeira e

² Nota oficial. *A Gazeta*. Vitória, p. 3, 8 de abr. de 1964.

³ Monteiro ganha por 39 a 18 de José Nascif: UEE. *Esquema 68*, Vitória, p. 1, jun. de 1964.

não escaparam aos efeitos da crise. Desde o governo de Jones dos Santos Neves (1951-1955) existiam iniciativas que visavam inserir o Espírito Santo no processo de modernização industrial, mas elas só produziriam efeitos mais concretos no decorrer da década de 1970, com a implantação dos chamados “Grandes Projetos” como a Samarco, a Aracruz Celulose e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

Uma importante iniciativa para o desenvolvimento econômico do Estado naquele período seria a inauguração pela CVRD, em 1966, do Porto de Tubarão e, posteriormente, em 1969, da primeira usina de pelotização da empresa. No entanto, apenas no final da década de 1960, se concretizaria a criação de mecanismos que pudessem tornar realidade o sonho das elites dirigentes do Estado de industrialização, como o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), que teriam grande importância nesse processo de transformação da base econômica do Espírito Santo.

As mudanças econômicas ocorridas naquele período também resultariam em transformações no perfil urbano da Grande Vitória. A crise da produção cafeeira desencadeou um amplo fluxo populacional em direção à Grande Vitória, cujos municípios não tinham infraestrutura para abrigar esse contingente de pessoas, o que resultou na metropolização e no grande adensamento populacional da região formada pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, com a consequente criação de dezenas de novos bairros e a formação de grandes bolsões de miséria.

No início da década de 1960, Vitória era uma pacata capital com pouco mais de 83 mil habitantes.⁴ Entre os municípios que compõe a Grande Vitória, cuja população total era de aproximadamente 210 mil habitantes, existiam muitos espaços geográficos e populacionais que viriam a ser preenchidos no decorrer dos anos seguintes.

Apesar de uma certa tradição de organização em algumas categorias, como ferroviários e trabalhadores da área portuária,

⁴ CASTIGLIONI, Aurélia H; BRASIL, Guntemberg H. **Dinâmica populacional de Vitória**. Vitória, s/d. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20110511_agendavix_populacao_resum.pdf>. Acesso em 01 ago. 2013.

inclusive com a existência de organismos de articulação sindical e de movimentos populares, como o Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Conselho Sindical e a Frente de Mobilização Social (FMP), no início da década de 1960 o movimento sindical e popular no Espírito Santo não era tão forte e articulado como de Estados do país que passavam por um processo de industrialização e urbanização mais intensos.

No caso do ensino superior do Espírito Santo, se o número de estudantes universitários no país em relação ao país era pequeno, o que dizer de um Estado que possuía uma população predominantemente rural e nenhum grande centro urbano no início da década de 1960? De acordo com o estudo elaborado pela Comissão de Planejamento da Ufes, entre 1962 e 1966, o número de inscritos no vestibular da Ufes passou de 793 para 1.541 candidatos, um crescimento de 94,32%. O crescimento das vagas na Universidade foi bem menor, de 505 em 1962 para 670 em 1966, um total de apenas 32,67% e no qual está incluída a criação de novos cursos.⁵

De 1.238 alunos matriculados em 1962, a Ufes passou para 2.071 matrículas em 1966, um crescimento de 67,28%.⁶ De acordo com o mesmo estudo, para uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1.343 milhão de habitantes (1964), o Espírito Santo tinha um índice de 1,18 estudantes por cada 1 mil habitantes, menor que a média nacional, que era de 1,4 para cada 1 mil estudantes.⁷

A Universidade do Espírito Santo (UES), criada em 1954 pelo Governo do Estado, seria federalizada em 1961, através da Lei Federal nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961. De acordo com a mesma, constituiriam a então UES, mais tarde transformada em Universidade

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Plano de reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**, aprovado pelo Conselho Universitário, através da resolução n. 11, de 17 de julho de 1967. Vitória, s.d., p. 8

⁶ É preciso levar em conta que o curso de Medicina foi criado exatamente em 1962, além de outros cursos no âmbito da Fafi.

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. *Op. cit.*, p. 13.

Federal do Espírito Santo (Ufes),⁸ as faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Belas Artes, Odontologia, Medicina, Educação Física, de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi) e a Escola Politécnica.

UEE-ES foi criada em 1951 por estudantes ligados a posições conservadoras.⁹ A hegemonia conservadora, conforme depoimento de Jaime Lanna Marinho,¹⁰ seria mantida até 1962, quando foi eleita uma diretoria liderada pelo então estudante de Direito Dílton Lírio Neto.¹¹ De acordo com ele, foi o momento em que se estruturaram junto ao ME no Estado, a Ação Popular (AP), organização formada pela esquerda católica, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC), que mais tarde evoluiria em direção ao marxismo e ao maoísmo, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Até então era tudo tranquilo. O Espírito Santo era ausente das grandes decisões do movimento estudantil. A partir de 62 em diante, o Espírito Santo começou a ser percebido em nível nacional. Tanto que, em 62, a própria UNE realizou uma reunião do seu conselho aqui. Foi uma revolução em termos de um Estado pequeno, sem expressão nacional, completamente sem voz ativa a nível nacional. Isso aconteceu porque a UNE sentiu que a diretoria da UEE daquela época tinha as mesmas ideias.¹²

Depois do golpe de 1964, o movimento sindical capixaba ficou totalmente destruído. As entidades foram ocupadas pelos chamados “pelegos”, dirigentes conservadores instalados nas diretorias dos sindicatos com o aval do Ministério do Trabalho do regime militar.

⁸ Através da Lei nº 4.759, de 22 de agosto de 1965, a ditadura determinou que todas as Universidades mantidas pela União e vinculadas ao MEC sediadas na capitais dos Estados, deveriam ser qualificadas de Federais e ter a denominação do respectivo Estado.

⁹ O primeiro presidente da UEE foi Setembrino Pelissari, mais tarde prefeito biónico de Vitória por dois mandatos. Também fazia parte da diretoria, o ex-governador Elcio Alvares (DEM), atualmente exercendo mandato de deputado estadual.

¹⁰ Jaime Lanna Marinho, presidente da UEE no período 1963/1964, entrevista em 10/11/1995.

¹¹ Dílton Lírio Netto viria a ser mais tarde deputado estadual por três mandatos e presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) – 1987-1989.

¹² Jaime Lanna Marinho, entrevista em 10/11/1995.

Como em boa parte do país, o movimento sindical capixaba só voltaria a recuperar alguma influência no final da década de 1970, com o surgimento das oposições sindicais e ascensão de dirigentes comprometidos com uma nova visão de sindicalismo, mais sintonizado com a luta dos trabalhadores. Também no Espírito Santo, como no resto do Brasil, caberia ao ME local capitalizar o movimento de resistência ao regime.

E, de fato, pode-se afirmar que o ME capixaba esteve muito ativo durante o período compreendido entre 1964 e 1968. Embora enfraquecida pelo corte de verbas oficiais e as condições de ilegalidade, que se agravaram com fechamento definitivo de sua sede própria pela Delegacia de Ordem Pública e Social (Dops), em 1967, a UEE continuou existindo até 1968. Seu último congresso foi realizado em 1966, quando foi eleito presidente o estudante de Medicina Antônio Carlos Dall'Orto.

A esquerda e a disputa pelo DCE da Ufes

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) fazia parte da estrutura oficial da Ufes e foi formado por estudantes de posições conservadoras em 1963¹³. Seus estatutos foram apresentados na reunião inaugural do Conselho Universitário da UES para que fossem aprovados pelo colegiado¹⁴. Além da ligação orgânica com a estrutura administrativa, o DCE não possuía maior representatividade e adotava uma linha mais recreativa e assistencialista. Entre as atividades organizadas pela entidade estava o concurso de Rainha Universitária, a Festa Junina Universitária e a Páscoa Universitária. Não era pois uma referência para a mobilização dos estudantes.

O DCE foi mantido sob controle de estudantes ligados à posições de direita até 1967, quando a esquerda conseguiu conquistá-la, através de uma eleição indireta, numa chapa presidida pelo estudante

¹³ O primeiro presidente do DCE foi o estudante Wallace Bresciani, que presidiria a entidade até novembro de 1964, quando se afastou da entidade e foi substituído por sua vice, Rita de Cássia Rezende, que anos mais tarde se tornou professora do curso de Pedagogia da Ufes.

¹⁴ O Conselho Universitário da UES federalizada foi instalado na sessão de 16 de abril de 1963.

de Direito, Carlos Magno Gonzaga Cardoso, considerado de posições moderadas e conciliadoras. O DCE havia ganhado importância para esquerda já que, além de funcionar na legalidade, a entidade possuía um patrimônio formado por duas salas localizadas no Edifício Sarkis, no Centro de Vitória, e ainda recebia verbas da universidade. O fechamento definitivo da sede da UEE,¹⁵ localizada na Rua Washington Luís, colocada na ilegalidade, seria um outro fator importante para essa tomada de decisão, já que na Ufes estavam matriculados mais de 90% dos universitários do capixabas.

O depoimento de Perly Cipriano, então estudante de Odontologia e militante do PCB ratifica essa posição da esquerda universitária.

Como o tempo, vimos que a visão do DCE como instrumento da reitoria não era correta, porque enquanto aqui no Estado, nós deixávamos a entidade meio de lado, nas mãos da direita, em outros Estados quase todos os DCE's tinham um grande papel na mobilização dos estudantes, como era o caso da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), onde o DCE foi invadido pela polícia. Nós resolvemos concorrer na eleição de 1966 e participamos ativamente.¹⁶

Mas mesmo contando na sua composição com dois ex-presidentes da UEE, Dilton Lírío Neto e José Monteiro de Souza Netto, a esquerda fracassou em sua primeira tentativa de ganhar o DCE. Nas eleições realizadas de forma direta, em maio de 1966, a chapa presidida pelo estudante de Engenharia Mário Petrochi, foi derrotada pela direita, liderada pelo estudante de Odontologia Jorge Pires Encarnação.

Curiosamente, quem fazia parte da chapa de Encarnação, como diretor de Esportes, era o futuro governador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – 1995-1998 - e então estudante de Medicina Vitor Buaiz.¹⁷ No ano anterior, Pires Encarnação havia concorrido e perdido

¹⁵ Seguindo o que previa o Decreto-Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, o patrimônio da UEE foi incorporado à Ufes.

¹⁶ Perly Cipriano, entrevista realizada em 22/08//1995.

¹⁷ Vitor Buaiz já havia feito parte de outra diretoria do DCE, de orientação também

a eleição para o Departamento Estadual dos Estudantes (DEE),¹⁸ entidade fantoche criada pela ditadura militar.

A participação no pleito, realizado em agosto de 1965, era obrigatória para todos os estudantes universitários. Mesmo com o significativo número de votos nulos e em branco (687 votos), 1.006 estudantes votaram nas duas chapas de direita que disputaram o pleito. A chapa vencedora, liderada pelo estudante de Direito Tarcísio Sonegheti, obteria 656 votos, contra 350 votos da chapa de Encarnação.

Em setembro de 1967, houve uma importante luta, quando os estudantes da Faculdade de Medicina entraram em greve exigindo uma solução para a instalação de um hospital-escola para a faculdade. A primeira turma de Medicina havia ingressado na Universidade em 1962 e até então a faculdade não dispunha de um hospital-escola. As aulas práticas eram realizadas, através de convênios, em várias unidades, como a Santa Casa de Misericórdia e no Hospital São Pedro, na Praia do Suá.

A greve foi decretada em 21/09/1967. Numa nota de esclarecimento distribuída pelos estudantes e reproduzida nas atas do Conselho Universitário,¹⁹ há anos vinha se tentando a construção de um hospital-escola, mas que devido ao “desentrosamento” entre os responsáveis pela construção, ela não havia sido concluída.²⁰ Os estudantes reivindicavam o abandono da ideia de construção do hospital-escola, cuja reforma, segundo eles, levaria de sete a 10 anos, e apontavam como melhor solução a compra do Sanatório Getúlio Vargas ou mesmo a sua doação por parte do governo do Estado.

conservadora, na gestão 1963/1965, tendo representado a entidade numa sessão solene realizada pelo Conselho Universitário para homenagear o ministro da Saúde da ditadura, em 15/03/1965, conforme mostram as atas do colegiado.

¹⁸ O Departamento Nacional dos Estudantes (DNE) e os Departamentos Estaduais dos Estudantes (DEE's) foram entidades criadas pela ditadura militar através da Lei 4.464/64, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, em referência ao Ministro da Educação do então marechal-presidente Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, com o objetivo de tentar esvaziar a UNE e as Uniãos Estaduais dos Estudantes (UEE's). A tentativa fracassou e o único DEE que viria a se consolidar foi o do Rio Grande do Sul, que funcionou até 1979.

¹⁹ UFES-DAOCS. **Livro de atas das sessões do Conselho Universitário**. Sessão de 25 de setembro de 1967.

²⁰ No final, a construção desse hospital-escola jamais foi concluída e seu esqueleto, que ficava em Maruípe, foi implodido há alguns anos atrás.

A greve durou sete dias²¹ e serviu para acelerar as discussões no Conselho Universitário e os entendimentos da Ufes com o governo do Estado para aquisição do Sanatório Getúlio Vargas. Já havia um projeto de adaptação para o uso das instalações do sanatório, cujo projeto havia sido preparado por uma comissão formada no âmbito da Faculdade de Medicina, e da qual fez parte o então presidente do CA de Medicina, Sérgio Pinheiro Ottoni. A discussão de aquisição daquela unidade, portanto, já existia, mas vinha sendo conduzida de forma morosa, um problema que foi resolvido pela greve dos estudantes.²²

Numa tramitação muito mais acelerada, na sessão do Conselho Universitário de 4 de dezembro de 1967, foi aprovada a minuta de acordo com o governo do Estado relacionado à cessão do Sanatório Getúlio Vargas para sua transformação em hospital-escola²³, o que se concretizou no início do ano seguinte, quando a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) aprovou a cessão.

A luta em torno do preço do Restaurante Universitário

Os estudantes capixabas ganhariam mesmo as ruas em 1968, nas mobilizações contra os preços que a reitoria da Ufes queria impor para as refeições a serem servidas no recém-inaugurado Restaurante Universitário (RU),²⁴ localizado na Esplanada Capixaba, no começo da Avenida Jerônimo Monteiro.²⁵ Essas manifestações representaram o

²¹ Na sessão do Conselho Universitário de 10 de outubro de 1967, a pedido do então reitor em exercício, Décio Neves da Cunha, foi lido o texto de um abaixo-assinado dos estudantes de Medicina, datado de 27 de setembro anterior, comunicando a decisão de suspender o movimento, tendo em vista os contatos feitos com então governador do Estado, Christiano Dias Lopes Filho, e a solução apresentada pela reitoria para aquisição do Sanatório Getúlio Vargas pela Universidade.

²² O abaixo-assinado em que os estudante de Medicina comunicam a decisão de encerrar a greve, também reivindicava que, após a apresentação do anteprojeto preparado pela Faculdade de Medicina, que a matéria fosse apreciada em regime de urgência. A reunião para apreciação do projeto de utilização do sanatório foi marcada para dois dias depois.

²³ UFES-DAOCS. **Livro de atas das sessões do Conselho Universitário**. Sessão de 14 de dezembro de 1967.

²⁴ O RU foi inaugurado em 01 de março de 1968, conforme registra notícia publicada no jornal *O Diário* (Reitor inaugura nova obra. **O Diário**, p. 1, 02 mar. 1968).

²⁵ O RU da Esplanada Capixaba foi fechado no início da década de 1980, com a inauguração do restaurante no campus de Goiabeiras. Posteriormente foi transformado por entidades

surgimento da liderança carismática do estudante de Medicina César Ronald Pereira Gomes.

Até o golpe militar de 1964, segundo seu depoimento,²⁶ César Ronald teria tido uma participação no Movimento Secundarista de Campos de Goitacazes (RJ) como militante do PCB. Membro de uma família importante na cidade, depois do golpe militar, ele teria se recolhido e ficou afastado da militância, mudando para Vitória em 1966, quando ingressou no curso de Medicina da Ufes. Segundo seu depoimento,²⁷ ele teria começado a se reconectar com o ME em 1967, mas sua liderança explodiu mesmo com a mobilização do RU.²⁸

Até então, a Ufes não possuía um RU, mas apenas pequenos restaurantes nas faculdades de Odontologia, Medicina e Engenharia, a maioria deles criados e mantidos pelos esforços dos próprios estudantes e de seus DA's. A polêmica relativa aos preços das refeições começou depois que Conselho de Administração e Funcionamento do RU (Cafru), criado para administrar o restaurante, votou a favor do valor proposto pelos estudantes. O Cafru era formado por dois representantes estudantis, dois representantes da reitoria e um dos ex-alunos (Rodrigo Loureiro Martins), que só votava contra os estudantes.

O reitor Alaor de Queiroz Araújo, não acatou a proposta do Cafru e decidiu impor o valor das refeições. O impasse acabou resultando numa greve. Não é possível saber exatamente quantos dias durou o movimento, já que existem relatos diversos sobre o episódio. Mas através da edição do dia 16 de março de 1968 do jornal *O Diário*, ficamos sabendo que a Faculdade de Medicina²⁹ e a Fafi³⁰ haviam

culturais capixabas no que deveria ser a Casa da Cultura Capixaba, cujas obras jamais foram concluídas. Depois de sofrer um processo de esvaziamento, um desabamento ocorrido em parte do prédio facilitou o fechamento definitivo da Casa da Cultura, cujo prédio foi demolido há alguns atrás.

²⁶ César Ronald Pereira Gomes, entrevista 29/10/1995

²⁷ CAETANO, Alexandre *et al.* **Revista Capixaba Agora**, Vitória, n. 3, p. 04-13, fev. 1998.

²⁸ Em algumas entrevistas que realizamos, como do ex-presidente da UEE, Antônio Carlos Dall'Orto, que também era estudante de Medicina, o nome de César Ronald antes de se tornar uma liderança estudantil é mais associado a estripulias e a fama de bonn vivant, veementemente negada por ele.

²⁹ Enquanto estudantes de Medicina decretam greve reitor implanta hospital. **O Diário**, p. 1, 16 mar. 1968.

³⁰ Estudantes da Filosofia aderem à greve geral e já fizeram passeata. **O Diário**, p. 1, 16 mar. 1968

decretado a paralisação na véspera. Naquele mesmo dia, os estudantes da Escola Politécnica iriam realizar uma assembleia para decidir sua adesão ao movimento,

Na sessão do Conselho Universitário de 22 de março de 1968, sem a presença do presidente do DCE, Carlos Magno Gonzaga Monteiro, o reitor Alaor de Queiroz Araújo, se refere à greve pela não aceitação do preço imposto pela reitoria para o RU e diz que “desde os primeiros entendimentos”, anteriores a greve, vinha mantendo “diálogo” com os estudantes, tendo criado o Cafru, com representação estudantil, e recebido uma comissão de estudantes em sua residência na praia, a fim de que a matéria fosse debatida e encaminhada para uma solução ideal.

No entanto, segundo afirmou o magnífico reitor, sempre que a situação tendia a se resolver “satisfatoriamente”, eram publicados boletins com “caráter de exigência”, que para ele impediam uma solução rápida, já que por várias vezes ele havia manifestado que não aceitaria receber exigências e nem decidir sob coação. “O diálogo estaria sempre aberto para um debate inteligente e de bom senso”,³¹ assinalou.

O reitor agradeceu aos diretores das faculdades por terem comparecido à reitoria para dar notícias do que se passava em suas unidades e solicitou que continuassem a remeter os boletins de frequência e o registro de lançamento de frequência, da forma como havia sido solicitado pela reitoria. “Finalizando, (o reitor) disse que esperava já na próxima sessão estar o problema solucionado, tendo em vista já haver recebido propostas sobre o preço a ser fixado para um entendimento”.³²

O representante estudantil e ex-presidente do DCE, Jorge Augusto Pires Encarnação, que “furou” a greve, afirmou que o presidente entidade não havia podido comparecer à sessão, mas assegurou que, se ele estivesse presente, ratificaria as palavras do reitor. Não foi bem assim. O conselheiro disse que acreditava que, não somente Carlos Magno, mas também os Diretórios Acadêmicos, estariam envidando todos os esforços para que a situação se resolvesse o mais rápido possível.

³¹ UFES-DAOCS. Livro de atas do Conselho Universitário. Sessão de 22 de março de 1968.

³² *Idem, ibidem.*

A greve voltaria à tona na sessão de 29 de março de 1968 do Conselho Universitário, agora com a presença do presidente do DCE. O reitor Alaor de Queiroz Araújo disse que o movimento paredista dos estudantes se aproximava de uma solução, com os alunos voltando às aulas. Ele manifestou sua confiança de que a frequência no RU se normalizaria,³³ tendo a reitoria procurado um preço final definitivo baseado em um percentual sobre o custo real da refeição.³⁴

O impasse sobre os preços do Restaurante pode até ter sido superado naquele momento, mas restariam os resquícios políticos entre os estudantes e que chegariam ao Conselho Universitário. Na sessão de 10 de maio de 1968, quase dois meses depois, foi lido um ofício do DCE, datado de 29 de março de 1968 e assinado por seu presidente, Carlos Magno Gonzaga Cardoso, comunicando ao colegiado que o Conselho de Representantes da entidade, formado por todos os Diretórios Acadêmicos da Ufes, em reunião realizada ainda durante a greve, havia decidido, por unanimidade, pela destituição e cassação do mandato de Jorge Augusto Pires Encarnação da representação estudantil no Conselho Universitário.

A solicitação provocou polêmica e acabou sendo rejeitada pelo colegiado na dia de 27 de maio de 1968, a penúltima reunião em que ele e Carlos Magno Gonzaga Cardoso compareceram na condição de representantes discentes no colegiado. A sessão foi transformada num verdadeiro ato de desagravo ao líder direitista, que foi completado com a aprovação de um projeto seu para que a Universidade adotasse o brasão das armas de Vasco Fernandes Coutinho.

O movimento contra o preço imposto pela reitoria resultou em passeatas e manifestações. Piquetes foram organizados para impedir que alguém comesse no novo RU. O impasse foi resolvido com um preço próximo ao reivindicado pelos estudantes, mas a mobilização dos estudantes ganhou novo impulso quando, no dia 28 de março de 1968, o estudante secundarista Édson Luiz de Lima Souto foi assassinado pela Polícia Militar (PM) no Restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro (RJ). A morte do estudante provocou uma onda de manifestações estudantis por todo país, inclusive no Espírito Santo.

³³ Os estudantes fizeram piquetes no RU durante a greve para impedir a frequência dos alunos.

³⁴ UFES-DAOCS. **Livro de atas do Conselho Universitário**. Sessão de 29 de março de 1968.

A maior manifestação seria realizada no dia 03 de abril de 1968, em frente ao RU, depois de um ato fúnebre em memória do secundarista morto no Rio, realizada na Catedral Metropolitana de Vitória. A manifestação havia sido autorizada pelas autoridades da época, como o governador Christiano Dias Lopes e o temido superintendente de Polícia Civil, José Dias Lopes, irmão do chefe do Executivo, que mais tarde seria acusado de envolvimento com Esquadrão da Morte Capixaba.³⁵

A cobertura de parte da imprensa capixaba nos dias anteriores à manifestação mostra uma preocupação com a possibilidade de conflitos como os que estavam acontecendo na capital do antigo Estado da Guanabara e em outras unidades da Federação. No dia marcado para a manifestação, o jornal *A Gazeta* afirmou que o movimento seria “viril”, mas pacífico.

No dia seguinte à manifestação, *A Gazeta* anunciou em matéria de capa: “Veemência (com disciplina) no protesto dos estudantes”.³⁶ De acordo com o jornal, mais de 3 mil pessoas participaram da manifestação, um número expressivo para a então pacata cidade de Vitória e para o número de estudantes universitários que o Estado possuía na época.

A reportagem menciona um momento de tensão entre policiais e estudantes, no obelisco que ficava próximo do Parque Moscoso, episódio também lembrado nos depoimentos de várias lideranças estudantis da época, quando um estudante (identificado nos depoimentos como sendo César Ronald) teria conseguido mexer com os militares, ao afirmar em seu discurso que os policiais não usariam a violência contra o povo, porque eles também faziam parte do povo e saberiam respeitar o direito de reivindicar.

O jornal *A Gazeta* fala em três prisões naquele dia, duas delas teriam ocorrido no aeroporto, mas simplesmente não informa o nome

³⁵ A existência do Esquadrão da Morte capixaba foi tornada pública em 1969, quando policiais civis envolvidos com a quadrilha procuraram o então 3º Batalhão de Caçadores (3º BC) para denunciar que presos comuns eram retirados das cadeias por policiais e depois mortos e enterrados em areais na região da Barra do Jucu, em Vila Velha. O suposto envolvimento de José Dias Lopes foi denunciado pelo então jornalista e depois advogado Ewerton Guimarães. O caso foi apurado de forma polêmica por um delegado proveniente do Rio de Janeiro. Vários policiais civis foram presos e condenados, mas nenhum processo foi movido contra Dias Lopes.

³⁶ Veemência (com disciplina) em protesto de estudantes. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 04 abr. 1968.

das pessoas presas. Nem na edição do dia 04 de abril de 1968 e nem nos dias posteriores. Já o *Jornal do Brasil*, que registrou a participação de pouco mais de 1 mil estudantes na mesma manifestação, informou que no retorno da passeata do Restaurante Universitário para a Praça Oito, José Aldo da Conceição, que dizia ter chegado em Vitória um mês antes,³⁷ foi preso pela polícia.

Uma nova manifestação foi realizada no dia 06 de abril,³⁸ com a participação de cerca de 2 mil estudantes. Só que, dessa vez, o caráter da manifestação foi bem mais radical, com palavras de ordem como “Abaixo a ditadura” e “Abaixo o imperialismo”, assim como a exigência de punição aos culpados pelo assassinato de Édson Luiz de Lima Souto Lima e de mais dois estudantes mortos em Goiânia (GO), em manifestações posteriores à execução do secundarista no Calabouço.

Uma bandeira estadunidense foi queimada nas escadarias do Palácio Anchieta e houve confronto com policiais militares, que chegaram a prender César Ronald. O líder estudantil foi arrancado das mãos da Polícia pelos estudantes, que cercaram o camburão no qual ele seria levado. A liderança de César Ronald nas manifestações, o guindaria pouco depois à presidência do DCE, concorrendo em chapa única.

Ao contrário do ano anterior, a eleição foi direta, num processo organizado pelo Conselho de Representantes da entidade para contornar o impedimento imposto pelo Decreto Lei 228/1967, que previa a votação através do colégio eleitoral formado pelos DA's. Como a maioria das entidades estudantis estava sob controle ou influência das correntes de esquerda, foi fácil organizar um processo no qual o conselho apenas referendasse o resultado da consulta feita com todos os estudantes.

³⁷ Situação nos Estados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 04 abr. 1968.

³⁸ Em primeiro ficamos em dúvida sobre a realização da manifestação no dia 06 de abril, embora ela tenha noticiada na primeira página da edição do jornal *A Gazeta* de 07 de abril de 1968, por se tratar de um sábado, dia em que até os dias de hoje as avenidas centrais da capital costumam estar vazias. Mas confirmamos a informação através da consulta ao arquivo do *Jornal do Brasil* (Frequência às aulas é cada vez maior. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 28, 07 abr. 1968).

Outras mobilizações do ME em 1968

Depois das manifestações de março e abril, recortes do jornal *A Tribuna* encontrados no arquivo do Dops, noticiam uma manifestação de estudantes da Fafi no dia 15 de julho de 1968, para protestar contra prisão de dois colegas daquela faculdade por militares do 3º BC.³⁹ A notícia fala de uma concentração em frente do prédio da Fafi, que teve sua entrada bloqueada. Também relata que o reitor da Ufes, Alaor de Araújo Queiroz, esteve no quartel para ter informações sobre os estudantes presos. No dia seguinte, outro recorte do jornal *A Tribuna* noticia a continuidade da mobilização dos estudantes.⁴⁰ Também anuncia que um habeas corpus em favor dos estudantes havia sido impetrado no Tribunal de Alçada.

As prisões só apareceriam no jornal *A Gazeta* na edição de 18 de junho, com a publicação de uma nota oficial do então comandante do 3º BC, coronel Armando Menezes. No mesmo dia, o jornal *O Diário* publicaria uma matéria com manchete de primeira página,⁴¹ que conta que a ex-diretora da DA da Fafi, Maria Augusta Feliciano da Silva, então uma militante da AP, estava presa no Rio de Janeiro e respondia a um IPM. Junto com ela, foi preso o também estudante da Fafi e bancário, Délio Merçon.

Em entrevista concedida ao autor, Maria Augusta não foi muito clara e não deu – ou não quis dar – maiores esclarecimentos sobre o assunto.⁴² De acordo com ela, a prisão teria sido de resultado de uma série de “equivocos” da repressão, a partir da prisão num “aparelho” da AP no Rio de Janeiro, de um estudante que esteve no Espírito Santo e que havia dado o nome dela e de Merçon. Eles foram presos, interrogados no Rio e libertados depois de uma semana. Segundo ela, sem entregar ninguém e nem revelar nada sobre a organização.

No dossiê aberto no Dops contra o então estudante de Medicina, Geraldo Fernandes Pignaton,⁴³ também encontramos o registro de

³⁹ Filosofia em pé de guerra. **A Tribuna**, Vitória, s. id., 15 de jun. 1968.

⁴⁰ Estudantes ainda protestam contra a prisão de colegas. **A Tribuna**, Vitória, s.id., 16 de jun. 1968.

⁴¹ Maria Augusta está presa no Rio e responde a IPM. **O Diário**, p. 1, 18 de jun. 1968.

⁴² Maria Augusta Feliciano da Silva, entrevista em 31/09/1995.

⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DEPARTAMENTO DE

uma outra greve dos estudantes da Faculdade de Medicina. No dia 23 de agosto de 1968, o então jovem estudante prestou declarações na delegacia sobre seu envolvimento no movimento.

A queda do congresso de Ibiúna e a desarticulação do ME capixaba

Em nível nacional, no segundo semestre o ME já vivia o início de um processo de descenso, provocado pela repressão cada vez mais violenta do regime às manifestações e passeatas dos estudantes, fenômeno reconhecido por algumas de suas principais lideranças, como José Dirceu e Vladimir Palmeira (1998), quando em outubro de 1968, sofreria um golpe ainda mais profundo, com a prisão de 900 lideranças estudantis na fracassada tentativa de realizar um congresso “clandestino” da UNE, em um sítio localizado na pequena cidade de Ibiúna (SP).

Treze lideranças estudantis do Espírito Santo foram presas no congresso, entre elas o presidente do DCE da Ufes, César Ronald Pereira Gomes.⁴⁴ A partir daí, o movimento local sofreria um processo de rápida desestruturação. As prisões no Congresso de Ibiúna provocaram aquele que parece ter sido o último suspiro do ME local naquele ano, com a realização de uma manifestação de protesto no dia 15 de outubro de 1968, em frente ao antigo prédio da Faculdade de Direito, localizada ao lado da Escadaria Bárbara Lindenberg e muito próximo do Palácio Anchieta.

A manifestação foi duramente reprimida por policiais, sob o comando pessoal de José Dias Lopes, já então secretário de Estado da Segurança Pública. No confronto com a Polícia, foram presos os estudantes Júlio César Prates de Matos, Rubens Manoel Câmara Gomes,⁴⁵ Ana Olívia Sanchez Vargas, Paulo Eduardo Torre e Ewerton

ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – (APES-DOPS) – Dossiê de Geraldo Fernandes Pignaton, cx. 39, Vitória, 1968.

⁴⁴ Além de César Ronald, foram presos os estudantes Agis Wilson Macedo (Direito), Areovaldo Costa de Oliveira (Direito), Domingos Freitas Filho (Fafi), Stela Maria Aurich da Silva (Escola de Serviço Social), Iran Caetano (Medicina), José Antônio Gorza Pignaton (Faculdade de Farmácia), José Honório Machado (Farmácia), Jussara Lins Martins (Engenharia), Luiz Cláudio Nogueira Muniz (Economia), Marcelo de Almeida Santos Neves (Engenharia), Marlene Amaral Simonetti (Escola de Serviço Social) e Ricardo Luiz Carvalho Gottardi (Odontologia).

⁴⁵ Conhecido com Rubinho, Rubens Manoel Câmara Gomes era repórter do jornal *O Diário*,

Montenegro Guimarães, os dois últimos já falecidos. Novamente, o protesto foi registrado nacionalmente pelo *Jornal do Brasil*.⁴⁶

Na confusão, que se espalhou pelo Centro, em frente às antigas Lojas Cannes, na Praça Costa Pereira, a estudante Zélia Stein, então noiva de César Ronald, deu uma bolsada no rosto de José Dias Lopes, que ficaria célebre. O episódio criou uma lenda corrente de que ela estaria carregando pedras na bolsa, o que teria feito o secretário de Segurança Pública cair e, segundo alguns depoimentos, até desmaiar. Não é bem assim, já que a existência de pedras na bolsa foi negada pela própria Zélia Stein, em entrevista concedida à revista *Capixaba Agora*.⁴⁷ Segundo Zélia, a bolsa era pequena e José Dias Lopes reagiu à bolsada com perplexidade.

Zélia foi retirada rapidamente do local por Ewerton Guimarães, que a colocou dentro de um carro que fazia parte do “dispositivo” de segurança da manifestação, indo se esconder num sítio na então isolada região de Camburi. Pelo rádio, José Dias Lopes prometia prender Zélia e desfilar pela cidade com César Ronald preso. Ela acabou deixando a cidade, escondida no porta-malas de um carro, indo se encontrar com César Ronald, que se encontrava preso em São Paulo.⁴⁸

Os estudantes presos no Congresso de Ibiúna, com exceção de César Ronald que, como todos os presidentes de DCE’s e UEE’s havia sido separado dos demais, chegaram em Vitória no dia 18 de outubro de 1968. No mesmo dia, os estudantes da Escola de Engenharia, considerada mais conservadora que outras faculdades, decidiram fazer uma paralisação de 48 horas para protestar contra a prisão dos colegas tanto no Congresso da UNE, como na manifestação realizada no dia

mas também militante do Movimento Secundarista, onde atuava como presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES).

⁴⁶ Estudantes enganam a política em Brasília. *Jornal do Brasil*, p. 12, 16 out. 1968. O JB fala em três presos, enquanto *O Diário* registra seis. O problema é que não encontramos as edições do matutino capixaba da dia posterior à manifestação para poder checar a informação. Na edição de 19/10/1968, o jornal fala em seis presos.

⁴⁷ HENRIQUES, Milson. Zélia Stein: se ficasse aqui, teria enlouquecido. *Revista Capixaba Agora*, Vitória, n. 1. p. 18, dez. 1997.

⁴⁸ César Ronald foi libertado na véspera do AI-5 e entrou na clandestinidade, junto com Zélia Stein, que estava grávida. A filha de ambos nasceu nessas condições e, posteriormente, o casal ficou com a criança num aparelho onde estavam alojados outros militantes, até que César Ronald resolveu deixar a filha com os pais, em Campos dos Goitacazes.

15 de outubro.⁴⁹ Por conta da prisão na manifestação contra a queda do Congresso de Ibiúna, Júlio César Prates de Matos e Ewerton Montenegro Guimarães foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e tiveram que responder a um IPM na 1ª Auditoria Militar de Juiz de Fora.

Depois da manifestação, alguns estudantes foram convocados para prestar esclarecimento no DOPS e junto ao 3º BC, como o presidente da UEE, Antônio Carlos Dall'Orto. Ele afirma que, depois da manifestação contra a prisão dos estudantes presos no Congresso na UNE, não havia mais clima para a militância.

Quando eu cheguei lá (no 3º BC), vi muitas pessoas que também recebido a tal convocação. Lá eles tinham um tal de major Danilo, que me interrogou. Eu neguei que tivesse participado do ME ou da UEE, mas ele me disse que não havia como negar minha participação. Ele mostrou algumas fotos da missa em homenagem ao Édson Luiz, que haviam sido tiradas de dentro da Catedral de Vitória, em que eu estava sentado nas primeiras filas da igreja. Depois leu coisas que eu havia dito, mesmo em episódios menores. Vi logo que tinha um espião entre nós. Pior de tudo, foi quando trouxeram um cara amigo meu, chamado Winter, que estaria preso. Esse rapaz foi trazido de dentro de uma cela e colocado perto de mim. Perguntaram se eu era presidente da UEE e ele disse que sim e foi levado de volta. Para mim, foi tudo encenado, fiquei sabendo depois que se tratava de um informante deles. A gente continuou indo nesse negócio lá do Exército durante algum tempo.⁵⁰

Em 13 de dezembro de 1968, a ditadura decretou o AI-5, que marcou o recrudescimento definitivo do regime e a instalação de um clima de arbítrio propício à prática do terrorismo de Estado. No início do ano seguinte, o DCE seria definitivamente fechado.

⁴⁹ Emoção na chegada dos estudantes presos em São Paulo. **O Diário**, Vitória, p. 1, 19 out. 1968.

⁵⁰ Antônio Carlos Dall'Orto, entrevista 16/07/1995

Na sessão do Conselho Universitário de 16 de janeiro de 1969, o representante estudantil José Carlos Risk, que mais tarde seria juiz do trabalho, chegando a ocupar a presidência do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES), denunciou a invasão da sede do DCE pela polícia, com a prisão do vice-presidente da entidade, José César Leite.

Segundo ainda a denúncia do acadêmico, mais de uma dezena de colegas universitários estavam proibidos de sair de Vitória e eram obrigados a comparecer três vezes por semana à Polícia Federal (PF). (BORGO, 1995, 165-166). Depois da reunião, cuja gravação foi apreendida pela Polícia Federal, Risk foi preso e não voltou mais a comparecer às reuniões do Conselho Universitário.

Em 22 de março de 1969, César Leite, que se encontrava no exercício da presidência do DCE, encaminhou ao então reitor da Ufes, Alaor de Queiroz Araújo, um ofício renunciando ao mandato de forma irrevogável. Os estudantes presos em Ibiúna continuaram respondendo processo pela sua participação no congresso da UNE, até que a Justiça Militar decidisse extinguir a sua punibilidade, em 1971. Também foram abertos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para investigar “atividades subversivas” em Vitória, a maioria dos quais não deu em nada.

Com o endurecimento da repressão, muitas lideranças se afastaram do movimento e algumas poucas transferiram a militância para outros Estados, como foi o caso de Jussara Martins, então vice-presidente da UEE e militante da AP, que em abril de 1969, foi presa e mais tarde expulsa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela entrou na clandestinidade, mas em dezembro de 1970, seria presa novamente em Belo Horizonte (MG) e barbaramente torturada.

Outros ingressaram na luta armada, como César Ronald, Zélia Stein e Perly Cipriano. Os dois primeiros acabaram se exilando no Uruguai, enquanto Cipriano foi preso em 1970, no Estado de Pernambuco, sendo condenado a 84 anos de prisão. Ele seria solto apenas em 1979, com a decretação da anistia. José Cipriano chegou a ir para o Piauí, mas acabou retornando e deixando a militância. Antônio Carlos Dall’Orto, que também havia ingressado no PCBR, disse que a

maioria dos militantes debandaram quando foi colocada a questão do engajamento na guerrilha rural, proposta defendida pelo partido

O que me lembro, vagamente, é que houve um debate com o pessoal do PCBR, que era como se fosse uma convocação, para ver se a gente tinha interesse de participar da luta armada. Se quiséssemos, teríamos que sair e ir para outro lugar, fora do Estado. A maioria ou a totalidade não quis. Depois disso, ficou uma coisa no ar e ninguém mais se reuniu.

Outros ativistas, como o estudante de Medicina Iran Caetano, também preso no Congresso de Ibiúna, ainda tentaram manter ativa a militância política, tanto que em dezembro de 1972, quando foram presos todos os militantes e simpatizantes do PCdoB no Espírito Santo, 18 deles eram estudantes da Ufes.⁵¹ O fato é que ME local só se recuperaria mesmo na segunda metade da década de 1970, com a rearticulação de diretorias combativas nos DA's e a reabertura do DCE da Ufes em 1978.

Apesar de uma fracassada tentativa de reconstrução, em 1984, a UEE jamais voltaria a funcionar. O prédio onde funcionava a sua sede, na Rua Washington Luiz, foi demolido pela Ufes. A Casa dos Estudantes Capixaba (CEC) localizada em Bento Ferreira, que também faz parte do patrimônio estudantil, funcionou por muitos anos como um ginásio de esporte do Estado (DED).

Depois da Constituição Estadual de 1989, o ginásio foi “devolvido” aos estudantes, mas acabou depredado e abandonado por falta de manutenção. Recentemente, o imóvel foi reformado e cedido para a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), voltando a funcionar como uma arena esportiva.

⁵¹ Em 1972, todos os militantes do PC do B no Espírito Santo foram presos, depois da delação do então dirigente regional do partido, Fued dos Santos. A delação de Fued desencadeou um processo de quedas que levou a morte de dirigentes do Comitê Central do PC do B, entre os quais Lincoln Cordeiro Oest e Lincoln Bicalho Roque, mortos entre dezembro de 1972 e 1973. Existem versões, como no livro *Operação Araguaia*, de que esse episódio e as mortes causadas por ele teriam ligação com repressão à Guerrilha do Araguaia (MORAIS; SILVA, 2011)

A esquerda no ME capixaba

As principais correntes políticas que atuaram no ME do Espírito Santo na década de 1960 foram, inicialmente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ação Popular (AP). Posteriormente, a partir de 1967, com as cisões que atingiram os dois primeiros partidos, em função principalmente da questão da luta armada, a maior parte dos seus militantes passaram a integrar, respectivamente, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Ala Vermelha do PC do B. Existem vagas referências à atuação no Espírito Santo da Organização Marxista Revolucionária Política Operária (ORM-Polop), organização que implodiu em 1968, dando origem a grupos da esquerda armada como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Comando de Libertação Nacional (Colina) e, posteriormente, na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). No entanto, não conseguimos identificar o nome de nenhum militante capixaba que estivesse ligado ao Polop, como era mais conhecido.

O PCB, conhecido como “Partidão”, foi criado em 1922. Na década de 1960, segundo o livro *Brasil: nunca mais*,⁵² o PCB passou a propor, de forma cada vez mais clara, uma transição pacífica para o socialismo, causa dos principais rachas do partido. A partir de 1966, o PCB sofreu uma luta interna do qual surgiram vários grupos dissidentes. O grupo considerado “ortodoxo” do Partidão, reunido em torno do então secretário-geral, Luiz Carlos Prestes, rejeitou a luta armada e adotou uma linha de recuo político, vinculando-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para uma ação institucional legal.

A ação do partido, considerada moderada numa época de efervescência da discussão política na esquerda, principalmente sobre a luta armada, fez com que o PCB perdesse prestígio entre os estudantes. No Espírito Santo, praticamente todo o setor estudantil do PCB aderiu ao PCBR, criado formalmente em 1968, a partir da chamada Corrente Revolucionária, cujos principais dirigentes eram Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, que romperam com Partidão.

⁵² **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1991, p. 91-92.

O estudante de Medicina e presidente da UEE, José Cipriano da Fonseca, que era um dos principais dirigentes estudantis do PCB, junto com seu primo, Perly Cipriano (que havia viajado para a União Soviética), integraria o primeiro Comitê Central do PCBR, levando praticamente toda a militância estudantil do Partidão para a nova organização.

O PCBR defendia a necessidade de reformular a linha tradicional do PCB de aliança com a burguesia nacional, sem abraçar a bandeira da “Revolução Socialista” de imediato, como propunha o Polop. O partido defendia a luta armada e via na área rural o palco mais importante na luta por um “Governo Popular Revolucionário”.⁵³ Além de José Cipriano da Fonseca, também foram militantes do PCBR em 1968, o então presidente do DCE, César Ronald Pereira Gomes, e o presidente da UEE, Antônio Carlos Dall’Orto (que também passou pelo PCB), Zélia Merlusa Stein e outros. A Faculdade de Medicina foi principal reduto, primeiro do PCB e, posteriormente, do PCBR.

O PCdoB foi formado por dissidentes do Partidão, que não aceitaram as mudanças na linha programática definida pelo PCB a partir de 1958. Sob a liderança de ex-integrantes do Comitê Central do PCB, como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, em fevereiro de 1962, foi realizada uma conferência de “reorganização” do partido. O PCdoB sempre disputou com o PCB o legado de continuador histórico do partido fundado em 1922. Sob forte influência do pensamento de Mao Tsé Tung durante boa parte da década de 1960, em termos de estratégia, o PCdoB considerava que a luta revolucionária teria na área rural o mais importante palco de luta, através de uma guerra sustentada, desde o início, por contingentes populares, especialmente camponeses. Tratava-se das tradicionais estratégias maoístas de “Cercos da cidade pelo campo” e “Guerra Popular prolongada”, importadas para o Brasil.

O Brasil: nunca mais,⁵⁴ enfatiza que o PCdoB se distinguia do PCB por defender pontos de vista mais à esquerda e formas de mobilização mais radicais. Entre seus principais dirigentes no ME capixaba estavam Álvaro Pignaton, Antônio Carlos Pimentel e, principalmente, Antônio

⁵³ *Ibid.*, p. 95.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 97-99.

Caldas Brito. Este último, em 1967, depois do Congresso da UNE de Vinhedo (SP), rachou com o partido e seria o responsável pela organização no Estado a Ala Vermelha do PCdoB

A Ala Vermelha do PC do B era uma organização maoísta e, como o PCdoB, defendia que o centro da luta armada deveria ser o campo, através da formação do exército popular e do cerco da cidade pelo campo. A organização surgiu de um racha no PC do B em 1966, quando um grupo de militantes entendeu que o partido não vinha desenvolvendo um trabalho efetivo para o desencadeamento da luta armada. Tanto o PCdoB, como posteriormente a Ala Vermelha, tinham uma importante influência na Faculdade de Economia.

A Ação Popular (AP) nasceu em 1962, como uma organização católica de esquerda, composta por jovens cristãos provenientes principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC). Num primeiro momento, segundo o *Brasil:nunca mais*,⁵⁵ se definiu como um movimento e não um partido, inspirando-se em ideias humanistas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Emanuel Mounier e do Padre Lebreton. Foi, sem dúvida nenhuma, a corrente de esquerda mais influente do ME durante a década de 1960.

Nos anos seguintes ao golpe militar de 1964, a AP foi aos poucos reorganizando sua estrutura e, de 1965 a 1967, em meio a controvertidas polêmicas, caminhou para a adoção do marxismo, se aproximando das ideias defendidas por Mao Tsé-Tung. De acordo com o livro *Brasil: nunca mais*, a partir desse período, a AP foi se modificando até se caracterizar como uma organização maoísta típica, assumindo uma linha política semelhante ao PCdoB.

No caso do Espírito Santo, o maior reduto da AP era a Fafi. Entre suas principais lideranças estavam Jussara Martins, Domingos Freitas Filho, Maria Augusta Feliciano Santos e outros. A transição para o marxismo e, em seguida para o maoísmo, parece ter sido mais lenta no Estado. Uma das características na composição da AP no Espírito Santo, conforme apontam várias lideranças da época, era a grande participação de mulheres na corrente.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 100-101.

Martins Filho (1987, p. 172) aponta que, durante o ano de 1968, ficaram patentes duas “posições” (preferimos a definição de campos) divergentes sobre o papel a ser desempenhado pelo ME naquela conjuntura. O primeiro campo, expresso nas posições da AP (que a partir de 1968, passou a contar com o apoio do PCdoB). O traço mais visível da AP no período 1967-1968 era a defesa da luta política e nas ruas. Para essa corrente, o papel do ME no pós-ditadura definia-se, acima de tudo, pela necessidade de denúncia do ditadura e, simultaneamente, das forças do imperialismo que a sustentava.

Para atingir este fim, as lutas universitárias deveriam centrar-se nas grandes manifestações públicas, que marcariam sua presença na sociedade, procurando atrair, ao mesmo tempo, a ação das forças repressivas do Estado. Dessa maneira, os estudantes trariam, como contribuição decisiva ao movimento antiditatorial, o desmascaramento do caráter opressivo e violento do regime, obrigando os militares a “mostrarem as armas”, o que deveria propiciar o surgimento de uma consciência antiditatorial no seio das grandes massas (MARTINS FILHO, 1987, p. 173).

No Espírito Santo, as correntes políticas que atuavam no ME naquele período parecem apresentar características atípicas. Se em nível nacional, o PCB e o PCdoB eram organizações inimigas e se digladiavam, no Espírito Santo seus militantes costumavam atuar de forma conjunta contra a AP, como ficou patente no XIII Congresso da UEE, realizado em 1966, quando as duas correntes se uniram para impedir que fosse aprovada a proposta do Movimento Contra a Ditadura (MCD), defendida por aquela corrente⁵⁶ e ainda eleger o

⁵⁶ De acordo com os relatos de José Cipriano da Fonseca, Renato Viana Soares, Perly Cipriano e Antônio Carlos Dall’Orto, para impedir a aprovação do MCD os militantes do PCB e PCdoB prolongaram ao máximo a plenária final do congresso, até que eles tivessem maioria entre os delegados. José Cipriano da Fonseca, de forma irônica, conta que o objetivo era esperar o horário da missa, quando muitos delegados da AP teriam ido embora. Na votação, o MCD foi rejeitado. Outra manobra foi ocultar a ligação de Antônio Carlos Dall’Orto com o PCB, para que ele fosse eleito presidente da UEE, com apoio da AP, como se fosse independente.

presidente da entidade, Antônio Carlo Dall'Orto. A explicação para essa proximidade entre os dois partidos no Espírito Santo, é muito simples: os seus principais militantes, como José Cipriano da Fonseca, Renato Viana Soares, Perly Cipriano e Antônio Caldas Brito moravam juntos numa mesma república, no Parque Moscoso, e eram amigos pessoais. Era a célebre “República do 804”.

A predominância da visão católica na AP, pelo menos até 1968, é uma outra explicação dada por Caldas Brito e José Cipriano da Fonseca. De acordo com Caldas Brito, existia uma identificação marxista entre os militantes das duas correntes. “Eu tenho a impressão que a aproximação nossa aqui, foi mais uma questão pessoal mesmo e a identificação ideológica, porque a AP, apesar de na ação se aproximar até mais da gente (PCdoB), tinha aquela restrição ideológica”.⁵⁷

A AP local também apresenta uma situação atípica, que vai além da lentidão maior, em relação ao resto do país, na transição para o marxismo. Os militantes são reticentes em falar sobre a sua ligação com a corrente.⁵⁸ Domingos Freitas Filho, por exemplo, ex-presidente do DA da Fafi e diretor do DCE, que teve inclusive o nome citado num IPM movido sobre as ações da AP no Espírito Santo, afirma que representava a faculdade em algumas reuniões que tinham lideranças nacionais, como Luiz Travassos e Vladimir Palmeira, mas nunca teve preocupação em saber quem era da AP.

De acordo com a ex-liderança estudantil, eles tinham muita preocupação em conhecer e discutir os documentos relativos à Reforma Universitária da época. “Esta era a coerência do ME que eu participei: preocupar-se com a qualidade do ensino, com os rumos que o ensino estava tomando com a implantação do sistema de créditos e com as possíveis consequências do Acordo MEC-USAID”.⁵⁹ Uma posição que chega a ser irônica, diante da facilidade como foi aprovado na Ufes o Projeto de Reestruturação Acadêmico-Científica.

Ao ser questionado sobre sua participação na corrente, Freitas Filho afirmou inicialmente não saber quem era da AP. De acordo com

⁵⁷ Antônio Caldas Brito. Entrevista em 05/09/2012.

⁵⁸ Talvez a AP capixaba não tivesse a mesma organicidade de outros Estados.

⁵⁹ Domingos Freitas Filho. Entrevista em 10/11/1995.

ele, não havia um conhecimento profundo e nem uma ligação que tivesse como consequência o comprometimento com a luta armada em nível nacional e nem com o movimento de derrubada do governo.

Em nível local, tinham as lideranças, tinha um grupo, uma visão de universidade que achava que o eixo do ME tinha ser voltado para dentro. Esse era o eixo da AP e, nesse eu me enquadrei. E tinham aqueles que achavam que o ME tinha que estar ligado aos partidos políticos, portanto, à luta nacional maior, que era o outro movimento. Então, se a AP era esse movimento, tinha eu, Jussara, Heleninha, Antonieta, Alice e várias outras pessoas. A gente reunia os estudantes, fazia grupos de estudos nos sábados à tarde e nos domingos de manhã. Nos nossos momentos de lazer, a gente estava estudando, fazendo seminários e trazendo palestrantes, sempre discutindo a Reforma Universitária, que era o assunto do momento.

De acordo com ele, o eixo de quem era da AP era de conduzir o ME para dentro, para discutir as questões específicas dos estudantes. A fala de Freitas Filho contradiz totalmente a linha política da AP e as algumas das próprias propostas que os militantes da corrente defenderam no Espírito Santo, como o MCD, em 1966, e, posteriormente, a “aliança operário-camponesa-estudantil”, duramente criticada pelas outras correntes.

O curioso é que a própria Jussara Martins, vice-presidente da UEE e considerada a principal liderança da AP no Estado, em recente entrevista dada à Comissão da Verdade da Ufes,⁶⁰ afirmou que era apenas “simpatizante” da organização, a qual só teria ingressado de fato em 1969, quando estava no Rio de Janeiro. Maria Augusta Feliciano que, como citamos acima, foi presa por sua suposta participação na AP, também não foi muito clara sobre essa ligação. Essas posições nos trazem mais perguntas do que respostas sobre a AP no Espírito Santo.

⁶⁰ MARTINS, Jussara. Entrevista concedida a Comissão da Verdade da Ufes, 2013.

Conclusão

O Plano de Reestruturação Acadêmico-Científico da Ufes, aprovado pelo Conselho Universitário em 1967⁶¹ e referendado pelo então presidente-marechal Costa e Silva em dezembro de 1968, foi elaborado por um técnico do USAID, Rudolph Atcon, e possui o espírito da Reforma Universitária promovida pela ditadura. Mais do que isso, tudo nos leva a crer que Ufes serviu como um laboratório para a Reforma. Não por acaso, a estrutura prevista no projeto é ainda hoje, 45 anos depois de sua promulgação, a coluna vertebral da Universidade.

Os depoimentos e documentos que conseguimos reunir são contraditórios quando a percepção das lideranças estudantis da época, sobre a dimensão da reforma que se fazia na Ufes, nas bases dos odiados acordos MEC-USAID, apontado como luta prioritária do ME. Ele foi discutido e aprovado no Conselho Universitário por duas vezes, na segunda quando os representantes estudantis eram ligados à posições mais à esquerda, em agosto de 1968.

Algumas lideranças, como Domingos Freitas Filho, admitem que a maioria dos estudantes não conheciam o conteúdo do acordo (na verdade eram 12 acordos). José Maria Cola, que não era militante do ME, afirmou não ter participado sobre qualquer discussão sobre o assunto. Nem sobre o acordo MEC-USAID e nem da reestruturação da Ufes. Nas atas do Conselho Universitário, vimos mais destaque à preocupação corporativista de algumas faculdades que seriam unificadas, como a Odontologia e a Medicina, sobre uma discussão mais aprofundada do projeto de reestruturação.

Como dissemos no início do nosso trabalho, um dos nossos objetivos era tratar da configuração e os eventos que marcaram o Movimento Estudantil (ME) no Espírito Santo no período de 1964 a 1968. O episódio da reforma acadêmico-científico da Ufes é uma demonstração da dificuldade em estabelecer uma relação dialética entre a conjuntura local e nacional numa leitura de realidade que leve em conta

⁶¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Plano de reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**, aprovado pelo Conselho Universitário, através da resolução n. 11, de 17 de julho de 1967. Vitória, s.d.

necessidade de estabelecer uma estratégia que leve em consideração as especificidades locais.

Percebemos na maioria dos depoimentos e documentos⁶² que a análise da realidade local, tanto na Universidade como do Estado, não eram prioridades no processo elaboração política da ação e intervenção política dos militantes e suas organizações. A referência sempre é nacional. Por isso, não é de se estranhar que ele diga em determinado momento que, para eles, não havia diferença entre os representantes do regime no Estado e em nível nacional.

Com relação à amplitude do movimento de oposição à ditadura militar, que fez com que as correntes de esquerda vissem a possibilidade de abertura de uma crise revolucionária que derrubasse a ditadura, se Reis Filho apontou a existência de apenas duas greves operárias (em Contagem e Osasco), em 1968, o único movimento de trabalhadores de que temos vaga referência no Espírito Santo entre 1964 e 1968, foi de uma greve de motoristas e trocadores de ônibus.

Se as esquerdas brasileiras acreditavam, como mostrou Reis Filho, que a ditadura estava isolada e vivia uma crise incontornável, que levaria à sua inexorável derrubada pela ação da vanguarda armada das massas, como veriam a realidade do regime em outros rincões do país? Como admitiu Caldas Brito, que foi dirigente do PCdoB e da Ala Vermelha, essa discussão não era feita. O conteúdo da Reestruturação Acadêmico-Científica da Ufes e mesmos alguns aspectos que envolvem a militância do ME daquele período certamente merecerão outros estudos.

Não pretendemos criticar as lideranças estudantis daquele período, até porque entendemos que eles cumpriram um importante papel na resistência contra o regime militar e na luta pela redemocratização do país. O que pretendemos é lançar as bases sobre a capacidade da esquerda de fazer uma análise específica sobre a realidade local fora do contexto nacional, especialmente em Estados periféricos como o Espírito Santo.

⁶² Podemos citar artigos do jornal do DCE da Ufes ou de uma revista produzida pelo DA da Fafi: CARDOSO, Carlos Magno Gonzaga; PIGNATON. Alaor: O universitário é privilegiado neste país onde mais de 5 milhões crianças não tem escola. **O universitário**, Vitória, p. 5, ago. 1967.

É evidente que uma insatisfação generalizada, que colocasse em questão a ditadura, poderia muito bem ter concretizado o desejo da esquerda brasileira de abertura de uma crise revolucionária, o que não aconteceu em 1968. Muito pelo contrário, o ano terminaria com o recrudescimento do regime de exceção, através da decretação, no dia 13 de dezembro daquele ano, do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Referências bibliográficas

ALMEIDA JR., Antônio Mendes de. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – (APES-DOPS) – Dossiê de Geraldo Fernandes Pignaton, cx. 39, Vitória, 1968.

ATAS do Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo.

ATCON, Rudolph P. **Proposta para a reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1967.

BORGO, Ivantir A. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: UFES, SPDC, 1995.

BORGNETH, Flávio. **Memórias do período militar em Vitória antes do AI-5**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009

BRITO, Antônio Caldas. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 5 set. 2012.

BRITO, Antônio Caldas. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 2 out. 2012.

CAETANO, Alexandre et al. **Revista Capixaba Agora**, Vitória, n. 3, p. 4, fev. 1998.

- CARDOSO, Carlos Magno Gonzaga. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 1995.
- CARDOSO, Carlos Magno Gonzaga; PIGNATON. Alaor: O universitário é privilegiado neste país onde mais de 5 milhões crianças não tem escola. **O universitário**, Vitória, p. 5, ago. 1967.
- CASTIGLIONI, Aurélia H; BRASIL, Guntemberg H. Dinâmica populacional de Vitória. Vitória, s/d. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/0110511_agendavixpopulacaoresu m.pdf>. Acesso em 01 ago 2013.
- CIPRIANO, Perly. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 3 ago. 1996.
- COLA, José Maria. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 27 mar. 2013.
- COLA, José Maria. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 28/03/2013.
- CUNHA, Luiz Antônio e GOÊS, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura**: o movimento contado por seus líderes. Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
- Emoção na chegada dos estudantes presos em São Paulo. **O Diário**, Vitória, p. 1, 19 out. 1968.
- Enquanto estudantes de Medicina decretam greve reitor implanta hospital. **O Diário**, p. 1, 16 mar. 1968.
- Estudantes ainda protestam contra a prisão de colegas. **A Tribuna**, Vitória, s.i., 16 de jun. 1968.
- Estudantes enganam a política em Brasília. **Jornal do Brasil**, p. 12, 16 out. 1968.
- FICO Carlos. **O regime militar no Brasil**: (1964-1985). São Paulo: Saraiva, 2004.
- Filosofia em pé de guerra. **A Tribuna**, Vitória, s. id., 15 de jun. 1968

FONSECA, José Cipriano. Entrevista concedida ao autor, Barra de São Francisco, 1996, 1 ago. 1995

FORRACHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FREITAS FILHO, Domingos. Entrevista concedida ao autor, Vitória, 10 nov. 1995.

Frequência às aulas é cada vez maior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 28, 07 abr. 1968.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1998.

GURGEL, Roberto Mauro. **História da UNE**: Depoimentos de Ex-Dirigentes. São Paulo, Livramento, 1980.

HENRIQUES, Milson. Zélia Stein: se ficasse aqui, teria enlouquecido. **Revista Capixaba Agora**, Vitória, n. 1. p. 18, dez. 1997.

MARIA Augusta está presa no Rio e responde a IPM. **O Diário**, Vitória, p. 01, 18 de jun. 1968

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar**: 1964-1968. Campinas: Papiros, 1987.

MONTEIRO ganha por 39 a 18 de José Nascif: UEE. **Esquema 68**. Vitória, p. 1, jun 1964,.

Nota oficial. **A Gazeta**, Vitória, 8 de abril de 1964, pg. 03

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro. **1968**: A Paixão de uma Utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Reitor inaugura nova obra. **O Diário**, p. 1, 02 mar. 1968. **Revista Cultural Fafi**. Vitória, n. 01, 1967.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org). **O golpe de 1964 e o regime militar**, São Carlos: Ed. Ufscar, 2006, p. 81-91.
- SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo:** Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.
- SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 23 ago. 1996.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Plano de reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**, aprovado pelo Conselho Universitário, através da resolução n. 11, de 17 de julho de 1967. Vitória, s.d.
- UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DO ESPÍRITO SANTO. **Carta de Princípios do XIII Congresso da UEE-ES**. Vitória, 3 nov. 1966.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - Departamento de Assessoramento dos Órgãos Colegiados. **Livro de atas das sessões do Conselho Universitário**, Vitória, 1966-1968.
- SILVA, Maria Augusta Feliciano. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, 31 ago. 1995.
- Situação nos Estados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 7, 04 abr. 1968.
- VALLE, Maria Ribeiro do. **1968:** o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- Veemência (com disciplina) em protesto de estudantes. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 04 abr. 1968.

VI

PEDRO ERNESTO FAUNGES*
VITOR AMORIM DE ANGELO**

Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política

O compromisso de entregar o porto na data combinada, 1º de abril de 1966, quatro anos depois de feito o acordo, era pétreo. Por ele, pouco importava que o Brasil tivesse passado por um golpe militar em 1964 e que o presidente da CVDR e condutor das negociações, Eliezer Batista da Silva, não estivesse mais no comando (MAYRINK, 2002, p. 86).

Segundo Américo Buaiz, a Revolução de 1964 não prejudicou o Espírito Santo, tendo inclusive escolhido governadores ligados à Findes: Eurico Rezende foi advogado da Federação, Arthur Carlos era engenheiro e trabalhava na Findes. No Palácio Anchieta eles abraçaram o processo de industrialização. [...] Neste ambiente fértil para a industrialização – que passou a ser colocada como a principal via de desenvolvimento para o País e, consequentemente, para o Estado – a Federação das Indústrias viu crescer sua área de influência, que começou, na realidade, durante o governo

* Doutor em História. Professor do Departamento de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

** Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha.

Carlos Lindenberg (1959-1962). Já naquela época, a entidade pressionava o governo para que ajudasse a criar, no Espírito Santo, mecanismos capazes de reproduzir a grande onda de desenvolvimento que tomava conta do restante da região Sudeste (FINDES, 1998, p. 47-48).

Mais tarde, prestando depoimentos da Fundação Getúlio Vargas, [o ex-presidente] Ernesto Geisel afirmou que durante seu governo confiou e acreditou no desenvolvimento de três estados: Maranhão, Santa Catarina e Espírito Santo [...] Quando o avião presidencial decolou respirei fundo. Pela responsabilidade que ali se encerrava, mais ainda, o Espírito Santo ganhou um imenso espaço no coração de Ernesto Geisel (ÁLVARES, 2012, p. 115).

Memórias da ditadura no Espírito Santo

De qual perspectiva a história capixaba dos anos 1960-1980 – o período da ditadura militar no Brasil – é retratada nos dias atuais? Em outras palavras, como o passado recente do estado do Espírito Santo é lembrado no presente? As citações acima foram extraídas, respectivamente, de uma publicação sobre a memória institucional da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das maiores empresas do país; do depoimento de um dos fundadores e primeiro presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), Américo Buaiz, por ocasião do 40º aniversário daquela entidade; e de um livro autobiográfico do ex-governador biônico Élcio Álvares (1975-1979).

Essas manifestações, cada uma à sua maneira, representam a opinião de setores da sociedade capixaba que apoiaram o golpe de 1964 e/ou foram beneficiados econômica ou politicamente durante as duas décadas que se seguiram à deposição do presidente João Goulart. Nesse aspecto, tanto no plano estadual como no nacional, empresas, entidades de representação profissional e políticos, dentre outros setores da sociedade, estiveram entre aqueles que apoiaram o golpe

e a estruturação da ditadura – ainda que, para alguns, não estivesse claro em 1964 nem o tipo nem a duração do regime político que seria implementado nos anos seguintes.

Embora a origem das declarações não constituam uma novidade, um aspecto que, por outro lado, chama a atenção, é presença de uma interpretação de certo modo positiva a respeito daquele período, mesmo em manifestações feitas anos mais tarde, como a de Élcio Álvares, cuja autobiografia foi publicada apenas 2012, quase três décadas depois do último governo militar. A leitura positiva das mudanças políticas, econômicas e sociais vividas pelo Espírito Santo entre as décadas de 1960-1980 é parte da memória de seguimentos da sociedade capixaba que, segundo eles mesmos, estiveram alinhados com os governos militares.¹

Na história do Brasil, a interpretação segundo a qual os *anos de chumbo* também representaram *anos de ouro* já foi observada por Daniel Aarão Reis (2000, p. 59), para quem, “o milagre, embora gerando desigualdade de todo o tipo, sociais e regionais, fora capaz de beneficiar, de modo substantivo, muitos setores modernos”. Entre 1969 e 1974, o país viveu um rápido processo de crescimento econômico e também um tempo de euforia marcado por grandes comemorações, como o tricampeonato mundial de futebol, em 1970; os 75 do cinema brasileiro, em 1971; e o Sesquicentenário da Independência, em 1972. Sob o otimismo característico daquele momento, portanto, *anos de chumbo* se misturaram a *anos de ouro*, particularmente no governo do general Emílio Garrastazu Médici, que nesse contexto buscou se apresentar ao país como uma ponte entre o passado que a *Revolução de 1964* suplantava e o futuro próspero que ela prometia aos brasileiros (CORDEIRO, 2009, p. 85-104).

Análises mais recentes, publicadas por ocasião dos cinquenta anos do golpe de 1964, continuam a destacar o que teria sido o lado positivo da ditadura. Este é o caso da obra de Marco Antonio Villa,

¹ É ilustrativa a esse respeito a declaração do ex-governador Gerson Camata à Rádio CBN Vitória, em 31 de março de 2014, véspera do cinquentenário do golpe: “Economicamente, não sei se o regime militar foi bom para o Brasil, mas no Espírito Santo, nós ganhamos a CST, a primeira siderúrgica do hemisfério sul, ganhamos as linhas expressas para exportar minério, ganhamos o Porto de Tubarão, a Aracruz Celulose, ganhamos todas as estradas. A última grande obra foi a Terceira Ponte, que eu deixei quase pronta. Nada mais foi feito em 50 anos” (A *Gazeta*, 01 de abril de 2014, p. 22).

sugestivamente intitulada de *Ditadura à brasileira*, na qual o autor sustenta a idéia de que o regime autoritário brasileiro não teve a mesma natureza e sentido que seus contemporâneos na América Latina. Neste livro, Villa propõe uma outra periodização para os anos de 1964-1985. Segundo o autor, “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no mais”, nem tampouco “os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais de 1982” (VILLA, 2014, p. 11).

Nesta ditadura mais curta, de 1968-1979, Villa enfatiza o êxito dos militares no enfrentamento dos pontos de estrangulamento da economia, na ampliação da fronteira econômica para a região amazônica e na transformação do país em potência agrícola, no apoio ao cinema nacional, com a criação da Embrafilme – “a maior empresa pública de cinema da América Latina” – e na expansão da pós-graduação, com a ampliação dos recursos repassados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apesar das ressalvas do autor, no sentido de que tais conquistas ocorreram à custa de danos ao meio ambiente, corrupção, centralização política e repressão, é justamente a leitura algo positiva da ditadura militar brasileira um dos elementos que permite a Villa diferenciá-la de regimes autoritários como os do Chile ou da Argentina, por exemplo.

Interpretações diferentes a respeito de um mesmo acontecimento ou processo histórico são próprios da natureza seletiva e heterogênea da memória. Entendida com a presença ativa do passado no presente, a fim de atribuir a este um significado e um sentido, a memória trabalha em meio à lembrança e ao esquecimento, ligando um tempo histórico já vivido a outro ainda em curso (GONDAR, 2005). Nesse sentido, a memória possui não apenas uma dimensão coletiva, no sentido de que existem contextos sociais, com materialidade própria, que permitem a lembrança do passado no presente (HALBWACHS, 2006), mas também uma forte dimensão identitária, visto que sua natureza coletiva organiza práticas e discursos de determinados grupos ou setores da sociedade que atribuem significados e sentidos específicos ao passado e ao presente (POLLAK, 1989, p. 3-15).

Logo, não se deve falar em memória, no singular, mas em memórias, no plural, a fim de colocar em relevo a concorrência entre interpretações do passado feitas no presente muitas vezes conflitantes entre si. Nessa disputa de memórias, cada indivíduo e cada coletividade produz determinadas imagens sobre o passado que nunca são exatamente iguais aos fatos tais como ocorreram (ROUSSO, 2006, p. 93-101). E ainda que a identificação dessas representações seja fundamental para compreender a relação do passado com o presente, são as *condições processuais de produção* daquelas imagens o que nos permite verificar sob que condições, por que meios e por quais motivos certas representações, e não outras, foram produzidas e se tornaram dominantes.

As memórias sobre a ditadura militar e seu legado para o país são um exemplo ilustrativo a esse respeito. No caso do Espírito Santo, por exemplo, por que uma memória positiva a respeito das mudanças políticas, econômicas e sociais vividas pelo estado entre as décadas de 1960-1980 se impôs sobre o conjunto de outras visões divergentes sobre o mesmo período histórico? Quais as representações do passado foram construídas desde então? Por que meios elas se difundiram? O que levou determinados grupos e setores da sociedade capixaba a fazerem uma leitura positiva a propósito do anos de chumbo, vendo-os como anos de ouro, ainda que se tenha notícia dos legado deletério da ditadura para o país e o Espírito Santo, em particular?

Questões como essas ainda se encontram em aberto, e novas pesquisas sobre a história política capixaba poderão respondê-las num futuro próximo. Em linhas gerais, entretanto, seria possível afirmar, com base em relatos como os citados no início, que essa memória positiva da ditadura tem como argumento central os efeitos dos chamados Grande Projetos Industriais para a economia estadual. Os Grandes Projetos Industriais começaram a ser implementados no governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos, num momento da história capixaba marcado por amplas mudanças em sua estrutura econômica. A decadência das atividades produtivas tradicionais, com a erradicação dos cafezais, e a implantação de grandes complexos indústrias no estado foram processos simultâneos e articulados (SIMÕES, 2002). Um dos marcos dessa nova fase foi o início das atividades do Porto de Tubarão da Companhia Vale do Rio Doce, em 1º de abril de 1966, evento que

contou, inclusive, com a presença do então presidente da República, general Humberto Castello Branco (1964-1967), em Vitória.

Como visto inicialmente, os efeitos positivos dos Grandes Projetos Industriais são lembrados e reivindicados por diversos setores da sociedade. Entretanto, a herança perversa dessa industrialização acelerada tendem a ser esquecidos por esses mesmos seguimentos. Os trabalhos que analisam os desdobramentos sociais da modernização do complexo industrial capixaba indicam a produção de uma série de problemas que afetaram diretamente a Grande Vitória, a exemplo da ocupação desordenada do espaço urbano e da acentuação das desigualdades regionais, além daqueles causados pela inexistência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte coletivo.²

Apesar disso, prevalece na memória de determinados segmentos empresariais e políticos uma versão positiva sobre os fatos e acontecimentos que marcaram a história recente Espírito Santo. Numa demonstração da seletividade da memória, essa interpretação do passado enfatiza apenas os efeitos positivos do processo de industrialização capixaba, mobilizando uma série de imagens – as taxas de crescimento econômico, a presença de empresas multinacionais no estado, a internacionalização do Espírito Santo, por exemplo – que atestariam essa leitura do passado. No presente, a memória construída pelos grupos que apoiaram a ditadura foi herdada por segmentos e entidades empresariais num processo de construção de uma espécie de *memória do triunfo*. Nessa versão, que procura hegemonizar o debate sobre o significado do passado capixaba, a memória da década de 1970 é apresentada sempre em tom de celebração.

O risco é que tal versão, repetida e reproduzida, inclusive em documentos do governo estadual e no meio acadêmico e intelectual, termine se consolidando como uma forma de *história oficial*. Em nossa opinião, essa tentativa de reconstrução resultou da elaboração de uma versão imprecisa e parcial sobre a situação do Espírito Santo durante a ditadura. Dessa forma, o objetivo desse texto é demonstrar como a repressão foi uma política de estado também no Espírito Santo. Para

² Ver, dentre outros, Siqueira (2010).

tanto, a seguir, apresentaremos um histórico sobre a atuação dos órgãos de repressão no estado nas décadas de 1960 e 1970.

A repressão no estado durante a ditadura

A impressão inicial de que o golpe de 1964 seria apenas mais uma intervenção militar passageira e que logo os militares devolveriam a direção do Estado aos civis foi se esvanecendo. O Ato Institucional nº 2, a criação de mais órgãos de repressão, a suspensão dos direitos políticos de civis que apoiaram o golpe e a proibição dos movimentos sociais indicavam a direção oposta. Conforme observou José Murilo de Carvalho, em 1964, ao contrário das outras vezes em que intervieram politicamente ao longo do período republicano, os militares “vieram, viram, venceram e ficaram” (CARVALHO, 2005). No Espírito Santo, a implantação do bipartidarismo representou a união dos antigos adversários – os ex-governadores Jones dos Santos Neves, Francisco Lacerda de Aguiar e Carlos Lindenberg – sob a sigla comum da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).³ Mais uma vez as elites políticas capixabas se uniam para garantir sua cota de poder, numa aliança que garantiu ao partido vitórias, entre 1966 e 1979, nos pleitos eleitorais indiretos para o cargo de governador.

A unidade das elites capixabas com os setores militares foi sacramentada com o afastamento/renúncia do governador Francisco Lacerda de Aguiar (1962-1966), após ser aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) contra ele. Esse movimento ocorreu sob intervenção direta dos militares, apesar do apoio do então governador ao golpe de 1964 e, como disse posteriormente o próprio Lacerda de Aguiar (1972) em entrevista à imprensa, de sua participação em reuniões com outras lideranças civis para tratar dos detalhes sobre a deposição de João Goulart. Uma dessas reuniões, segundo o ex-governador, foi com Magalhães Pinto, seu homólogo em Minas Gêrias e um dos principais líderes nacionais da conspiração contra Jango.

³ Para mais detalhes sobre o quadro político-partidário capixaba nos anos anteriores ao golpe, ver Silva (1995).

Dentre as inúmeras acusações contra Lacerda de Aguiar, as questões relativas ao desvio de verbas públicas eram as mais divulgadas pela imprensa, principalmente no jornal *A Gazeta* (OLIVEIRA, 2013, p. 127). Ainda hoje os fatos que provocaram a abertura do IPM não são plenamente conhecidos, embora existem denúncias sobre o envolvimento direto de militares nas investigações.⁴ O fim da crise política ocorreu com a eleição indireta de Christiano Dias Lopes (1967-1971) para o cargo de governador. No plano nacional, o ano de 1967 foi marcado pela escolha do general Arthur da Costa e Silva (1967-1969) para suceder Castello Branco, num esquema de alternância de militares no poder que marcaria aquele período e diferenciaria a ditadura brasileira dos demais regimes autoritários da América Latina. Nesse contexto, vários grupos de esquerdas passaram a realizar ações armadas com fins revolucionários.

Uma dessas primeiras tentativas de instalação de um grupo guerrilheiro ocorreu no Pico da Bandeira, na divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. O episódio, conhecido como Guerrilha do Caparaó, tinha como inspiração o exemplo recente da Revolução Cubana. Entre seus participantes estavam ex-militares expulsos das Forças Armadas depois de 1964 e militantes ligados ao ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Devido à falta de treinamento e equipamentos, e, principalmente, do desconhecimento da região do Caparaó, os guerrilheiros acabaram descobertos e presos em abril de 1967. Como afirmou Jacob Gorender, antes mesmo de realizar qualquer atividade, a guerrilha “se extinguiu sem ter dado nenhum tiro” (GORENDER, 1987, p. 125).

Podemos afirmar que o trabalho de monitoramento e vigilância dos *subversivos* capixabas passou a contar com um aparato muito mais organizado e centralizado, a partir do início das atividades do núcleo do Serviço Nacional de Informação (SNI) na capital capixaba. Até o momento, o documento mais antigo desse órgão é datado de 06 de novembro de 1968. Trata-se do Ofício 83/68, emitido pelo escritório do SNI, que, nessa época, funcionava na sala 702 do prédio do

⁴ Para detalhes sobre a renúncia/afastamento do governador ver Oliveira (2013, p. 126-136).

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), à rua João Caetano, no centro de Vitória. Portanto, ao contrário da idéia de *porões da ditadura*, pode-se observar que o escritório do SNI em Vitória estava localizado num dos mais modernos e maiores edifícios da cidade naquele momento, em frente à Praça Costa Pereira e ao lado do tradicional Teatro Carlos Gomes, do Palácio do Café, de inúmeras repartições públicas, do comércio da Rua 7 e dos principais bancos. Em resumo, um local que era considerado, nas décadas de 1960 e 1970, o coração comercial, cultural e político da capital do Espírito Santo.

No Ofício 83/68/SNI, assinado pelo Coronel José Sylvio Alves Torres – chefe da agência do SNI/Vitória – e encaminhado ao diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), são solicitadas informações como nomes, endereços, sexo, naturalidade, instrução, religião, ocupações anteriores e atividades políticas dos investigados pelo órgão. Ainda no documento, a chefia do SNI/Vitória pedia que todas as informações fossem encaminhadas para a sede do órgão na capital capixaba. Outro documento que trata das atividades acadêmicas da UFES é o Encaminhamento nº 345/SNI/1969, proveniente da Agência Central do SNI, em Brasília. Datado de 27 de maio de 1969, o documento solicitava a seu então reitor, Alaor Queiroz de Araújo (1964-1969), informações sobre a designação “do Professor-estudante Domingos de Freitas Filho, para membro da ‘Comissão de Estudos de Tempo Integral’”.

A preocupação dos órgãos de repressão em *sanear ideologicamente* o *campus* da universidade tinha um motivo: no final da década de 1960, na prática, o movimento estudantil universitário foi o único setor da sociedade que esboçou alguma mobilização para protestar publicamente contra a situação do país. No Espírito Santo, essas mobilizações foram mais intensas durante a administração do governador Christiano Dias Lopes. Em nível nacional, o desgaste causado pela repressão contra as históricas manifestações de 1968 sempre esteve entre as justificativas dos militares para explicar o endurecimento do regime autoritário, com a aprovação do Ato Institucional nº 5, em dezembro daquele ano – o início dos chamados *anos de chumbo*.

No Espírito Santo, os primeiros efeitos do AI-5 foram as cassações dos mandatos do deputado federal Mario Gurgel (MDB/ES), em 07

de fevereiro de 1969 e dos deputados estaduais José Ignácio Ferreira e Dáilson Laranja, membros da bancada emedebista na Assembleia Legislativa (ALES), em 13 de março. Contra José Ignácio Ferreira pesava a acusação de que teria lido uma carta do padre José Regazzi com protestos contra o governo. Dáilson Laranja, era acusado de ter feito apartes favoráveis aos argumentos do deputado José Ignácio Ferreira.⁵

Em 28 de agosto de 1969, a agência de Brasília do SNI, através do Encaminhamento nº 1279 SNI/ARJ/69, enviou um documento denominado *Ficha-Conceito* com a relação de doze cidadãos capixabas. A maioria dos nomes da lista era composta por parlamentares, dentre os quais o deputado federal Mario Gurgel. As informações gerais levantadas na Ficha-Conceito nº 134 SNI/ARJ/69 eram sobre naturalidade, estado civil, idade, nome dos pais, endereço e local de trabalho. Nos itens 18, 19 e 20, especificamente, são analisadas as “atividades criminais”, as “atividades políticas” e “outras informações”. No item relativo às “atividades criminais”, o documento registra que em fevereiro de 1969 a Presidência da República, com base no artigo 4º do AI-5, havia cassado o mandato e suspenso os direitos políticos do parlamentar capixaba. Em relação à “atividades políticas”, o documento afirmava que Mario Gurgel era:

Subversivo. Ligado aos comunistas. Ligado às entidades sindicais comuni-janguistas. Em Abr 64 tomou parte e foi um dos oradores mais exaltados, e ardorosos, em comício realizado na Praça 8 (Vitória-ES). Nesse comício atacou violentamente as Forças Armadas e em especial os comandos do 3º BC e da EAAMM/ES. Em 1966 foi eleito Deputado Federal pelo MDB. Em 1967 foi submetido a Processo de Investigação Sumária, pela Comissão de Aplicação do Ato Institucional do Estado do Espírito Santo a fim de enquadramento nas sanções previstas no artigo 7º do AI nº1.⁶

⁵ No final da década de 1970, José Ignácio Ferreira assumiria a direção da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo. Ao longo de sua carreira política foi senador (1983-1991 e 1995-1998) e governador do estado (1999-2002).

⁶ Encaminhamento mº 1279 SNI/ARJ/69. Ficha-Conceito nº 134 Mario Gurgel. Arquivo

Cassados os mandatos dos parlamentares mais atuantes da oposição, a repressão aos adversários políticos do regime prosseguiu, como durante a chamada *Operação Gaiola*. Essa foi a denominação de uma ampla ação coordenada pelo 3º Batalhão de Caçadores BC,⁷ que resultou na detenção e prisão de dezenas de elementos considerados subversivos, em outubro de 1970. Segundo o Registro de Antecedentes nº 1414/83, produzido pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), entre os detidos estava o então vereador e ex-presidente da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim (CECI), Roberto Valadão (MDB/ES).⁸ Outro detido na operação foi o jornalista Rubens Manoel Câmara Gomes, que relatou assim sua prisão:

Ficamos quinze dias presos sem culpa formada, sem nada, presos na penitenciária juntamente com presos comuns. Recordo-me, estava na cela com Ewerton Montenegro Guimarães. Estavam presos Hermógenes Fonseca, Roberto Valadão, Aldemar Neves, Benjamin Campos. Pessoas que não tinham vinculação política, de militância, mas que também estavam presas por serem adversários do regime [...]. Enfim, havia cento e vinte pessoas do estado, que ficaram presas entre 30 de outubro e 14 de novembro. Na véspera das eleições soltaram todos (PEREIRA, 2005, p. 210).

No acervo do SNI, recentemente liberado para pesquisa, existem inúmeros documentos sobre o estado do Espírito Santo. No final da década de 1960, um amplo aparato repressivo começou a ser estruturado por órgãos ligados às Forças Armadas, como o Centro de Informação do Exército (CEI), o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA) e o já citado CENIMAR. Nos ministérios civis, tal repressão era exercida pelas chamadas Divisões de Segurança e

Nacional. Acervo: Serviço Nacional de Informação (SNI).

⁷ Atualmente, essa unidade do Exército, localizada em Vila Velha, é denominada de 38º Batalhão de Infantaria – 38º BC.

⁸ Posteriormente eleito deputada estadual (1976-1982), Roberto Valadão também foi duas vezes prefeito de Cachoeiro de Itapemirim (1983-1988 e 2005-2008) e deputado federal em duas legislaturas, sempre pelo PMDB.

Informação (DSI)⁹. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e infiltração de *comunistas* nos ministérios civis. A maior parte desse conjunto documental foi produzida durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), período em que o o Espírito Santo era governado por Arthur Gerhardt.

A partir do início da década de 1970, é possível detectar em inúmeras ocasiões a presença desses órgãos de segurança no Espírito Santo. Um desses casos ocorreu em 1971, ano em que o aparato repressivo iniciou sua fase de atuação mais incisiva, com a captura, por exemplo, de inúmeros militantes da chamada Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB- AV).¹⁰ Em março de 1971, diversas pessoas identificadas como militantes dessa organização foram presas no Espírito Santo, a exemplo de João Amorim Coutinho, Antonio Caldas Brito, Laura Maria Campos da Silva, Jair Storch, entre outros. No relato de Coutinho à Comissão Especial dos Atos Praticados por Órgãos e Agentes Públicos por Motivos Políticos no Período de 1961 a 1979, da ALES, o grupo foi detido e encaminhado para o quartel do 3º BC, onde “foi iniciado um processo de tortura com choques elétricos nos ouvidos, língua, testículos: processo que durou cerca de quatro dias” (PEREIRA, 2005, p. 159). Posteriormente, todos os detidos foram encaminhados para a sede do DOI-CODI do 2º Exército, em São Paulo, onde as sessões de tortura tiveram prosseguimento.

No ano seguinte, foi desenvolvida outra grande operação de investigação e captura de militantes de esquerda. Dessa vez, o alvo dos agentes da repressão foram os membros da direção regional do PCdoB, que, nacionalmente, por conta da Guerrilha do Araguaia, passaram a ocupar o posto de alvo principal do aparato repressivo. Essa ação culminou com a prisão de dezenas de pessoas identificadas como colaboradores e dirigentes comunistas, sobretudo de militantes que atuavam no movimento estudantil da UFES.

⁹ Para maiores informações sobre os órgãos da repressão política, ver: ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

¹⁰ Criada em 1966, a Ala Vermelha foi uma dissidência do Partido Comunista do Brasil. Entre as questões que motivaram a cisão entre esses militantes comunistas foi a divergência sobre a estratégia da revolução – foco guerrilheiro ou guerra revolucionária – e a própria estrutura organizacional que distanciava os dirigentes da realidade da população (Cf. GORENDER, 1987).

Entre dezembro de 1972 e março de 1973, época marcada por uma série de prisões e perseguições no Espírito Santo, foi aberto um IPM que arrolou 33 pessoas suspeitas de militarem no PCdoB. Destes, dezoito tinham ligação direta com a UFES: 17 eram estudantes, sendo oito deles do curso de Medicina, e um professor do Departamento de Medicina – o médico Vitor Buaiz.¹¹ Em depoimento à Comissão da Verdade da UFES, o professor Vítor Buaiz afirmou que nunca foi filiado ou militante do PCdoB. Segundo ele, sua participação se resumiu à doação de remédios para alunos que atuavam na organização. Anos depois, como militante e um dos fundadores do partido dos Trabalhadores (PT), Vitor Buaiz foi eleito deputado federal (1987-1988), prefeito de Vitória (1989-1992) e governador do Espírito Santo (1995-1998).

Entre o estudantado, são registrados outros relatos de violência praticados durante o período de detenção dos acusados de subversão no 3º BC. Um exemplo são os fatos relatados por Ângela Milanez em seu depoimento à Comissão da ALES:

Posso detalhar alguns tipos dessas torturas. Por exemplo: pediram para eu ficar nua. Não obedecendo, rasgaram minha roupa; só conversavam comigo sem roupa e na calada da noite [...] colocaram sobre mim uma cobra jiboia para ver se me abatia; me davam socos nos ouvidos e me ameaçavam de morte com revólver [...] ameaçavam soltar os cachorros em cima de mim [...] fiquei dez dias com a mesma roupa rasgada e sem poder tomar banho (PEREIRA, 2005, p. 137).

As torturas contra Ângela Milanez tinham como principal objetivo recolher informações sobre seu marido, Iran Caetano, um dos militantes capixabas mais *fichados* durante a ditadura. Um exemplo disso é o Documento de Informação nº 0347/16/AC/73, da Agência Central do SNI, que trata do paradeiro de um dos estudantes processados no IPM do PCdoB/ES. O alvo era um “velho conhecido” da repressão política:

¹¹ BR.ES.APEES.DES.O.MP.6 CX. 16. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

o militante estudantil Iran Caetano. Entre outros dados, o documento apresenta uma série de informações pessoais (nome dos pais, data de nascimento, número de documentos, altura, etc.) sobre o discente do curso de medicina, cujo codinome era *Diniz*. O Documento de Informação nº 0347/16/AC/73, difundido para todas as agências regionais do SNI para a CISA, a CENIMAR e para a Polícia Federal, afirmava que o estudante foragido havia tentado obter um “atestado de ideologia política” junto ao DOPS de São Paulo. Por último, apresentava a hipótese de que Iran Caetano “tenha seguido para o estado do Paraná, onde tentará ligações, visando obtenção de emprego junto ao Governo Paranaense”.

Órgãos de informação atuantes no Espírito Santo

Além do trabalho de repressão outros órgãos de informação também foram atuantes no Espírito Santo. Entre eles podemos citar as chamadas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) em toda a estrutura estatal, civil e militar. Nesse sentido, as AESI e ASI surgiram com a função de levantar informações setoriais. Segundo levantamento de dados do Arquivo Nacional (DF), existiram 249 desses órgãos voltados à vigilância e produção de informações. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e a atuação de “comunistas” dentro dos Ministérios e das demais das repartições públicas e das autarquias (MOTTA, 2011, p. 44).

Nos arquivos do DOPS/ES e no acervo do SNI, custodiado no Arquivo Nacional, existem inúmeros documentos de ASI que funcionaram no Espírito Santo. Entre os locais de atuação desses órgãos, podemos citar a Agência Regional de Segurança do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (AGSI INAMPS), a Assessoria Especial de Segurança e Informação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (AESI INAMPS), a Assessoria de Segurança e Informação Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (ASI DNER), a Assessoria de Segurança da Companhia Siderúrgica de Tubarão (ASI CST), a Agência de Segurança da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (AGSI Coreios), as Assessorias de Segurança e Informação do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (ASI INCRA) e – a mais atuante de todas – a Assessoria de Segurança da Universidade Federal do Espírito Santo (ASI UFES).

Mesmo instaladas em órgãos públicos diferentes, essas ASI atuavam de forma sincronizada. Prova disso é o documento intitulado *Informação nº 469 S/2-77*, de 02 de junho de 1977. Produzido pelo Ministério do Exército (38º Batalhão de Infantaria), o documento alertava sobre o deslocamento de Merli Alves dos Santos, Adauto Emerick Oliveira e Antônio Claudino de Jesus – todos estudantes e militantes estudantis da UFES – para participação do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), programado para acontecer no *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Tendo em vista que os estudantes iriam utilizar a via rodoviária para se deslocar até a capital mineira, um dos destinos do documento foi a ASI/DNER.

Outro exemplo das atividades do aparato informativo ligado a órgãos público pode ser constatado no Pedido de Busca nº 669, de 01 de julho de 1981, da AESI/ INAMPS, que realizou um levantamento de informações sobre um dos seus funcionários, o médico Vitor Buaiz. Neste documento são apresentadas informações relativas aos registros profissionais e à atuação política de Vitor Buaiz:

Estamos informados que o referido médico é membro do Partido dos Trabalhadores (PT) e candidato a deputado por esse partido. Em suas atividades político-ideológicas está organizado na Frente Sindical no Espírito Santo, reunindo o Sindicato dos Médicos, dos Professores, dos Jornalistas. Fortalecendo seu prestígio e facilitando sua pregação ideológica mais carente e numerosa.

Na Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), considerado um dos símbolos da modernização industrial do Espírito Santo, também funcionou uma ASI. Segundo os registros do SNI, no dia 15 de setembro de 1986, ou seja, depois do início do governo de José Sarney (1985-1989), o referido órgão de informação enviou o Informe nº 144/86-ASI/CST para a Divisão de Segurança e Informação do

Ministério da Indústria e Comércio (DSI/MIC) e para a Agência do Rio de Janeiro do SNI. O documento tratava do ambiente de agitação política dentro da UFES e alertava sobre a possibilidade de invasão da sede da ASI/UFES por militantes estudantis.

A Delegacia Regional do Trabalho no Espírito Santo (DRT/ES), ligada ao Ministério do Trabalho, tinha entre suas atribuições fiscalizar as entidades sindicais. Sendo assim, mantinha contato permanente com DOPS/ES, como é possível verificar no Ofício nº149/76 – Circular, de 13 de julho de 1976, documento em que Camilo Silva, novo Delegado Regional do Trabalho, informa sua posse a Cláudio Antonio Guerra¹², na época Delegado do DOPS/ES. Há também nos arquivos do DOPS/ES documentos que comprovam a atuação de órgãos correlatos em nível estadual em empresas como a Telecomunicações Espírito Santo (Telest), o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) e a Espírito Santo Centrais Elétricas (*Eselsa*).

Os alvos principais do aparato repressivo-informativo

A existência de órgãos de informação em importantes repartições públicas estaduais e federais, somada à articulação da Delegacia Regional do Trabalho, apontam para a existência de um amplo e organizado aparato informativo-repressivo no Espírito Santo. Outro elemento importante, que ainda necessita ser pesquisado, são os inúmeros pedidos de atestado ideológico enviados por empresas privadas para o DOPS/ES. Nesse sentido, podemos afirmar que durante a ditadura, mais do que controlar os subversivos, tais órgãos de repressão atuaram no sentido de silenciar e impedir as mobilizações, principalmente no meio sindical.

Em nível nacional, apesar do adensamento da repressão durante os chamados *anos de chumbo*, diversos grupos identificados com a luta pela redemocratização do país começaram a rearticular suas ações em torno da bandeira das liberdades democráticas e da anistia política. Entre esses grupos, podemos citar intelectuais, artistas, representantes do chamado *novo sindicalismo* e militantes ditos *progressistas* da Igreja Católica.

¹² Para mais informações sobre a atuação do delegado Cláudio Guerra na repressão política, ver: Netto, (2012).

Não há dúvida de que as ações dos órgãos de repressão contra os grupos que aderiram à luta armada foram mais intensos durante os primeiros anos da década de 1970. Ao que tudo indica, a reação do governo militar conseguiu desarticular a maioria desses grupos. Como consequência dessas ações, a partir da segunda metade da década 1970, a repressão política concentrou seus esforços na vigilância a grupos e movimentos que retomaram as mobilizações em torno da redemocratização do Brasil. Nesse cenário, os alvos preferenciais passaram a ser os grupos católicos ligados à Teologia da Libertação, ao movimento estudantil, ao *novo sindicalismo* e à imprensa alternativa.

Mesmo durante o processo de abertura, e em plena campanha pela Anistia – período em que o Espírito Santo era governado por Élcio Alves (1975-1979) –, os órgãos de repressão continuaram atuantes no Espírito Santo, como se pode observar no Encaminhamento nº 144/78-SI/SR/DPF/ES, de 29 de maio de 1978, que submete o chamado *Relatório sobre a subversão no ES* para a Agência do SNI do Rio de Janeiro. Este relatório havia sido elaborado por agentes do Exército e foi distribuído durante reunião realizada em Vitória “na PMES, que contou com as presenças de representantes do DPF/ES, 38º BI, além da própria PMES”.¹³ Segundo o documento intitulado *Subversão no Espírito Santo*, o relatório pretendia apresentar “uma síntese da evolução do movimento subversivo de esquerda no Espírito Santo – pós-1972 – buscando mostrar seus principais núcleos, atividades e ligações”. De acordo com o documento, as informações tinham sido apuradas a partir de dados de órgãos de informação e observações locais.

O *Relatório sobre a subversão no ES* apontava que, após as prisões, tortura e abertura de processos contra suspeitos de *subversão* no Espírito Santo, o estado passou por um “considerável período de apatia”. Entretanto, para os agentes da repressão, as atividades do movimento estudantil na UFES criaram, um novo foco de resistência. De acordo com o documento, isso ocorreu “mais uma vez em consequência de dois fatores: o reingresso na UFES, de alguns alunos dela afastados em 1973, por força do Decreto Lei 477, e o surgimento do tabloide POSIÇÃO”.

¹³ Encaminhamento nº 144/78-SI/SR/DPF/ES, 29 de maio de 1978. Arquivo Nacional. Acervo: Serviço Nacional de Informação (SNI).

A vigilância em relação ao jornal *Posição*¹⁴ não era uma exceção durante a ditadura. Monitorar a imprensa e os jornalistas era uma das tarefas prioritárias dos órgãos de informação que atuavam no Espírito Santo. Tanto que, dentre os dossiês temáticos do acervo do DOPS/ES, consta um específico sobre as atividades do Sindicato dos Jornalistas. A polícia política concentrava especial atenção sobre o jornalista Rogério Medeiros, que na época ocupava a presidência do sindicato. No Espírito Santo, o Sindicato dos Jornalistas foi um dos pilares para o surgimento do *novo sindicalismo*, que em outras localidades, como São Paulo, teve origem, principalmente, nos sindicatos dos metalúrgicos.

De fato, o ano de 1977 marcou uma retomada das mobilizações estudantis em nível nacional. No Espírito Santo, os estudantes da UFES recommençaram suas mobilizações a partir desse mesmo ano. As atividades dos diretórios acadêmicos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (DA/CCJE) e do Centro de Biomédicas (DA/CBM) eram os que concentravam mais atenção dos agentes da repressão política (FAGUNDES, 2012). Como consequência dessa retomada, em novembro de 1978, depois de meses de intensos debates, aconteceu a eleição para escolha da nova diretoria do DCE da UFES, fechado desde janeiro de 1969 pelo Ministério da Educação. Assim, conforme apontou o *Relatório sobre a subversão no ES*, a UFES continuava sendo o principal espaço de resistência e, consequentemente, de repressão no estado.

A atuação do chamado clero progressista, que segundo o documento também utilizava do jornal *Posição* como seu órgão de imprensa, foi outra atividade destacada pelo *Relatório sobre a subversão no ES*. O monitoramento aos membros da Igreja Católica começou a ser intensificado no Espírito Santo a partir de algumas ações práticas do clero, como a criação do Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória (COPAV), em maio de 1973. Nessa época, a Arquidiocese de Vitória – sob a coordenação do bispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque e de seu auxiliar, bispo Dom Luis Gonzaga Fernandes – teve papel fundamental nas mobilizações e articulação dos movimentos

¹⁴ Criado por um grupo de jornalistas para servir como uma voz independente, essa publicação contou com um grande número de colaboradores em sua redação, dentre os quais José Felipe Mamede Amado (Jó Amado), Rogério Medeiros, Rogério Fabrino e Luzimar Nogueira Dias.

populares e na incorporação de leigos nas atividades da Igreja. Em torno da sede da Diocese de Vitória passaram a circular militantes das oposições sindicais, do movimento estudantil da UFES e de setores do MDB capixaba, situação que, em parte, justificava o aumento da preocupação dos agentes da repressão – materializado e comprovado com a elaboração deste relatório.

Durante a ditadura, até mesmo entidades tradicionais como a Ordem dos Advogados do Brasil passaram a ser alvo da vigilância dos agentes da polícia política, como registrou o conteúdo da Informação nº 0980/19/AC/78, de 13 de dezembro de 1978, que relatou o resultado das eleições da seccional da OAB no Espírito Santo. Segundo o documento produzido pela Agência do Rio de Janeiro do SNI, a eleição havia sido realizada em 09 de novembro e tivera como resultado a eleição da chapa Rui Barbosa.

Apesar da atuação de órgãos do aparato informativo-repressivo, o país caminhou na direção da abertura lenta, e gradual e segura iniciada por Geisel. A aprovação da Lei da Anistia, em 1979, e a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN) foram sinais da distensão política. A reforma partidária que instituiu o retorno do pluripartidarismo, através da Lei nº 6767/79, também de 1979, foi outra importante conquista. Essa legislação permitiu o surgimento de novas legendas no início da década de 1980, a exemplo do Partido dos Trabalhadores, do Partido Popular (PP), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Da mesma forma, existem documentos no acervo do DOPS/ES que comprovam que os órgãos de repressão monitoram atividades no Espírito Santo mesmo na fase final da abertura, como na campanha eleitoral de 1982.

No Espírito Santo, ano de 1982 marcou dois acontecimentos importantes para a história capixaba recente. Em primeiro lugar, o último governo biônico, de Eurico Resende, chegava ao seu término. Em segundo lugar, a realização das primeiras eleições diretas para governador desde 1965. No pleito de 1982, ao contrário de outros estados do Brasil, como Minas Gerais (com a eleição de Tancredo Neves), São Paulo (com a eleição de Franco Montoro) e Rio de Janeiro (com a eleição de Leonel Brizola), foi eleito para o cargo de governador

do Espírito Santo um ex-arenista, Gerson Camata. Filiado desde 1966 à Arena/ES, Camata foi um dos mais destacados quadros da legenda no estado, exercendo mandatos de deputado estadual (1970-1974) e deputado federal (1974-1978).

Seguindo a tradicional dinâmica de alianças das elites políticas capixabas, a eleição de Camata (1983-1986), recém-filiado ao PMDB, para o cargo de governador representou a última vitória eleitoral da Arena no Espírito Santo. Essa eleição foi mais uma demonstração de como as elites capixabas, nos momentos de crise, unem-se em torno de seus interesses. Foi assim durante os eventos que marcaram o golpe de 1964 e foi assim na modelagem da arquitetura política pós-Ato Institucional nº 2, quando os tradicionais adversários Francisco Lacerda de Aguiar, Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg migraram juntos para o mesmo partido político. De qualquer forma, as eleições de 1982 concentraram os esforços de vigilância dos agentes da polícia política, especialmente as candidaturas ligadas ao PT, como é possível constatar no documento produzido pela Agência do Rio de Janeiro do SNI, que, através da Informação Nº 029/116/ARJ/82, de 25 de fevereiro de 1982, fez um relato sobre a convenção eleitoral do PT/ES. No documento, os agentes da repressão dispensaram atenção especial para ao futuro candidato a governador, o ex-presos político Perly Cipriano.

Até mesmo o resultado do PMDB/ES foi analisado pelo aparato repressivo, com destaque para a permanência da paranoia anticomunista das análises dos agentes da repressão. Com o título *Candidatos eleitos no espírito Santo com apoio de organizações subversivas*, o Informe nº 056/16/ARJ/83, produzido em 10 de março de 1986 pela Agência do Rio de Janeiro do SNI, indicou que membros das bancadas do PMDB eleitos para a ALES e para o Congresso Nacional teriam ligações com organizações comunista atuantes no estado. Os deputados estaduais Dilton Lyro Netto e Salvador Bonomo teriam recebido apoio do PCdoB, conforme o documento. Demonstrando uma capacidade eleitoral extraordinária – e pouco crível –, os comunistas do PCdoB também teriam sustentado as candidaturas vitoriosas do deputado federal Max de Freitas Mauro e do senador José Ignácio Ferreira. Por sua vez, a deputada estadual Rose de Freitas teria recebido apoio do

ultra-clandestino Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O jovem deputado estadual Paulo Cesar Hartung Gomes e a sindicalista *Myrthes Bevilacqua*, eleita deputada federal, teriam contado com a colaboração do PCB. Até mesmo o ex-arenista Gerson Camata teria recebido apoios do PCB em sua eleição para governador.

Como é possível verificar em outro texto deste livro, as mobilizações sociais dos anos seguintes, que pressionaram o regime autoritário por mais abertura política, e, principalmente, a campanha pelas *Diretas Já*, foram acompanhadas de perto pelo aparato repressivo, inclusive no Espírito Santo. Como é sabido, o ano de 1985 foi um marco para a democracia brasileira: depois de 21 anos sob o governo de militares na Presidência da República, finalmente, em 15 de janeiro, Tancredo Neves foi eleito através do Colégio Eleitoral – ainda de forma indireta – para ocupar o Palácio do Planalto. Entretanto, o ex-governador de Minas Gerais não chegou a tomar posse. Foi internado e depois de semanas de agonia foi declarado morto em 21 de abril. Em seu lugar, vestiu a faixa presidencial, em 15 de março, José Sarney, vice-presidente eleito. Para muitos, essa data marca simbolicamente o fim do mais longo regime autoritário do Brasil. No Espírito Santo, o ano de 1986, marcou a eleição de Max Mauro (PMDB) para o cargo de governador.

Considerações finais

Como visto inicialmente, mesmo depois de praticamente três décadas de retorno ao regime democrático, diversos seguimentos da sociedade capixaba ainda cultivam uma memória positiva sobre o período em questão. Conforme destacamos, nessa interpretação, a implementação dos Grandes Projetos Industriais, com o desenvolvimento da infraestrutura capixaba, foi o acontecimento maiúsculo no Espírito Santo durante a ditadura. Apesar desse fato, o que se observa com clareza é o processo de desconstrução e ressignificação da memória sobre a ditadura no estado. Assim, uma *cortina de silêncio* e de esquecimento baixou em torno do tema, inclusive com verdadeiros “descolamentos de sentido” sobre a repressão política no Espírito Santo, a exemplo dos relatos sobre casos de tortura contra presos políticos capixabas apresentados ainda durante a fase processual nas

instâncias da Justiça Militar, em plena década de 1970 (REIS FILHO, 2000).¹⁵

Se analisarmos os dados apenas do ponto de vista da extensão territorial do Espírito Santo, chama atenção o fato de o estado somar mais denúncias de tortura que outros muito maiores como Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No quadro elaborado a partir da análise de quase 10 mil processos do Superior Tribunal de Justiça Militar (STM), outro destaque é o fato de também existirem mais casos de denúncias contra capixabas dos que foram denunciados no estado de Goiás, local em que de fato foi registrada a ação de grupos da esquerda armada. Portanto, fica claro a dimensão da repressão ocorrida no Espírito Santo durante o período da ditadura, o que foi longamente demonstrado acima pela exposição de documentos dos órgãos de informativo-repressivos.

Consequentemente, qualquer tentativa de construir ou reproduzir uma espécie de *memória do triunfo* deve ser interpretada como, no mínimo, uma leitura reducionista e enviesada da história capixaba recente. A insistência em manter como única interpretação do passado uma memória centrada apenas nos *êxitos* dos Grandes Projetos Industriais termina encobrendo a repressão política atestada pela documentação disponível ao longo de todo o período do regime autoritário. Sem o intuito de associar qualquer entidade, empresa ou figura política com os casos de violação dos direitos humanos registrados no Espírito Santo, o que se buscou fazer neste capítulo foi fixar a necessidade de criticar a memória *positiva* acerca dos *anos de chumbo*, vistos dessa perspectiva como *anos de ouro*, pois a vontade de silenciar sobre a repressão política é uma dos meios para consolidar o esquecimento.

Entender o conceito de esquecimento é encontrar a chave explicativa a respeito de como a *história oficial* vai sendo elaborada,

¹⁵ Em entrevista concedida ao jornal A Gazeta e publicada numa série especial sobre os cinquenta anos do golpe, o ex-governador Arthur Gerhardt reforçou essa memória positiva ao minimizar a existência de repressão política no Espírito Santo. A transcrição do diálogo com o repórter é importante para compreender o contexto em que se deu a declaração: “Mas a conta que o Estado pagou por esses projetos [econômicos que, segundo o entrevistado, haviam trazido benefícios para o Espírito Santo] não foi muito alta? / Que conta? A conta de cerceamentos, de repressão, de crescimento desordenado, por exemplo. Diz onde teve repressão no Estado? / O senhor acha que não houve? / Sim, lógico que houve, mas em nível nacional. No Estado, nem no governo do Christiano (Dias Lopes) nem no meu houve. Christiano combateu o crime e não a ideologia política. No meu período não teve” (A Gazeta, 30 de março de 2014, p. 27).

construída e reconstruída para atender às exigências de quem estava no poder – e nele ainda se mantém, em muitos casos –, tentando buscar no passado as justificativas para atos de arbítrio e violência, a fim de dar um significado positivo a este tempo vivido. No presente, com a proximidade da data que marca o cinquentenário do golpe, chama a atenção o esforço de alguns setores da sociedade capixaba no sentido de cristalizar um esquecimento e silêncio¹⁶ sobre fatos que ocorreram nessa época, haja vista, por exemplo, o constrangimento de algumas autoridades daquele período em relação aos relatos do ex-delegado Cláudio Guerra sobre seus *serviços*, em recente livro publicado (NETTO e MEDEIROS, 2012).

Assim, nosso objetivo foi demonstrar que tratar da história recente do Espírito Santo apenas do ponto de vista dos desdobramentos positivos dos Grandes Projetos Indústrias é reproduzir uma versão parcial e incompleta sobre o que ocorreu entre 1964 e 1985. A abertura dos arquivos da polícia política e a utilização dessas fontes em pesquisas acadêmicas têm colaborado de maneira decisiva para conhecermos outro elemento fundamental para interpretação desse período da história capixaba: a repressão política.

Referências bibliográficas

Acervos

Coleção do jornal A Gazeta. Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo.

Acervo DOPS/ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Acervo Serviço Nacional de Informação: Arquivo Nacional (Brasília).

Obras de apoio

ÁLVARES, Elcio. **Elcio Álvares**: memórias do meu tempo. Vila Velha: Edição do autor, 2012.

¹⁶ Utilizamos os conceito no mesmo sentido de Pollak (1989).

- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias silenciadas**: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985). Vitória: GM Editora, 2012.
- FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo. **A Federação das Indústrias e o Desenvolvimento**. Vitória: Gráfica Ita, 1998.
- GONDAR, Jô; DOBEDEI, Vera (Org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda e as ilusões da luta armada. São Paulo: *Editora Ática*, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- MAYRINK, Geraldo. **História da Vale**. São Paulo: Museu da Imagem, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 43-66, 2011.
- NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**: depoimento de Claudio Guerra. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**:

- um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2013.
- PEREIRA, Valter Pires *et al.* **Ditaduras não são eternas**: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 93-101.
- SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel (Org.) **Espírito Santo – um painel da nossa história**. Vitória: EDIT, 2002.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória – 1950-1980. Vitória: Grafitusa, 2010.
- SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo**: estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.
- VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira (1964-1985)**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

VII

ERILAINÉ RIBEIRO DA SILVA*

Considerações sobre a atuação dos bispos católicos do estado do Espírito Santo sob a visão dos agentes da DOPS/ES (1970-1985)

A presente discussão tem como propósito apresentar considerações sobre a atuação da hierarquia católica do estado do Espírito Santo entre os anos 1970-1985, tendo como base os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ES). A abordagem aos documentos evidencia que a vigilância aos cristãos católicos não se restringia ao monitoramento de bispos do estado. O propósito de enumerar algumas considerações sobre os representantes do clero segundo os documentos da delegacia vale-se da constatação de que, embora apareçam nomes de leigos que despertavam a desconfiança dos órgãos de repressão, a maior parte dos documentos encontrados destacava a atuação de padres e bispos que atuavam no estado.

No Espírito Santo, a Polícia Política surgiu oficialmente em novembro de 1930 tendo como referência o cargo de delegado de Ordem Social, subordinado à Delegacia Geral. As delegacias de Polícia Política tinham como objetivo monitorar e reprimir indivíduos, grupos e instituições de caráter ideológico. Neste período, a vigilância se fazia principalmente à militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) e a membros da Aliança Nacional Libertadora (ALN) (FAGUNDES, 2011, p. 16-17).

* Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós graduada em História Política e Social do Brasil pela Fundação Castelo Branco (FUNCAB).

Através do Decreto-Lei N° 16.230 de 1946 a Delegacia de Ordem Política e Social foi unificada com a Delegacia de Estrangeiros e com a 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, dando origem a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES). Em 1953 o Decreto-Lei N° 719 de 07 de março de 1953 reproduziu alguns aspectos do Decreto-Lei N° 16.230, mas evidenciou algumas mudanças dentro da Polícia Civil do estado. Destaca-se por exemplo, uma mudança na nomenclatura da Polícia Política, a DEOPS voltou a ser chamada de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) com as mesmas funções da anterior.

Entre os anos de 1964 e 1985, as Delegacias de Ordem Política e Social definiram seu papel como órgãos de repressão que agiam em nome do Estado (DREIFUSS *apud* FICO, 2004, p. 36). Para os oficiais do exército, a Polícia Política era vista como um órgão especializado e necessário dentro da corporação policial tendo como missão defender a sociedade de uma ameaça comunista (BRANCO *apud* HESSMANN, 2011, p. 108). A partir de 1964 com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), um grandioso aparato repressivo de nível nacional foi sendo articulado em nível federal (FAGUNDES, 2011, p. 23). Com a Diretriz Presidencial de Segurança Interna de 1970, a cúpula do regime passou a estruturar formalmente o combate aos “subversivos” (FICO, 2004, p. 23). A diretriz deu suporte para a criação do Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN). A partir de então, houve a centralização das operações de repressão. A junção das forças armadas no combate ao comunismo fez com que fossem implantados, em julho de 1969, organismos oficiais que receberam o nome de Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidos como DOI-CODI (FICO, 2001, p. 62).

O DOI-CODI iniciou suas atividades no estado do Espírito Santo em 1971 e o sigilo, se caracterizava como marca no modo operacional de funcionamento de todo o sistema de repressão. No modelo operacional dos DOI-CODIs, geralmente o DOI realizava o trabalho de vigilância, captura e interrogatório dos chamados subversivos, enquanto o CODI agia como um órgão de coordenação dos trabalhos a partir da coleta de informações (FICO, 2001, 122-123). No Espírito Santo, DOPS, Departamento de Polícia Federal, Secretaria de Estado de Segurança

Pública, Polícia Militar e 3º Batalhão de Caçadores formavam uma grande rede de informações (FAGUNDES, 2011, p. 24-25).

O sistema de repressão, que foi se articulando no país e também no Espírito Santo, funcionou com o objetivo de detectar e punir todo e qualquer foco de oposição e no contexto do golpe civil militar que se deu em 1964, oposição ao governo era sinônimo de subversão e comunismo. O golpe desencadeou uma imprevisibilidade de acontecimentos em muitos segmentos sociais e mesmo entre os próprios militares. O que talvez parecesse impensável fosse a ideia de que uma oposição pudesse surgir em meio a uma instituição que a historiografia, em alguns momentos, já apresentou como no mínimo “cúmplice dos governos instituídos”.

Uma das questões que se deve pontuar sobre a atuação do clero e o movimento que deu origem ao golpe civil militar é o fato de que a hierarquia católica, através da CNBB, se manifestou no dia 27 de maio de 1964 agradecendo oficialmente aos militares por “[...] com grave risco de suas vidas se levantarem em nome dos supremos direitos da nação. [...]” (BOTAS, 1983, p. 335). Observa-se, contudo, que o apoio a intervenção militar já não era consenso nem mesmo entre os membros da hierarquia da instituição, posto que já havia desde o início da década de 1960 discussões internas acerca da atuação social da Igreja (MAINWARING, 2004, p. 100-103).

Temendo uma “ameaça” comunista, a Igreja representada pela CNBB, apoiou toda a articulação civil militar que culminou no golpe de 1964. Dentre as principais manifestações de apoio, destacamos as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que tiveram início em São Paulo e se desdobraram nas principais cidades do país.¹ Usando sua influência, a Igreja deu aos militares o aval necessário para a implantação do golpe.

A década de 1960 emergiu sob os ecos da revolução cubana em 1959 e no interior da igreja, novas propostas de inovação social

¹ As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram, nesse contexto uma resposta política ao discurso de 13 de março na central do Brasil. A primeira marcha aconteceu em São Paulo no dia 19 de março de 1964, reuniu mais de quinhentas mil pessoas e foi uma atividade que se desdobrou em importantes cidades do país.

foram encorajadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Todo esse contexto despertava a Igreja para a necessidade de um trabalho de base priorizando a atuação leiga nos espaços eclesiais e sociais. A década seguinte seria marcada por um dos principais conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil. Um conflito que não emergiu por conta do anticomunismo dos militares, considerando, que de forma geral, a Igreja temia a infiltração das ideias comunistas no país.

Com o endurecimento do regime que se deu principalmente após o AI – 5 decretado em dezembro de 1968, a tortura foi se institucionalizando e caracterizou-se como uma prática presente na ação policial. A crítica católica, feita principalmente por membros do clero progressista, baseava-se nas questões referentes a direitos humanos e sociais. Nesse contexto, os órgãos de repressão começaram a entender as práticas pastorais de alguns membros do clero como “subversivas” e, mesmo padres e alguns bispos não foram poupados do autoritarismo. As ações de tortura, agora também cometidas contra membros da hierarquia, acabaram sendo o estopim para o conflito entre Estado e Igreja durante os anos da ditadura civil militar (SERBIN, 2001, p. 17).

Considerando sua influência e extensão internacional, a Igreja católica começou a fazer denúncias contra o governo no Brasil e no exterior. O processo de abertura política iniciado no governo de Ernesto Geisel, não aboliu a repressão e as práticas de tortura. Em contrapartida, trabalhos pastorais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Comissões de Justiça e Paz (CJP) desenvolvidas por algumas dioceses, foram se estruturando como importantes práticas contra o regime. A Igreja se configurava como um dos únicos espaços onde ainda se permitia uma oposição democrática.

Vale destacar, contudo, que esta oposição não foi unânime e se apresentava de diferentes formas. O brasileiro Kenneth Serbin aponta que, apesar dos conflitos existentes entre Igreja e Estado no período ditatorial, o diálogo entre as duas instituições não havia se rompido. Em sua obra *Diálogos na sombra*, ele apresenta dados sobre uma sigilosa comissão chamada Bipartite, que teve início no governo Médice, durou quatro anos e funcionou com o objetivo de evitar que o conflito entre Igreja e Estado culminasse com o rompimento entre as duas instituições. A comissão era composta por membros do governo

e do clero, sendo estes representantes do clero conhecido como “progressista” e “conservador” (SERBIN, 2001, p. 210).

Essa forma de classificação dos eclesiásticos não aponta grande diferença nas opiniões gerais dos bispos que eram unânimes em destacar, por exemplo, a importância da unidade da instituição católica. A classificação sugere uma forma diferenciada de relacionamento com o Estado (SERBIN, 2001, p. 48). Enquanto os progressistas se caracterizavam por atuar publicamente contra alguns dos interesses do Estado, os conservadores estabeleciam outras formas de possível intervenção. Cabe destacar, contudo, que mesmo entre os progressistas ou entre os conservadores havia práticas diferenciadas de atuação.

Essas diferentes formas de se relacionar com o Estado também podem ser apontadas entre os membros da hierarquia que dirigiam as dioceses do estado durante os anos de repressão. As propostas de inovação trazidas pelo Concílio Vaticano II e pelo contexto político da época, foram sendo gestadas e concebidas em algumas dioceses católicas do Espírito Santo, fazendo com que a atuação dos bispos e a estrutura pastoral de cada uma das dioceses do estado fosse monitorada pelos órgãos de repressão.

Entre os anos 1970 e 1985 a Igreja do Espírito Santo tinha como representantes da hierarquia o arcebispo de Vitória Dom João Batista da Motta e Albuquerque (1958 a 1984),² Dom Luis Gonzaga Fernandes, bispo auxiliar da arquidiocese de Vitória (1966 a 1981), Dom Aldo Gerna da diocese de São Mateus (1971 a 2007) e Dom Luis Gonzaga Peluso, da diocese de Cachoeiro de Itapemirim (1959 a 1985). Dom Silvestre Scandian assumiu a arquidiocese como arcebispo coadjutor em 1981, e a diocese de Colatina foi instituída no ano de 1990. Assim como na Igreja em âmbito nacional, a boa relação

² Dom João nasceu em Niterói-RJ no dia 02/09/1909. Ingressou nos Seminário Menor de Pirapora do Bom Jesus no interior de São Paulo em 1923. No ano de 1917 foi para Roma estudar filosofia e teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, como aluno do Pontifício Colégio Latino Americano. Foi ordenado sacerdote no dia 15 de abril de 1933. Ao regressar ao Brasil atuou como diretor espiritual, assistente eclesiástico de grupos como a Juventude Feminina de Ação Católica, Juventude Universitária Católica e foi vigário em paróquias do Rio de Janeiro. Dom João foi nomeado bispo no dia 25 de julho de 1957. No Concílio Vaticano II se tornou adepto da Igreja das Catacumbas. Ver mais em: Daniel (2005, p. 115-118).

entre os bispos do estado não era sinônimo de estratégias pastorais únicas (SILVA, 2013, p. 58).³

Um dos maiores expoentes do clero no estado, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, consagrou-se na frase dita em frente ao Palácio do governo “Só o povo salva o povo”.⁴ Um pedido de busca presente na DOPS apontou o eclesiástico como sendo parte da “ala progressista da Igreja Católica”. O mesmo documento também identifica o arcebispo como “esquerdista”.⁵ Em outro documento datado em 03/11/1971, os agentes destacam que Dom João e outros padres do interior do estado faziam críticas e injúrias à “revolução” de 1964.⁶

Embora na década de 1970 os agentes tenham descrito Dom João Batista da Motta e Albuquerque como sendo contrário à “revolução”, é importante destacar que o arcebispo participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade que manifestou apoio a intervenção militar na cidade de Vitória-ES (SILVA, 1995, p. 442). Consideramos relevante analisar que esse “apoio” inicial ao golpe também foi manifestado por outros expoentes do clero de outros estados que viam a atuação militar como uma ação positiva contra o comunismo.

O nome de Dom João foi citado em diversos outros documentos da DOPS/ES. Uma das situações apresentadas nos documentos chama atenção por apontar a forma como alguns agentes da delegacia viam a atuação de Dom João. Um estudante chamado Edval Nunes da Silva, conhecido como “Cajá”, foi preso pela Polícia Federal no dia 12 de maio de 1978. Segundo os documentos, CAJÁ era membro da CJP de Recife e Olinda, tentava rearticular o PCdoB em Recife e teria sido preso justamente por conta de seu envolvimento com grupos clandestinos.⁷ Para manifestar apoio, uma missa foi celebrada na catedral metropolitana de Vitória e em outras Igrejas católicas do

³ Dom Silvestre Scandian, assumiu a diocese depois da morte de Dom João Batista em 1984. Não encontramos documentos que relacionassem diretamente Dom Silvestre nos documentos da DOPS/ES.

⁴ A frase teria sido dita por Dom João, fazendo referência a uma campanha de ajuda às famílias do estado que sofriam as consequências de uma enchente que assolou o norte do estado em 1979. Ver mais em: Daniel (2005, p. 115-118).

⁵ APEES/DOPS. Dossiê 04. Cx. 26. fl.01. **Pedido de Busca.063/19.** 04 de jul. de 1974.

⁶ APEES/DOPS. Dossiê 05. fl. 05. **Informe 86/71.** 03 de nov. de 1971.

⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. fl. 110 e 114. **Convite.** s/d.

estado. Os agentes Marcos Moraes Costa, José Boldrini e João Manuel Rodrigues Lima foram encaminhados para fazer o monitoramento da atividade na catedral.⁸

Em resposta, nos informativos datados em 11 e 12 de julho de 1978, os agentes relataram que toda a liturgia foi celebrada pelo arcebispo Dom João. Os agentes assinalaram no documento que a atuação de Dom João na missa foi “teatral e hilária” e sobre a fala do arcebispo ainda acrescentaram:⁹

[...] Tal qual seus últimos pronunciamentos, Dom João Batista mais uma vez apresentou-se violento, atacando direta e injustamente a Polícia Federal como órgão arbitrário, torturador [...]. Ele realmente comandou o espetáculo. [...] Durante poucos minutos o arcebispo de Vitória atacou a Polícia Federal taxando-a como impostora e mentirosa por tentar incriminar um ‘inocente’ e desejar com isso comprometer ligar a Igreja a grupos subversivos. [...] E mais, disse, revelando que sabia que entre os assistentes da celebração, encontravam-se “dedos duros” e “espiãs”, mas que nada disso o intimidava, desejando apenas que os agentes não voltassem suas perseguições contra os estudantes, por estes estarem solidários com a Igreja [...].¹⁰

O que para os agentes foi considerado “encenação”, para os mais próximos de Dom João, tratava-se de um dos principais atributos de Dom João que se caracterizava pelo bom desempenho ao falar em público. Percebe-se na atuação de Dom João, a mudança que foi sendo gestada na relação com o Estado. O arcebispo, que segundo os agentes, fazia abertamente ataques à polícia nas missas, também é citado em documentos que descrevem o Seminário de Atualidades Políticas

⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. fl. 116. **Ordem de Serviço nº 008/78**. 10 de jul. de 1978.

⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. fl. 100. **Informativo nº 955/78**. 11 de jul. de 1978.

¹⁰ *Ibidem*, fl. 100 e 101.

promovido pela ala jovem do MDB no colégio do Carmo entre os dias 17 e 21 de maio de 1978. O evento tinha como propósito discutir questões relativas ao contexto de abertura, anistia e participação política de jovens. Em meio aos informativos sobre o segundo dia de encontro, encontra-se sublinhado o trecho que indica a fala de Dom João que teria se pronunciado nos seguintes termos: “Eu como representante da Igreja não poderia estar em minha casa, quando nesse momento se realiza, neste local, um manifesto pela anistia, fazendo ver a todos que a Igreja Católica está de mãos dadas a este movimento”.¹¹ Em outro relatório também sobre os dois primeiros dias de encontro, os agentes destacaram a fala de Dom João e o classificaram como “elemento reconhecidamente elo de vários movimentos do estado”.¹²

O arcebispo juntamente com o bispo auxiliar da arquidiocese Dom Luís Gonzaga Fernandes deu início a formação de comunidades eclesiais de base que foram sementeiras para o surgimento de diversas pastorais que atuaram como espaços de oposição. O bispo auxiliar de Vitória Dom Luís Gonzaga Fernandes, caracterizou-se por desempenhar um importante trabalho de articulação entre os segmentos leigos da arquidiocese de Vitória.¹³

Embora estritamente sintonizados com as práticas pastorais a serem desenvolvidas na arquidiocese, Dom João e Dom Luís apresentavam características diferentes. Enquanto Dom Luís atuava nos “bastidores” organizando a formação e funcionamento das pastorais e trabalhos realizados pela arquidiocese, Dom João sentia-se à vontade participando de atividades pastorais, comandando grandes celebrações ou dando declarações à imprensa (DANIEL, 2006, p. 81-82). Talvez

¹¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê: 03. fl. 70. 22 de maio de 1978.

¹² APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 03. fl. 88, 89 e 90. **Informação nº 683/78**. 19 de maio de 1978.

¹³ Dom Luís Gonzaga Fernandes, nasceu em agosto 1926 no Rio Grande do Norte. Foi ordenado em 1950 e sagrado bispo durante a última sessão do Concílio Vaticano II, em dezembro de 1965. Foi indicado pelo próprio Dom João Batista da Motta e Albuquerque para ser seu bispo auxiliar em Vitória. Antes de ser nomeado bispo e de mudar-se para o Espírito Santo, foi professor de filosofia na Universidade Federal da Paraíba, assistente geral da Ação Católica e membro da Associação Brasileira de Filosofia. Chegou ao Espírito Santo em fevereiro de 1966 e, a pedido de Dom João foi inicialmente para Colatina onde efetivou um trabalho pastoral que deu início às comunidades eclesiais de base e demais pastorais. Ver mais em: Daniel (2006, p. 13-69).

essa característica de atuação justifique o fato de termos encontrado menos documentos onde a pessoa ou a fala de Dom Luís Gonzaga Fernandes tenha sido apresentada. Essa observação não sugere, contudo, que a atuação de Dom Luís tenha passado despercebida por parte da Polícia Política do estado. O contato com os documentos da DOPS/ES acabam por nos apresentar um pouco do perfil e do resultado de toda a atuação do bispo.

Um exemplo que ajuda a descrever a linha pastoral também assumida por Dom Luís encontra-se em documentos da delegacia que abordam a prisão de cristãos católicos em Colatina, noroeste do Espírito Santo. Segundo um informativo de 03 de novembro de 1971, o ex-padre Ozório Lopes Soares, Irmã Amélia Ferreira Rosa, Renato de Castro Gama e Carlos José Sobreira, estariam promovendo reuniões de fundo “subversivo” e doutrinação de jovens.¹⁴

Segundo o relatório, na residência de Irmã Amélia foram encontrados diversos tipos de materiais de cunho marxista, além de cartas enviadas pelo bispo Dom Luís Gonzaga Fernandes e pelo padre holandês João Alberto que fora expulso do país. O relatório afirma que teriam sido detidos em Colatina Ozório, Amélia, Renato e Antônio Bertolo que se encontravam na sede do grupo Juventude Amizade e Trabalho (JAT) do qual faziam parte. Materiais encontrados na diligência também teriam sido apreendidos.¹⁵

Os documentos afirmam que Ozório teria dito na época que, durante o tempo que foi padre em Vila Lenira, paróquia de Colatina, sempre aplicou os mesmos métodos de Paulo Freire, seguindo as orientações e diretrizes traçadas pelo bispo Dom Luís Gonzaga Fernandes, bispo auxiliar do Espírito Santo, ele ainda teria dito que aceitava a linha “socialista à longo prazo” e que a atual democracia no Brasil era de exceções, manifestando-se contrário a cassação de mandatos, pena de morte e as eleições indiretas para presidente.¹⁶

Algumas dessas informações foram contestadas por Ozório

¹⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 05. fl. 06. **Informativo DOPS/ES**. 03 de nov. de 1971.

¹⁵ *Ibidem*, fl. 06 e 07.

¹⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. fl. 05. **Informativo 102/76**. 18/05/1976.

Lopes Soares. De todas as descrições acima, ele contestou o fato de ter sido preso em Colatina e disse fazer parte de sua fala com os militares somente a parte que aborda o trabalho proposto pela Igreja e por Dom Luís Gonzaga Fernandes.

[...] Eu não fui preso em Colatina e posso provar, tem um colega chamado Pe. Guido Ceoto, ele me acompanhou. Quando fiquei sabendo que meus alunos membros da Juventude Amizade e Trabalho – JAT, haviam sido presos, assim como a irmã Amélia e a irmã Maria José, me dirigi até a sede da Polícia Federal para saber os motivos da prisão de meus companheiros, quando então colheram o meu depoimento e me deram voz de prisão [...]. Meu depoimento foi dado sobre pressão, (ser socialista à longo prazo) mas não, isso aí eu contesto. Eu nunca fiz essa declaração. O resto tudo é verdade [...]. Falar que não tem democracia?! rs rs.. Só se eu fosse doido falando um troço desse contra o regime militar naquela época. Pra mim isso é tudo surpresa [...] Pena de morte, eleições diretas, não, isso aí não falei não [...] Agora com relação a Dom Luís, isso aí é tudo verdade [...].¹⁷

Em documentos da DOPS/ES que relatavam as festividades de 25 anos de sagração sacerdotal de Dom Luís, os agentes destacam um sermão onde o bispo auxiliar argumenta sobre seu trabalho pastoral. A vigilância às festividades de 25 anos de sagração sacerdotal de Dom Luís, foi efetivada, como em algumas outras operações, através de infiltração de agentes, relatórios e cobertura fotográfica.¹⁸

As festividades tiveram início no dia 05 de dezembro de 1975 com uma missa na Catedral de Vitória em intenção aos bispos presentes. No dia 06, teria acontecido na Igreja de Cobilândia em Vila Velha, a

¹⁷ SOARES, Ozório Lopes. **Militância cristã e vigilância da DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida à Erilaine Ribeiro da Silva, Santa Tereza, 01 jul. 2013.

¹⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê sobre Eventos Religiosos. fl. 08. **Informação 674 - S/2**. 1975.

ordenação diaconal de Antônio Rocha de Araújo. Segundo o relatório dos agentes, neste dia o sermão ficou por conta do bispo auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes.¹⁹ No documento agentes apresentaram a fala do bispo nos seguintes termos:

[...] Nessa ocasião foi D. LUÍS GONZAGA FERNANDES, que falou sobre o problema social, miséria, fome e a libertação que somente o homem por si só a conseguiria, falou sobre o seu trabalho que, ao contrário do que muitos pensavam não era subversão da ordem, mas simplesmente um problema espiritual.²⁰

Segundo a descrição da fala do bispo feita pelos agentes, o bispo auxiliar, tinha pleno conhecimento da relação que se fazia entre seu trabalho pastoral e práticas consideradas subversivas. No dia 07 as comemorações referentes a sagração sacerdotal de Dom Luis teriam dado continuidade com uma missa celebrada por todas as comunidades religiosas da arquidiocese no ginásio do Serviço Nacional do Comércio (SESC) em Vitória.²¹

A organização pastoral era o campo de ação de Dom Luís Gonzaga Fernandes. Consideramos que a atuação do bispo auxiliar em Vitória se caracteriza enquanto oposição à medida que as comunidades pastorais e grupos da arquidiocese iniciam seus trabalhos de reflexão quanto às ideias políticas vigentes na época. Documentos da DOPS descrevem, por exemplo, a inquietação dos militares quanto ao Primeiro Intereclesial de CEBs, que aconteceu em Vitória juntamente com o Concílio de Jovens de Taizé em 1975. Dom Luís Gonzaga teria sido um dos idealizadores do encontro e, apesar das CEBs terem surgido mesmo antes do Concílio Vaticano II em algumas regiões, Frei Betto considera Dom Luís “o grande mentor das CEBs no Brasil” (DANIEL, 2006. p. 35).

¹⁹ *Ibidem*, fl.07 e 08

²⁰ *Ibidem*, fl.05

²¹ *Ibidem*, fl.07

Quanto ao Concílio de Taizé, que é retratado pelos agentes da DOPS/ES em um dossiê específico da Série sobre Movimentos Religiosos, vale ressaltar que o encontro foi a culminância de uma parceria que teve início ainda no Concílio Vaticano II. A pedido de Dom Hélder os irmãos de Taizé iniciaram uma experiência de convivência ecumênica com os bispos beneditinos de Olinda no Recife. Dom Luís também conheceu a comunidade de Taizé durante o Concílio. No início da década de 1970, Dom Luís conheceu a comunidade de Taizé e seu fundador Roger Schultz na França e convidou os irmãos que moravam no nordeste, a mudarem-se para Vitória. Os irmãos chegaram no estado em 1972, permaneceram por quatro anos no estado e também foram qualificados pelos agentes como membros da “ala progressista da arquidiocese” (DANIEL, 2006, p. 49).²²

Outra situação descrita nos arquivos da DOPS/ES onde o nome de Dom Luís é citado como sendo o responsável pelas atuações do clero progressista refere-se a um conflito que aconteceu entre o ex-prefeito da Serra-ES, José Maria Miguel Feu Rosa e membros do clero presentes na cidade. Nos arquivos da delegacia encontra-se uma carta datada de 22 de maio de 1979, onde o ex-prefeito solicita ajuda ao então presidente Figueiredo (1979-1985) para combater o clero progressista.²³

O prefeito inicia a carta se apresentando como arenista e expondo sua força política ressaltando que havia sido eleito com 80% dos votos. O prefeito menciona também sua tradição católica e em seguida dá início às suas considerações sobre o clero. O prefeito apresenta inicialmente os nomes dos padres “Luciano” e de um padre auxiliar chamado “Francisco”.²⁴

O prefeito afirmava que os sermões do padre Francisco incluíam críticas as autoridades instituídas e que suas pregações incitavam a luta de classes contra patrões e governos, principalmente depois das últimas

²² Ver mais em: TAIZÉ – Os irmãos no Brasil. Disponível em: <www.taize.fr/pt_article7312.html>. Acesso em 15 set. 2012.

²³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. fl. 104. Carta. 22 de maio de 1979.

²⁴ *Ibidem*. Na carta não aparece os nomes completos dos dois religiosos. Os identificamos como sendo os padres Lucino Marini e Francisco Lênis. Ambos atuavam na Serra-ES durante o período citado.

eleições. A existência de um documento sobre o Pe. Francisco Lenis que atuava na Serra nos indica que após as queixas de Feu Rosa, os dados do religioso foram averiguados pelos agentes da delegacia.²⁵

Na carta, o prefeito também faz menção a alguns problemas da cidade e seus esforços para melhorá-los. Em seguida, ele prossegue dizendo que no estado as campanhas da Igreja se manifestavam contra o governo vigente. Sobre a atuação do clero e as práticas pastorais da Igreja na Serra o prefeito ainda faz as seguintes observações:

[...] Não me parecem que são do MDB. [...] Combatem de púlpito a falta de estrada, hospital, remédio, comida, água, esgoto, eletricidade, dinheiro, bons salários, etc. O bispo de Vitória, Dom Luís é o líder do grupo, já o procurei explicando que sou católico, tenho origens religiosas, estudei oito anos no colégio Salesiano, casado na Igreja católica e com meus seis filhos batizados na Igreja. Vou a missa regularmente e pelo simples fato de ser prefeito, não significa que deixei minha religião ou que seria contra Deus. Falou-me que lamentava, porém representava o sistema e o objetivo da Igreja era derrubar o sistema [...]. Estou sentindo que aqui no meu município está ficando cada vez pior e insustentável. As comunidades, outrora amigas eternas estão ficando agressivas [...].²⁶

Embora não tivéssemos encontrado documentos específicos relatando a atuação de dom Luís Gonzaga Fernandes, o nome dele era citado em alguns documentos onde a postura da Igreja e novas estratégias pastorais eram abordadas. Interessante que a carta endereçada ao então presidente Figueiredo nos leva a indícios de que a conduta de membros do clero e das pastorais da Igreja realmente “incomodavam” os que representavam o poder político da época. Em outro trecho da carta, o ex-prefeito ilustra essa afirmação nos seguintes termos: “[...] Como a política é local, chego a conclusão que terei que dividir breve, ou padre

²⁵ *Ibidem*, fl.105.

²⁶ *Ibidem*.

Luciano ou nós. Preferiria enfrentar os vereadores e governo estadual do MDB [...]”.

Os documentos da DOPS/ES indicam que essa tentativa de uma Igreja mais progressista no sentido de atuar publicamente contra alguns dos interesses do Estado, não foi uma proposta pastoral apenas dos bispos da arquidiocese de Vitória. Seguindo a mesma linha pastoral de Dom Luís e Dom João, Dom Aldo Gerna da diocese de Mateus, também foi alvo de constante monitoramento e vigilância por parte dos agentes da DOPS/ES.²⁷

Um recorte do jornal *A Gazeta* do dia 18/11/1979, hoje parte dos documentos presentes no dossiê sobre a ARENA, chama a atenção por mencionar o embate que se deu entre arenistas envolvendo o nome de Dom Aldo, na época bispo da diocese de São Mateus. Segundo o jornal, o então deputado Jorge Daher Filho da ARENA pediu o desarquivamento de um projeto de lei que havia sido apresentado pelo ex-deputado estadual Walter de Prá, também arenista, no ano de 1977. No projeto, o ex-deputado solicitava cidadania honorária ao bispo Dom Aldo Gerna que é italiano. Por conta da “fama” de Dom Aldo, o projeto teria sido rejeitado pelos demais membros da ARENA.²⁸

A matéria do jornal destaca que Jorge Daher Filho criticou a rejeição do projeto em 1977. Os detalhes da defesa que o parlamentar teria manifestado em solidariedade a Dom Aldo, ajudam a mapear o perfil do religioso. Primeiramente o então deputado destacou que “[...] Se Dom Aldo é comunista ele também o é.” Daher também teria repellido as acusações feitas ao bispo negando que ele fosse esquerdista

²⁷ Dom Aldo Gerna nasceu em Ponte Valtelina – Sondrio na Itália no dia 07 de maio de 1931, naturalizando-se brasileiro em 08 de setembro de 1966. Cursou teologia e filosofia na Universidade de Urbana de Roma, sendo ordenado padre em 22 de dezembro de 1956, na catedral do papa em Roma. Foi eleito bispo da diocese de São Mateus no dia 24.05.1971 e sua ordenação episcopal se deu na Catedral de São Mateus no dia 1º de agosto do mesmo ano, pelas mãos de Dom João Batista da Motta e Albuquerque. Foi o segundo bispo da diocese de São Mateus. Aceitando uma proposta conciliar de renovação, o bispo é considerado como sendo de grande importância para o surgimento e fortalecimento de pastorais sociais na diocese como Comissão Pastoral da Terra - CPT. O bispo também ficou conhecido por seu engajamento na organização de associações e sindicatos no norte do estado. Atualmente é bispo emérito da diocese de São Mateus e mora no balneário de Guriri/São Mateus. Ver: MITRA DIOCESANA DIOCESE DE SÃO MATEUS (2006, p. 22- 34).

²⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 1. fl. 74. *A gazeta*, 18/11/1975.

ou marxista. Daher Filho ressaltou também que, para ele, o que havia levado seu partido a negar o título a Dom Aldo teria sido a “[...] mania de se rotular comunista todas as pessoas que lutam por causas justas, dos oprimidos e dos miseráveis durante a revolução”.

Segundo o documento, o deputado ainda teria criticado a “revolução” pelas injustiças praticadas contra muitos brasileiros, além de ressaltar que Dom Aldo não era cabo eleitoral da oposição no norte do estado, alegando ainda que a “pobreza e a desassistência é que favoreciam o MDB”. O recorte de jornal destaca que o parlamentar também teria feito alusão às advertências de Dom Aldo, quando este alertava sobre o desemprego que seria gerado por causa da monocultura do eucalipto. Segundo o jornal, D. Aldo teria afirmado que ainda seria pastor de bois e eucaliptos, e, ao prever uma possível tragédia no norte do Estado teria dito “[...] Gostaria que se desse ao homem pelo menos o mesmo tratamento que se dá ao boi”.

Nessa questão o embate de ideias sobre Dom Aldo se deu entre os próprios membros da ARENA. Segundo o jornal, o MDB teria se manifestado favorável ao desarquivamento do projeto. Nelson Alves de Aguiar do MDB teria advertido a Jorge Daher Filho que, a ele caberia agora conseguir o apoio dentro de seu próprio partido. Esse episódio apresentado pelo jornal nos ajuda a compor o cenário de algumas das escolhas e posicionamentos de Dom Aldo, além de evidenciar que, mesmo dentro da ARENA, partido que sustentava o governo, as opiniões quanto às práticas e consequências do regime bem como a conduta ao lidar com os membros do clero “progressista” ainda eram confusas.

Outro recorte do jornal *A Gazeta* de 19/12/1981, hoje parte do dossiê sobre Boletins Internos da DOPS/ES, apresenta uma matéria que se intitula “Igreja defende luta por uma nova ordem política.” O tópico traz em destaque citações do documento “Puebla para o povo” que teria sido divulgado pela diocese de São Mateus.²⁹ Interessante abordar este documento da DOPS/ES pelo fato de através dele termos a oportunidade de visualizar diferenças e semelhanças entre o discurso católico e as ideias consideradas subversivas pelos sistemas de repressão.

²⁹ APEES/DOPS. Série Organização e Funcionamento. Cx. 64. Dossiê 01. (Boletins Internos). Fl. 22. **A Gazeta**. 19 de dezembro de 1981.

A matéria do jornal tem início com um dos trechos do documento que destaca que “[...] A doutrina de Segurança Nacional é contra a visão cristã do homem como responsável pela organização de uma nova ordem política [...]” Em outro trecho, a paz e as ideologias presentes na América Latina são apresentadas nos seguintes termos:

[...] A doutrina mais antiga da Igreja diz que quando a tirania está montada no trono, fazendo muita maldade e com jeito de não cair tão cedo, então o povo tem o direito de derrubá-la. [...] Nós pequenos não queremos violência, queremos é paz, mas quando a violência dos grandes ameaça a nossa vida e todos os meios não violentos se esgotaram sem resultados, o que fazer? Nosso direito de legítima defesa prossegue, não pode ser comparado ao abuso de poder dos que nos obrigam a viver sobre a violência da fome, do desamparo, da doença da ignorância. [...]. A base desse progresso capitalista, explica a diocese de São Mateus, é a propriedade e os meios de produção. [...] O coletivismo marxista, a outra ideologia citada pelo documento, “nasceu como uma crítica positiva ao capitalismo, mostrando como este dá mais importância ao produto que ao produtor, que é o operário. O marxismo valorizou o sentido humano do trabalho: acha que o trabalhador deve ser dono de seus meios de produção e do produto que ele fabrica. [...]”.³⁰

Interessante observar que as citações atribuídas ao documento divulgado pela diocese incitam reflexões sobre luta de classe e até chegam a dar uma visão diferenciada a uma ideologia antes atacada pela própria Igreja. Em entrevista recente, Dom Aldo abordou a relação entre sua atuação pastoral e marxismo:

[...] Fui chamado de comunista, de bispo vermelho, tinha até um carro vermelho (rs rs). Não me

³⁰ *Ibidem.*

intitulo comunista, meu Deus do céu (rs rs). [...] Os estudos de Gutiérrez, me chegou a conclusão, não necessariamente, mas que cabe muito bem, isto é, que se poderia viver (o comunismo). Mas o que acho que fez Roma me olhar muito mal foi que eu escrevi: “O marxismo está mais perto do Evangelho do que o capitalismo”. Isto é uma fala minha escrita a Roma. [...] Mas não era só Roma, tinha a revolução dos militares de 1964, a partir daí é que as coisas engrossaram. [...] No início, no início, (vimos) com simpatia, mas logo esfriou. Logo, logo reparamos o grande equívoco. Ai é que nós tínhamos visitas dos militares. O bispado onde eu morava, eu reparei que tinha gente suspeita olhando, passando, sabe o quê que eu fiz? Fui a Vitória, com o chefe dos militares, e perguntei: O quê que vocês têm contra a diocese de São Mateus? [...] Não (fui) convidado, (fui) direto. Fui ao delegado federal. Não lembro nem nome, nem nada, mas ao delegado eu disse: Quero falar com o chefe dos militares. E ele telefonou que eu ia lá. Entre outras expressões que ele usou no telefone em minha presença ele disse, isto é: Querem que eu o envie com papel de presente? (rs, rs). Bom, eu fui nos militares, e eu disse ao chefe dos militares no Espírito Santo, eu falei com eles: Se tem alguma coisa contra a diocese, vocês não toquem nos padres, sou eu o responsável. A resposta foi, eles me disseram: “Pregue só o evangelho”. E eu falei: É claro, prego só o evangelho. Pois aqui eu confesso a minha covardia, mas tava (pensando) lá dentro. A minha covardia foi: Mas o meu evangelho não é como o de vocês. Não disse nada, mas eu pensei [...].³¹

Ao considerarmos uma polícia que agia sob a lógica da suspeita, nos é possível evidenciar, o quanto as ideias propostas pelo documento

³¹ GERNA, Dom Aldo. **A Diocese de São Mateus e a DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, São Mateus, 28 mai. de 2013.

descrito no jornal *A Gazeta* de 1979 e as reflexões de Dom Aldo podem ter incitado a desconfiança dos órgãos de repressão. Interessante destacar na fala do bispo, que quando ele ressalta a “simpatia” quanto ao golpe de 1964 e posteriormente o “grande equívoco” em apoiá-lo, o bispo inicia, de certa forma, uma abordagem sobre a trajetória de atuação política da Igreja nos anos de repressão.

Embora o bispo tenha manifestado na entrevista que chegou a aproximar o marxismo do evangelho, na prática, a tal ligação entre comunismo e ação pastoral certamente continuava sendo objeto de especulação, afinal de contas, como diria Dom Aldo “[...] Prego só o evangelho”. “[...] Mas o meu evangelho, não é como o de vocês”.³²

Os documentos da DOPS/ES indicam que havia uma relevante aproximação entre alguns militantes da diocese de São Mateus e o movimento sindical na região. Uma situação apresentada nos documentos da DOPS que exemplifica esta questão é apresentada em um informe da Série Movimento Sindical, onde um congresso da CUT norte II teria acontecido em São Mateus nos dias 24 e 25 de março de 1984. O congresso teria sido realizado pela comissão provisória da CUT, composta por membros de sindicatos e de representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de São Mateus. Segundo o documento, o encontro contou com uma média de 120 pessoas, entre representantes de sindicatos e de associações ligadas ao clero do norte do estado e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (FETAES). No informe, os agentes destacaram a fala do arcebispo que teria apresentado a ligação entre a Igreja e a atuação sindical.³³

É com real satisfação que a Igreja vê hoje os trabalhadores se unirem num só sentimento de libertação, numa entidade que vem englobar todas as categorias de trabalhadores. Nos alegramos muito porque a Igreja vê o resultado da opção pelos pobres seguindo uma diretriz da TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO para os países do terceiro mundo.

³² *Ibidem*.

³³ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. fl. 130. **Informe 099/89**. 30 de março de 1984.

[...] A Igreja não está alheia a isso, a Igreja não pode fazer política, a Igreja não pode fazer sindicalismo, mas pode ajudar em muito através do evangelho, que Deus não quer isso não [...].³⁴

Interessante observar que embora datados em 1984, período onde a luta por redemocratização já tomava as ruas do país, o discurso político alinhado a raízes evangélicas atribuído a Dom Aldo no informe, ainda mereciam o destaque de agentes da delegacia de Polícia Política.

Mas nem só de bispos “vermelhos” vivia o estado do Espírito Santo. A análise dos documentos da DOPS nos permite visualizar diferentes estratégias de ação pastoral entre os quatro bispos do estado. Um informativo datado em 28 de outubro de 1976, presente no dossiê sobre membros do clero, faz referência a um encontro que aconteceu nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 no prédio da arquidiocese de Vitória onde é apresentada a visão dos agentes da delegacia quanto ao clero da diocese de Cachoeiro.³⁵

Os agentes que fizeram a redação do documento logo de início já classificavam os reunidos no encontro como sendo “o clero progressista do estado”, liderados por Dom João Batista da Motta e Albuquerque e Dom Luís Gonzaga Fernandes. Nesse encontro também se fazia presente o bispo Dom Aldo e padres da diocese de São Mateus. Sobre os debates realizados, os agentes destacaram a reflexão acerca da pobreza e da linha pastoral a ser assumida.

Uma observação colhida no informativo referente ao retiro do clero que nos ajuda a compreender as diferentes estratégias de organização pastoral entre os bispos do estado, é a de que “entre os presentes não havia religiosos de Cachoeiro de Itapemirim”. Segundo o relato dos agentes, isso se devia ao fato de Dom Luis Gonzaga Peluso, bispo daquela diocese, assumir uma linha mais conservadora diferente da ação pastoral proposta pelos demais bispos.³⁶ Em um pedido de

³⁴ *Ibidem*, fl.131.

³⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl.69. **Informação nº 799-S/2-76**. 28 de outubro de 1976.

³⁶ *Ibidem*.

busca anterior, datado do dia 01 de julho de 1974, agentes da DOPS/ES já haviam feito a mesma observação quanto ao bispo de Cachoeiro.³⁷

Dom Luís Gonzaga Peluso introduziu na diocese as reformas conciliares, os círculos bíblicos e a participação dos leigos na vida da Igreja. Cabe ressaltar que, como destaca o Pe. Adwalter Carnielli, as comunidades eclesiais com discussões políticas e questionamentos sociais introduzidas na diocese pelos padres jesuítas entre 1974 e 1975, não agradavam o bispo diocesano que acreditava não ser papel das CEBs, o envolvimento com partidos e demais organizações. De certo, segundo o Pe. Rubens Duque e o bispo emérito de São Mateus Dom Aldo, as CEBs engajadas com movimentos e pastorais sociais, só iniciaram os seus trabalhos na diocese de Cachoeiro de Itapemirim após a chegada do bispo Dom Luíz Mancilha Vilela em 1985.³⁸

Importante ressaltar que o fato dos agentes terem expressado nos relatórios que a linha pastoral da diocese de Cachoeiro adotada pelo bispo se distinguia das opções das demais presentes no estado, não significa dizer que não havia vigilância nas atividades assumidas pelos cristãos no sul do estado. Até porque, assim como não havia uma unidade pastoral entre todos os segmentos internos das dioceses de São Mateus e Vitória, podemos assimilar que nem todos os segmentos pastorais da diocese de Cachoeiro eram de cunho conservador.

Podemos citar um documento presente na DOPS que exemplifica essa questão. Trata-se de um informe datado do dia 18 de julho de 1977, onde os agentes, apesar de não indicar nenhum nome específico, destacam que um padre de Muniz Freire, município da diocese de Cachoeiro, estaria desenvolvendo, a exemplo dos bispos de Vitória, de Dom Hélder Câmara e de outros membros do clero, atividades subversivas, tecendo críticas aos poderes constituídos.³⁹

³⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 05. Fl. 18. **Pedido de Busca 061/19**. 01 de julho de 1978.

³⁸ Entrevistas concedidas a autora do trabalho por Pe. Rubens Duque e Dom Aldo em 2013. Dom Luíz Gonzaga Peluso foi o primeiro bispo de Cachoeiro de Itapemirim. Foi nomeado bispo de Cachoeiro em 25.07.1959 e tomou posse no dia 29.11.1959 permanecendo à frente da diocese até 03.12.1985. Ver mais em: Carnielli (2006. p. 620-624).

³⁹ APEES/DOPS. Dossiê 05. fl. 94. **Informe 007/77**. 18 de jul. de 1977.

Outra observação a ser apresentada quanto a diocese de Cachoeiro de Itapemirim refere-se ao fato de que documentos que abordam os trabalhos pastorais desta diocese foram encontrados em menor quantidade. Em contrapartida, um dossiê específico sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (SBDTFP), que tinha grande influência no sul do estado, traz indicações de que grupos de cunho ultraconservador se desenvolviam melhor nesta região.

Cabe ressaltar, contudo, que a atuação da SBDTFP não se restringia ao sul do Espírito Santo, tanto que a sociedade tinha sua sede no Centro de Vitória. Segundo os documentos da DOPS/ES, a atuação da SBDTFP no sul do estado se baseava na forte influência que tefepistas do Rio de Janeiro exerciam na região. Os documentos não abordam ligação entre o bispo de Cachoeiro Dom Luiz Gonzaga Peluso e membros da SBDTFP, até porque, segundo Dom João Batista da Motta e Albuquerque em entrevista ao Jornal A Gazeta, hoje parte dos arquivos da DOPS/ES, o bispo de Campos/RJ, Dom Antônio de Castro Mayer, era o único bispo realmente reconhecido e aceito pelos membros da SBDTFP.⁴⁰

A presença de documentos sobre a atuação da SBDTFP no estado e as considerações de Dom João à cerca das preferências episcopais dos membros da sociedade, nos permite visualizar, de forma objetiva, a pluralidade de segmentos pastorais presentes na Igreja do Espírito Santo e no restante do país (SILVA, 2013, p. 121). Os documentos analisados nos auxiliam na compreensão de que, na época da repressão se configuravam modelos de Igreja diferentes, segundo os quais, cada representante eclesial, ponderava suas ações e sua forma de se relacionar com o estado. A exemplo do restante do país, os modelos de Igreja coexistiam sem indicar rompimentos internos.

Em síntese os bispos Dom João Batista da Motta e Albuquerque, Dom Luís Gonzaga Fernandes e Dom Aldo foram taxados pelos agentes da DOPS/ES como os representantes do clero progressista, enquanto, Dom Luís Gonzaga Peluso recebeu a classificação de bispo conservador. Vale destacar que os documentos também evidenciam as

⁴⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. **A Gazeta**. 01 de out. de 1974.

diferentes formas de atuação entre os bispos progressistas, que atuavam de acordo com suas próprias habilidades e visões de Igreja. Embora tendo manifestado apoio inicial ao golpe, os documentos afirmam que a arquidiocese de Vitória teve um pastor que abertamente se manifestou contra a repressão que se aprofundava já no final da década de 1960.

Enquanto Dom João se mostrava porta voz das indignações, Dom Luís Gonzaga Fernandes, fazia com que o trabalho pastoral da arquidiocese se tornar-se mais dinâmico. Dom Luís orientou o trabalho nas CEBs que acabou influenciando movimentos como o Movimento pelo Transporte Público de Vila Velha. O bispo dava suporte a pastorais de conjunto como a Pastoral Operária e foi o responsável pela estruturação da CJP de Vitória. Segundo Frei Betto, que morou no estado entre 1973 e 1979 após sair da prisão, Dom Luís era bom articulador, e com habilidade lidava com a ala mais conservadora da Igreja.

Dom Luís permaneceu como bispo auxiliar até 1981 e não sucedeu Dom João na coordenação da arquidiocese. Nesse período, a Igreja de Roma tentava minimizar o entusiasmo com que as ideias do concílio haviam florescido no país e não via o nome de Dom Luís Gonzaga Fernandes com apreço para a sucessão. Sandra Daniel afirma que esta postura da Igreja teria sido o maior motivo da tristeza de Dom Luís ao deixar a arquidiocese.

Considerando que a instituição carrega sobre si os rótulos de cúmplice e opositora da ditadura civil militar, pontuamos como relevante as análises sobre a atuação do clero capixaba no período de repressão. As considerações apresentadas sobre os bispos do estado não tem por objetivo por fim as abordagens sobre a atuação dos mesmos, posto que os documentos podem ser considerados como uma visão do que se quis construir sobre os vigiados. Uma maior abordagem aos bispos considerados progressistas ficou evidente por conta da grande quantidade de documentos que envolviam os bispos que faziam algum tipo de oposição ao governo instituído.

Os documentos atestam que, apesar de imersos em uma estrutura hierarquizada, os bispos do estado agiam de formas diferentes e representavam os modelos de Igreja presentes no país sem que isso gerasse conflitos maiores dentro da instituição. Considerando que neste contexto o rótulo “progressistas, conservadores e moderados”

representava apenas estratégias diferenciadas de se relacionar com o Estado, talvez uma declaração de Dom Luís Gonzaga Fernandes, quanto a sua atuação política sirva para ilustrar as diferenças que eram minimizadas quando o assunto era a unidade da instituição: “Tenho a ‘ilusão e a utopia’ de situar-me nas três classes” (DANIEL, 2006, p. 65).

Referências bibliográficas

- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **A Bênção de Abril – Brasil Urgente:** memória e engajamento católico 1963-64. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CARNIELLI, Adwalter Antonio. **História da Igreja Católica do Estado do Espírito Santo.** Vila Velha: Comunicação Imprensa. 2006.
- DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Motta e Albuquerque.** Vitória: Contexto, 2005.
- _____. Dom Luís Gonzaga Fernandes. In: GURGEL, Antônio de Pádua. (Org). Vitória: Pró-Texto Comunicação e Cultura. 2006.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: modos operandi da polícia política do estado do Espírito Santo (1930 a 1985) In: _____. **Arquivos da Repressão Política no Espírito Santo (1930-1945).** Vitória: PPGHIS; GM Editora, 2011, p. 11-34.
- FICO, Carlos. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão:** os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977). 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MITRA DIOCESANA DIOCESE DE SÃO MATEUS. **Dom Aldo Gerna**: 50 anos de mística e missão na diocese de São Mateus – ES. São Mateus: Secretariado Diocesano de Pastoral, 2006.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Marta Zorzal e. **Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SSDC, 1995.

SILVA, Erilaine Ribeiro da. **Fé e repressão política**: atuação de militantes cristãos católicos sob o olhar da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/ES (1974-1985). 2013. 182f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

VIII

AMARILDO MENDES LEMOS*

Das APM's à abertura política: Max Mauro e a ditadura militar no Espírito Santo (1970-1984)

O presente trabalho tem como objetivo verificar elementos da prática política dos integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em especial de Max de Freitas Mauro, que foi uma importante liderança que constituiu o grupo dos chamados autênticos e chegou ao Governo do Estado após a ditadura militar nas eleições de 1986. A partir de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (Dops-ES), de noticiários, da bibliografia disponível e de revistas locais podemos identificar também a trajetória política de outras personalidades que ocuparam importantes postos nos poderes públicos capixabas.

Ao mesmo tempo, essas fontes nos permitem apontar aspectos da forma de controle ideológico e político exercido pelos agentes policiais do Dops do Espírito Santo sobre a população. Por meio da análise dos documentos dessa instituição disponíveis no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APES-ES), foram verificados elementos presentes da prática política dos emedebistas, os conflitos internos do partido, bem como os equívocos cometidos por parte dos agentes da repressão.

Os estudos do aparato repressivo e do controle político realizados recentemente têm procurado desvendar o *modus operandi* da polícia política durante o Regime civil-militar militar e nos trouxe importantes reflexões para a análise das fontes consultadas. Apontamentos específicos sobre o Espírito Santo, realizados por

* Mestre em História Social das Relações Políticas – UFES e professor de História do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, *campus* Colatina.

Pedro Ernesto Fagundes (2011), subsidiaram a leitura dos documentos da polícia política capixaba. Assim, vislumbramos além da estrutura repressiva montada com a Comunidade de Informações, os diversos matizes ideológicos que se fizeram presentes nessa agremiação política. Junto com a resistência política exercida junto à sociedade capixaba, em defesa dos trabalhadores e no sentido de por fim ao regime instaurado com o golpe militar de 1964, destacamos a forma com que alguns emedebistas capixabas se articularam com importantes políticos do Brasil e tentaram isolar outros grupos internos.

A produção sobre a história política capixaba do período da ditadura militar ainda é incipiente. O professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Pedro Ernesto Fagundes, tem pesquisado e incentivado a pesquisa nos arquivos da repressão política do Espírito Santo. Sua iniciativa apresenta como marco teórico a obra de Carlos Fico, que procurou desvendar o *modus operandi* da polícia política durante a Ditadura Militar. Outro pesquisador que tem se destacado nessa universidade, pesquisando e orientando estudantes no estudo desse período da história recente, é o professor Valter Pires Pereira.

Assim, vislumbramos além da estrutura repressiva montada com a Comunidade de Informações, os diversos matizes ideológicos que se fizeram presentes nessa agremiação política. Além disso, a partir dos mesmos marcos teóricos, traçamos uma trajetória que evidencia alguns aspectos da história política capixaba. A pesquisa nos acervos da DOPS se faz importante para desvelarmos as formas de dominação realizadas a partir do controle político e ideológico. O monitoramento deixa transparecer equívocos cometidos pelos agentes e também um pouco da dinâmica interna do partido de oposição ao regime, o MDB.

Max Mauro e as associações pró-melhoramentos: organização comunitária como trama contra o regime militar

Max de Freitas Mauro participou de atividades políticas desde os dez anos de idade ao lado de seu pai, Saturnino Rangel Mauro, sindicalista, ex-deputado estadual constituinte (1947-1951) e um dos fundadores do PTB no Espírito Santo, em 1946. Dessa forma, o getulismo fez parte da formação política de Max Mauro antes de sua ida

para Salvador, onde foi estudar medicina, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Formado em 1962, retornou ao estado atuando como médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) e, posteriormente, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Junto com seu pai, participou do grupo político que realizou a fundação da seção capixaba do partido do Movimento Democrático do Brasil (MDB).

Acerca dessa organização, consta no processo instaurado para investigar a atuação de policiais no Esquadrão da Morte no Espírito Santo, o relato de um morador do município de Vila Velha que foi preso pelo DOPS por colher assinaturas para o MDB. João Mariano, membro da Igreja Adventista em Vila Velha, percorria as casas dos moradores com um livro de assinaturas que seria entregue a Max Mauro e a Saturnino Rangel Mauro. Por esse motivo João ficou detido, sendo acusado de subversivo. Nenhum dos familiares dele foram informados e a polícia recusava-se a reconhecer sua prisão. Após reivindicação dos membros da Igreja em prol de Mariano, ele foi solto. João Mariano chegou a escrever um livro intitulado *Uma noite no inferno* para narrar os fatos que presenciou. Tortura e mortes realizadas pelos membros da força pública deixaram esse cristão, que desconhecia essa realidade vivida nas delegacias e cadeias, perplexo (GUIMARÃES, 1978, p. 240; 247).

Em 1970 Max Mauro foi eleito como prefeito do município de Vila Velha. Sua administração se pautou pela proximidade com o movimento social. Fernando João Pignaton (2005, p. 37) aponta que essa aproximação foi caracterizada pelo “peso do estatismo populista herdado de seu pai”. Pignaton não foi simplesmente um cientista político, como se vê em sua qualificação. Ele foi um ator político, membro do Partido Comunista Brasileiro que vivenciou o debate sobre o orçamento participativo na década de 1980 em grupo político que fez oposição ao de Max no município de Vila Velha, naquele momento. Nesse sentido, o conceito de populismo por ele adotado nesse trabalho monográfico citado acima aparece de forma vaga, sem uma definição precisa.

Saturnino e Max Mauro atuaram diretamente na organização dos movimentos comunitários que culminou na fundação Associação Pró-Melhoramentos (APM) de jardim Marilândia em 1967 (KROHLING, 1997; PIRES, 1993). Segundo relato do Sr. Almir Agostine essa associação,

que levava essa nomenclatura para afastar reações do aparato repressivo, foi resultado da irradiação do movimento da Associação de Moradores de São Torquato que havia sido organizada pelo PCB que naquele momento divergia de Saturnino Rangel Mauro (PIRES, 1993, p. 121).

A partir da iniciativa do Sr. José Silvério Machado, antigo líder sindical aposentado conhecido como Corró, de Saturnino e de Max outras APM's foram fundadas nos bairros Santa Rita e Alto Cobi. A tradição oposicionista do município e a atuação de Max Mauro junto aos movimentos sociais, contribuíram positivamente para sua eleição como prefeito em 1970. Max procurou administrar a prefeitura com respaldo das lideranças populares. As APM's constituíram-se em sua gestão, em interlocutoras privilegiadas. Max realizava periodicamente reuniões com a diretoria das APM's no sentido de discutir as obras reivindicadas pelas comunidades. Essa experiência constitui-se como precursora do que mais tarde veio a se chamar de Orçamento Participativo, quando as comunidades passam a influenciar no direcionamento do orçamento público (PIRES, 1993, p. 121).

Figura 1 - Comício para as eleições para prefeito em 1970



Na foto vemos Saturnino falando ao microfone e Max Mauro, candidato a prefeito, faz o gesto da vitória. Comício para as eleições para prefeito em 1970.

Fonte: Acervo particular de Max Mauro.

A organização dos movimentos populares foi abortada pelo autoritarismo estatal, que passou a atrelar as APM's ao Estado, através da intervenção da Secretaria de Trabalho e Promoção Social, no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), que inseriu nos estatutos dessas associações o artigo terceiro, que previa o seguinte: “O Movimento Comunitário de cada bairro não tem fim político-partidário, nem sectário, não excluindo de sua organização e benefícios, pessoas ou grupos, em função de raça, [...] religião ou ideologia, desde que esta última não seja nociva ao regime” (PIRES, 1993, p. 122). Nesse contexto, o aumento da repressão representado pelo Ato Institucional número 5 (AI-5) comprometeu essa iniciativa. Max e Corró foram intimados a prestar esclarecimentos, já que foram acusados de tramar contra o regime militar (FERRI, 2009, p. 153.).

Arquivos da repressão e da resistência: controle ideológico e prática política

A política em defesa dos interesses populares levou à criação de uma ficha de Max Mauro no DOPS. Vale ressaltar que, tanto os políticos da Arena, quanto os políticos da oposição, eram igualmente monitorados. Havia um controle ideológico e social amplo e organizado por meio da Comunidade de Informações. O sistema repressivo integrava polícias estaduais, Marinha, Aeronáutica e a centralização bem como o comando das ações de controle político, concentravam-se no Exército (FICO, 2001).

Nos arquivos do DOPS vê-se que a ideologia política do MDB era, em linhas gerais, pautada na defesa da democracia liberal com desenvolvimento e justiça social. A defesa de uma sociedade mais justa também fazia parte do projeto de organizações que não participavam da luta política nos mesmos moldes do MDB. Parte da esquerda adotou a luta armada como opção para se alcançar esse caminho. Esses grupos que pretendiam a revolução já haviam assumido essa posição antes mesmo do golpe de 1964, queriam suprimir a democracia liberal e instaurar a ditadura do proletariado.

Nesse sentido, Denise Rollemberg mostra que o isolamento da esquerda revolucionária foi fruto da recusa da sociedade, que não se identificou com seu projeto. Rollemberg contesta o discurso apregoado na redemocratização, de que os revolucionários lutaram pela democracia. Pelo contrário, para a esquerda armada a “democracia era *burguesa*, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo seria o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado (ROLLEMBERG, 2003, p. 48)”.

Os emedebistas atuavam na legalidade, na oposição consentida, era como se dizia o “partido do sim” e a Arena o “partido do sim, senhor”. Nas eleições de 1974, o MDB publica um livreto formulado com vistas a explicar ao eleitor o programa do partido e sua organização institucional. Os problemas vividos pela população são abordados em tópicos que incluem a questão da mulher, da juventude, dos sindicatos, da reforma agrária, do menor abandonado, da habitação, do nacionalismo, da previdência e assistência à saúde (INPS), entre outras temáticas. O caráter popular e progressista permanece como a marca do partido, que foi o grande vitorioso das eleições de 1974. Aquele ano marcou o início da derrocada da ARENA na política eleitoral e o crescimento do MDB com uma plataforma política que incluía a justiça social.¹ Ao articular o ideal de desenvolvimento econômico e justiça social, os emedebistas refletiam as heranças trabalhistas de muitos políticos que foram vinculados ao extinto PTB, alvo principal dos militares golpistas em 1964.

¹ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 324

Figura 2 - Requerimento de atestado de ideologia política

BA.ES.APEES,DES.O.M.P.6

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

ILMO. SR. DELEGADO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

MARCUS LIRA BRANDÃO, filho de
ALMIR FIGUEREDO BRANDÃO e de PAULINA
LIRA FALCÃO - BRASILEIRA, natural de
S. SANTO, com 25 anos de idade. ESTUDANTE
residente à rua JOSÉ LUIS DE MATOS, nº 10
em MARUIPE - VITÓRIA
vem respeitosamente requerer a V. S. atestado de IDEOLOGIA POLITICA
para fins de DE APRESENTAÇÃO AO 38º BT

D. Nasc. 12/7/1951
R. Geral. 196485 ES

Nestes termos
Pede deferimento
Marcos Lira Brandão
Vitória, 14 de outubro de 1976

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. BRESAPEES.

Figura 3 - Comprovante pagamento de taxa

Estado do Espírito Santo
Secretaria da Fazenda
DEPARTAMENTO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Nº 966039

Exercício de 1977 TAXA - Cr\$ 26,00
(vinte e seis cruzeiros)

Recebi de Paulo Luiz Ribeiro
a importância acima referente Ideol. Política

17.11 de 05 de 1977

BR.ES.APEES,DES.O.M.P.6

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. BRESAPEES.
DES.O.M.P.3, p. 168.

Dessa forma, pertencer ao MDB e, em especial, a alas que defendiam os direitos políticos e sociais dos trabalhadores, significava não estar em condições de participar da sociedade, ou seja, havia restrições como aquisição de porte de arma e emprego como segurança patrimonial para essas pessoas.² Existia o Atestado de Ideologia Política que era expedido após investigação realizada pelos agentes do DOPS. O interessado pagava uma taxa na Secretaria da Fazenda e depois fazia o requerimento do documento ao delegado, que decidia pela expedição ou não do mesmo (ver imagens acima).

O critério era, portanto, a ideologia política da pessoa, ela não podia entrar no rol dos oposicionistas do regime militar para estar apta a receber sua certificação. Esta era requerida para diversos fins como porte de arma e conseguir emprego de vigilante em empresas como Samarco ou Minas Forte, conforme consta no pedido de busca feito pelo delegado da DOPS para expedição dessa modalidade de documento.

Além disso, a vigilância realizada denuncia outros matizes ideológicos. Vemos em outros documentos consultados, que o clientelismo político também se fazia presente na prática política de atores que participavam do MDB, alguns dos quais inclusive postulavam inclinação para a ideologia comunista.

Num documento da Polícia Militar de Cachoeiro de Itapemirim, o candidato do MDB-3, o Coronel da Reserva da Polícia Militar, Higino Bernardes dos Santos, acusou os membros do MDB-1 de serem “elementos conhecidíssimos nesta cidade e mesmo por autoridades federais, como de esquerda e que professam ideologia contrária ao Regime Brasileiro, que vêm liderando a Campanha Política de Gilson Carone, procuram tumultuar o processo político”.³ O documento, escrito pelo referido coronel, ensejou a investigação dos atos do MDB-1. Isto resultou em observações cujo conteúdo refletem, tanto a pregação contra o regime militar feita em comícios dirigidos às massas, quanto a incorporação do clientelismo político na estratégia para a eleição de Gilson Carone.

² BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 491.

³ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 19.

Os militares dão conta, que numa reunião ocorrida em 25 de outubro de 1972, na residência do médico João Madureira, estiveram presentes Demistoclides Batista (Batistinha apontado como “o agitador comunista”), Deusdedth Batista, Gilson Carone, Roberto Valadão Almokdice (vice-prefeito à época e que teria um irmão morto por ocasião da Guerrilha do Araguaia em 1973), Paulo Domingues, Hélio Carlos Manhães, Gelson Moura, Galdino Theodoro da Silva e Abgard Torres Paraíso. Consta ainda, que o estudante Sancler foi colocado para fora da dita reunião. Lá teria sido traçada uma estratégia de provocação ao regime e, dada a resistência de alguns participantes em proceder de tal forma, Paulo e Roberto teriam se irritado exclamando que “não arredariam os pés quanto às provocações, pois era um desejo do partido e do líder, pois passariam como vítimas e provocariam uma intervenção Federal na área”⁴.

No mesmo relatório, a prática clientelista fica caracterizada nos seguintes pontos:

5- Consta ainda que está havendo por parte do MDB-1 (pró-candidatura Gilson Carone), a compra pelo dinheiro, que ofereceram ao Sr. Alberto Ferraço (em Jaciguá) a quantia de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Sr. Joanito Rosseto (em Burarama) a quantia de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros), ao Sr. Leandro Bazoni foi oferecido Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros e um emprego a partir daquele momento), ao Sr. Luiz Miranda (Bairro do Amaral) Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros);

6- Consta ainda que mais de 200 (duzentas) pessoas foram colocadas na Prefeitura, constando nas folhas de serviços de obras, todavia, sem lugar definido para o trabalho;

7- Que elementos do MDB-1, estão usando medicamentos fornecidos pela Sec de Saúde do Estado, para fazer propaganda política, usando para tanto, envelopes com o timbre externo

⁴ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 19.

do comitê de propaganda daquela agremiação partidária, conforme xeroques (*sic*) anexo;

8- Foi sabedor esta agência que os vereadores Luiz Gonzaga, Astor Dilsn dos Santos e Alencar Beiriz Aarão, foram comprados pela cúpula do MDB para votar crédito de suplementação, o qual viria acobertar dívidas efetuadas fora do orçamento.⁵

A veracidade desses documentos não pode ser verificada com o material disponível, mas não está longe das práticas recorrentes na política eleitoral brasileira. Ao mesmo tempo em que o MDB de Cachoeiro de Itapemirim era investigado por clientelismo político, ele também se caracterizava por se opor ao regime político. São contradições presentes na realidade política, parte da experiência apontada nessas fontes. A fiscalização dos gastos públicos era, pelo visto, algo que não chegava a atingir eficazmente os militares e seu partido de apoio, nem a oposição consentida, representada pelo MDB, já que esses apontamentos não geraram nenhuma punição pelos supostos desvios administrativos.

Isso não significa, todavia, que as práticas democráticas defendidas pelos integrantes do MDB, não fizessem parte daquela instituição ou que a corrupção fosse uma constante no partido. Não dá pra medir isto e nem é objetivo desse texto. Mas fica registrado que a tutela sobre o eleitorado era parte da estratégia da cúpula cachoeirense, que reproduziu aquela forma de aliciamento do eleitorado.

Em 1974, no plano nacional, a vitória do MDB sobre a Arena não foi, contudo, obra simplesmente do clientelismo político. O partido representava um anseio presente na sociedade brasileira. A sociedade queria o retorno do sistema democrático e o fim do autoritarismo dos governos militares. No Espírito Santo, o MDB não obteve os mesmos resultados que no resto do país, mas conseguiu assinalar um crescimento na quantidade de eleitores⁶.

Nesse sentido, há que se ressaltar a identificação do eleitorado com o discurso e com práticas democráticas. Pois, se o discurso não

⁵ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 20.

⁶ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 274, recorte do Jornal Posição de 12/11/1976.

representasse em nenhum momento uma postura que interessasse ao povo, esse continuaria votando na ARENA, como tinha acontecido nas eleições anteriores.

Max Mauro foi um político que conseguiu se identificar com esses anseios populares. O documento mais antigo encontrado no APES que trata da atuação de Max Mauro no MDB remonta a 1974. Trata-se de um ofício do delegado do sétimo para o do quinto distrito policial, onde informa o roteiro da caravana de Max Mauro e pede providências para a “devida segurança policial nos Comícios”⁷. Max foi eleito deputado estadual pelo MDB nas eleições de 1974 para a legislatura de 1975-1979 com 11.439 votos, sendo o quarto colocado.

Figura 4 - Propagana eleitoral de José Carlos da Fonseca e Max Mauro



Fonte: BR.ES.APEES.DES.O.MP.17, p. 252.

Em documento de 1975 do Regimento de Infantaria do Exército, encontrado no Arquivo Público do Rio de Janeiro, copiado e publicado pela Câmara dos Deputados, Max tornou-se foco dos militares pelo fato de estar “promovendo junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais animosidades contra o Governo Estadual, procurando sobressair-se, politicamente, através de críticas e acusações às autoridades” (MAURO, 2002, p. 89). O documento chama atenção ainda que

⁷ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 315.

[...] em 1968 participou das agitações estudantis, em Salvador-Bahia, como acadêmico de Medicina. Ex-prefeito de Vila Velha-ES, onde não realizou boa administração mas conseguiu criar no eleitorado uma imagem de líder popular, o que lhe valeu grande votação para a eleição a Deputado Estadual. Elemento de tendência esquerdista com atuação junto às classes menos favorecidas de seu reduto eleitoral (MAURO, 2002, p. 89).

Percebe-se que a atuação de Mauro é pautada pela estratégia de ataque às forças políticas conservadoras locais. Naquele contexto, um ataque incisivo ao regime significaria o fim de sua carreira política. Assim, a atuação junto aos sindicatos rurais visa o ataque às autoridades, sem que o mesmo redundasse em enquadramento na Lei de Segurança Nacional (LSN).

O MDB abrigou políticos de diversos partidos existentes antes do golpe, desde petebistas, que foram o principal alvo dos militares, a udenistas. Além disso, muitas migrações ocorreram da ARENA para o MDB. Estar filiado à oposição não era certificado de ideologia política. É devido a essa heterogeneidade que se constata no documento citado anteriormente, sobre Cachoeiro de Itapemirim, a presença de sublegendas. Naquela acusação, nota-se a disputa do MDB-1 com o MDB-3.

A sublegenda era um mecanismo político que permitia abrigar adversários políticos dentro do mesmo partido. Com esse recurso, as forças em conflito podiam participar das eleições sem que houvesse a necessidade de outro partido, inclusive para eleições majoritárias. Em muitas localidades, adversários políticos pertenciam ao mesmo partido e não abriam mão da disputa eleitoral. As sublegendas foram criadas após a criação do bipartidarismo pelo Regime Militar.

As divergências internas eram observadas atentamente pelos agentes da repressão. Explorar os conflitos internos é uma estratégia utilizada para facilitar a dominação. Na pesquisa realizada, foram encontrados dois recortes de jornais que diziam respeito a Max Mauro. Ambos informam acerca de divergências intestinas do MDB. A reportagem do Jornal *A Gazeta*, de 1975, destaca o conflito no MDB em Vila Velha e a intervenção de Max no sentido da pacificação de

representantes do legislativo municipal que permaneciam em constante atrito. A reunião seria então organizada pelo então deputado estadual, o que demonstra seu papel de liderança para traçar normas comuns e unificar o grupo em torno de consensos mínimos⁸.

Em outro recorte, o jornalista Edmar Lucas do Amaral empreende críticas à postura de Max Mauro, diante da divergência desse com Carlos Alberto Cunha. Nessa mesma coluna do jornal *O Diário*, de novembro de 1975, Amaral fez a defesa de Cunha. Esse articulou uma reunião dos emedebistas com Elcio Álvares (ARENA) que governava o Estado na época. A postura colaboracionista foi vista por Max Mauro, como uma submissão aos interesses do Palácio Anchieta por parte do então líder da bancada emedebista na Assembléia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Segundo esse jornalista, Max também teria feito articulações no sentido de retirar Argilano Dario da presidência do diretório do MDB, o que teria provocado na ala conservadora desse partido “uma reação em cadeia”. Outra ação de Max que também teria tido repercussões negativas entre os emedebistas, foi tentativa de impedimento ao mandato do prefeito de Vitória, Carlos Alberto Von Shilgen, da ARENA.⁹

Apesar disso, as estratégias maxistas estavam na direção correta, pois sua oposição ao Executivo estadual lhe conferiu o mandato de deputado federal pelo MDB/ES para a legislatura 1979-1983. Max passou a representar uma das maiores lideranças do partido no Estado. Na ALES travou “violento debate” com Walter de Prá (líder da bancada da Arena e presidente regional do partido) por conta da proliferação da malária e da esquitossomose no norte do Estado.¹⁰ Sinalizava para a sociedade, a expectativa registrada nas palavras do jornalista de *O Diário* em sua crítica ao “pragmatismo letárgico da vida partidária no Espírito Santo”, quando disse que “faltou ao MDB, como continua faltando agora, uma linguagem e um comportamento vivos e agressivos que, [...], representava as aspirações imediatas do povo”¹¹.

⁸ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 268.

⁹ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 268.

¹⁰ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 262, recorte do Jornal *O Diário* de 22/10/1975.

¹¹ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 274, recorte do jornal *Posição* de 12/11/1976.

Entre os dias 17 e 21 de maio de 1978, aconteceu o 1º Seminário de Atualidades Políticas, no auditório do Colégio do Carmo, no Centro de Vitória. Foi organizado pelo Setor Jovem MDB/ES, sob a presidência de Rosilda de Freitas - que depois veio a se chamar Rose de Freitas - e pelo Instituto Pedroso Horta - MDB/ES presidido por Dilton Lyrio Neto.

A programação apresentou uma temática que procurou evidenciar os principais temas em questão no país naquele momento. Foram convidados para ministrar conferências: Eduardo Suplicy sobre a Situação Econômica do País; Deputado Federal Alceu Colares (MDB-RS) sobre Política Salarial; Deputado Federal Ruy Brito sobre Liberdade Sindical; Enir Moreira sobre Anistia; Hélio Bicudo e Modesto da Silveira sobre Direitos Humanos; Senadores Paulo Brossard (MDB-RS) e Marcos Freire (MDB-PE) sobre Constituinte, Democracia e Estado de Direito; Paulo Ziucoski e Antônio Carlos Carvalho (MDB-RJ) sobre Jovens na Política.

Hélio Bicudo foi substituído no dia 19 pelo capixaba Ferdinand Berredo de Menezes, Paulo Ziucoski, presidente do setor jovem do MDB-RS, foi representado pelo sociólogo André Foster (MDB-RS). O evento também contou também com a presença do General Peri Bevilacqua, que enalteceu Leonel Brizola, o qual se encontrava no exílio. O advogado da Arquidiocese de Vitória, Ewerton Montenegro Guimarães, falou sobre o Esquadrão da Morte no Espírito Santo, e o Arcebispo Metropolitano de Vitória, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, fez a defesa dos trabalhadores e criticou o autoritarismo estatal.

Entre os emedebistas capixabas que foram destaque no evento, além dos dois organizadores, incluiu-se no relatório dos agentes de polícia do DOPS: Argilano Dario, Dirceu Cardoso, Kleber Frizzera, que segundo os documentos, estava sempre na companhia de Rose de Freitas, e Robson Moreira Fagundes, estudante da Ufes. Segundo consta nos registros e nos anexos que incluem material de divulgação, o evento teve ampla veiculação nos jornais da cidade e em outras mídias.¹²

Apesar da satisfação que os organizadores sentiram com a promoção do seminário, como relatam os agentes, outros setores do

¹² BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 108.

MDB capixaba sentiram-se desprezados. Num dos relatórios, consta o registro de que os deputados estaduais emedebistas Nyder Barbosa, Max Freitas Mauro e Luiz Batista não ficaram satisfeitos com a atitude do diretório emedebista jovem e do deputado federal Argilano Dario, que não chegou em “nenhuma das palestras, a convidá-los para comporem a mesa, ou mesmo fazer uma citação sobre a presença dos mesmos”.¹³ O deputado Luiz Batista teria inclusive se pronunciado na tribuna da ALES sobre essa questão.

Na convenção do MDB, realizada em 14 de junho de 1978, como não poderia deixar de ser, parafraseando o agente de polícia, também foram enviados elementos infiltrados para acompanhar o evento. O espião explicava que, “como a única preocupação de todos era lutar por suas candidaturas, não existiu ataques ao governo, nem ao regime”.¹⁴ Max recebeu apoios dos setores de esquerda e saiu da convenção como candidato a deputado federal. Esse foi um ano em que, segundo Fernando Pignaton, ocorreu ao mesmo tempo

[...] a organização dos diretórios [da UFES].
[...] o movimento para a greve de 78, a primeira greve após dez anos; o ressurgimento do DCE; manifestações pela anistia, em 78; participação na eleição de Max Mauro; aí houve uma passeata do movimento estudantil pela anistia, contra a ditadura, que foi reprimida ali no Centro de Vitória (MOREIRA, 2008, p. 124).

Apesar das questões internas, o discurso da unidade fez coro nas hostes do MDB. Max se inseria naquele contexto de uma urbanização incompleta da década de 1970. Como político chamava a atenção para os conflitos sociais forjados pela modernização conservadora que trouxe mudanças na configuração do poder, Espírito Santo, na medida em que passam a despontar como protagonistas no processo político, empresas como: Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) e Aracruz Celulose, *estranhos poderes*.

¹³ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 109.

¹⁴ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 157.

Em 27 de junho de 1978, já na condição de candidato a deputado federal, Max realizou uma reunião na sua base eleitoral, no bairro Alvorada, em Vila Velha. Participaram da mesma, seu irmão, o vereador Francisco de Freitas Mauro, os candidatos a deputado estadual Erasto de Aquino e Souza (ex-vereador cassado) e Nilson Bittencourt, além do agente aposentado da Polícia Federal (PF), Edson Viana dos Santos. Cada um teve cinco minutos de fala, enquanto que Max falou por 40 minutos. Interessante ressaltar a narrativa do agente ao se referir à fala de Max: “Como não poderia deixar de ocorrer, foram feitas críticas ao partido governamental, discutindo-se a volta do Estado de Direito e o Direito de Greve para os sindicatos”.¹⁵ Nota-se que a defesa da liberdade política e dos direitos trabalhistas estava na ordem do dia.

O xadrez político do MDB nesse período da abertura política, reflete posições individualistas e a heterogeneidade interna do MDB. Nas eleições do Diretório Municipal de Vitória, o deputado federal Argilano Dario, à revelia dos outros grupos internos representados por Luiz Batista, Gastão e Max Mauro, queria, “às escondidas, tentar escorregar uma chapa feita de acordo com seus interesses”.¹⁶ Apesar dessas divergências internas, foi estabelecido um consenso, com a troca de alguns nomes e o MDB registrou chapa única nas eleições do Diretório Municipal, com o nome “Chapa de Conciliação e Unidade”. Assim, Max Mauro se fortaleceu no partido e elegeu-se como Deputado Federal em 1978. Abaixo vemos um folder de sua campanha para deputado federal, com charges de Henfil e elogio ao povo.

¹⁵ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 160.

¹⁶ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 207, recorte do jornal *O Diário* de 27/07/1979, p. 3.

Figura 5 - Propanga eleitoral



Fonte: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. BRESAPEES. DES.O.MP.3, p. 560-561.

Apesar de todo esse quadro, marcado por divergências, a oposição manteve-se unida por interesses comuns e também por força da lei, pois a extinção do bipartidarismo só se deu em 20 de dezembro de 1979. Neste contexto, outro evento foi organizado em solo espirito-santense e aglutinou a oposição brasileira. Intitulado “Perspectiva da Oposição Brasileira”, foram convidados: senador Pedro Simon (MDB-RS), deputado federal Modesto da Silveira (MDB-RJ), deputado federal Alceu Colares (MDB-RS), deputado estadual Raimundo Teodoro Carvalho de Oliveira, Almino Afonso (MDB-SP), Luiz Inácio da Silva, o Lula, além do antropólogo Darci Ribeiro. Novamente o Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta esteve à frente de tal empreitada.¹⁷

Outro evento que aglutinou parte da esquerda capixaba foi realizado em 1984, o seminário “Paz e Democracia” promovido com o

¹⁷ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 163.

objetivo de legalizar os partidos comunistas. Durante o evento algumas personalidades foram premiadas. Entre elas, o deputado federal pelo PMDB, Max de Freitas Mauro, pela sua atuação política nacional. À frente do seu nome encontra-se, entre parênteses, a sigla PC do B.¹⁸

Obviamente eles sabiam que Max era do PMDB, pois estava registrado assim, mas a sigla do Partido Comunista do Brasil aparece erroneamente identificando-o como um membro da célula desse partido. Em outro documento, podemos observar que Max é classificado como “elemento infiltrado de tendência anarquista” (MAURO, 2002, p. 91).

Por identificações equivocadas como essas, que os próprios militares costumavam chamar os policiais das delegacias responsáveis pela “Ordem e Política Social” de “corruptos, incompetentes, desonestos e preguiçosos” (RAMOS, 2010, p. 128). Os arquivos da repressão, que também refletem a resistência, ainda não foram exaustivamente pesquisados. Muito do *modus operandi* do aparato repressivo e das dificuldades e facilidades encontradas por eles ainda está por ser revelado.

Considerações finais

A resistência ao regime militar no Espírito Santo incluiu pessoas que não se dedicaram à luta armada, mas conseguiram articular a oposição nacional numa luta conjunta em defesa do Estado Democrático de Direito. A luta em prol de uma legislação trabalhista, também uniu políticos e sindicalistas num momento em que a única legenda disponível para essa prática política era o MDB.

Nesse partido, Max Mauro se forjou como uma grande liderança, articulando os interesses do seu reduto eleitoral, com a defesa de questões mais amplas, como o direito de greve para os trabalhadores. Essa postura, aliada à firme oposição aos políticos arenistas, contribuiu para fomentar a luta contra o arbítrio, como se falava na época. e para que Max despontasse como liderança histórica ligada à esquerda do MDB e aos setores populares.

¹⁸ BRESAPEES.DES.O.MP. 3, p. 184.

Essa luta se deu ao lado de outras personalidades de destaque e a disputa eleitoral pelo comando de diretório, demarcou divisões entre grupos internos do MDB. Essas divergências, contudo, eram abafadas, tendo em vista a união dos arenistas e a perspectiva de derrota dos emedebistas. Nesse sentido, observamos a chapa do Diretório Municipal de Vitória sendo intitulada com os termos: conciliação e unidade.

A documentação está impregnada do caráter ideológico imposto pelos militares no regime político instaurado com o golpe de 1964. A defesa de direitos políticos e sociais era visto como um crime contra a nação e a segurança nacional. Dessa forma, procedia-se ao alinhamento da política econômica com os interesses do agronegócio, dos empresários e dos Estados Unidos da América (EUA).

Apesar da análise dos documentos não permitir afirmar que havia alguma estratégia do aparato repressivo no sentido de explorar os conflitos internos, podemos inferir que a repressão enxergava essas dissensões no seio da oposição. Ou seja, o primeiro passo no sentido de articular a desorganização e desestabilização dos adversários foi dado, agora os outros passos ainda estão por serem desvelados.

Referências bibliográficas

Documentação primária

ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/coleção: **Delegacia de Ordem Social e Política do Espírito Santo**. Caixa 17: Partidos Políticos.

Obras de apoio

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória: PPGHIS; GM Editora, 2011. (Coleção Rumos da História).

FERRI, Mônica Freitas. **A disputa entre diferentes projetos políticos no orçamento participativo do município de Vila Velha, E. Santo: radicalização da democracia ou elitismo democrático?**

2009. 348 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; KAGEYAMA, Angela Antonia. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. INSTITUTO DE ECONOMIA. **A modernização violenta:** principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 201f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- ARQUIVOS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA - Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura.
- GUIMARAES, Ewerton Montenegro. **A chancela do crime.** Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1978.
- MAURO, Max de Freitas. **A luta de um democrata contada pelo arbítrio:** pronunciamento sobre o uso político do serviço secreto brasileiro. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2002.
- MOREIRA, Renato Heitor Santoro Moreira. **O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo:** a trajetória de um grupo ao poder (1976-1981). 2008. 238f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, Vitória, 2008.
- PIRES, Marlene de Fátima Cararo; PINHEIRO, João Eudes Rodrigues. **Educação popular e caráter educativo dos movimentos populares urbanos:** um estudo do processo de participação popular no orçamento municipal de Vila Velha. 1993. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.

RAMOS, Luiz Fernando. Nossa vigilância é a sua segurança: a cooperação CENIMAR e Dops/MG. **SINAIS – Revista Eletrônica**, Vitória, n. 7, v. 1, p. 123-144, jun. 2010.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001.

IX

JOSÉ CARLOS ROCHA JUNIOR*

A campanha pelas Diretas já! no estado do Espírito Santo

Brasília. Dia 25 de abril de 1984. Tem início a sessão da Câmara dos Deputados cuja pauta era a votação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente e vice-presidente da República.¹ Do lado de fora do Congresso Nacional estavam milhares de estudantes, trabalhadores e populares, que entoavam palavras de ordem a favor da aprovação da emenda e contra as medidas de emergência baixadas pelo governo, que julgavam inapropriadas para a sociedade como um todo.

Aquele foi um longo e tenso dia de embate, acabando por adentrar a madrugada do dia 26, encerrando-se às duas horas da manhã. O quorum qualificado para aprovação da emenda exigia pelo menos dois terços de votos favoráveis. Ocorre que foram 298 votos a favor de sua aprovação, 65 votos contrários e três abstenções. Mas naquele dia, 113 deputados ausentaram-se da votação. O resultado foi que, apesar de uma significativa vantagem de votos favoráveis, a tática do esvaziamento da sessão deu resultado: o quorum foi quebrado por uma diferença de 22 votos. Ao final, a emenda foi rejeitada.

Entre inúmeros pedidos de silêncio, o presidente da Mesa-Diretora da Câmara dos Deputados anunciou, com base no regimento

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de História da rede municipal de educação de Cachoeiro do Itapemirim/ES.

¹ Sobre os episódios que envolveram a votação da Emenda Dante de Oliveira, ver: Delgado (2007, p. 417-420); e Vianna (2005).

interno, que já extrapolara o tempo-limite e declarou encerrada a sessão. Então, levantando-se apressadamente da cadeira, retirou-se do recinto, em meio a pedidos de “questão ordem” vindos do plenário, feitos, em uníssono, por outros deputados e coros: “1... 2... 3.. 4... 5... mil, queremos eleger o presidente do Brasil”. Em seguida os deputados entoaram o Hino Nacional, de mãos dadas, em um gesto simbólico. A escolha do próximo presidente da República seria feita, mais uma vez, de forma indireta, por meio do Colégio Eleitoral.

Foi uma surpresa. A crença sincera de que a emenda apresentada pelo então deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) seria aprovada, foi de tal forma intensa, que a rejeição da mesma gerou um clima quase inversamente proporcional de decepção em parte significativa da sociedade. As pessoas que tentavam acompanhar a votação, das formas mais diversas, via boletins, vigílias cívicas, ou lotando os corredores do Congresso Nacional, eram mostradas pela TV, chorando, silenciadas, frustradas e indignadas. As imagens correram o País...

Embora o desfecho daquele que foi considerado o maior movimento político da história republicana do país até então (a campanha Diretas Já!) tenha sido frustrante, isso não significou que todo o acúmulo político das gigantescas mobilizações realizadas nas principais capitais do país teriam sido em vão. A luta pela redemocratização continuou na pauta dos partidos, sindicatos e movimentos sociais organizados. A pauta da redemocratização do Brasil continuou nas ruas.

A campanha acabou por se tornar um fio condutor que canalizou a insatisfação da sociedade quanto à condução política e econômica do País. A possibilidade de se escolher o presidente por meio do voto direto, retornando assim à normalidade democrática, passou a ser vista como o passo necessário para a solução dos problemas brasileiros.

O movimento também foi uma forma de se contrapor ao projeto de abertura política, que estava sendo gestada e controlada pelo regime militar, especialmente pelo grupo que chegou ao comando político do Estado junto com o general Ernesto Geisel. Foram 11 anos ao todo, iniciando com o próprio Geisel (1974-1979) e terminando no governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985). Para Golbery do Couto e Silva, Ministro da Casa Civil de Geisel e um dos principais arquitetos políticos do regime, o Brasil deveria sim voltar a ser um Estado democrático e de

direito, mas não sob o controle das oposições, principalmente de esquerda. O retorno à democracia deveria ser feito, então, de forma “lenta, gradual e segura”.² Como realmente acabou acontecendo.

Esta constatação não diminui a importância da interferência feita pelos políticos, partidos e organizações de oposição. Esses segmentos exerceram, certamente, pressão imprescindível, embora não haja consenso em relação ao peso dos mesmos no resultado final do processo. Alguns pesquisadores defendem que a sociedade civil influenciou a abertura política de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo. Para outros, os militares controlaram tanto o ritmo quanto o escopo da abertura.³

Em outro polo está a visão de setores militares, como o próprio Geisel, por exemplo. Para ele, as ações das oposições retardaram a abertura. Para o general, as oposições não entenderam – ou não quiseram entender – o projeto. Então, a cada reação no sentido de pressionar o governo, estavam dando, na realidade, um passo atrás. Dessa forma, resume, mesmo considerando a influência das oposições durante o processo de abertura; a meta do projeto foi cumprida, “inclusive no *timing* e na forma” (D’ARAUJO; CASTRO 1997, p. 420).

A proposta de abertura não significou, contudo, uma conversão dos militares aos princípios democráticos. Para os articuladores, a abertura foi uma necessidade. A proposta dos militares de se retirarem da política, enquanto atores principais foi uma maneira de resolver sérios problemas internos e de preservarem a corporação. A presença das Forças Armadas nos aparelhos de Estado e nas articulações políticas acabou por trazer consigo conflitos políticos e ideológicos, subvertendo a hierarquia e as cadeias de comando.

Foi, sem dúvida, uma conjuntura em estado de crise permanente. Crises internas na corporação militar, crise entre o regime e seus próprios aliados, crise econômica e pressão exercida pelas oposições. Se para os grupos militares hegemônicos no governo, já não cabia mais

² As análises do processo de abertura política brasileira podem ser encontradas, entre vários outros trabalhos, em: Condato (2005); Kinzo (2001); e D’Araujo, (1995).

³ Para Codato (2005), a sociedade civil influenciou a abertura política de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo. Para outros historiadores, os militares controlaram tanto o ritmo quanto o escopo da abertura, como defendem Kinzo (2001) e Fico (2012).

defender um regime corporativista, por outro lado também não havia condições de aceitar a hegemonia de partidos moderados no controle do poder. Para eles, a questão central era buscar a manutenção de um governo estável e previsível, com uma rotina eleitoral equilibrada e onde os grupos políticos pudessem acomodar-se sem romper com a ordem vigente.

Durante o governo do general João Figueiredo, o regime ampliou algumas medidas liberalizantes, como a promulgação da Lei da Anistia – embora restrita e controversa –, a revogação parcial das medidas de exceção, a ampliação do calendário eleitoral, dentre outras propostas. Mas, diferente de seu antecessor, que conseguiu evitar uma profunda contração econômica, seu governo adotou uma severa política de ajuste econômico, seguindo as condicionantes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como aconteceu em diversos outros países. A crise econômica acompanhou todo o período e foi permanentemente explorada pelas oposições.

Então, para se entender o processo que culminou na campanha por eleições diretas, dois aspectos são importantes. O primeiro refere-se ao que ficou conhecido como a “Crise do Milagre Econômico brasileiro”, que combinou estagnação econômica e inflação elevada, afetando o bolso, as condições de vida e a autoestima da população. Ela gerou descontentamento em grande parte dos apoiadores do regime pertencentes à elite econômica e setores médios da sociedade e, enfim, revolta na classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que, no auge do milagre, o regime conseguiu conquistar um grau considerável de consenso em amplas camadas dos setores médios da sociedade, quando estes foram inseridos rapidamente na chamada sociedade de consumo. Nesse caso, os operadores do regime conseguiram ser protagonistas no processo de modernização do País, mesmo que tal modernização guardasse importantes elementos de atraso, como a capitalização de elites tradicionais, fossem elas industriais e financeiras ou latifundiárias (COUTINHO, 1988, p. 111).

O segundo diz respeito ao produto da crise, que foi ressurgimento da sociedade civil como força política. Em verdade, mesmo havendo sido duramente reprimida física e politicamente, a sociedade civil conseguiu conservar certo grau de autonomia, até mesmo em virtude

do perfil da ditadura brasileira, que sempre buscou certa legitimidade. Na sociedade civil encontrava-se o grande arco de forças antiditatoriais, formadas por sindicatos, associações, movimentos ligados à Igreja de base popular e progressista, grupos radicalizados ligados à esquerda política, os movimentos estudantis, de mulheres e contra a carestia, dentre diversos outros. Essas organizações deram à sociedade civil uma nova musculatura e um novo padrão organizacional, com disponibilidade militante.

Entre esses dois fatores, articulava-se a estratégia de abertura e transição política. O plano não era homogêneo e seu ritmo foi disputado, por dentro, entre grupos militares mais legalistas e outros mais radicalizados – e suas nuances – e, por fora, pela sociedade civil. Para que o processo não saísse do controle, um jogo de concessões e de restrições foi usado, alternadamente. Além de perseguições políticas, eram frequentemente criadas normatizações aos partidos e aos processos eleitorais. Sempre que a abertura corria o risco de sair do controle, era pensada uma maneira de retomá-la.

Quanto à crise econômica brasileira, ela esteve relacionada a profundas transformações no capitalismo internacional e afetou drasticamente todo o continente.⁴ Um elemento importante da crise foi a crise petrolífera, resultante da especulação econômica do preço do barril de petróleo. A comoção mundial gerada pela “descoberta” de que o petróleo é um recurso natural não renovável e que poderia esgotar-se em mais ou menos 70 anos, fez com que valor do barril triplicasse no final de 1977. O aumento vertiginoso impactou a economia estadunidense e europeia, já que o custo para a compra da matéria-prima onerava enormemente os preços para os países não pertencentes à Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), como é o caso dos Estados Unidos da América (EUA).

Os organismos internacionais criados após a Segunda Guerra Mundial, fortemente subordinados às orientações estadunidenses, como o Banco Mundial (Bird) e o FMI, passaram a impor aos países devedores – o Brasil incluído –, uma receita de “ajuste” interno, baseada

⁴ Sobre a crise da ditadura militar, ver: Silva (2003, p. 253-254).

em princípios neoliberais: elevada taxa de juros e o controle da inflação mediante ao enxugamento da base monetária.

No final do ano de 1982, o governo brasileiro acabara de recorrer ao FMI. A formalização do acordo só foi fechada em novembro, pois não seria prudente deixar que a questão se transformasse em debate político, o que poderia fortalecer ainda mais as oposições. Para atender as exigências do Fundo, a estrutura econômica do país foi adequada de forma a garantir o gradativo pagamento da dívida. O Cruzeiro, por exemplo, moeda brasileira da época, foi sendo desvalorizado mensal e gradativamente, em taxas superiores à inflação, por meio da desindexação dos salários. A recessão e a inflação, esta última chegando a alcançar índices de 100%, geraram um processo de estagnação da economia.

Já nos primeiros meses de 1983, o governo deixa de lado a política de desvalorização gradual e promove a maxidesvalorização cambial. Com essa política, os produtos agrícolas aumentaram vertiginosamente, já que os insumos eram importados e encareciam a logística e o comércio dos produtos. Esses fatores geraram uma inflação na ordem de 211% no final de 1983 e 224% no início de 1984. O poder de compra dos salários caiu em 15% e o Produto Interno Bruto (PIB) em 2%. Os setores de produção de bens de capital foram ferozmente atingidos ante a queda na produção e o crescente desemprego, principalmente na indústria.⁵

Diversos interesses do jogo político

Parte importante da força social presente na luta pela redemocratização, começou a ser forjada no final da década de 1970. Foi quando irrompeu em várias partes do país uma enorme onda de greves. O epicentro foi na região do ABC Paulista e rapidamente se alastrou. Essas forças estavam ramificadas em grupos políticos ligados a sindicatos, com destaque para a Unidade Sindical e para o chamado Novo Sindicalismo ou grupo dos autênticos, cuja figura mais expressiva era Luiz Inácio Lula da Silva.

⁵ Os números referentes à crise econômica do período então em: Oliveira (2005).

Os militantes ligados à Igreja de base popular e progressista também despontaram no cenário político, dentro de um processo que levou à “[...] esquerdização do comportamento da Igreja e a franca oposição desta ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista [...]” (BOITO JR, 1991, p. 16-17). As práticas promovidas por bispos e padres progressistas, estimulando a organização de trabalhadores em Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), em pastorais e em sindicatos, espalhavam-se País afora.

No Espírito Santo, essa combinação - que não foi regra - entre a formação de comunidades eclesiais de base e o estímulo para formação de sindicatos combativos, deu origem às chamadas “oposições sindicais”. A opção por dar início às oposições sindicais no Espírito Santo deveu-se, em grande medida, às posições assumidas pelos sindicatos dos Jornalistas, dos Médicos e dos Trabalhadores Rurais de Colatina,⁶ na época presididos por Rogério Medeiros, Vitor Buaiz e Ângelo Moschen, respectivamente. Logo depois de deflagrado o movimento, já no início da década de 1980 diversos outros sindicatos começaram também a aderir, como foi o caso do setor da construção civil, comerciários, ferroviários, eletricitários, etc. Uma parte importante da militância desses sindicatos aderiu ou foi simpática à formação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Outros personagens importantes foram os membros do PMDB e dos partidos de orientação comunista, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Cabe ressaltar que estes ainda estavam ilegais, assim muitos de seus militantes conseguiram abrigo nas fileiras do PMDB e, de lá, defendiam e lutavam pela legalização de suas legendas de origem.

No final de 1983, quando a Emenda Dante de Oliveira foi apresentada, o movimento ainda era acanhado, principalmente considerando tratar-se de uma ação política originada dentro do Congresso e não a partir de um movimento de massa. Com a adesão de partidos da oposição, movimentos organizados da sociedade civil, intelectuais e artistas, a campanha fortalece-se e expande-se.

⁶ Sobre a formação das oposições sindicais no Espírito Santo, ver: Ribeiro (2008).

Não existe consenso sobre qual partido lançou a campanha no Brasil. Alguns trabalhos apontam o PT, em evento realizado na Praça Charles Miller, em São Paulo. Outros o PMDB, em evento realizado em Goiânia, no dia 15 de junho de 1983. De acordo com esta hipótese, as primeiras movimentações remontam ao mês de abril, com ações promovidas pelo PCdoB, que havia eleito três deputados federais sob a legenda peemedebista. Já o PCB não havia aderido à campanha neste primeiro momento. Para este partido, as eleições deveriam ser antecedidas por uma Assembléia Constituinte.⁷

No início de 1984, gigantescos comícios eram realizados nas principais capitais, reunindo milhares de pessoas que surgiam em grupos de diversas partes, em direção aos pontos marcados para as concentrações. Encontravam-se juntos, a massa trabalhadora, estudantes, desportistas, jornalistas, artistas, intelectuais, representantes religiosos e as famílias. Quem não estava nas ruas, apoiava a campanha jogando papéis picados pelas janelas de seus apartamentos ou simplesmente torcendo e emocionando-se com a tomada das ruas pelo povo.

Nos palanques animados por Osmar Santos, o locutor oficial da campanha, estavam juntos políticos experientes, como Ulisses Guimarães, o “Senhor Diretas”, Leonel Brizola, Franco Montoro, Miguel Arraes e políticos que começaram a despontar no final da década de 1970, como Luiz Inácio Lula da Silva, Jacob Bittar e Fernando Henrique Cardoso. Artistas como Fafá de Belém, Cristhiane Torloni, Chico Buarque, Jô Soares e Milton Nascimento. Estavam também os partidos de oposição e várias instituições da sociedade civil organizada, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as CEBs, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) e associações de moradores, para citar apenas alguns.⁸

Diferente do ímpeto que a campanha demonstrou nas ruas, no âmbito da política institucional, havia diferentes posicionamentos

⁷ Posição defendida por Secco (2011, p. 113).

⁸ Sobre a composição dos palanques da campanha Diretas Já!, ver: Delgado (2007, p. 417-420).

quanto à sucessão presidencial.⁹ Neste espaço, as posições refletiam interesses diversos, basicamente a partir de três lógicas distintas: a lógica da ruptura com o modelo vigente, cuja proposta era a realização de eleições diretas naquele mesmo ano; a lógica da negociação, onde o indicado à sucessão presidencial seria um nome civil de consenso entre o PDS e parte da oposição, mas ainda sob o mecanismo do Colégio Eleitoral; a lógica do continuísmo, com a escolha de um político do PDS, sem negociação com as oposições e independentemente da participação de Figueiredo no processo. Esses eram os desfechos possíveis do quadro político nacional. As versões da campanha, reproduzidas em diversos estados, também se pautavam por essas hipóteses.

Diversos grupos operavam dentro dessas lógicas. Do lado do regime, três eram as representações: a) Um grupo de militares da chamada “Linha Dura”, representados pelo chefe do SNI, general Octávio Medeiros; pelo Ministro do Exército, general Walter Pires e por aliados civis, como o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Para eles, tudo indicava que o próximo presidente seria um civil, mas o nome deveria sair de dentro do regime, sem negociações, legitimando-se, em seguida, dentro do Colégio Eleitoral. Nesse grupo havia apoiadores tanto de Paulo Maluf como de Mário Andreazza; b) Outra vertente era representada pelo Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, e por líderes do PDS, na Câmara e no Senado. Eles visualizavam a perspectiva de um nome apoiado tanto pelo governo quanto por setores da oposição, mas o mesmo deveria continuar a ser referendado pelo Colégio Eleitoral. O principal nome desse grupo era o do vice-presidente da República, Aureliano Chaves; c) Um grupo de políticos do PDS autodenominado “Participação”, liderados pelo senador José Sarney, que possuíam certa autonomia em relação ao governo.

No campo das oposições, o intuito era conseguir eleger o próximo presidente ainda naquele ano de 1984. Mas, grosso modo, duas posições podiam ser identificadas: a) Uma vertente representada por Tancredo Neves e formada majoritariamente por moderados do

⁹ Sobre os diferentes posicionamentos acerca da sucessão presidencial, ver: Rodrigues (2003, p. 20-22).

PMDB e por ex-PP.¹⁰ Eles entendiam que a melhor estratégia para a sucessão seria por meio da negociação, buscando um nome de consenso entre eles, o PDS e o governo. Essa solução faria, por um lado, com que esses grupos se qualificassem como interlocutores da oposição junto ao grupo do governo disposto a negociar e, por outro, evitar o que mais temiam: a possibilidade de um retrocesso no processo de abertura política e a perda das posições institucionais alcançadas; b) Os que defendiam a ruptura imediata com o modelo em vigor e eleições livres e diretas para presidente. Nesse grupo estavam as mais variadas representações da sociedade civil, organizada ou não. Estava também a ala mais progressista do PMDB, representados por Ulisses Guimarães, e outros partidos, como o PT, o PDT, PTB, PCB e PCdoB.

Campanha nas ruas

Até ocorrer a gigantesca manifestação no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984, quando mais de um milhão e quinhentas mil pessoas tomaram as ruas, realizaram-se sucessivas manifestações populares de todas as ordens, em diversas partes do Brasil.

O comportamento inicial da grande imprensa nacional e estadual em relação à campanha foi de boicote. A cobertura jornalística da mesma passou a ser feita quando as massas tomaram as ruas e o movimento converteu-se em uma festa cívica. Os órgãos de repressão, por sua vez, monitoravam constantemente os grupos políticos e suas ações. Por isso foram utilizados, como principal fonte de pesquisa, documentos produzidos e apreendidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), disponíveis no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, e documentos produzidos pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponíveis no

¹⁰ Com a edição da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979, os diversos agrupamentos políticos inseridos no bipartidarismo do Regime civil-militar, começaram a se articular no sentido da formação de novas agremiações partidárias. O Partido Progressista (PP) foi ensaiado por Tancredo Neves, tentativa logo frustrada por conta do chamado *Pacote Eleitoral*, de novembro de 1981, que diminuíram drasticamente as chances eleitorais do novo partido, por proibir as coligações partidárias para o pleito de 1982. Diante desse cenário, os ex-pepistas foram, em grande medida, incorporados ao PMDB.

Arquivo Nacional. Algumas poucas reportagens realizadas pelo jornal “A Gazeta” foram utilizadas para analisar alguns comícios e discursos proferidos por diversos personagens envolvidos na campanha.

Para se ter uma ideia, em um documento de caráter sigiloso denominado “Apreciação nº 003/15/AC/84”,¹¹ produzido pela Agência Central do SNI, consta o resultado de monitoramentos sobre ações em apoio a campanha, realizados por agentes policiais durante a primeira quinzena de 1984, em várias capitais. No Espírito Santo foram averiguadas: a) Um plebiscito realizado no centro de Vitória para medir a adesão da população à campanha. A apuração dos votos estava sendo feita pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo; b) Em 06 de janeiro, o Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes) realizou um evento pelas eleições diretas e, na ocasião, foram colocadas a venda camisetas com propaganda da campanha e lido um manifesto com críticas à política econômica e ao Colégio Eleitoral; c) Em 08 de janeiro, outro plebiscito popular com duração de vários dias foi realizado no Bairro de Santa Rita, em Vila Velha.

Uma importante investigação, também realizada pelo SNI, teve como objetivo acompanhar as ações políticas e identificar os membros de duas organizações muito atuantes nesse contexto: o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas e o Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas. O resultado dos trabalhos policiais constam em um documento de caráter confidencial denominado “Informação nº 023/16/ARJ/84”.¹²

Essa investigação apontou que o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas era coordenado pelo deputado estadual Salvador Bonomo, secretário do PMDB/ES, que assumiu a coordenação da entidade após Carlos Alberto Cunha, presidente do PMDB/ES, alegar não ter mais condições de tocar os trabalhos, em decorrência do excesso de

¹¹ As ações realizadas durante a primeira quinzena de 1984 estão em: Apreciação nº 003/15/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 153.

¹² As informações sobre a composição desses comitês, das ações a eles atribuídas e dos discursos de seus representantes, estão em: Informação nº 023/16/ARJ/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça; e Apreciação nº 003/15/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

compromissos. Também faziam parte desse comitê Gilson Carone, Nelson Alves de Aguiar, Gildo Ribeiro da Silva, Luiz Aparecido da Silva, Dionari Sarmento da Silva, Dilton Lyrio Neto, Vasco Alves de Oliveira Júnior, Idelberto Muniz de Almeida (Paraíba), Humberto Martins, Namy Chequer Bou-Habib Filho e João Aparecido da Silva.

Já o Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas, foi lançado pela Tendência Popular do PMDB em um encontro realizado no dia 20 de dezembro de 1983. Na ocasião, foram distribuídos amplamente distintivos de lapela com a inscrição do PCdoB. O comitê estava sendo presidido por Ítalo Regis e contava com a adesão, dentre outros, de Gildo Ribeiro da Silva e Adelina Bracco, membros do comitê regional do PCdoB do Espírito Santo.

O relatório policial, quando qualifica os membros daqueles comitês, menciona-os como sendo maioria de integrantes do PMDB, mas simpatizantes ou militantes do PCdoB e PCB, com exceção dos prefeitos. Esse fato nos fornece dois indícios: o primeiro é revelar militantes comunistas em proximidade com o PMDB desde a época em que esse era MDB, durante a vigência do bipartidarismo. O segundo era a importância da corporação policial trabalhar identificando militantes comunistas e simpatizantes destes.

No dia 10 de janeiro de 1984, o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas organizou um pequeno comício no Bairro Santa Rita. Compareceram aproximadamente 280 pessoas, entre as quais, vários representantes de partidos políticos, inclusive do PCdoB, e comunidades de bairros. Estavam presentes os prefeitos dos municípios de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira Júnior e de Serra, João Batista da Motta, ambos do PMDB. Os também parlamentares *Medebistas* estavam presentes, através dos deputados federais Nelson Alves de Aguiar e Myrthes Bevilacqua; os deputados estaduais Josmar Pereira, Paulo Cesar Hartung Gomes e Salvador Bonomo. Os vereadores Felício Correia da Costa Neto, Ângelo Agostinho Pavesi e da dirigente do PCB Dionari Sarmento da Silva, além de representantes do PCdoB/ES, como Namy Chequer.

De acordo com o documento, nesse dia, além de discursar em prol das eleições diretas e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, Dionari Sarmento da Silva, defendeu também a legalização do PCB. Segundo relatoria dos agentes da repressão, em

sua fala, ela fez um apelo para que as pessoas testemunhassem “que os comunistas não são um bicho papão, que os comunistas não comem criancinhas, que os comunistas somos nós, os oprimidos; e que os comunistas têm um programa, tem objetivos claros e definidos”. O relatório prossegue registrando a intervenção de Namy Chequer, que declarou-se membro da Comissão de Legalização do PCdoB e disse, de forma provocativa, que quem devia ter medo dos comunistas e do povo e viverem escondidos eram Delfim Neto e o General Figueiredo, porque eles sabiam que se abrissem o país para as eleições diretas, o povo iria “ajustar contas”.

No geral, ainda aponta o relatório policial, a tônica dos discursos do comício do dia 10 de janeiro foi de ataque ao regime, ao presidente, aos militares, ao próprio SNI, aos presidenciaíveis e ao Colégio Eleitoral. Conforme já salientado, nesse dia, foram distribuídos distintivos de lapela com o símbolo do PCdoB, além de panfletos em prol das eleições diretas, assinados pela Comissão Pró-Legalidade do PCdoB e outros panfletos com o título “Mensagem dos Comunistas Capixabas”.

O Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas realizou uma reunião na Assembléia Legislativa no dia 09 de janeiro. Na ocasião, foi aprovada a realização de um comício na Praia de Camburi, em Vitória, para o dia 21 de janeiro. Na reunião, estiveram presentes aproximadamente 70 pessoas, dentre elas os prefeitos de Vitória, Ferdinand Berredo de Menezes, e do município de Serra, João Batista da Mota. Na interpretação do encontro, feita pelos agentes da repressão, como ficou expressa no relatório do agente que acompanhou a reunião, a tônica dos posicionamentos radicalizados contra os militares, juntamente com o empenho na legalização do PCdoB, reafirma a tese de que a campanha pelas eleições diretas “encobre o revanchismo e o avanço do Partido Comunista para sua legalização”.

Como a leitura dos documentos do SNI permitem contatar, nesses encontros os agentes da repressão deram atenção especial aos discursos que defendiam a legalização do PCdoB e do PCB. Além disso, ao qualificar os políticos-membros dos comitês pró-diretas, faziam questão de identificar suas ligações com essas duas legendas. Essa conduta por parte dos agentes não é por acaso. Para o SNI, no

Espírito Santo o PCdoB e o PCB estavam empenhados na campanha pelas eleições diretas para acobertar o objetivo real, que era:

[...] o reconhecimento legal da existência dessas organizações subversivas de ideologia comunista e na derrubada do regime. [E] neste afã, se destacava o PCdoB, ao realizar uma campanha mais incisiva e considerando que esta se constitui, no momento, o caminho prático para exercer pressão, visando provocar mudanças profundas no país, e mesmo preparar as bases para a condução das massas mobilizadas para a luta revolucionária.¹³

O comício do dia 21 de janeiro reuniu cerca de dez mil pessoas na Praia de Camburi, em Vitória.¹⁴ Os organizadores contavam com um público maior, o que não foi possível. Segundo eles, devido à instabilidade do tempo, que apresentava chuvas frequentes. Às 17h começaram os shows musicais no palanque e nas redondezas, onde aconteciam rodas de samba. Chegaram caravanas de municípios do interior, principalmente de Cachoeiro do Itapemirim e Colatina, para dar mais peso ao evento. Os discursos começaram aproximadamente às 18h, só terminando de madrugada. O evento contou ainda, com a participação de artistas globais, como Walmor Chagas, Ruth Escobar e Maria Isabel de Lizandra.

Ao que tudo indica, o PT não se fez presente, pelo menos no palanque e nas organizações desse dia. O PMDB, por sua vez, organizou as caravanas, trouxe lideranças de renome nacional, como Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, além, é claro, dos políticos estaduais. Outros grupos que buscavam polarizar com o PMDB naquele comício, eram os militantes ligados ao PCB e PCdoB. Por sinal, os grupos formados por peemedebistas e por comunistas, protagonizaram o principal desentendimento da noite.

Antes do evento, militantes ligados aos partidos comunistas

¹³ Informação nº 023/16/ARJ/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 4/4.

¹⁴ Essas informações foram pesquisadas em: Comício pró-diretas leva 10 mil pessoas a Camburi. **A Gazeta**, Vitória, 22 de jan./1984, p. 3.

havia afixado faixas em locais estratégicos, em favor da legalização desses mesmos partidos, além de haverem chegado ao local do evento empunhando cartazes e distribuindo adesivos em defesa dessa posição. Carlos Alberto Cunha e Gerson Camata deram ordem para que as faixas fossem retiradas, o que gerou revolta entre os militantes comunistas e em alguns políticos do próprio PMDB favoráveis à legalização dessas siglas. Discursos inflamados em repúdio àquele ato estenderam-se por aproximadamente 40 minutos. Max Mauro, Nelson Aguiar e Myrtes Bevilacqua, por exemplo, reforçaram em seus discursos que, em uma democracia, todos os partidos e correntes têm o direito de se manifestar. Eles foram ovacionados.

A justificativa de Carlos Alberto Cunha foi de que nenhum outro partido do Comitê Pró-Diretas fixara faixas de seus partidos, somente em apoio às eleições diretas. Além disso, a ordem era para que os partidos ilegais não fossem citados no palanque. Mas isto, segundo os comunistas, contrariava a decisão do comitê tomada na noite anterior.

Em Colatina, o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas era coordenado pelo vereador Iiso Luchi (PMDB) e dele faziam parte também o PT e associações de bairros. O comitê decidira realizar no dia 31 de março o chamado “Forró das Diretas”, no pátio da antiga estação ferroviária. e, no dia 13 de abril, seria o grande comício. Luchi declarara à imprensa pretender mobilizar todo o interior do município e que aquele evento seria animado por escolas de samba. O prefeito municipal, Tadeu Giuberti (PMDB), segundo suas próprias declarações, estava dando total apoio ao movimento e por isso acreditava que seu peso político faria do evento um grande sucesso.¹⁵

Em Linhares, o comitê era coordenado pelo PT e contava com o apoio de alguns vereadores do PMDB. Nessa cidade os apoiadores da campanha organizaram o evento no dia 03 de março, às 18h, em frente ao Mercado Municipal Salustiano de Souza, no centro da cidade.¹⁶

Em Cachoeiro do Itapemirim, cerca de duas mil pessoas participaram de um comício realizado no dia 14 de abril. O jornal “A Gazeta” deu destaque aos grandes nomes do PMDB, como o prefeito

¹⁵ Essas informações foram pesquisadas em: **A Gazeta**, Vitória, 25 de fev./1984.

¹⁶ Essas informações foram pesquisadas em: **A Gazeta**, Vitória, 27 de fev./1984.

do município, Roberto Valadão; o senador José Inácio Ferreira; o deputado federal Hélio Carlos Manhães e os parlamentares do PDS que se posicionaram a favor das diretas, como o deputado federal Theodorico de Assis Ferraço. Também participaram artistas da cidade, como Arnaldo Silva, Joelma e Sérgio Sampaio. Mesmo não havendo sido um evento de grande porte, o prefeito Roberto Valadão classificou-o como uma “manifestação robusta”.¹⁷

O grande comício realizado no Espírito Santo aconteceu em 18 de abril, na Praça Oito, no centro de Vitória. Há fontes que indicam um público de 60 mil pessoas, outras trabalham com um número de 80 mil (RODRIGUES, 2003, p. 107).¹⁸ Segundo o jornal “A Gazeta”, o PT e o PCdoB foram os grandes destaques do evento, em virtude das bandeiras e faixas que a militância levou consigo. O pessoal do PT, por exemplo, a todo momento, pedia que a palavra fosse dada a Lula. A então Primeira Dama do estado na época - Rita Camata - precisou, inclusive, interromper seu discurso por duas vezes, devido à exaltação da militância. A atriz Ruth Escobar saiu em socorro à Rita Camata, pedindo calma aos manifestantes. O locutor também interveio, esclarecendo que Lula falaria em momento oportuno.

O ator Jece Valadão foi bastante aplaudido quando afirmou que o povo brasileiro não recuaria da luta e que seguiria em frente, “até mesmo na marra”. A deputada federal Myrtes Bevilacqua (PMDB) chegou a chorar durante o discurso que proferiu, no momento em que afirmava nunca haver visto “uma manifestação tão bonita”. João Miguel Feu Rosa, deputado estadual pelo PDS, também emocionou-se e disse que aquele dia jamais seria esquecido. Lula, porém, foi quem mais empolgou os participantes. Usando palavras simples e de efeito, disse que a escravidão não acabara, pois o trabalhador brasileiro estava escravizado com o cartão de ponto, enquanto “os filhos de andreazzas, paulos maluf e figueiredos estudavam nos melhores colégios da Europa.”

¹⁷ Essas informações foram pesquisadas em: **A Gazeta**, Vitória, 16 de abr./1984.

¹⁸ Chegou ao nº de 80 mil pessoas. O jornal *A Gazeta* traz o nº de 60 mil. As informações desse comício foram pesquisadas em: Sessenta mil participam do comício por diretas já. **A Gazeta**, Vitória, 19 de abr./1984, p. 9.

Dentre os governadores que se fizeram presentes, Gerson Camata foi o único que discursou. Também discursaram muitos representantes do PMDB e alguns representantes do PDS, como o ex-governador Élcio Álvares e o deputado federal Theodorico Ferrazo que, nesse dia, foi apresentado pelo locutor do comício como líder do “Grupo Participação” e dissidente do PDS. Além do representante do Sindicato dos Jornalistas e Perly Cipriano, membro da direção estadual do PT. Foram ao todo cerca de oito horas de falas diversas, divididas entre os 79 oradores.

Como vimos, em nível nacional, com a aproximação do dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, o Governo Federal temia que as manifestações populares chegassem até Brasília, como chegou a ser cogitado pelos movimentos pró-diretas: uma “marcha a Brasília”. Diante disso, o II Exército alertou os governadores envolvidos na campanha, de que não seriam toleradas manifestações no Distrito Federal e tomadas medidas de emergência nesse sentido. O Governo Federal também proibiu as emissoras de rádio e TV de transmitirem, ao vivo, a votação. Diante das dificuldades, os movimentos pró-diretas chegaram a um acordo: realizar o que chamaram de “vigília cívica” (DELGADO, 2007, p. 420).

As investigações feitas pelo SNI foram importantes fontes de informações para basear as decisões tomadas pelo Governo Federal. O órgão já tinha conhecimento de que, no dia 19 de fevereiro de 1984, em São Paulo, durante a reunião de sua diretoria, a “ilegal Central Única dos Trabalhadores (CUT), sem desprezar assuntos sociais ou econômicos, resolveu dar prioridade a questões políticas”, particularmente no que diz respeito às eleições diretas para Presidente da República. A CUT propôs a “deflagração de uma greve geral de trabalhadores no país, coincidindo com a votação da Emenda Dante de Oliveira”.¹⁹ Segundo ainda o Informe nº 161/19/1984, no dia 04 de abril, em Brasília, em reunião do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas, a proposta de greve geral foi descartada. Ela foi substituída pela proposta do Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização, com a participação

¹⁹ Informe nº 161/19/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 201.

dos vários segmentos da sociedade. A proposta foi referendada no dia 17 de abril, na reunião realizada em São Paulo, com a participação de representantes da CUT, da UNE e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Nesse dia, “após acirrada discussão”, a CUT acatou a proposta de se realizar as vigílias cívicas defendidas pela UNE e a ANDES.

No dia da votação da Emenda Dante de Oliveira,, de acordo com o levantamento feito pelo SNI, foram realizados eventos em diversos pontos do país, “sob a liderança de elementos [...] na maioria comprometidos com organizações subversivas”,²⁰ como era de sua praxe afirmar. Em Vitória, apontaram que houve uma greve parcial dos estudantes da UFES e uma vigília na Praça Oito, a partir da 10h. Os agentes da repressão destacaram entre os presentes, os seguintes nomes: Perly Cipriano, Vitor Buaiz e Carlos Eduardo Zanata. E registraram faixas com os dizeres: “Pró-Diretas (na “Vigília Cívica”)”; e bandeiras do PT e do PCdoB, escrito “Vigília Cívica”.

Primeiro de maio de 1984: a redemocratização ainda na pauta

Aproximavam-se as comemorações do 1º de Maio de 1984. A redemocratização do País ainda pautava as manifestações da sociedade civil e essa reivindicação misturava-se com as demandas específicas da classe trabalhadora, como melhores salários, condições de trabalho e a crítica à política econômica adotada pelo Governo Federal. Diversas organizações confeccionaram cartas abertas, mensagens e panfletos, com o objetivo de divulgar o evento e manifestar suas próprias posições.

A Pastoral Operária do Espírito Santo (PO-ES), por exemplo, reproduziu e fez circular a “Carta aos irmãos de fé sobre o 1º de Maio”. Nesse documento a pastoral afirmara que a classe trabalhadora se encontrava no limite de sua angústia e resistência. Homens, mulheres e jovens, quando empregados, defendiam o “pão de cada dia” com seus subempregos, trabalhando até altas horas da noite. Denunciava que o movimento dos trabalhadores e os sindicatos estavam sendo perseguidos

²⁰ Informe nº 161/19/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 202.

pelo próprio Ministério do Trabalho, que cassa as autênticas diretorias e enquadra os dirigentes na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Diante do quadro exposto, a pastoral defendia as seguintes bandeiras: 1) luta contra o desemprego, contra os “fabricantes do desemprego” e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; 2) defesa da Central Única dos Trabalhadores como instância que encoraje as lutas dos trabalhadores, assim como sindicatos autônomos, autênticos e livres; 3) apoio à reforma agrária e às lutas dos bóias-frias, dos índios e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; 4) defesa da liberdade de organização, expressão, participação e reunião. Para a PO, as eleições diretas era o caminho para o retorno aos “valores nacionais” da política econômica, “entregue ao FMI”. Concluía afirmando que o 1º de Maio é um dia de lutas e da celebração dessas lutas e conclamava a todos para contribuir, com gestos e ações concretas, para a construção do reino de Deus nessa pátria, de acordo com o Evangelho e como fez o próprio Jesus Cristo.²¹

A comissão estadual da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade no estado muito ligada aos membros do PCdoB, principalmente, também se apresentava naquele 1º de Maio, inserindo-se nas lutas dos trabalhadores. Buscava espaço com um discurso focado na unidade de todos os trabalhadores brasileiros e como uma alternativa à CUT. Propunha-se em ser uma entidade “aberta e combativa, pluralista e unitária, ampla e democrática, que agregue e receba toda e qualquer entidade sindical [...], sem exclusivismos e sem discriminações”. A CGT defendia a estabilidade no emprego, a reforma agrária, uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e a suspensão da dívida externa brasileira.²²

Segundo os documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES), em Vitória, as comemorações do 1º de Maio de 1984 foram realizadas no Clube de Regatas Saldanha da Gama. Estiveram presentes diversos

²¹ Carta aos irmãos de fé sobre o 1º de Maio. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 24, 25 e 26.

²² Central Geral dos Trabalhadores – ES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 31.

parlamentares do PMDB, lideranças ligadas ao PT e a sindicatos de trabalhadores, dentre muitas outras. Segundo os relatórios produzidos pelos integrantes da polícia política que acompanharam o ato, o discurso do deputado federal Max Mauro (PMDB) mereceu maior destaque.

Max Mauro, que foi inicialmente vaiado, como acontecera em outras ocasiões, na sequência de sua fala, defendeu as eleições diretas para presidente da República e a reforma agrária. Declarou ainda que o verdadeiro 1º de Maio era aquele que estava sendo organizado pelas centrais sindicais e não o que estava acontecendo no ginásio do SESI, onde era realizada a programação oficial organizada pela Delegacia Regional do Trabalho do Espírito Santo (DRT/ES). Segundo Max Mauro a comemoração patrocinada pelo governo servia “apenas para enganar os trabalhadores que ainda vão pelos patrões”.

O dirigente do PT, Perly Cipriano, discursou clamando pelas eleições diretas e elogiou aqueles que defendiam a legalização do PCdoB.²³ Uma peça teatral foi encenada nesse dia. Ainda segundo o relatório dos agentes do DOPS/ES, o enredo da peça contava a história de um trabalhador braçal, demasiadamente esgotado em virtude do excesso de trabalho. No lado oposto das relações de trabalho, era mostrado o patrão desse trabalhador, desfrutando de um absoluto conforto. Ao desafiar o patrão, o trabalhador é agredido por policiais. Um dos atores estava vestido com uniformes do Exército Brasileiro, o outro com uniforme de instrução. Em síntese, a peça teatral buscou relacionar o governo e os aparelhos de repressão, agindo em benefício dos patrões.

Nesse dia estavam sendo vendidos adesivos e cartazes para angariar fundos para o Comitê de Solidariedade ao Povo da Nicarágua e sendo distribuídos vários panfletos e convites para outros eventos programados para os próximos dias, como uma noite de viola para o dia 02 de maio e um show musical com artistas capixabas em solidariedade ao povo da Nicarágua. Foram distribuídos alguns textos que representavam alguns segmentos da classe trabalhadora e suas posições diante da conjuntura, entre eles a “Carta aos irmãos na fé

²³ Informe 155-S2/84. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 9-10.

sobre o 1º de Maio”; a “Carta Reivindicativa dos Jovens Trabalhadores”; uma carta aberta do Sindicato dos Comerciantes do Estado do Espírito Santo e uma charge assinada pelo Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo (Sinpro/ES) em apoio às eleições diretas.

Figura 1 - Charge elaborada pelo Sindicato dos Professores do Espírito Santo.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores - CUT, p. 16.

O relatório do DOPS/ES sobre as atividades do 1º de Maio de 1984 registraram que o ato foi animado por apresentações musicais dos militantes ligados à Igreja Católica. Eles embalavam o evento com cantos parodiados de diversas músicas conhecidas e assim ambientavam o evento. Algumas paródias referiam-se às demandas do movimento sindical, outras às greves, às intervenções nos sindicatos, às comissões de fábrica e à formação de centrais sindicais. Foi o caso da paródia da música Bandeira do Divino:

Viva o povo operário/ da cidade e do sertão/ para o 1º de Maio/ ser luta e união, oiá. Pelo direito de greve/ contra as leis do capital/ que intervêm no sindicato/ prender líder sindical, oiá. Por um sindicato livre/ de governo e de patrão/ que liberte a classe obreira/ do arrocho e da inflação, oiá. [...] Operário paga imposto/ faz riqueza e produção/ quer ser livre e ter seu posto/ no comando da nação, oiá [...].²⁴

Outras músicas associavam miséria com o regime político, como uma paródia da marcha de carnaval “Você Pensa que Cachaça é Água”: “[...] Você pensa que miséria é sina/ miséria não é sina não/ miséria vem desse regime/ que oprime todo esse povão. Querem nos roubar tudo na vida/ a terra e a produção/ querem nos deixar à margem/ isso eu não consinto não [...]”.

Outras retratavam a situação de grande parte dos trabalhadores assalariados, com baixos salários e suas dificuldades de vida em geral, como é o caso da paródia feita sobre a melodia da cantiga infantil “Como Pode um Peixe Vivo”, que se transformou em “Como Pode um Povo Vivo”:

Como pode um povo vivo viver nesta carestia (bis)/ como poderei viver – dia e noite, noite e dia – com a barriga vazia. Como pode um lavrador/ trabalhar sem ter valor? Como pode um operário/ viver com este salário? Como pode uma criança/ estudar sem comer nada? Como a classe oprimida/ vai barrar o custo de vida? [...].

A paródia da marchinha de carnaval “Mamãe eu Quero”, foi escrita especificamente para a campanha das Diretas Já, sua letra dizia:

Mamãe eu quero (Bis)/ mamãe eu quero votar/
prá presidente (Bis)/ prá presidente sem regime

²⁴ As letras das músicas usadas na celebração foram pesquisadas em: Cantos para o 1º de Maio de 1984. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 13 e 14.

militar. Vota filhinho do meu coração/ para um presidente diferente do João/ a situação tem que melhorar/ com um presidente sem regime militar.

De acordo com o Informe nº 200/19/AC/84, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), quase um mês após a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, as mobilizações continuavam pelo país. O Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas havia marcado para o dia 25 de maio, manifestações em repúdio à rejeição da emenda em várias capitais, como em Maceió, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte, Belém e Vitória. A agência central acompanhou os eventos e montou um relatório sobre as principais atividades, os pronunciamentos e as faixas e cartazes.

Nesse dia, em Vitória, segundo o Informe da DSI/MJ, foi realizada uma passeata pelas ruas centrais da Capital a partir das 18h, seguida de concentração na Praça Oito, com presença aproximada de 200 pessoas, em sua maioria políticos e representantes de “organizações esquerdistas”. Foi registrada a venda de exemplares do jornal “Tribuna da Luta Operária”, periódico ligado ao PCdoB.

O principal orador desse ato político, segundo o relatório policial, foi Perly Cipriano, presidente do PT/ES. Mesmo registrando discursos de outras lideranças políticas presentes, as atividades de Perly Cipriano, um ex-presos político, sempre despertavam maior atenção dos órgãos de informações. O documento dos agentes da repressão destacaram ainda algumas faixas montadas no local, entre elas: “Negociação e traição” e “Não ao colégio Eleitoral. Diretas Já!”.²⁵

Para o PT, o saldo mais significativo da campanha foi a ampla mobilização de setores populares e dos trabalhadores, que assumiu um caráter de massa, acabando por se tornar um fator de politização dos mesmos, de desagregação do PDS e de aprofundamento da crise do regime militar. Argumenta o partido, que o movimento sindical e o movimento popular poderiam haver tornado a campanha vitoriosa por

²⁵ Informe nº 200/19/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 1 à 4.

meio de paralisações e jornadas de protesto, no entanto, não conseguiram intervir no movimento de maneira independente e organizada, acabando por se diluírem nos comícios e manifestações. Muito embora houvessem ocorrido propostas de greves mais radicalizadas, os setores liberais e conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas conseguiram impor à campanha controles e limites que conduziram o movimento à conciliação.

Em seu V Encontro Nacional, o PT afirmou que poderia haver sido ele próprio, a força política capaz de pôr em prática uma política independente, por meio da criação de um polo alternativo que atraísse as demais forças políticas dispostas a levar a campanha até as últimas consequências. No entanto setores progressistas do PMDB, somados ao PCB, PCdoB e MR-8, se recusaram a se aliarem a ele nessa tarefa. Esse fato legitimou a transição conservadora. Além disso, encerra o PT, cometera um erro ao dar demasiado peso ao caráter unitário da campanha, sem perceber que o PMDB já vinha se apresentando junto ao Colégio Eleitoral com a tese da candidatura única das oposições, ou seja, apresentando o seu candidato como sendo o candidato das oposições.²⁶

Em suma, durante a campanha pelas eleições diretas para presidente, os petistas foram força hegemônica nas ruas, mas o PMDB destacou-se como a principal força política. No estado do Espírito Santo essa conjuntura também se repetiu durante as mobilizações da Campanha das Diretas Já! Por outro lado, esse protagonismo peemedebista, mesmo deixando o PT na defensiva, serviu para que este pudesse dedicar-se à organização e ao debate estratégico.

O PT vinha buscando espaços políticos próprios, mesmo que isso continuasse a significar um isolamento em relação a outros partidos. Nessa época ainda existia, entre as lideranças petistas, certa aversão a amplas alianças. De certa forma, essa característica fez crescer o número de simpatizantes do partido em meio aos movimentos e grupos de oposição. E, mais de que isso, o protagonismo exercido pelo Partido dos Trabalhadores nas ruas começara a sinalizar resultados positivos também na arena eleitoral. Mas essa já é outra história.

²⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Contra o Continuismo. Documentos do V Encontro Nacional Extraordinário* (1985). In: **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

Referências bibliográficas

Documentação primária

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional.

Obras de apoio

BOITO JR, Armando. O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: da Ditadura Militar à Democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n° 25, p. 83-106, nov. 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 111.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Int. e Org.). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 412-427. v. 3.

KINZO, Maria Dalva Gil. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec, 2001, vol. 15, n° 4, pp. 3-12.

- OLIVEIRA, Sanderson C. **A Crise Financeira dos Anos 80**. 26 de fev. 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/308819.shtml>>. Acesso em 18 de nov. 2013.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Contra o Continuísmo. Documentos do V Encontro Nacional Extraordinário* (1985). In: **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.
- RIBEIRO, Luiz Claudio; BARROS, Nicélio (Org.). **Olhares de Luta: reflexões contemporânea sobre a CUT no Espírito Santo**. Vitória: Produz Comunicações, 2008.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: O grito preso na garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Tempo da ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245-282. v. 4.
- VIANNA, Bruno. **Tancredo Neves: o mensageiro da liberdade** (Documentário). Com direção geral de Fernando Barbosa Lima. São Paulo: Lumen Produções, 2005.